

JOSÉ RAULINO CHAVES PESSOA JÚNIOR

Como se conquista e mantém bases eleitorais?

DISPUTA E DOMINAÇÃO POLÍTICA NA REGIÃO DO INHAMUNS, CEARÁ



JOSÉ RAULINO CHAVES PESSOA JÚNIOR

Como se conquista e mantém bases eleitorais?

DISPUTA E DOMINAÇÃO POLÍTICA
NA REGIÃO DO INHAMUNS, CEARÁ

JOSÉ RAULINO CHAVES PESSOA JÚNIOR

Como se conquista e mantém bases eleitorais?

**DISPUTA E DOMINAÇÃO POLÍTICA
NA REGIÃO DO INHAMUNS, CEARÁ**

**Fortaleza-CE
2022**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pessoa Júnior, José Raulino Chaves
Como se conquista e mantém bases eleitorais?
[livro eletrônico] : disputa e dominação política
na região do Inhamuns, Ceará. / José Raulino Chaves
Pessoa Júnior. -- 1. ed. -- Fortaleza, CE : Edmeta :
Editora da Universidade Estadual do Ceará - EDUECE,
2022.

PDF.

Bibliografia.
ISBN 978-65-86311-19-8

1. Democracia 2. Eleições 3. Inhamuns (CE) -
Aspectos políticos 4. Inhamuns (CE) - História
5. Política e governo I. Título.

22-133586

CDD-324.720981

Índices para catálogo sistemático:

1. Eleições : Brasil : Ciência política 324.720981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

2022, EDMETA, EDUECE

**Como se conquista e mantém
bases eleitorais?**

Disputa e dominação política na
região do Inhamuns, Ceará

José Raulino Chaves Pessoa Júnior

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Ana Carolina Frota

DIAGRAMAÇÃO

Eleni Lopes

REVISÃO ORTOGRÁFICA

João Vianney Campos de Mesquita

EDMETA

Edmeta - Editora Digital e Impressa Ltda
Av. Desembargador Moreira, 2800, Sala 1008
Bairro Aldeota Fortaleza - CE, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Francisco Horácio da Silva Frota
Maria Helena de Paula Frota
Maria Andréa Luz da Silva
Jeanete Filomeno Puchain Ramos

Irapuan Peixoto Filho

**CREATIVE COMMONS
CC BY-NC**

Esta licença permite que outros remixem,
adaptem e criem a partir do seu trabalho
para fins não comerciais



SUMÁRIO

7	APRESENTAÇÃO
10	PRÓLOGO
13	PREFÁCIO
17	INTRODUÇÃO Definição e problematização do objeto de pesquisa Procedimentos metodológicos
36	CAPÍTULO 1 - PODER LOCAL E MODALIDADES DE DOMÍNIO POLÍTICO 1.1. O município nos períodos Colonial e Imperial: predomínio dos Feitosa 1.2. O poder local na Primeira República: declínio do domínio político dos Feitosa 1.3. A Era Vargas e a Redemocratização: domínio político de Joel Marques 1.4. O poder local durante a ditadura militar: Antônio Câmara versus Júlio Rêgo 1.5. Redemocratização: Domingos Filho versus Idemar Citó
61	CAPÍTULO 2 O TEMPO DE JÚLIO RÊGO E ANTÔNIO CÂMARA 2.1. Recrutamento político e atributos socioeconômicos dos deputados 2.2. Eleições em Tauá e a busca pelo controle do Executivo municipal 2.3. A construção das bases eleitorais 2.4. Poder local em Tauá e a atuação da oposição política 2.5. O Governo estadual e a mediação dos deputados 2.6. O Governo federal e as relações com deputados federais e a máquina burocrática 2.7. Saída da política
137	CAPÍTULO 3 O TEMPO DE IDEMAR CITÓ E DOMINGOS FILHO 3.1. Recrutamento político e atributos socioeconômicos dos deputados 3.2. Eleições em Tauá e a busca pelo controle do Executivo municipal 3.3. A construção das bases eleitorais 3.4. Poder local em Tauá e a atuação da oposição política 3.5. Governo estadual e a mediação dos deputados 3.6. O governo federal e as relações com deputados federais e a máquina burocrática 3.7. Padrão de conquista e manutenção da base eleitoral

193	CAPÍTULO 4 ELEIÇÕES DE 2010: ASPECTOS ATUAIS DO DOMÍNIO POLÍTICO
	4.1. O lugar da oposição e a emergência de Ronaldo César como liderança política
	4.2. Ampliação do capital político e ascensão de Domingos Filho na esfera estadual
213	CONSIDERAÇÕES FINAIS
221	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
234	MATÉRIAS DE JORNAIS
238	SÍTIOS CONSULTADOS

APRESENTAÇÃO

O leitor interessado em entender a política local brasileira e, mais especificamente, a atuação e trajetória das elites políticas subnacionais com maior profundidade, encontrará neste livro uma análise fundamental, após, cuja leitura, sentirá que aprofundou, em muito, seu conhecimento.

No curso dos últimos 50 anos, a pesquisa acadêmica sobre a formação e atuação das elites políticas nacionais, no campo da Ciência Política, cresceu exponencialmente. Entre esses estudos, estão aqueles pioneiros sobre a elite política imperial e republicana brasileira (BARMAN & BARMAN, 1976; CARVALHO, 1996; FLEISCHER, 1971; LEVINE, 1982; LOVE, 1982; PANG & SECKINGER, 1972). Esses trabalhos, evidenciaram as características mais importantes desses segmentos politicamente dominantes. Importante é destacar também que os vários tipos de elites foram objetos de estudo de vários trabalhos preocupados em investigar, em alguma medida, as relações de grupos empresariais, estatais, judiciárias e parlamentares com a política (BOLOGNESI, 2013; BOSCHI, 1979; BRAGA, 2008; CARDOSO, 1964; CARDOSO, 1975; CODATO, 1997; DINIZ, 1978; IANNI, 1971; MARENCO DOS SANTOS, 1997; PERISSINOTTO, 2000; SADEK, 2006; VIANNA et. al., 1997).

Estudos subnacionais e locais, contudo, teóricos e empíricos, sobre as relações das elites políticas com as bases eleitorais não tiveram a mesma expansão. Nesse nível de análise, as principais referências continuam sendo os estudos clássicos de Vitor Nunes Leal (1975), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) e Olavo Brasil de Lima Junior (1983). Mais recentemente, dois livros, um sob a visão antropológica, de Marcos Otávio Bezerra (1999), e o outro, sob a perspectiva da escolha racional, de Nelson Rojas de Carvalho (2003), descortinam práticas e relações estabelecidas em decorrência da atuação dos parlamentares em favor do eleitorado dos estados e municípios aos quais se encontram politicamente vinculados.

Neste livro, fruto de sua dissertação de mestrado, defendida em 2011 pela Universidade Federal do Ceará, o cientista político José Raulino Chaves Pessoa Júnior analisa, de maneira sistemática e metodologicamente rigorosa, as novas práticas e relações entre as bases eleitorais de deputados estaduais cearenses da região do Inhamuns, de 1970 a 2010, com os governos federal e estadual.

Num contexto de crescente complexidade político-partidária, sociodemográfica e econômica, este estudo demonstra como, ao contrário do passado, mesmo em regiões mais afastadas das capitais modernizadas, se verifica redução significativa de lideranças políticas que conseguem manter os chamados “currais eleitorais”, ou seja, àquelas áreas geográficas sob sua influência política. Nesse sentido, o papel do governador, atuando diretamente nos municípios desde a metade dos anos de 1980, passou a ser crucial.

Para Raulino Pessoa Júnior, foi somente na gestão de Tasso Jereissati, em 1987, que houve a centralização da distribuição de recursos e verbas públicas no governo estadual. Esse novo padrão teria ocorrido em virtude da criação de secretarias estaduais e da instauração de concursos públicos para o preenchimento de cargos na máquina do Estado cearense. Em decorrência, os deputados estaduais ficaram sem os privilégios de indicar funcionários e distribuir verbas e obras do Estado. Em termos da formação da base eleitoral dos deputados, esta passou, então, a ser formada por um conjunto maior de municípios. Estariam colaborando para esse novo padrão mais descentralizado acordos esporádicos com deputados federais por meio das chamadas “dobradinhas” ou do apoio de prefeitos e vereadores em retribuição a alguma obra ou encaminhamento de demandas na burocracia do Estado intermediadas pelo deputado.

A pesquisa de Raulino Chaves Pessoa Júnior resgata, retoma e avança na temática das essenciais conexões entre o poder político e as estruturas familiares, governamentais e empresariais. Raulino Pessoa Júnior avança, inova e atualiza pesquisas sobre relações de parentesco, de perfil sociodemográfico dos tradicionais e novos grupos da elite política local e das instituições

políticas no Ceará. Essas pesquisas contemporâneas sobre as famílias do poder e seus meios de reprodução do capital político em todo o Brasil e, ainda mais nas antigas formações sociais do Nordeste brasileiro, são imprescindíveis para compreendermos como funciona a democracia brasileira.

Para chegar a esses resultados, este estudo problematiza às várias conexões políticas, envolvendo eleitores, parlamentares, chefes e partidos políticos, lideranças de associações, novos grupos empresariais e a máquina do Estado. E, assim, analisa, primorosamente, a dinâmica das relações políticas entre as bases municipais e a eleição de representantes específicos na política estadual, buscando desvendar, se houve ou não, a reprodução do poder do modo tradicional, mesmo no período democrático contemporâneo. E, ao mesmo tempo, investiga o modo como parlamentares oriundos de novos grupos de elite empresarial conseguiram se estabelecer e disputar espaços políticos nesses municípios. Para isso, metodologicamente, desenvolve profunda investigação, por meio da análise de trajetória, sobre as carreiras de deputados estaduais e seus vínculos de parentesco, socioeconômicos e com a máquina do Estado.

Saber verificar que grupos da elite política manda, como manda e quais suas modalidades de reprodução no poder político são tarefas cruciais para a Ciência Política no Brasil. As próprias políticas públicas passam pelo comando social e político dessa elite política, bem como muitas das suas relações de clientelismo e de patronagem eleitoral. Boa parte da elite política brasileira é formada por via de relações familiares de poder, transmitidas e reproduzidas ao longo de várias gerações. Este livro de Raulino Chaves Pessoa Júnior é um excelente trabalho a desvendar boa parte dessas conexões e estruturas de poder no estado do Ceará.

Maria do Socorro Sousa Braga

Professora associada da Universidade Federal de São Carlos

PRÓLOGO

Ao focar a trajetória política de quatro deputados estaduais (Antônio Câmara, Júlio Rego, Idemar Citó e Domingos Filho) com votações concentradas no município de Tauá, microrregião do Inhamuns, Raulino Pessoa Júnior nos oferece uma análise instigante sobre como se ganha e se perde base eleitoral. A pesquisa, realizada em dois períodos (1974-1995 e 1995-2010), torna possível apreender mudanças que ocorreram na temporalidade mencionada. A mais evidente é a redução do controle político que proprietários rurais exerciam sobre trabalhadores e suas famílias, em geral, seus “moradores”. Os políticos incluídos na pesquisa têm origem e formação profissional urbanas. O eleitor, a seu turno, é cada vez menos um “voto cativo”.

Perderam importância os laços que uniam eleitores, candidatos e “cabos eleitorais” em acordos informais sustentados pela “lealdade”, que encontrava correspondência perfeita na definição dada pelo ex-governador Aduino Bezerra: “a política é a arte de se cumprir acordo sem se assinar papel”.

Esse tipo de “lealdade” que imprimia maior estabilidade à política tradicional me parece cada vez mais distante do jeito atual de “fazer política” nos municípios. O que parece prevalecer é uma avaliação mais constante e pragmática do que se ganha e se perde ao apoiar determinados candidatos.

A ênfase concedida pelo autor, Raulino Pessoa Júnior, ao processo de recrutamento dos que entram na política, assim como às condições de sua permanência, amplia o entendimento do “trabalho político” necessário para torná-los “chefes políticos” do município.

Deputados estaduais com a concentração de votos em determinados municípios têm seus mandatos marcados por essa territorialidade e deles se espera atendimento preferencial de demandas sociais, econômicas e políticas como condição de sucesso em reeleições.

O texto tem o mérito de efetivar uma análise que capta os meandros da política no sertão do Ceará, afastando teses generalistas ainda invocadas para desqualificá-las como “coronelistas”.

Já não existem “coronéis” cujo mando se exerça mais pela força e menos pela busca constante de conquista de votos, enfrentado o risco permanente de perda de bases eleitorais que antes pareciam sólidas e que agora “se desmancham no ar”. É o caso de Idemar Citó, que obteve nas eleições de 1994 a 2006 altos percentuais de votos em Tauá e em 2010 não foi além de magros 7,03%.

Por outro lado, o ingresso de lideranças na política local deve ser tributado principalmente às mudanças socioeconômicas registradas no município. A expansão dos serviços públicos abre a possibilidade de que profissionais que os exerçam transformem usuários em eleitores. O deputado Júlio Rego, por exemplo, teve no exercício da Medicina a porta de entrada para a política, enquanto Antônio Câmara e Domingos Filho exercitaram a advocacia. Já para Idemar Citó, a atividade empresarial foi a credencial para o ingresso na política do município.

A eleição de prefeitos está associada ao apoio que recebem dos deputados estaduais, embora que, ao serem eleitos, possam eles ter pretensão de formar grupos políticos próprios. Dos prefeitos eleitos, espera-se reciprocidade no apoio ao fortalecimento das bases eleitorais dos deputados estaduais no município, que, assim como vereadores, são considerados versões dos antigos “cabos eleitorais”

O entrelaçamento da militância das instâncias estadual e municipal determina a força maior ou menor dos grupos políticos que atuam no plano local.

Levanto a hipótese de que é mais ao peso dos grupos políticos organizados nos municípios e menos aos partidos políticos aos quais eventualmente estejam filiados que devem ser tributadas as vitórias alcançadas nas disputas eleitorais.

Embora tenha como ponto de partida “estudos de casos” de carreiras políticas individuais, a análise de Raulino Pessoa Júnior tem como desaguadouro natural a formação de grupos políticos que desenham o quadro da política municipal de Tauá em dois períodos com características distintas. Vale lembrar que, no período militar, os grupos políticos não deixaram de existir, ainda que abrigados em dois partidos (ARENA e MDB).

O capítulo sobre a análise de conjuntura da eleição de 2010 em Tauá traz a confirmação de que as escolhas eleitorais têm por critério não a filiação partidária dos candidatos, mas sim os vínculos que mantêm com grupos políticos estaduais e locais.

A pesquisa desenvolvida confirma o situacionismo como característica marcante da política municipal, ou seja, os grupos políticos locais buscam aliar-se aos governos estadual e federal como meio de trilhar caminho mais fácil de acesso aos recursos públicos. A força dos deputados estaduais depende da possibilidade de exibir recursos captados para realização de obras nomeadas como “suas”. Desse modo, aqueles que não aderem ao governo estadual no decorrer da campanha, provavelmente, o fazem à extensão dos seus mandatos.

O preço das campanhas é apontado por políticos tradicionais entrevistados como fator de dificuldade e desestímulo a que continuem a participar das disputas eleitorais. Os depoimentos de Antônio Câmara e Júlio Rego são elucidativos: o rompimento constante de acordos e o fato de que o “trabalho político” nos moldes tradicionais tenha deixado de ser essencial para a conquista de mandatos são motivos citados para a desistência de novas candidaturas.

O jogo político mudou, exigindo outras habilidades enxergadas pelo grupo político de Domingos Filho, que se tornou hegemônico, não só em Tauá, mas, também, na microrregião do Inhamuns, permitindo-lhe alçar voos mais altos na política estadual: ao ocupar a Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), credenciou-se para ser o candidato a vice-governador na chapa vitoriosa de Cid Ferreira Gomes em 2010. O avassalador desempenho eleitoral do grupo político por ele comandado embaralhou a política no município, tornando necessária a continuidade dessa investigação, daí a provocação que faço a Raulino Pessoa Júnior. Que novas pesquisas lancem luzes sobre a nova temporalidade política em Tauá, ultrapassando 2010.

Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho

Professora Associada III da Universidade Federal do Ceará

PREFÁCIO

Em 14 de junho de 2021, a imprensa nacional noticiou a atuação política particularista de um deputado federal que destinava bens públicos a um distrito geográfico específico. Como vemos respectivamente nos títulos das matérias publicadas no O Globo e Estadão: “Orçamento paralelo’: relator entrega dezenas de tratores em cidade governada pela mãe” e “Festa do tratoraçõ’: deputado manda 31 tratores para cidade governada pela mãe”.

As matérias faziam referência ao deputado federal Domingos Neto (PSD), Relator-geral do Orçamento de 2020, que direcionou verbas do orçamento federal para sua base eleitoral, especificamente o município de Tauá-Ceará, onde sua mãe, Patrícia Gomes Aguiar (PSD), era então prefeita. Tauá, inclusive, foi, proporcionalmente ao número de habitantes, o município brasileiro que mais recebeu verbas federais em 2020, das Emendas de Relator (RP 9).

A repercussão desse tipo específico de atuação parlamentar, citada nas duas matérias, indica a atualidade e a relevância do debate sobre representação política e atuação dos deputados na conquista e manutenção do poder político em determinado território. A imprensa nacional abordou a questão com deboche, dando a entender que esse tipo de exercício político seria necessariamente marcado por patrimonialismo, nepotismo e até corrupção, sendo uma situação corriqueira de um Brasil ainda tradicional e ausente do poder modernizante do mercado capitalista. Como pretendemos demonstrar neste livro, porém, esse tipo de representação política é comum em todo o País e o Nordeste brasileiro não seria especificamente uma região marcada pelo domínio de “coronéis” onipotentes.

Esta obra traz a pesquisa de mestrado defendida em 2011 e intitulada “Entre as bases e o governo: trajetória política de deputados estaduais da região do Inhamuns-CE (1970-2010)”. A dissertação foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, sob orientação da Prof.^a Dr.^a. Rejane Maria Vasconcelos Accioly de Carvalho.

Passados dez anos da defesa do trabalho, o debate mostra-se pertinente e atual. Embora tenham acontecido mudanças importantes quanto à estruturação dos grupos políticos liderados pelos deputados, a racionalidade política, bem como o *modus operandi* de elaboração e manutenção da base eleitoral, relatados na pesquisa, continuam em plena atividade.

A pesquisa analisou a trajetória política de quatro deputados estaduais que possuem a região do Inhamuns como circunscrição eleitoral informal e o município de Tauá como principal colégio eleitoral. Investigou a carreira política de Júlio Gonçalves Rêgo e Antônio Gomes da Silva Câmara, no período em que disputaram o domínio dessa base eleitoral, de 1975 a 1994; e de Domingos Gomes de Aguiar Filho e Idemar Loiola Citó, no ciclo posterior, de 1995 a 2010.

O estudo ora focalizado buscava compreender como esses deputados estaduais foram recrutados; quais as estratégias para conquista e manutenção do poder local em Tauá; como estes se relacionavam com sua base eleitoral; que tipo de relações estabeleciam com outros atores políticos, como deputados federais, governadores, prefeitos e vereadores; quais suas táticas de conquista de votos; e quais seriam seus cabos eleitorais nos municípios.

Os quatro deputados estaduais sob comentário atuavam como *policy broker*, intermediando recursos e políticas públicas para a região do Inhamuns e, sobretudo, para o município de Tauá, o principal da região. Desempenhavam então o papel de principais intermediadores do governo em suas bases eleitorais. Nesse tipo específico de atuação parlamentar, o deputado encaminha fundos de *pork-barrel* para sua base eleitoral, alocando políticas distributivistas em distritos geográficos específicos. Os bens públicos são, assim, geograficamente desagregados, predominando uma atuação parlamentar do tipo particularista.

Esse modo de representação política é assente no território, ganhando centralidade a dimensão geográfica. A base eleitoral do parlamentar é definida em termos territoriais, ligada à representação de região, municípios ou bairros específicos; e não em termos de partido, ideologia ou grupos de pessoas. Embora o sistema eleitoral para a seleção de deputados estaduais

seja proporcional com distrito de grande magnitude, no caso concreto, os deputados possuem um distrito eleitoral informal, a região do Inhamuns, e informalmente disputavam nesse território a votação no modelo majoritário, concentrado os votos nos municípios.

O tipo de base eleitoral definida em termos de território, com atuação política do parlamentar direcionada para sua circunscrição eleitoral, é pejorativamente acunhado de “curral eleitoral”, sendo criticada por concentrar o poder e personalizar a representação. Em contrapartida, os argumentos de defesa ressaltam que a existência de distrito eleitoral permite aos eleitores maior controle da atividade dos seus representantes, maior responsividade, gerando incentivos para que o parlamentar defenda os interesses da região que representa.

A pesquisa agora sob relato mostra-se atual, ao elucidar os mecanismos de constituição da carreira política de deputados que possuem a representação política baseada no território, dando conta de uma temporalidade de três décadas.

O recorte temporal desta demanda se encerra na eleição municipal de 2010. Passados mais de dez anos, a configuração da política foi objeto de algumas alterações. O município de Tauá ainda tem intensivo domínio do grupo político de Domingos Gomes Filho, sendo sua esposa, Patrícia Gomes Aguiar (PSD), a prefeita. Essa influência foi alvo de breve abalo com as eleições de 2016, momento em que Patrícia Gomes Aguiar (PMB) não foi reeleita por uma diferença de 93 votos do seu oponente, o médico Carlos Windson (PR).

A gestão de Carlos Windson foi conturbada, pois este não tinha bases políticas sólidas em Tauá. A sua vitória eleitoral foi tributária da coalizão da oposição que reunia o ex-deputado estadual Idemar Citó e o atual deputado estadual, que faz oposição ao grupo de Domingos Gomes Filho, Audic Mota (PMDB). Ausente de base de governabilidade na Câmara dos Vereadores e sem expertise política, o prefeito foi alvo fácil de denúncias de corrupção. O então vice-prefeito, Carlos Frederico Citó Rêgo (PSDB), sobrinho do ex-deputado Idemar Citó, em aliança com vereadores, na sua maioria vinculados ao grupo

político de Domingos Gomes Filho, garantiu o afastamento do prefeito Carlos Windson e, conseqüentemente, sua posse com prefeito em exercício.

O grupo político de Domingos Gomes de Aguiar Filho encontra-se fortalecido no plano estadual. Atualmente exerce o comando do Diretório Estadual do Partido Social-Democrático (PSD) no Ceará, conta com o mandato de deputado federal, representado por Domingos Neto, o controle político em Tauá, com Patrícia Gomes Aguiar na qualidade de prefeita, uma rede de prefeitos em cerca de 30 municípios e o apoio de vereadores e cabos eleitorais em outras dezenas de cidades no estado.

Saber como o poder está estruturado no plano local, nos territórios dominados pelos deputados, e conhecer como esses parlamentares conquistam e mantêm bases eleitorais é de fundamental importância para aprofundarmos nossa democracia e torná-la efetivamente democrática. O poder parlamentar é o alicerce da nossa representação política, sendo de fundamental importância seu conhecimento para aprimorar nosso desenho institucional.

Boa leitura!

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a relação que deputados estaduais estabelecem com suas “bases eleitorais” e com o governo. Estritamente parlamentares que direcionam sua ação parlamentar às circunscrições eleitorais informais, a regiões específicas. Para investigar a atuação legislativa desse tipo de deputado, o livro reconstitui a trajetória política de quatro deputados estaduais com votos concentrados na região do Inhamuns, mais especificamente, o município de Tauá. Demanda compreender como esses deputados são recrutados, de que modo conquistam e mantêm o poder local em Tauá, como se relacionam com sua “base eleitoral”, estabelecem relações com deputados federais, governador, prefeitos e vereadores, e de que modo se dão as estratégias de conquista de votos.

Para iniciar o debate, pontuamos dois elementos: i] problematização e elaboração do objeto de pesquisa ii] e o caminho metodológico para abordá-lo.

DEFINIÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Pesquisas variadas acerca do mandonismo familístico foram produzidas sobre grupos do sertão cearense, entre as quais as de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), Costa Pinto (1980) e Billy Chandler (1980). Associados a esses estudos, persistiram conceitos que procuravam explicar a razão de o Ceará ser uma região resistente à mudança social e política, onde elites tradicionais se mostravam antagônicas à adoção do capitalismo moderno. De modo geral, essas análises buscavam responder à seguinte indagação: como lideranças políticas de feição tradicional conseguem se perpetuar por tanto tempo em um contexto de transformações sociais e econômicas que se registraram no País e na região, sobretudo, desde os anos de 1950¹?

1 Nesse período, estava ocorrendo um novo fenômeno na política tradicional, a comercialização dos votos. Esse é considerado o indício do enfraquecimento do

Esta ideia de um padrão tradicional das elites políticas cearenses foi reforçada nas eleições de 1982, pois, ao indicar o candidato ao governo, os três chefes políticos à época no Ceará (Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora) fizeram um acordo, formalmente registrado, de dividir os quadros da Administração Pública em três partes iguais. Assim, esse pacto político reforçou a imagem-marca do Ceará como uma região sob a égide de coronéis maquiavélicos², contrastada com o contexto nacional de redemocratização e de luta por maior participação política. Predominou a ideia de que o Ceará seria, entre todos os estados do Nordeste, o mais “encarniçadamente oligárquico”, como comentou Francisco de Oliveira (1985) em 1977.

A abertura política nacional, em curso desde o final dos anos de 1970, parecia, assim, não afetar as eleições no Ceará, que, em 1982, mediante a mobilização dos grupos políticos do período da ditadura, garantiram a vitória de Gonzaga Mota ao Governo do estado. Vitória fácil e conseguida nos moldes tradicionais de campanha, em que os chefes políticos estaduais – mediante uma rede capilarizada de deputados, prefeitos e vereadores - davam a conhecer a sua vontade aos eleitores (CARVALHO, 1999).

Esses grupos, alguns dos quais surgiram ou se fortaleceram no período da ditadura militar no Ceará, apesar de comporem sublegendas da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), funcionavam, na prática, como partidos políticos independentes e disputavam mais o domínio político entre si do que mesmo com o partido adversário, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). De tal modo, os três chefes políticos que governaram o Ceará no período militar procuraram construir e consolidar

controle oligárquico, na medida em que se configurava como um ato meramente contratual entre compradores e vendedores de mercadorias. Ou seja, tinha-se não mais um “patrimônio eleitoral”, mas um “capital eleitoral” que podia ser comercializado. Esse fenômeno revela o fato de candidatos sem tradição política conseguissem votos pelo mecanismo de “compra” do mandato. Embora esse “comércio eleitoral” exigisse a mediação de “cabos eleitorais” locais. Assim, surgiu a figura do “político paraquedista”, qual seja: deputado estadual ou federal que visita os municípios apenas no período eleitoral de quatro em quatro anos e que através do apoio de grupos políticos locais conseguem votos da população, mas que não retorna ao município.

2 Produziu-se sobre a criminalização das elites nordestinas que se mantinham hegemônicas através da permanência do quadro de miséria da população. Ver produção sobre o conceito de “indústria da seca”, sobretudo a obra de Antônio Callado, intitulada “Os Industriais da Seca e os Galileus de Pernambuco”.

suas bases políticas nos municípios, formando grupos como “cesistas” (César Cals), “virgilistas” (Virgílio Távora³) e “adautistas” (Adauto Bezerra). Cabe ressaltar que, quando algum dos chefes políticos era indicado ao Executivo estadual, conseguia fortalecer e ampliar sua rede social no restante do estado, alimentando com verbas e empregos a sua clientela política.

No pleito de 1982 o Partido Democrático Social (PDS) obteve massiva vitória no Ceará. O candidato ao Executivo estadual, Gonzaga Mota, foi eleito com 63% do total dos votos. Além disso, o partido conseguiu eleger 73,9% dos deputados estaduais, 89,4% dos deputados federais e 96,4% das prefeituras.

Esse resultado camuflava a erosão subterrânea do tempo da “arte da chefia”. Em 1986, mesmo com a coligação dos chefes políticos que se fortaleceram com sólidas raízes políticas interioranas, não foi possível mobilizar as bases eleitorais para garantir a vitória do PDS. Assim, tanto Adauto Bezerra, do Partido da Frente Liberal (PFL), quanto César Cals, do PDS, deixaram de galgar os cargos de governador e senador, respectivamente.

Quatro anos após as eleições de 1982, um candidato neófito na política e defensor de uma visão empresarial e racionalizada da gestão pública (eliminação do clientelismo e combate ao coronelismo) foi eleito governador. Tasso Jereissati, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), conseguiu 53,3% dos votos contra 30% de Adauto Bezerra (PFL). Nesse pleito, a novidade foi que a regra pragmática do acordo político não produziu os resultados esperados: a votação de Adauto Bezerra foi inferior à de Tasso Jereissati, não apenas na capital, mas também no restante do estado, onde os “coronéis” supostamente tinham votos “cativos”.

Malgrado essa vitória não dever ser atribuída exclusivamente ao acúmulo de *forças mudancistas locais*, mas também a um contexto de mudança geral⁴ que estava ocorrendo em todo

3 Virgílio Távora exerceu liderança na política estadual antes da ditadura militar. Destaca-se o protagonismo que desempenhou nas eleições de 1962, quando articulou uma aliança, “União pelo Ceará”, que agregava os principais partidos políticos da época que antes eram opostos, como UDN e PSD. Essa grande aliança governista barrava o avanço de novas forças sociais, como o PTB liderado por Carlos Jereissati e as correntes sindicalistas e da esquerda.

4 O PMDB, nesta eleição, conseguiu eleger vinte e dois governadores, sendo ape-

o País, percebemos que as bases políticas do interior do estado estavam desarticuladas, não sendo mais alicerces de “votos certos” para os chefes políticos. Assim, cabe um questionamento: como, em tão pouco tempo, as bases políticas do PDS, recrutadas e alimentadas durante todo o período de domínio dos três chefes políticos, foram desarticuladas?

Cabe observar que o contexto dos anos de 1970 e 1980, no Ceará, foi marcado por significativas mudanças no tecido social, como desestruturação das modalidades tradicionais de economia (rendeiros/meeiros⁵) e o surgimento de movimentos sociais liderados pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e pela Igreja Católica através do protagonismo das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). Como essas mudanças afetaram a estruturação dessas bases políticas do Estado? A representação política foi alterada ou ainda continuou personalística e centrada na liderança de proprietários rurais? As práticas políticas de conquista de votos foram modificadas ou permaneceram ligadas à influência que os proprietários de terra possuíam com seus moradores? Ocorreu a ascensão de grupos políticos não vinculados aos agrupamentos familiares locais?

Na literatura, são escassos os estudos sobre essas novas relações com as bases eleitorais no período de redemocratização, marcado por uma situação política de maior disputa eleitoral (elevado número de candidatos a prefeitos e vereadores e uma multiplicidade de coligações partidárias) e a emergência de novos atores políticos. Ao contrário do passado, nenhuma liderança política consegue mais “fechar completamente” sua área de influência política. Se, antes, a literatura fazia uso da categoria “curral eleitoral” para referir-se ao fato de que os eleitores seriam conduzidos como “animais” às urnas para votar

nas derrotado em Sergipe. Além disso, esse partido conseguiu eleger trinta e oito deputados das quarenta e nove vagas do Senado e na Câmara Federal o PMDB elegeu 53% dos deputados. Podemos, inclusive, falar de uma “onda do Plano Cruzado” do governo José Sarney (PMDB).

⁵ As formas tradicionais de trabalho rural desenvolvidas pelos agricultores que não possuíam terra própria para cultivo eram: rendeiro, quando tomavam a terra por arrendamento para cultivar e pagava uma renda periódica por seu uso; ou meeiro, quando cultivavam na terra de outra pessoa mediante a divisão do resultado da produção com o dono da propriedade.

no candidato indicado pelo chefe político, como ocorre essa relação atualmente?

Se, anteriormente, quem fazia a conexão entre os eleitores e os políticos, no âmbito estadual no sertão agropecuário, eram, sobretudo os chefes políticos de base rural, agora quem faz esse “meio-campo” para os deputados nos municípios: partidos políticos? Associações? Indivíduos? Famílias? Vereadores? Prefeitos? Notáveis locais, como grandes comerciantes ou médicos?

Estudos de caso sobre municípios são úteis para verificar como esses processos ocorrem na contextura local. Pesquisas procuraram responder às seguintes indagações: há mudanças de atores políticos ou existem alterações estruturais dos processos políticos? Mesmo que as lideranças políticas ou as famílias permaneçam as mesmas, suas práticas de conquista e manutenção do poder continuam iguais? E, quando ocorre a emergência de políticos não vinculados aos grupos familiares locais, suas práticas políticas foram alteradas?

César Barreira (1992, p. 45) atesta mudanças no poder político local com o surgimento de uma “nova ordem social”. Para o autor, o declínio da hegemonia das grandes famílias no sertão e do coronel (entendido como o grande proprietário rural) cede espaço para uma nova classe emergente, os profissionais liberais (médicos e advogados). Assim, em lugares onde ocorre a alteração do rural para o urbano e industrial, a classe média assume o papel nessa transformação, influenciando o desenvolvimento econômico não apenas mediante a contribuição de suas habilidades específicas, mas, por via de seu compromisso com os estilos de vida modernos, exercendo a liderança do processo político.

A entrada desses profissionais na política representou o que César Barreira (1992) considerou ser o último período de mando dos proprietários de terras. Segundo o autor, os proprietários de terra perdem o controle sobre sua “clientela eleitoral”, pois ocorreu o rompimento com a dependência pessoal, enquanto os valores de lealdade, gratidão e favor passam a ser questionados. O poder torna-se complexo, não se restringindo apenas à figura do grande proprietário. O Estado é fortaleci-

do pela estrutura jurídica e econômica. O coronel passa a fazer parte de uma estrutura mais complexa de poder no sertão, onde há uma nova composição de forças.

Jawdat Abu-El-Haj (2003), em pesquisas realizadas em três municípios⁶ cearenses, aponta transformações nos grupos das elites dirigentes do poder local. Em Itapiúna, foram registradas duas transformações: a primeira, nos anos de 1960 e 1970, com o esgotamento da grande propriedade rural como poder econômico e o enfraquecimento das elites tradicionais, permitiu o surgimento de uma classe média urbana como personagem política; a segunda, nos anos de 1990, com a derrota desta classe média, possibilitou a emergência de elites com inclinação modernizante e empresarial.

Em Icapuí, assinalam-se também duas mudanças. Inicialmente, a legitimidade política das elites tradicionais foi contestada, ocasionando a emancipação do município, em 1982, dando abertura para o surgimento e consolidação de lideranças vinculadas ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em seguida, nas eleições de 2004, ocorreu o esgotamento dessas lideranças de esquerda e as elites tradicionais retornaram ao comando político local, metamorfoseadas com discurso “empreendedor” (ABU-EL-HAJ, 2006).

Analisando a política no município de Piquet Carneiro, Ana Paula de Sousa (2007) atesta profundas transformações no poder local, quer pelo colapso da agricultura tradicional, quer pelo aparecimento de uma pequena classe média, composta de profissionais liberais aliados ao governo de Tasso Jereissati. Nas eleições de 1988, a elite tradicional que era dominante no município, família Aires, entrou em declínio, surgindo outra elite com feições modernas, defendendo a formação de uma infraestrutura pública e o desenvolvimento sustentável no sertão.

Segundo Abelardo Montenegro (1980) e Josênio Parente (2000a), a base física e econômica do Ceará não criou condições para a fixação de oligarquias. Assim, as elites políticas seriam frágeis por causa da base econômica sujeita a secas perió-

6 Os municípios pesquisados foram: Acarape, Icapuí e Itapiúna. No entanto, só foram publicados os resultados relativos às duas últimas municipalidades.

dicas. Nos municípios que compõem o Inhamuns, contudo, as elites foram dominantes durante décadas.

A presente pesquisa busca analisar os padrões da política municipal no período pós-ditatorial, analisando a trajetória política de deputados estaduais. Dessa maneira, será possível observar quais os constrangimentos institucionais que esses deputados sofreram e quais as estratégias utilizadas por estes para contornar essa nova realidade política e o novo arranjo institucional.

Pretendemos investigar os mecanismos de conquista e manutenção das bases políticas de deputados estaduais que possuem votação concentrada em circunscrições eleitorais informais, sem incluir a capital do estado, localizadas no Ceará, especificamente na região do Inhamuns.

Estes deputados possuem força própria? Ou eles precisam estar atrelados ao governo estadual para conquistar, consolidar e expandir suas bases políticas? Transformações e decisões tomadas pelos grupos políticos estaduais afetam as lideranças locais na estruturação de seu poder?

Examinamos, então, a dinâmica das relações políticas entre as bases municipais e a eleição de representantes na política estadual com base nas carreiras de seus representantes na ALECE. Como eram essas relações em um padrão tradicional (“política dos currais”, “coronelismo”, “neocoronelismo”, “familismo político”)? Como, após a redemocratização, essas relações são estabelecidas? Houve quebra nesse padrão tradicional? Mudaram as formas de vinculação desses deputados com os eleitores e com a máquina do Estado? Estes deputados, quando são governistas, conseguem aumentar seu poder de influência na sua base política? Quando estes não são agraciados com as benesses do Poder Executivo estadual, o que isso implica na manutenção de sua base eleitoral?

A pesquisa intenta investigar sujeitos específicos, buscando reconstituir suas trajetórias políticas para desvendar as estratégias de reprodução do poder em um período histórico. Assim, tornam-se relevantes as seguintes perquisições: como deputados estaduais conseguem manter os seus domínios por tanto tempo? Como ocorre a ascensão de novas elites ou de novas

peças na política local em Tauá? A “nova classe empresarial” no comando do Executivo estadual em 1986 representou uma ameaça à continuidade do projeto político dos grupos político/familiares em Tauá? Esses empresários se aliaram aos grupos político/familiares estabelecidos na política de Tauá ou buscaram isolá-los e incentivar a organização de novos grupos?

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudamos, aqui, a composição e a recomposição dessas elites políticas, ao investigar se existe uma nova dinâmica política na região do Inhamuns. Atualmente, essa região⁷ é composta por seis municípios: Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Parambu, Saboeiro e Tauá, como vemos no mapa a seguir.

FIGURA 1 - MAPA DA REGIÃO DO INHAMUNS.



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Mapa de localização da microrregião do Sertão do Inhamuns, 29 de abril de 2006, autor Raphael Lorenzeto de Abreu. 1 mapa, color. Disponível em: <www.citybrazil.com.br/ce/regioes/sertaoinhamuns>. Acesso em: 06 de junho de 2009.

7 Utilizamos a regionalização de microrregiões proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), preterindo a divisão sugerida pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) em 2006. A razão de tal escolha deve-se ao fato de que a região abarcada pelo IBGE abrange municípios que possuem ligações históricas no domínio de uma mesma família, os Feitosa. Isto será demonstrado à extensão do livro.

O interesse por tal região se justifica em quatro pontos principais. Primeiro, pelo fato de esse território ser marcado historicamente por traços do mando de feição tradicional, onde famílias têm monopolizado o poder local durante décadas, tornando-se objeto de variados estudos sobre mandonismo político⁸.

Os Feitosa são citados em diversas obras do pensamento social brasileiro que analisaram o poder tradicional. Cabe ressaltar o estudo de Billy Chandler, nos anos de 1960. Esse historiador estadunidense comenta, no prefácio de seu livro, que queria realizar uma pesquisa, de cunho histórico, sobre uma comunidade rural “fiel às tradições, isolada e isenta dos avanços deste século, onde tudo fosse como antigamente” e que para tal foi aconselhado a escolher o Ceará, visto que seria “[...] dentre as regiões menos afetadas pelas mudanças, uma das mais importantes”. Assim, esse pesquisador escolheu o Ceará, mais especificamente o Inhamuns, “área rural, isolada e tradicional” (CHANDLER, 1980, p. 9-10). Seu estudo aborda a história da família Feitosa, desde a colonização do Inhamuns, no início do século XVII, até o ano de 1930.

Segundo, pelo fato de essa região localizar-se no sertão semiárido onde predomina, no imaginário social, uma fusão de imagens do Nordeste da seca e da fome, da política dos coronéis que comandam “currais eleitorais” e são donos de “votos de cabresto”. Assim, ao examinar a cristalização do quadro de análise sobre a política no sertão semiárido, tencionamos desconstituir a imagem atrelada aos políticos e aos eleitores “nordestinizados”, em que, mesmo que as práticas políticas e as elites sejam modificadas, o quadro de categorias para analisar essa realidade consagra que “nada mudou” e atualiza conceitos, como “neocoronelismo”, “coronelismo midiático”, entre outros.

Em terceiro lugar, porque suas elites políticas, à extensão temporal, foram destaque no cenário político estadual. No Brasil-Império, o Inhamuns foi representado pelo líder do Partido

8 Diversos estudos genealógicos sobre famílias cearenses serviram como fundamento para obras clássicas que utilizavam em suas pesquisas conceitos como “oligarquia”, “mandonismo”, “familismo” e “patrimonialismo”. Genealogias de famílias, como Feitosa, Alencar, Acioli, Barreira etc., contribuíram para que os estudos sobre dominação tradicional tivessem o Ceará como referência central. Ver, por exemplo, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), Costa Pinto (1980) e Billy Chandler (1980).

Conservador no Ceará, Miguel Fernandes Vieira. No período recente, o prestígio de suas lideranças é constatado, tanto na ocupação da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALECE), Antônio Câmara (1987-1988), Júlio Rêgo (1991-1992) e Domingos Filho (2006-2010), quanto pela posição de vice-governador do estado, Domingos Filho (2011-2014). Além disso, o Inhamuns apresentou grande efervescência política nos anos de 1980, sendo palco de inúmeros conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários de terras.

Por último, evidenciamos familiaridade com a temática, obtida com a realização de uma pesquisa monográfica sobre o município de Catarina, localizado na microrregião do Inhamuns. No estudo mencionado, foi analisado como o líder político local, Frutuoso Rodrigues Pereira, conseguiu manter-se hegemônico na política durante quatro décadas (1970-2000), passando por diversos contextos sociopolíticos.

A pesquisa mencionada, possuindo um recorte histórico de cinco décadas (1950-2004), chegou à conclusão de que esse chefe político conseguiu manter-se hegemônico por todo esse período em decorrência de algumas estratégias políticas, como: monopólio na concessão de dádivas aos seus eleitores, dificultando, assim, o surgimento de lideranças que submeteriam a xeque o seu domínio; cooptação de líderes políticos emergentes; forte tendência situacionista em que buscava o apoio do governador e dos deputados estaduais e federais da região que eram ligados ao governo; estabelecimento de um poder simbólico em que sua liderança era percebida como anistórica e indestrutível. Ao final do período analisado, no entanto, verificou-se que esse domínio político mostrava-se fragilizado em decorrência da quebra de valores tradicionais, como lealdade e gratidão, que sustentavam esse poder⁹.

Concluída a pesquisa sobre a dinâmica política daquele município, passamos a observar que outras cidades componentes da região do Inhamuns exprimiam algumas similarida-

9 Para informações ver: Raulino Pessoa Júnior (2008; 2019).

des quanto à política local. Em Arneiroz, predominou a família Petrola durante seis décadas (1950-2000); Em Aiuaba, foi hegemônica o grupo familiar Arraes Feitosa durante três décadas (1950-1970), entrando em declínio apenas quando o líder dessa família, Armando Arrais Feitosa, que foi prefeito por dois mandatos (1959-1962; 1967-1970), foi morto em 1972¹⁰ e o outro ramo da família Feitosa assumiu a liderança política no município.

As cidades que mostravam maior rotatividade entre vários grupos da elite política local eram Saboeiro, Parambu e Tauá. Em Saboeiro, a família Nocrato comandou três décadas (1950-1980), sendo desbancada por um integrante da família Diógenes, Perboyre Silva Diógenes, nas eleições de 1992. Em Parambu, prevaleceu o domínio político da família Noronha por volta de quatro décadas (1960-2000); no entanto, o poder político dessa família é dividido em duas facções, Mateus Noronha e Ferreira Noronha, que disputam entre si o comando local do município. As duas facções coligavam-se com outras famílias locais, não conseguindo predominar apenas uma representação durante muito tempo.

Na história política de Tauá, observamos três ciclos de poder. O primeiro foi iniciado pela família Feitosa, indo da colonização dessa região, no início do século XVIII, até a Primeira República (1889-1930). O segundo período foi centrado na liderança política de Joel Marques, abarcando todo o período da Era Vargas (1930-1945) e da Redemocratização de 1945. O terceiro período foi iniciado na ditadura militar (1964-1985), se prorrogou na Redemocratização de 1985, tendo como característica a disputa política de dois grupos, o grupo político familiar dos Gomes de Freitas e o grupo político centrado na liderança de Júlio Rêgo e Idemar Citó.

Inicialmente, a pesquisa buscava analisar a composição e recomposição das elites políticas em todos os seis municípios da região do Inhamuns, porém, em virtude de limitações, como tempo de duração da pesquisa, restrita por meio de conclusão do mestrado em 24 meses, e escassez de recursos financeiros, optou-se por analisar a política do município de Tauá.

¹⁰ Para maiores informações ver as seguintes matérias do O Povo: Confirmada (1974) e Júri (1975).

A escolha de Tauá decorre do fato de que, dentre todos os municípios que compõem essa região, este é o mais dinâmico politicamente, não havendo o domínio político de uma só família. Observa-se também que os grupos políticos apresentarem-se mais diversificados.

Tauá é a sede regional do Inhamuns, exercendo sobre as demais cidades influência econômica e política, fornecendo lideranças políticas que a representam no âmbito estadual e federal. Como exemplos dessas lideranças, há duas linhagens políticas: uma era representada por Júlio Rêgo e depois assumida por Idemar Citó; e a outra liderada por Antônio Câmara e posteriormente comandada por Domingos Filho.

Além disso, o domínio da política local de Tauá é estratégico para a conquista de votos no Inhamuns, pois, pela influência política da Prefeitura e da Câmara de Vereadores, o deputado estadual consegue estender sua base política para outras cidades que gravitam em torno de Tauá, como: Arneiroz, Aiuaba, Catarina, Saboeiro, Parambu, Quiterianópolis e Independência.

Dessa maneira, tendo demarcado a região e o município para a realização do estudo sobre as elites políticas no período pós-redemocratização, restou definir como a pesquisa se realizaria. Optamos por analisar a trajetória política de quatro deputados estaduais¹¹.

Essa escolha está respaldada no fato de que esses deputados representam duas linhagens políticas bem delimitadas na política local de Tauá. A primeira linhagem é composta pela família Gomes de Freitas, que obteve ascensão política no município nos anos de 1910 quando a família Feitosa entrou em declínio. Este grupo é representado pelos deputados Antônio Câmara, com cinco mandatos consecutivos (1975-1994), e atualmente pelo deputado Domingos Filho, que foi parlamentar durante quatro mandatos consecutivos (1995-2010) e vice-governador (2011-2014). A segunda linhagem é composta pela liderança política de Júlio Rêgo, este foi deputado durante sete mandatos consecutivos (1967-1994), e posteriormente foi liderada por

¹¹ Os deputados estaduais escolhidos são naturais de Tauá e possuem a região do Inhamuns como principal circunscrição eleitoral informal.

Idemar Citó, que ocupou o cargo de deputado estadual cinco vezes consecutivas (1995-2010)¹².

A opção metodológica de acompanhar a trajetória política dos deputados estaduais deve-se ao fato de que estas lideranças são o elo entre o poder local (prefeitos e vereadores) e o poder estadual (governadores). Apesar de os deputados estaduais terem a atribuição formal de discutir e propor leis estaduais e de fiscalizar as ações do Poder Executivo estadual, grande parte de suas ações está direcionada ao atendimento das bases eleitorais, sobretudo deputados que possuem votação concentrada em circunscrições eleitorais bem definidas (BEZERRA, 1999).

Ainda segundo Marcos Otávio Bezerra (1999), que realizou uma pesquisa com deputados federais e senadores no período pós-redemocratização, os prefeitos esperam que os parlamentares consigam verbas para a realização de obras nos municípios e os parlamentares aguardam que os prefeitos consigam mobilizar suas bases eleitorais para garantir-lhes vitória eleitoral.

Ao examinar a relação dos deputados estaduais com suas bases políticas, analisamos de que maneira uma mudança na elite política centrada na máquina governamental afeta as lideranças locais na estruturação de seus grupos políticos. Para investigar esse fenômeno, focamos o exame nos laços complexos que são tecidos entre lideranças políticas nos níveis municipal (prefeitos, vereadores) e estadual (deputados e governador). Esse ponto torna-se necessário porque os conflitos políticos no âmbito municipal estão apoiados em disputas no plano estadual, não sendo possível entender a dinâmica política de um município apenas no interior dele, mas sim em suas conexões com a política na contextura estadual.

Assim, o objetivo central deste estudo é analisar a relação que os deputados estaduais, que possuem circunscrições eleitorais informais centradas na região do Inhamuns, estabelecem com suas “bases eleitorais” e com o governo. Para alcançar esse objetivo, procuramos *reconstruir a trajetória política de quatro deputados estaduais que possuem votos concentrados na região*

¹² Cabe ressaltar que Idemar Citó, nas eleições de 2006, ficou na suplência, mas assumiu o mandato em 2008.

do Inhamuns, mais especificamente, o município de Tauá. Buscamos compreender como esses deputados são recrutados, como conquistam e mantêm o poder local em Tauá, como se relacionam com sua “base eleitoral”, como estabelecem relações com deputados federais, governador, prefeitos e vereadores e como se dão as estratégias de conquista de votos.

O estudo investiga algo que tem sido pouco tratado na literatura acadêmica, que é a dinâmica das relações entre as bases municipais e o poder estadual. O estudo de caso de um município fornece dados que possibilitam compreender a tendência de algumas transformações, pois, ao analisar períodos eleitorais em uma temporalidade extensa, verificamos as relações que são estabelecidas entre os eleitores, as bases municipais e os políticos que representam o Estado.

Cabe observar que um estudo de caso não permite generalizações do tipo estatístico, mas fornece pistas para compreender processos. Quando propomos a análise de um “estudo de caso” da política de Tauá, buscamos padrões não exclusivos de um município apenas ou ao caso estudado, mas que lancem indicações para entender as mudanças nas relações entre os deputados estaduais e suas bases na política cearense.

Essa opção metodológica de verticalização da análise com base num estudo de caso na região do Inhamuns viabiliza captar os processos de construção das bases eleitorais desses deputados e de suas relações com o governo estadual.

Levantamos dados para traçar a trajetória política dos quatro deputados estaduais que serão analisados nessa pesquisa: o médico Júlio Gonçalves Rêgo, o advogado Antônio Gomes da Silva Câmara, o empresário Idemar Loiola Citó e o advogado Domingos Gomes de Aguiar Filho, com vistas a acompanhar a trajetória política desses deputados estaduais na construção, manutenção e expansão das suas bases eleitorais.

A análise da trajetória dos referidos políticos é importante para compreender os mecanismos e as estratégias de manutenção do poder. Traçamos a origem social dessas personagens, os caminhos para o domínio político, as formas e canais de recrutamento e ascensão social. Analisamos, ainda, as relações políticas estabelecidas com suas bases e com o Poder Executivo esta-

dual. Assim, cabe o seguinte questionamento: quais estratégias são mobilizadas para ascender à posição de deputado estadual? Quais capitais sociais e políticos são acionados?

Quanto ao recorte temporal da pesquisa, embora inicialmente tenhamos procurado focalizar a ascensão de novos grupos de elites no período pós-redemocratização, descobrimos que a análise da trajetória dos quatro deputados teria que focalizar o período da ditadura militar (1964-1985), já que Júlio Rêgo iniciou sua carreira como deputado estadual em 1966 e Antônio Câmara em 1974. Fazemos a análise de um processo histórico de quatro décadas (1970-2010).

Para analisar a trajetória política desses deputados, foram feitos levantamentos de dados junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE) relativos a todas as eleições disponibilizadas no sítio, de 1947 a 2010. Os resultados das eleições anteriores a 1947, referentes ao município de Tauá, foram coletados no livro de Aroldo Mota (2002).

Os dados eleitorais possibilitaram uma análise dos grupos políticos de Tauá, configurando a força política, os partidos e seus redutos eleitorais. Também amplia-se a compreensão das conexões desses grupos locais com deputados estaduais e federais e com o Governo do estado. Com esses indicadores, examinamos as mudanças nas condições de domínio na política local em Tauá, verificando qual grupo, partido, família ou indivíduo estava em evidência em determinado momento; além de entendermos como um grupo é capaz de ser beneficiado, dependendo do apoio do Executivo estadual.

A análise dos momentos eleitorais é importante para notarmos a *"ilusio"* (BOURDIEU, 1996), o sentido do jogo político, os jogos de interesses na obtenção de votos. Nas eleições, observamos a estruturação dos grupos políticos, as teias de conexões que envolvem partidos, famílias, instituições (sindicatos, Igreja) e ocupantes de postos-chave na comunidade analisada (comerciantes, médicos, radialistas).

Os dados quantitativos servirão para traçar o perfil socioeconômico de Tauá. Recorremos, assim, a fontes como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pes-

quisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). O quadro das finanças do município foi importante para que se verificasse o peso que a máquina da prefeitura desempenha na economia local, pois, na maioria dos municípios do Inhamuns, a quantidade de repasses que as prefeituras recebem do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é superior à renda gerada pelas próprias atividades comerciais e industriais desenvolvidas nos municípios. Dessa maneira, as elites locais dependem do controle da máquina pública municipal para a manutenção do seu *status quo*.

Os dados qualitativos que comporão a parte mais substancial da pesquisa foram coletados em várias fontes. No primeiro momento, fizemos uma revisão da literatura especializada sobre a temática da pesquisa, dando enfoque a algumas categorias centrais, como: chefia política, poder tradicional, elite política, poder local, mandonismo familístico, Poder Legislativo e bases eleitorais.

Coletamos documentos e livros sobre Tauá para compor sua história política. Nesse aspecto, tornou-se imprescindível a leitura de “livros de memória”, muito comuns na região, escritos por membros de famílias tradicionais que abordam a genealogia familiar e a biografia de “filhos ilustres da terra”. Outra fonte foram as atas da Câmara Municipal, pois, nos anos de 1990 dois prefeitos, Castro Castelo e João da Luz, foram casados pela Câmara, acusados de improbidade administrativa. Essa leitura possibilitou uma análise das relações entre o Legislativo e o Executivo e a dinâmica de alianças e conflitos entre grupos políticos do município.

A análise das matérias dos principais jornais do estado, Diário do Nordeste e, sobretudo, O Povo, mostrou-se essencial para a realização da pesquisa. Essas matérias, sobre a política em Tauá e acerca dos quatro deputados, foram importantes tanto para compreender o pano de fundo da política cearense, quanto para embasar as entrevistas que foram realizadas.

Outra fonte de pesquisa que se mostrou útil foi a *internet*, sobretudo a rede social *twitter*¹³ e os *blogs*¹⁴ de política. Foi analisado o *twitter* de alguns políticos, como o governador Cid Gomes (@cidfgomes) e o então deputado federal Domingos Neto (@domingos_net) para percebermos o cotidiano da política expressos nessa rede social, já que o gênero do discurso nessa rede social é o da conversação. A pesquisa em *blogs* foi importante para a aquisição de informações sobre a política em alguns municípios, já que esta muitas vezes não é pauta na imprensa estadual.

Somando-se a isso, foi concretizada uma pesquisa de campo, na qual foram entrevistados informantes qualificados para que se reconstruísse o campo das disputas políticas. Foram realizadas, no total, seis entrevistas de longa duração com os principais atores sociais, como: Júlio Gonçalves Rêgo, deputado estadual (1967-1994), entrevista de 90 minutos em janeiro de 2011; Antônio Gomes da Silva Câmara, deputado estadual (1975-1994), com duração de 190 minutos, em janeiro de 2011; Mônica Aguiar, mãe do ex-deputado (1995-2010) e atual vice-governador (2011-2014) Domingos Filho, com duração de 60 minutos, em dezembro de 2010; Walney Alencar, assessor

13 No twitter o usuário publica e recebe atualizações de outros usuários em textos de até 140 caracteres, conhecidos como “tweets”, por meio de um website. As atualizações são exibidas em tempo real no perfil do usuário, sendo visível ao público, e enviadas a outros usuários que tenham assinado para recebê-las. A ideia do *tweets* é fornecer informações rápidas e objetivas. Caso o leitor fique interessado em saber mais sobre o assunto, basta clicar em um endereço eletrônico, que usualmente é postado após as notícias que não conseguem ser reduzidas a 140 caracteres, e este será direcionado a um *site* que contém a matéria completa ou alguma imagem. No *marketing* político, o *twitter* se tornou comum após o uso feito pelo então candidato à Presidência dos Estados Unidos em 2008, Barack Obama, que usou esta e outras redes sociais para divulgar sua imagem, alcançando assim altos índices de popularidade e sendo então eleito presidente. Tanto @domingos_net quanto @cidfgomes utilizam com frequência o *twitter*; o segundo emprega essa rede social para divulgar obras de sua gestão que estão em execução e os lugares por onde visita. Nesse sentido, é interessante observar o *paper* de Jamil Marques (2011) que analisa o *twitter* do candidato à Presidência, José Serra, nas eleições de 2010.

14 O *blog* permite ao usuário publicar artigos que combinam texto, imagem ou o endereço eletrônico de outros *sites*. Esta rede social permite que o usuário publique notícias e faça comentários gerais. Estes *sites* são temáticos e focam assuntos como política, economia, arte, música, fotografia etc. No *marketing* político eles são utilizados para divulgar a campanha do candidato, publicando textos e postando fotos. Além disso, são utilizados para noticiar o cotidiano de algum município.

político de Domingos Filho, com duração de 80 minutos, em fevereiro de 2011; João Antônio da Luz, ex-prefeito de Tauá (1997-2000), com duração de 60 minutos, em março de 2010; Antônio Rodrigues de Amorim, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Tauá (1986-1991), com duração de 95 minutos, em janeiro de 2011.

Não foi possível fazer nenhuma entrevista com o deputado Idemar Citó, embora inúmeras tentativas tenham sido feitas. Demandamos entrevistar tanto o deputado quanto seus assessores, mas as tentativas não tiveram êxito.

Nessas entrevistas, foram priorizadas informações que possibilitassem compor os seguintes elementos sobre os quatro deputados estaduais: origem social, caráter local ou regional da representação, caminhos de domínio político, formas e canais de recrutamento e de ascensão social e as relações estabelecidas nos seus grupos políticos (apadrinhamento, relações familiares etc.), conexões com o governador e com os deputados federais.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com eleitores de Tauá para compreender o humor das eleições de 2010. Destaca-se alguns entrevistados, como: Joaquim Sousa, aposentado de 58 anos, em março de 2010; Isadora Mota, vendedora de 37 anos, em novembro de 2010. Alguns eleitores não quiseram se identificar.

O texto está dividido em quatro capítulos. O primeiro tem por objetivo analisar o poder local e as formas de domínio político nessa esfera do poder. Assim, fizemos uma análise histórica da esfera municipal, abordando do período do Brasil Colonial à Redemocratização de 1985. Paralelamente a essa análise, abordamos a história política de Tauá, configurando os grupos políticos que disputavam o poder local.

No segundo capítulo, examinamos a trajetória política de Júlio Rêgo e de Antônio Câmara. Procuramos compreender como essas pessoas foram recrutadas, como constituíram suas bases eleitorais, de que forma conquistavam a adesão de prefeitos e vereadores, como se relacionavam com o governador e com os deputados federais com os quais eles faziam “dobradinhas” eleitorais. Analisamos, também, como eles monopoli-

zavam os poderes Executivo e Legislativo em Tauá e de que maneira a oposição a esses deputados procurou se consolidar politicamente no município. Por fim, investigamos as circunstâncias que levaram Antônio Câmara e Júlio Rêgo a não mais disputarem o cargo de deputado estadual nas eleições de 1994, transferindo sua base eleitoral, respectivamente, para Domingos Filho e Idemar Citó.

O terceiro capítulo, dando continuidade à metodologia e ao formato de apresentação do capítulo anterior, analisa a trajetória política de Domingos Filho e Idemar Citó, que iniciaram seus mandatos como deputados em 1995. Investigamos de que modo eles foram recrutados, como se relacionavam com suas bases eleitorais (prefeitos, vereadores), com o governo estadual e com os deputados federais. Além disso, estudamos o padrão da disputa eleitoral e de conquista de votos que esses deputados estabeleciam.

No quarto e último capítulo, focamos aspectos da trajetória política de Domingos Filho e Idemar Citó, manifestados nas eleições de 2010. Investigamos os resultados eleitorais de três candidatos que têm bases eleitorais em Tauá: Domingos Neto como deputado federal e Idemar Citó e Ronaldo César como deputados estaduais. O capítulo ressalta a importância dessa eleição para reestruturação do poder político em Tauá: Domingos Filho ascende à política estadual, sendo eleito vice-governador e garante para seu filho, Domingos Neto, a posição de deputado federal mais votado do estado; Idemar Citó altera sua base eleitoral e entra em ostracismo político em Tauá; Ronaldo César, apesar de não ser eleito deputado estadual, consolida-se na política local em Tauá tornando-se o principal representante da oposição.

01 PODER LOCAL E MODALIDADES DE DOMÍNIO POLÍTICO

Esse capítulo tem por finalidade examinar a esfera municipal na política brasileira, investigando suas características de domínio político e transformações acontecidas ao longo da história, como é ressaltado nos conceitos de mandonismo, coronelismo e clientelismo. Além disso, investigamos a relação entre governo municipal, estadual e federal para que entendamos a correlação de forças entre essas esferas de poder.

Analisamos, também, a situação financeira dos municípios situados no semiárido, já que a relação com o governo estadual e federal passa pelo recebimento de verbas e diversos auxílios financeiros, determinando, assim, o tipo de política e troca de favores estabelecido com o poder estadual e o poder nacional. Cabe ressaltar que a dinâmica política municipal só é possível de ser compreendida se analisarmos as conexões que existem entre poder local, o estadual e o federal, já que muitas disputas no âmbito local (prefeitos e vereadores) estão apoiadas em relações de força com deputados, governadores e, muitas vezes, o presidente.

Paralelamente a essa análise, contextualizamos a história política de Tauá, configurando a formação dos grupos políticos nesse município.

1.1 O MUNICÍPIO NOS PERÍODOS COLONIAL E IMPERIAL: PREDOMÍNIO DOS FEITOSA

Durante o período do Brasil Colonial, a política se desenvolveu tendo o município por núcleo. A autonomia do poder local era percebida mediante a eleição dos seus representantes

à Câmara Municipal, que eram recrutados entre os proprietários rurais, os chamados “homens bons”.

Predominou um poder centrífugo devido ao fato de a Metrópole Portuguesa não fazer-se presente no vasto território brasileiro em face da impossibilidade técnica, econômica, militar e política. Assim, dada a ausência de um Estado central que impusesse uma ordem pública, o poder local possuía força.

O Estado era representado no poder local apenas por um servidor do Estado português, o juiz de fora, que muitas vezes se submetia ao poderio dos mandões locais. É importante observar que a colonização foi iniciada não pela ação do Estado, mas pela iniciativa particular. Muitas famílias ocuparam e colonizaram os territórios, visto que esse era o método mais seguro para garantir a solidariedade de todos na defesa da terra contra os aborígenes - como bem mostra Gilberto Freyre (1987, p. 18-19) na página seguinte.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador do Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América.

A história da colonização do Inhamuns confunde-se com a narrativa da família Feitosa. Assim, não tivemos a presença do Estado no sentido weberiano do termo¹, passando a instituição familiar a preencher essa lacuna, dando brecha para a ocorrência de inúmeros conflitos.

Na historiografia brasileira, existiu uma discussão sobre se o País teria experimentado ou não o feudalismo. Entre a tradição “feudalista”, temos as interpretações de Nestor Duarte (1939), Oliveira Vianna (1955) e, posteriormente, Alberto Passos Guimarães (1968) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), que defendem a tese de que o Brasil teve um passado feudal, argu-

1 Para Max Weber (2004, p. 60), o Estado é uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território, reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física, se transformando na única fonte legítima com “direito” à violência.

mentação assentada no poder dos potentados rurais e sua parentela diante do Estado. Em contrapartida, Raymundo Faoro (1975) sustenta a hipótese de que uma organização patrimonial assentada em estamentos burocráticos empreendeu no Brasil uma colonização marcada por um capitalismo mercantilista.

No Inhamuns, a família Feitosa preencheu o vácuo da ausência do Estado. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), ao abordar o mandonismo local na política brasileira, cita a família Feitosa como exemplo de poder privado que dificultou a penetração do Estado nessa região. Essa família ficou conhecida na historiografia brasileira, sobretudo após a guerra privada em que se envolveu com os Montes, descrita na obra de Costa Pinto (1980), que trata de lutas de famílias no Brasil. Nesse livro, o autor aborda dois estudos de caso sobre vingança privada, destacando o conflito entre as famílias Pires e Camargo, que habitavam o interior paulista, e as famílias Monte e Feitosa, que se localizavam no interior do Ceará. O segundo conflito² durou apenas dois anos, mas teve forte impacto no imaginário coletivo sertanejo, sendo o nome Feitosa sinônimo de valentia, poder e prestígio.

Os Feitosa, à semelhança dos Bezerra de Menezes, descritos por Maria Auxiliadora Lemenhe (1996), dedicaram-se à produção e publicação de sua história como grupo familiar. Assim, o registro que se segue sobre essa família baseia-se nas seguintes obras: Leandro Feitosa (1952): “Tratado genealógico da família Feitosa”; Nertan Macêdo (1967): “O clã do Inhamuns”; Gomes de Freitas (1972): “Inhamuns (terras e homens)” e Aécio Feitosa (2006): “Sesmarias dos Feitosa no Ceará”.

Segundo relatos históricos destacados na obra de Leandro Feitosa (1952), a família Feitosa do Inhamuns descende de João Alves Feitosa, português que no século XVII era sesmeiro no distrito de Penedo, próximo à foz do Rio São Francisco, ou Rio dos Currais, como era conhecido. Em 1707, seus dois filhos, Lourenço Alves Feitosa e Francisco Alves Feitosa, invadiram

2 Para saber mais sobre esse conflito e sobre as diferentes versões de historiadores, ver: Nertan Macêdo (1967).

o planalto do Inhamuns, solicitando a sesmaria do Jucá, um afluente do Rio Jaguaribe (FEITOSA, 1952).

O Inhamuns (no tupi *inho*, *inham*: sertão, e *um*: alto)³ era de excelência para a pecuária devido aos seus vastos planaltos com altitude média de 450 metros e de topografia mais ou menos uniforme, com solos secos e pedregosos, apropriados para a criação de animais. Dessa maneira, foi colonizado para a criação extensiva de gado que abasteceria a zona açucareira de Pernambuco e Bahia, transformando o Inhamuns em um dos principais produtores de gado do Nordeste.

A primeira sesmaria nessa região foi doada a Lourenço Alves Feitosa, seu irmão Francisco Alves Feitosa e mais quatro companheiros, em 26 de janeiro de 1707. Lourenço Feitosa se tornou o maior latifundiário do Inhamuns durante décadas, pois, além de receber do Estado vinte sesmarias espalhadas ao longo do Jaguaribe, herdou as terras de seu irmão, acima mencionado, após sua morte em 1770 (CHANDLER, 1980).

Assim, os Feitosa do Inhamuns são descendentes de Francisco Alves Feitosa⁴, de suas três esposas e de seus filhos e enteados, além dos filhos dessas esposas e de seus cônjuges. Conforme a genealogia traçada por Leandro Feitosa (1952), muitos descendentes de Francisco escolheram pessoas dentro da parentela ou do seu grupo familiar para se unirem, ocorrendo casamentos não só entre primos em primeiro grau como também entre tios e sobrinhos. Assim, das 32 pessoas que se casaram na primeira geração (filhos de Francisco e suas esposas) dessa família, 24 escolheram os membros do próprio grupo (CHANDLER, 1980).

Essa família utilizava-se de variados recursos para a manutenção de seu *status quo*, por exemplo: casamento entre membros do próprio grupo familiar para evitar as divisões de terra, alianças por meio de casamento ou parentesco ritualizado com famílias de igual prestígio político e econômico, ocupação de cargos-chave na burocracia municipal e, principalmente, a organização em rede de parentela.

Conforme Otávio Dulci (2007), durante o período Colonial, tivemos, no Brasil, duas elites. O primeiro grupo de

3 Antônio Gomes de Freitas (1972, p. 33).

4 Cabe ressaltar que Lourenço Feitosa não deixou nenhum descendente

elite era formado pelas autoridades da coroa, que formava uma elite burocrática. A origem do poder dessa elite vinha da força e do prestígio da monarquia e da competência das pessoas desse grupo em lidar com assuntos burocráticos do governo.

O outro grupo de elite era formado pelas autoridades locais, uma elite de proprietários rurais. Seu poder provinha da posse de terras, da riqueza e do uso da violência. Compunha um poder intitulado por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976) como “mandonismo”. O mandão local ou chefe exerceu sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que impedia que seus subordinados tivessem livre acesso ao mercado e à sociedade política. Houve uma tendência à privatização do poder, antagônica e hostil ao Estado como poder público. O Estado, por sua vez, se omitia, reduzindo suas tarefas à mera coleta de impostos.

Conforme Billy Chandler (1980), o principal elemento de controle social nesse período era o poder dos notáveis locais. Os potentados rurais recebiam o beneplácito oficial para outorgar comissões na milícia e, em alguns casos, a patente de capitão-mor local. O autor ressalta que

A relação coroa-fazendeiros ressentia-se do elemento necessário da reciprocidade. Enquanto a coroa precisava dos potentados e exigia muito deles, eles, em contrapartida, tinham poucos motivos para respeitar ou confiar na coroa. (CHANDLER, 1980, p. 48).

Os Feitosa passaram a ocupar cargos importantes na hierarquia do governo português no Inhamuns. Francisco Alves Feitosa, primeira autoridade portuguesa na região, foi nomeado coronel da cavalaria do Inhamuns em 1719; seu neto, Eufrásio Alves Feitosa, nomeado tenente-coronel; seu bisneto, José Alves Feitosa, nomeado capitão-mor do Inhamuns (1791-1823). O último capitão-mor no Inhamuns, pois este posto foi extinto em 1831, foi Antônio Martins Chaves, que, embora não fosse Feitosa, era casado com uma prima de primeiro grau dos Feitosa.

Cabe ressaltar que o cargo de capitão-mor local era ocupado pela personalidade mais poderosa da área, numa tentativa de a autoridade real utilizar os poderes dos potentados locais a seu

próprio favor. Esse capitão-mor local funcionava como um soberano absoluto.

Em 1802, Inhamuns foi promovido à posição de vila, e Tauá, território dos Feitosa, escolhido para sediá-la. A vila foi batizada de São João do Príncipe e englobava os povoados de Arneiroz, Cruz (mais tarde intitulada Saboeiro), Flores e Maria Pereira (atualmente Mombaça). Em 1823, a vila de São Mateus (atualmente Jucás) foi instalada e o povoado de Cruz foi anexado a essa vila.

Nesse período, o poderio dos Feitosa começou a ser ameaçado pela emergência de outra família influente na política da região do Inhamuns, a Fernandes Vieira (Carcará), que tinha Cruz (Saboeiro) como zona de influência.

Billy Chandler (1980), analisando o poder exercido pelos Feitosa, indaga: haveria no Inhamuns o conceito de “governo” que funcionasse independente da família, ou seriam o poder da família e o poder público as mesmas coisas? Para responder a esse questionamento, o autor analisa as tentativas de impor um governo representativo no Inhamuns no século XIX e percebe que elas foram malsucedidas, uma vez que os Feitosa, em São João do Príncipe, e os Fernandes Vieiras, em Saboeiro, consideravam suas respectivas áreas como domínios pessoais e as instituições governamentais como agências de seu controle.

Durante o Império, o poder municipal continuou sendo o *locus* político mais importante, sendo o Estado privatizado e agindo em função dos interesses da classe proprietária rural. Nos fins do século XVII e XVIII, a Coroa começou a afirmar sua autoridade pública contra a autoridade pessoal das elites locais, sobretudo depois da descoberta de ouro. A autoridade régia assume o papel de defender e povoar a terra, o que vinha sendo desempenhado pela “nobreza” rural. Assim, a Coroa começou a fortalecer e prestigiar os seus agentes na colônia: juízes municipais, juízes de paz, ouvidores, governadores (LEAL, p. 1975).

Posteriormente, em razão dos constantes conflitos entre os mandões locais, proprietários rurais, e as autoridades do governo, a Coroa buscou uma conciliação. Assim, instituiu-se a Guarda Nacional, em 1831, fornecendo aos chefes locais o seu posto

mais alto, o de coronel, institucionalizando o poder privado, à medida que o chefe político passou a ser um chefe militar, não só de fato como de direito.

José Murilo de Carvalho (1997) comenta que a Guarda Nacional foi a instituição patrimonial que ligou proprietários rurais ao governo, transformando-se no grande mecanismo patrimonial de cooptação dos proprietários rurais. Mesmo que esses chefes locais servissem como oficiais da Guarda gratuitamente e pagassem pelas patentes, fardando inclusive as tropas com recursos próprios, essa instituição garantia a esses chefes o controle da população local.

No período Imperial, com o surgimento dos partidos políticos, as duas famílias mais influentes da região se posicionavam em lados opostos na política: Feitosa representando os liberais, tendo a vila de São João do Príncipe como zona de influência; e os Fernandes Vieiras representando os conservadores e dominando a vila de Saboeiro.

Os Fernandes Vieiras passaram a acumular prestígio político quando Miguel Fernandes Vieira, graduado de Direito em Olinda, passou a ser chefe do Partido Conservador no Ceará, cargo que exerceu durante vinte anos. Esse partido surgiu no Ceará em oposição ao regime de José Martiniano de Alencar, presidente da província e membro do Partido Liberal, e foi fortalecido nos anos de 1838 e 1845 quando nacionalmente o Partido Conservador desbancou o poder dos Liberais. Miguel Fernandes Vieira ocupou, inclusive, o cargo de senador e conseguiu para seu pai, Francisco Fernandes Vieira, o título de Visconde do Icó.

1.2 O PODER LOCAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: DECLÍNIO DO DOMÍNIO POLÍTICO DOS FEITOSA

Ibarê Dantas (1987) afirma que, durante o Império, a estabilidade política do País era mantida em decorrência de uma estrutura de dominação na qual o Imperador era fiador da ordem escravocrata, obtendo, assim, o apoio dos proprietários rurais. Com a decretação da abolição, o compromisso dos senhores rurais se rompeu e estes passaram a apoiar o Partido

Republicano. Na República, as relações de força foram alteradas, a burguesia cafeeira emergiu e buscou o domínio político, antes sob controle das oligarquias do açúcar e do gado. Iniciou-se um período de instabilidade política.

Na Primeira República, as tarefas de manutenção da ordem passaram todas para a burocracia, na tentativa de reduzir os resíduos patrimoniais da administração em favor da burocracia do Estado. Assim, os delegados se tornaram funcionários públicos e os estados aumentaram rapidamente o efetivo de suas polícias militares. Além disso, a Igreja foi separada do Estado, instituindo-se o registro civil. Ressalta-se que até então era o batistério, emitido pela Igreja, o documento mais importante de identificação. Surgiu assim o coronelismo com o recuo do patrimonialismo e o avanço da burocracia (CARVALHO, 1997).

Desde a publicação do livro “Coronelismo, Enxada e Voto” em 1949, por Victor Nunes Leal, o coronelismo é percebido como integrante do sistema político brasileiro, passando essa categoria analítica a fazer parte do referencial teórico nas análises sobre poder local. O coronelismo é a modalidade assumida pelo mandonismo local, sendo percebido como um sistema datado historicamente, como assinala:

[...] o que procurei examinar foi sobretudo o sistema. O coronel entrou na análise por ser parte do sistema, mas o que mais me preocupava era o sistema, a estrutura e a maneira pelas quais as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município. (LEAL, 1980, p. 13 *apud* CARVALHO, 1997, p. 1-2).

O coronelismo era uma complexa teia de relações sociais que ia desde o coronel ao presidente da República, sendo um compromisso político, uma troca, entre o poder público cada vez mais fortalecido e a decadente influência do poder privado dos chefes locais, os senhores de terras.

O coronel participava desse sistema como elemento de fraqueza e não de força. Neste contexto, o coronel era aquele que, em grande parte, possuía propriedade (mesmo tendo parte de seus bens penhorados) e algumas dificuldades financeiras,

mas que, por assumir uma posição de chefe político, concedendo emprego/sustento à grande parte da população, gozava de prestígio político como homem de “valor”⁵ (GOULART, 2004).

Mediante a relação estabelecida com o Governo estadual, o coronel conseguia a nomeação para cargos públicos no seu município, como: delegados, subdelegados, juízes, coletor fiscal, médico (quando havia), professores e até mesmo vigários. Para Victor Nunes Leal (1975, p. 43), o coronel se ocupava de garantir o voto da população e, para isto, precisava dos favores do governo regional até mesmo para se manter economicamente. Como reforça:

Coronelismo, que é o sistema de reciprocidade: de um lado os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.

Segundo José Murilo de Carvalho (1997), na tese de Victor Nunes Leal [1949] era de importância secundária que a contrapartida do coronel nesse sistema de reciprocidade se concretizasse exclusivamente em votos. Para o Governo federal, bastava apenas o apoio tácito e a não rebelião para garantir a estabilidade do sistema político. Nessa posição do autor, a tese de Victor Nunes Leal decorre das críticas feitas por Paul Cammack (1979, 1982), que nega o valor do voto como mercadoria política. Para José Murilo de Carvalho (1997, p. 6),

[...] a votação pouco valia na época. Há amplas evidências sobre fraudes escandalosas que acompanhavam o processo eleitoral em todas as suas fases. O coronel podia controlar os votantes e manipular as atas eleitorais, mas quem definia a apuração dos votos e reconhecia os deputados era o próprio Congresso em acordo com o presidente da República.

5 No Romance “O coronel e o lobisomem”, José Cândido de Carvalho expõe a história de um coronel que possui uma fazenda penhorada, mas que mesmo assim possui autoridade e mando, tendo um bom relacionamento com o governo. Na obra, percebemos o retrato do desgaste político da figura do coronel, antes homem temido e valente e que no período atual tem medo de um ser místico como o lobisomem.

Ibarê Dantas (1987) defende a mesma hipótese. Para ele, o coronel era legitimado pela oligarquia estadual, não pelo número de votantes, mas antes pela capacidade de controlar e impor a coerção à população.

Na Constituição de 1891, a população votante deveria ser especificamente masculina, maior de 21 anos e alfabetizada. A participação popular era restrita, tornado irreal o sufrágio universal. Segundo dados apresentados por Raimundo Faoro (1975, p. 620-621 *apud* DANTAS, 1987), os votantes, de 1898 a 1926, oscilaram entre 3,4% e 2,3%. Além disso, a média da população alfabetizada em 1890 era de 14,8% e em 1920 subiu para 24,5%. “Diante de dados dessa natureza, acreditamos que associar o coronelismo como prática eleitoral em todas as fases da história da República carece de fundamentação empírica”. (DANTAS, 1987, p. 17)

Além disso, nesse período, o sistema eleitoral era marcado por fraudes, falsificações das atas eleitorais, predominando eleições de bico de pena. As eleições não passavam assim de um ritual para legitimar o poder exercido pelos coronéis que eram influentes em seus respectivos redutos.

Como foi exposto, os primeiros anos da República Velha foram caracterizados por uma onda de instabilidade política. A estabilidade só viria com a “política dos governadores”, que caracterizou o compromisso político coronelista: os coronéis apoiam o governador, que lhes dá carta branca em seus domínios; os governadores apoiam o presidente da República, este reconhece a soberania deles nos estados. Como ressalta Ibarê Dantas (1987, p. 20):

Com a Política dos Governadores, estabeleceu-se um arranjo político acentuando a vinculação das políticas federais com as estaduais estimulando a expansão das oligarquias nos vários Estados, oligarquias essas que passaram a articular-se tanto no nível regional quanto no âmbito nacional, de forma escalonada, conforme sua capacidade de influência. Enquanto isso, na esfera municipal, desenvolveu-se o coronelismo como base de legitimação e poder das próprias oligarquias, fechando o circuito da estrutura de dominação.

Essa relação poder local-central é caracterizada por trocas recíprocas. A elite local, por ter perdido poder econômico, necessita do apoio do governo para manter sua posição de classe dominante e passa a apoiá-lo. O governo central, por sua vez, necessita do apoio desses chefes locais para legitimar a nova ordem política. “Os novos donos do poder só poderiam manter-se à testa do Estado por meio de alianças com os setores que controlavam a periferia”. (ANDRADE, 2007, p. 247)

Na visão de Victor Nunes Leal (1975), o coronelismo, no seu sentido sistêmico, surgiu na confluência de um fato político com uma conjuntura econômica. O fato político é o federalismo em substituição ao centralismo no período imperial. Esse federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. Isso porque cabia aos estados assegurarem a autonomia dos municípios. A conjuntura econômica era de decadência dos fazendeiros que os faziam dependentes do Estado, cuja presença se expandia.

Segundo Billy Chandler (1980, p. 15), a estrutura de poder no Inhamuns não foi praticamente alterada durante o predomínio da República Velha, como ressalta:

No Inhamuns, na realidade, o coronelismo poderia ser interpretado como manifestação de uma sociedade construída em torno de um grupo de parentes, sendo o coronel e o chefe da família a mesma pessoa. Parece significativo o fato de o coronel do Inhamuns da República Velha (1889-1930) ser o descendente direto do primeiro “patrão” da região nos primórdios do século dezoito; este dado não ilustra apenas o conteúdo relacionamento do poder com a ligação familiar, mas também que o coronelismo da República Velha era, pelo menos naquela zona, um novo nome para um antigo fenômeno.

Mesmo que os Feitosa tenham permanecido no poder durante esse período, percebemos que a liderança política dessa família estava sofrendo desgastes com a emergência de outras famílias que passaram a se fortalecer. Esta família, diferente do que aconteceu nos períodos colonial e imperial, permaneceu no poder durante a República Velha, apenas quando tinha o apoio da autoridade estadual.

Os Feitosa representavam o Partido Republicano Conservador (PRC) em Tauá, liderado pelo coronel e deputado Lourenço Alves Feitosa e Castro, neto do capitão-mor José Alves Feitosa. O outro grupo era filiado ao Partido Republicano Democrata (PRD) em Tauá, partido essencialmente anti-Feitosa. Conhecidos como Rabelistas⁶, eram compostos por dois grupos familiares: o Clã de Campo Preto, constituído por famílias da região do Rio Favelas, no distrito de Marruás (Oliveira, Mota, Ferreira de Sousa, Teixeira e Cavalcante), e liderado por José de Oliveira d'Nascimento; e os Gomes dos distritos Trici-Flores, liderado por Domingos Gomes de Freitas (pai Mingo).

De 1889 a 1912, quando o PRC, liderado por Nogueira Accioli, estava no comando da Administração Estadual, o deputado Lourenço Alves Feitosa conseguia silenciar a oposição e manter seu domínio político em Tauá, indicando os interventores municipais. Quando o PRC não estava no poder do Estado, a família Feitosa perdia o poder político no contexto local.

Inicialmente, os Feitosa foram aliçados do poder de 1912 a 1914⁷, quando, em razão da “Política dos Governadores”, o PRC liderado pela oligarquia acciolina foi substituído pelo PRD, liderado por Franco Rabelo. Os Feitosa perderam o controle político em Tauá e Eufrásio Alves de Oliveira foi indicado ao cargo de intendente municipal. Este, pertencente ao clã de Campo Preto, fazia parte do grupo político que estava em ascensão no município, juntamente com a família Gomes, representada pelo coronel Domingos Gomes. Posteriormente, quando Franco Rabelo foi aliçado do poder e os Accioli retomaram seu domínio político, os Feitosa puderam, enfim, restaurar o seu poderio político, indicando os interventores em Tauá de 1914 a 1919.

A derrocada final dos Feitosa aconteceu quando da desarticulação de uma coalizão dos partidos de todo estado do Ceará, em 1916, para eleger João Thomé de Sabóia e Silva. Os Feitosa apoiavam a candidatura de João Thomé pelo Partido Republicano Conservador. Um ano antes das eleições, no entanto, o

6 Eram intituladas de “rabelistas” as lideranças políticas que apoiavam o coronel Marcos Franco Rabelo.

7 Nesse período, o intendente de Tauá foi Eufrásio Alves de Oliveira, integrante da família Mota.

presidente do Estado optou por apoiar os democratas. Estar em oposição ao governo estadual era um erro de cálculo por não prever o resultado do jogo. Foi assim que José Alves de Araújo Feitosa, partidário dos conservadores, foi alijado do poder e em seu lugar assumiu o democrata Domingos Gomes de Freitas. Em 1920, este grupo conseguiu compor a maioria na Câmara Municipal, estabelecendo-se, assim, no poder local. Domingos Gomes foi intendente de 1919 a 1927.

No pleito eleitoral de 1920, o apoio político dos Feitosa a Belisário da Silva Távora, candidato derrotado para o cargo de governador, resultou no rebaixamento de *status* do território vinculado a Leandro Custódio de Oliveira Castro, líder da família Feitosa. Com a vitória de Justiniano de Serpa, o então município de Arneiroz tornou-se distrito da cidade de Tauá.

Billy Chandler (1980) ressalta que grande parte do poder dos Feitosa no Inhamuns estava sustentada na influência que o coronel Lourenço Alves Feitosa, líder político da família, possuía com o Governo estadual. O declínio político da família, segundo o autor, deu-se por dois fatores principais: o surgimento de grupos ligados a outras famílias e a crescente participação da autoridade externa. No período da República Velha, os Feitosa, que tiveram seu poder político por cerca de dois séculos baseado na posse de terra e no prestígio, passaram a depender da autoridade externa (poder central dos governadores) para a manutenção da sua base política em Tauá.

Os Feitosa ainda conseguiram eleger o primeiro prefeito eleito em Tauá em 1926, Joaquim Alves Ferreira, pelo PRC. Este, com o apoio do novo presidente do Estado, Desembargador José Moreira da Rocha, conseguiu derrotar Major Benevenuto de Oliveira Sousa (PRD), pertencente ao Clã do Campo Preto e que era apoiado pelos Gomes do distrito Trici-Flores. Depois dessa vitória, os Feitosa perderam o domínio político em Tauá e qualquer vitória que os membros dessa família tenham conquistado após 1930 foi mais resultado de alianças com outras famílias do que a demonstração de seu poder político absoluto.

Além disso, os Feitosa não conseguiram apresentar lideranças fortes que os representassem no âmbito político estadual, pois,

após a morte do coronel Lourenço Alves Feitosa, em 1915, e do Padre Francisco Máximo Feitosa e Castro⁸, em 1923, a família não conseguiu se renovar politicamente. Esse esvaziamento do poder é percebido na eleição direta e majoritária em 1928, em Tauá, pois essa família não apresentou nenhum candidato, sendo eleito para o Executivo municipal, pelo PRD, o comerciante Joel Marques (MOTA, 2002).

1.3 A ERA VARGAS E A REDEMOCRATIZAÇÃO: DOMÍNIO POLÍTICO DE JOEL MARQUES

Com a Revolução de 1930, tivemos um desmonte da máquina política da República Velha para a elaboração de uma nova modalidade de governar que incluía um melhor aparelhamento administrativo nos municípios, até então vistos como desorganizados, ineficientes e dispendiosos. Assim, desejava-se tutelar os municípios, criando o Departamento de Municipalidades.

Essa revolução, segundo Ibarê Dantas (1987), afetou a relação de poder estabelecida na República Velha. A fração cafeeira perdeu o domínio político e novas forças surgiram no cenário político: fração industrial e as massas urbanas. No plano político, tivemos os interventores nos estados, respaldados pelo Poder Central.

A Revolução de 1930 procurou dar fim a essa descentralização, fortalecendo os sistemas administrativos e a burocracia federal. A modernização das instituições brasileiras no governo de Getúlio Vargas levou ao surgimento de um Estado autoritário que propunha ser hegemônico e integrado em detrimento do Estado dividido entre oligarquias durante a República Velha. Assim, para o Brasil chegar a um Estado moderno, como nos povos “civilizados”, teríamos, obrigatoriamente, que os tornar autoritários (WAHRLICH, 1983).

Após essa revolução, os prefeitos passaram a ser nomeados pelo Interventor de cada estado, permitindo que alguns militares ocupassem a posição de líder político ao lado de civis sem

8 Filho do tenente-coronel Lourenço Alves de Castro, nasceu em Cococi e foi deputado provincial de 1888 a 1889. Com o advento da República, foi eleito deputado republicano em sete legislaturas, de 1897 a 1920.

tradição política ou familiar. Em Tauá, no período de quatro anos (1930-1935), foram indicados seis interventores⁹.

Na Constituição outorgada em 1937, percebemos uma posição totalmente antimunicipalista, pois, além de conservar os departamentos de municipalidades, reduziu-se a receita municipal e suprimiu-se a eletividade dos prefeitos. O município ficou completamente tutelado, pois, além de não ter um órgão local representativo ou pseudo-representativo, ficava sujeito a um severo controle do poder central.

Com o golpe em 1937, Getúlio Vargas manteve o então governador do Ceará eleito em 1935, Francisco Menezes Pimentel, na interventoria do Estado. Joel Marques, que havia sido eleito prefeito pelo Partido Republicano Progressista (PRP) em 1936¹⁰, também permaneceu no poder.

Joel Marques tinha pouca formação escolar, era comerciante e sócio da primeira fábrica de beneficiamento de algodão do Inhamuns. Foi casado por duas vezes com integrantes da família Alexandrino, mantendo com estes fortes laços políticos. Em virtude de sua ligação política com o interventor do Estado, Menezes Pimentel, exerceu o cargo de interventor em Tauá no período em que aquele foi interventor do Ceará (1937-1945).

Foi interventor de Tauá de 1935 a 1943, mas, em 1942, passou a residir em Fortaleza, onde estabeleceu uma firma de venda em varejo com seu irmão, Sebastião Marques. Joel Marques exerceu cargos nas associações classistas, pertencendo ao quadro dirigente da Associação dos Merceeiros e da Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará (FACIC), demonstrando, assim, sua capacidade de liderança (MOTA, 2002).

Mesmo dedicando-se à atividade comercial, ainda exerceu o domínio político em Tauá. Em 1943, passou a ocorrer uma divisão do trabalho político na família Marques. Joel Marques dedicou-se ao comércio e seu irmão, Sebastião Marques, exer-

9 Esses interventores foram: Aristides Cavalcante Freitas (1930), Francisco das Chagas Nogueira Caminha (1930-1931), Ózimo de Alencar Lima (1931-1933), José Jaime de Alencar (1933), Manoel Trajano Borges (1933-1935), Odilon Silveira Aguiar (1935-1936).

10 Nessa eleição, estavam disputando o Executivo de Tauá Joel Marques e Cândido Alexandrino de Oliveira (MOTA, 2002).

ceu o cargo político de interventor em Tauá, permanecendo nessa tarefa até 1945.

Em 1945, após Menezes Pimentel ser substituído por Benedito Augusto Carvalho dos Santos como interventor do Estado, tivemos, em Tauá, uma onda de instabilidade política. Assim, no ano de 1945, três pessoas foram interventoras no município: Cristóvão Peixoto de Holanda, Joaquim de Castro Feitosa e Antônio Jataí Sobrinho. Cabe ressaltar que este último ocupou o cargo pela influência política do senador Olavo Oliveira, do Partido Social Progressista (PSP), durante dois anos, de 1945 a 1947.

Joel Marques, em 1945, residindo em Fortaleza, passou a atuar politicamente no âmbito regional e não mais local. Assim, nesse ano, foi eleito deputado estadual constituinte, assegurando sua eleição na região do Inhamuns, onde contava com uma rede de chefes políticos locais que o apoiava.

Com a restauração democrática de 1945, buscaram-se novas fontes de poder, sobretudo porque nesse período o contingente eleitoral passou a ter peso político maior, principalmente com a instauração do voto secreto e da Justiça Eleitoral. Além disso, as massas populares ampliaram sua participação política num período de intenso processo de urbanização nacional. Nesse aspecto, o voto assumiu o estatuto de mercadoria, passando os cabos eleitorais a mercantilizar os votos com vereadores, prefeitos e deputados. “A força dos chefes políticos passa a guardar proporção com a dimensão do seu colégio eleitoral, com o número de votos cativos”. (DANTAS, 1987, p. 32).

Em 1946, foi criada Constituição de cunho liberal com vistas a recuperar o espírito federalista, assegurando a descentralização político-administrativa. Nessa Carta, a atividade partidária voltou a fazer parte da agenda política do País, com os partidos políticos se arrematando para eleger diretamente o presidente da República. Assim, tivemos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado a partir dos sindicatos que Vargas controlava; Partido Social Democrático (PSD), composto pelos interventores nos estados; União Democrática Nacional (UDN), de cunho liberal e que representava a oposição a Vargas; Partido Comunista Brasileiro (PCB), ligado a Carlos Prestes.

No âmbito estadual, tivemos disputas políticas centradas em torno de dois grandes partidos: PSD, representado pelo ex-interventor Menezes Pimentel, e UDN, liderado por Fernandes Távora, José Saboia e Paulo Sarasate.

Nesse período, o poder político da UDN e do PSD estava equilibrado, levando a uma constante alternância no poder. A vitória de um ou de outro dependia da aliança com os partidos menores. Nessa disputa, existia um partido que era o fiel da balança, dando vitória à coligação que apoiava. Nas duas primeiras eleições, 1947 e 1950, quem representou o fiel da balança foi o PSP de Olavo Oliveira. Depois, o PTB, sob o comando de Carlos Jereissati, passou a ter o poder de decisão, dando vitória às suas coligações nas eleições de 1954 e 1958. Dessa maneira, em 1947, para Governo do estado, ganhou a coligação UDN/PSP, e em 1950 a coligação PSD/PSP. Já em 1954, foi vitoriosa a coligação UDN, PTB e Partido Republicano (PR) e, em 1958, PSD/PTB.

Como nesse período as disputas políticas estavam acirradas, o prefeito que tivesse o apoio do governador teria um grande aliado nas concessões de “dádivas” aos seus eleitores, aos seus clientes. Por conseguinte, o prefeito que fosse opositor do governador não conseguiria facilmente as verbas para o município, gerando um desgaste de sua liderança, como na clássica frase de Faustino de Albuquerque, ex-governador do Ceará em 1947: “Aos amigos ‘carinho’ e aos adversários ‘justiça’”. (MOTA, 1985, p. 29).

A disputa no âmbito estadual reverberou na formação de grupos no nível municipal. Assim, em Tauá, existiam três grupos políticos que se filiaram a partidos diferentes. Joel Marques e membros da família Alexandrino ingressaram no PSD. Os Gomes de Freitas e o Clã de Campo Preto se filiaram na UDN, e os integrantes da família Castelo aderiram ao PSP. A família Feitosa não estava mais unida e se dispersou politicamente (MOTA, 2002).

Nas eleições de 1947, o grupo político aglutinado no PSD lançou a candidatura do fazendeiro Marçal Alexandrino de Oliveira ao posto de prefeito e de Joel Marques ao de deputado estadual. Os outros dos grupos estavam unidos e lançaram pela

UDN o membro do Clã de Campo Preto, Adalberto Bastos Cavalcante, para concorrer ao Executivo e pelo PSP o filho de Domingos Gomes de Freitas, Manuel Gomes de Freitas (Nelo Gomes), para o cargo de deputado estadual. O resultado eleitoral foi favorável ao candidato do PSD à Prefeitura, Marçal Alexandrino, e os dois deputados estaduais foram eleitos, Joel Marques (PSD) conseguindo um total em todo o Estado de 3.809 votos e Nelo Gomes (PSP) com 3.004 votos.

Além da eleição de 1947, as disputas políticas ocorridas em 1950, 1954, 1958 e 1962 foram favoráveis aos candidatos do PSD¹¹, do grupo político de Joel Marques. Cabe ressaltar que, em 1962, ocorreu uma coligação, liderada por Virgílio Távora, das principais forças políticas do PSD e da UDN. Esses partidos, até então adversários nas disputas eleitorais, passaram a compor a chamada “União pelo Ceará”. Como reflexo dessa coligação, em Tauá, uma parte da UDN fez acordo com o PSD e apoiou como candidato a prefeito o médico Júlio Gonçalves Rêgo, do PSD, indicado por Joel Marques, e como vice o vereador Genésio Loiola, da UDN. Concorrendo com essa chapa, estava o outro grupo da UDN, que tinha Alberto Feitosa Lima como prefeito e Júlio Gonçalves Sobrinho como vice.

Júlio Rêgo, natural de Tauá, formou-se em 1956 no curso de Medicina, no Recife. Em seguida, foi médico-chefe do posto de saúde de Tauá, onde atuou de 1958 a 1962. O exercício da profissão de médico, sobretudo os constantes atendimentos “de graça”, fez com que este acumulasse capital político suficiente para ganhar as eleições em 1962. Além do seu capital político, o candidato contava com o apoio de Joel Marques, chefe político da região, mas, apesar da união estadual entre PSD e UDN, essas eleições em Tauá foram competitivas. Júlio Rêgo foi eleito com um total de 3.549 votos contra 3.149 do seu adversário, Alberto Feitosa. O vice-prefeito eleito foi Genésio Rodrigues, da chapa de Júlio Rêgo, com 3.323 votos contra 3.198 de Júlio Gonçalves Sobrinho. Além disso, o PSD conseguiu eleger quatro vereadores, a UDN cinco e o PTB dois.

¹¹ Os prefeitos eleitos foram, respectivamente: o fazendeiro Flávio Alexandrino Nogueira em 1950; O coronel da polícia Moacir Pereira Gondim em 1954; O coronel da polícia Geraldo Feitosa de Sousa; o médico Júlio Gonçalves Ledo em 1962.

Posteriormente, ocorreu um rompimento do grupo de Joel Marques com o grupamento do prefeito eleito Júlio Rêgo, fazendo com que o PSD de Tauá se dividisse. Assim, em 1966, esse partido lançou dois candidatos a deputados estaduais: Júlio Rêgo (ARENA) e Joel Marques (ARENA), ambos eleitos. Cabe ressaltar que, desde as eleições de 1947 até 1966, esse município conseguiu eleger dois candidatos ao Legislativo estadual¹².

A eleição de 1966 foi a última da qual Joel Marques disputou cargos eletivos. Este que, desde o Estado Novo, por proximidade com o interventor Menezes Pimentel, indicava os interventores em Tauá, foi eleito por seis vezes consecutivas deputado estadual (1948-1970). O declínio da influência política de Joel Marques em Tauá teve início quando Júlio Rêgo se candidatou em 1966 ao posto de deputado estadual, pois Joel Marques conseguiu apenas um total de 23,03% dos votos em Tauá (1.796 votos), enquanto Júlio Rêgo alcançou um total de 59,85% dos votos (4.667 votos).

1.4 O PODER LOCAL DURANTE A DITADURA MILITAR: ANTÔNIO CÂMARA *VERSUS* JÚLIO RÊGO

O movimento de descentralização da Constituição de 1946 foi novamente detido pelo golpe de Estado promovido pelos militares em 1964. Esse golpe era guiado por uma ideologia técnico-militar que buscava “purificar” a política brasileira, tanto da esquerda, mantendo assim o *status-quo*, quanto dos “políticos tradicionais”, que dificultavam a ramificação do Estado nos rincões do País.

Nas eleições de 1965, no entanto, os candidatos que representavam a esquerda tiveram uma vitória expressiva. Com isso, o governo militar endureceu o regime. Publicaram-se atos institucionais limitando a participação política da população e concentrando o poder nas mãos do presidente da República.

¹² Em 1947, foram eleitos Joel Marques do PSD e Manuel Gomes de Freitas do PSP. Em 1950, Joel Marques foi novamente eleito pelo PSD e Antônio Gomes de Freitas, substituindo o irmão Manuel Gomes, eleito pela UDN.

Em 1954, Joel foi eleito pelo PSD e Antônio Gomes pelo PTB, porém, em 1958 e 1962, Antônio Gomes, pelo PTB, ficou na suplência, permanecendo Joel Marque eleito pelo PSD.

Em 1966, foram decretadas eleições indiretas para o Executivo federal e destituídas as instituições partidárias, dando origem a dois partidos: ARENA e MDB. O primeiro partido era formado por políticos que apoiavam a ditadura, provindos da UDN e da ala conservadora do PSD; o segundo era composto pela oposição ao regime e era formado por líderes de partidos pequenos, do PTB e de uma parte do PSD. Posteriormente, foram estendidas eleições indiretas ao Poder Executivo dos estados, das prefeituras das capitais e de alguns municípios considerados estratégicos. O ápice do endurecimento do regime militar aconteceu em 1968 com a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que destituiu o Poder Legislativo.

No início da implantação da ditadura, quando foram mantidas as instituições democráticas, não ocorreu de imediato um desmonte dos grupos políticos tradicionais, uma vez que o governo militar queria um partido governista forte e uma oposição desarticulada.

No Ceará, o poder de Virgílio Távora, eleito governador em 1962, foi abalado pelo fato de este ter relações pessoais com João Goulart, tendo ocupado inclusive o cargo de ministro da Viação e Obras Públicas (1961-1962). Apesar dessas ligações pessoais, Virgílio Távora permaneceu no cargo até o final do seu mandato.

Posteriormente, em 1966, os militares passaram a indicar os governadores, provocando a desagregação da “engenharia política” dos líderes tradicionais que possuíam o seu “ponto forte” na escolha dos nomes que iriam disputar o controle da máquina do Estado. Como explica Rejane Accioly de Carvalho (2009, p. 104):

A revolução de 64 proclamava a subversão e a corrupção como chagas da política a serem extirpadas a qualquer custo. A imagem do político profissional carregava o estigma desses dois males e, portanto, constituía-se o alvo natural de execração pública naqueles tempos de “ardor revolucionário...”.

No Ceará, o MDB foi registrado em 1965, composto pela ala do PSD comandada por Martins Rodrigues, por líderes dos partidos pequenos, tendo à frente deputados como Álvaro Lins

Cavalcante, Antônio Paes de Andrade e Francisco Castelo de Castro. Já o “Partido da Revolução”, ARENA, foi registrado em 1966, composto por grupos que formavam a Aliança pelo Ceará, com exceção de uma parte do PSD. Esse partido era liderado por Paulo Sarasate e Virgílio Távora.

O cargo do Executivo estadual, nas eleições de 1966, foi indicado pelo presidente da República, Castello Branco e “empossado” pela ALECE. Este, por ligações pessoais com Paulo Sarasate, indicou Plácido Aderaldo Castelo, um desconhecido na política do Estado. O fortalecimento de Paulo Sarasate na ARENA coincidiu com o ostracismo de Virgílio Távora.

Nas eleições de 1970, para o Executivo estadual, o comando militar do Recife impôs a candidatura do coronel César Cals, um cearense portador da ideologia técnico-militar do governo. O objetivo dessa indicação era minar o poder dos políticos tradicionais. Virgílio Távora, exercendo o mandato de deputado federal e conquistando novamente prestígio junto aos militares após o governo de Castello Branco (1964-1967), conseguiu reinstaurar a participação dos chefes políticos nas composições das chapas governamentais. Nessa eleição, foi estabelecido um acordo entre as três maiores lideranças estaduais (César Cals, Virgílio Távora e Adauto Bezerra) conhecido como “Política dos Coronéis”. Segundo Aroldo Mota (1985, p. 178), este acordo tinha dois preceitos: “união na cúpula e divisão na base”. O objetivo era concentrar o poder nas mãos da ARENA, não deixando espaço para o surgimento de lideranças. Assim, a divisão da chapa governamental ficou composta por: César Cals como governador; Humberto Bezerra, irmão de Adauto Bezerra, como vice; Virgílio Távora como senador.

Instalou-se, com efeito, situação contraditória, pois, embora o governo fosse uma ditadura, ele ainda conservava as instituições democráticas como as eleições para o Parlamento e para as prefeituras das cidades não capitais. Assim, o novo governo¹³ carecia de votos como mecanismo de legitimação do poder.

13 A ditadura implantada no Brasil era caracterizada por modernização conservadora que procurava aprofundar o processo de expansão do capitalismo no campo e na cidade. Caracterizava-se também pela busca da implantação de uma administração burocrática e também racional, perseguindo assim os “políticos profissionais”.

Com isso, os donos de “currais eleitorais” viram seu prestígio novamente reforçado como estratégia de contrabalançar a tendência ao voto oposicionista dos centros urbanos. Assim, o Governo federal fortaleceu as oligarquias nos Estados e estas fortaleceram as oligarquias nos municípios¹⁴.

Nesse período dos governos federais militares, a política local em Tauá era monopolizada por dois grupos políticos: o grupo familiar dos Gomes de Freitas, liderado pelo deputado estadual Antônio Câmara; e o grupo político liderado pelo deputado Júlio Rêgo. Estes dois deputados eram filiados à ARENA e disputavam entre si o apoio do Governo estadual. O grupo político familiar dos Mota representava o MDB no município, porém possuíam pouca liderança política. O domínio político desses dois deputados é abordada no segundo capítulo.

1.5 REDEMOCRATIZAÇÃO: DOMINGOS FILHO *VERSUS* IDEMAR CITÓ

O embate contra o autoritarismo foi identificado com a luta pela descentralização do poder. Assim, com a queda do regime militar, a descentralização e a participação da sociedade civil foram recolocadas como princípios inerentes ao processo democrático.

Com a Constituição de 1988, o município tornou-se ente federativo equiparado à União e aos estados, assumindo participação na carga tributária e passando a ser responsável pela prestação de alguns serviços de saúde e de parte das tarefas educacionais. Assim:

[...] a administração municipal passa a deter recursos e atribuições para a implementação de programas sociais que vão, em certo sentido, minar a base de sustentação das lideranças tradicionais. (LOPES, 2005, p. 10).

De acordo com Jair Amaral Filho (2000, p. 9), com essa Constituição, as tributações assim ficaram divididas:

14 Essa tese é inclusive defendida por Francisco Sales Cartaxo Rolim (1979).

Governo federal fica responsável pela tributação sobre Produção Industrial, Operações Financeiras, Importação e Exportação, Propriedade Rural, Grandes Fortunas, Lucro (Contribuição Social) e Faturamento (Contribuição Social); ao *governo estadual* a tributação sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Transmissão de Propriedade Imobiliária causa mortis, Propriedade de Veículos - [Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores] IPVA e Adicional de [Imposto de Renda] IR Federal; e ao *governo municipal* a tributação sobre Prestação de Serviços, Propriedade Imobiliária Urbana e Transmissão de Propriedade Imobiliária intervivos. (Grifamos).

Embora a nova Constituição consagre a autonomia política, esta descentralização ocorreu sem que os municípios tenham adquirido autonomia do ponto de vista orçamentário. Ou seja, com recursos orçamentários escassos, aos municípios não são dadas condições de atender às suas demandas. A maioria dos pequenos municípios não expressa atividade econômica capaz de ensejar uma arrecadação tributária suficiente e depende de repasses estaduais e federais, basicamente do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do FPM para custear suas atividades.

Em pesquisa sobre os municípios brasileiros realizada em 2004, o IBGE¹⁵ constatou que 95% dos municípios brasileiros, um total de 5.307, possuem menos de 100 mil habitantes.

Esses municípios de pequeno porte dependem fortemente das transferências de impostos, especialmente dos impostos federais, via FPM. Os impostos cuja tributação é de responsabilidade do município não são gerados nos municípios pequenos, mas, tipicamente, nos grandes (DOWELL & GOMES, 2000).

Gustavo Maia Gomes (2001), abordando a economia do semiárido nordestino, caracteriza-a como “economia sem produção”, na qual a população sobrevive de aposentadorias rurais e outras transferências de renda que passam a constituir um dos mais importantes vetores de sustentação econômica, ultrapassando inclusive a agropecuária.

15 Esses dados constam na Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Disponível em: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2004/default.shtm>. Acesso em: 15/03/2011.

Nos municípios que compõem a região do Inhamuns, apenas Tauá e Parambu são de médio porte¹⁶, o primeiro com 51.948 hab.¹⁷ e o segundo com 32.302 habitantes. Os demais municípios são de pequeno porte: Arneiroz (7.538 hab.), Aiuaba (14.452 hab.) e Catarina (15.547 hab.). Assim, percebemos a necessidade que esses municípios possuem do repasses de verbas da União e do Estado para fazer investimentos e até mesmo manter a máquina administrativa. Cabe ressaltar que as parcelas maiores das receitas municipais, no caso, o orçamento para saúde e educação, são provenientes de transferências de impostos e esses recursos têm destinação legal predeterminada.

Em pesquisa realizada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1999, constatou-se que em 54% dos municípios com população inferior a 30 mil habitantes, a receita tributária própria não chegava a representar 3% da receita disponível no município. Nos outros 36% dos municípios restantes, a receita própria oscilava de 3% a 10%¹⁸. com uma amostra de 1.404 municípios, constatou-se que dos 1.132 municípios (80,6% da amostra) que possuíam uma população inferior a 30 mil habitantes, em 608 deles (54%), a receita, e em 412 (36%) a receita tributária própria oscilou de 3% a 10%.

Essa dependência de municípios de pequeno e médio porte das transferências de recursos da União e do Estado explica a tendência governista que marca esse período, pois as lideranças locais elegem deputados que angariem recursos para seu município por meio de emendas parlamentares.

Embora os mandões locais tenham perdido seu poderio na política local, percebemos que nesse período ocorreu o desenvolvimento do clientelismo e da cooptação como modalidade de relacionamento político. Assim, predominam estratégias

16 Segundo o IBGE, são considerados municípios de pequeno porte aqueles com menos de 20 mil habitantes, de médio porte aqueles de 20 mil até 100 mil e de grande porte aqueles com mais de 100 mil habitantes.

17 Dados do censo demográfico de 2000, disponíveis no sítio do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Fonte: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/perfil-basico-municipal-2010>. Acesso em 19 de maio de 2011.

18 A pesquisa levantou dados em 1.404 municípios. Localidades com população inferior a 30 mil habitantes perfaziam o total de 80,6% da amostra, 1.132 municípios.

para ter acesso preferencial aos governos do Estado, como o apadrinhamento político e o tráfico de influências.

A política de Tauá no período da redemocratização foi caracterizada pela disputa política de dois deputados estaduais: Domingos Filho, que sucedeu politicamente Antônio Câmara, e Idemar Citó, que sucedeu Júlio Rêgo. Estes deputados eram hegemônicos na política local, elegendo prefeitos e vereadores. Outras lideranças locais buscaram sem sucesso formar seus grupos políticos independentes desses deputados. Esse período é estudado no terceiro e no quarto segmentos.

Percebemos, com efeito, que o federalismo brasileiro é marcado por um movimento pendular que ora tenderia para o centralismo, ora para o descentralismo. Nos próximos capítulos, escoliamos a respeito da trajetória política dos deputados que possuem a região do Inhamuns como principal reduto eleitoral. Analisamos essas trajetórias políticas durante uma onda de centralismo político, a ditadura militar (1964-1985), e uma onda de “descentralismo”, que acompanhou a redemocratização. Esse recorte histórico de quatro décadas (1970-2010) é fundamental para que compreendamos como se estruturou a trajetória política desses deputados, a relação com as bases e com o governo estadual.

02 O TEMPO DE JÚLIO RÊGO E ANTÔNIO CÂMARA

Nesse capítulo, estudamos a trajetória política de dois deputados estaduais com bases políticas predominantemente sediadas no município de Tauá e que tiveram atuação política nos anos de 1970 e 1980. Reconstituímos aspectos da carreira política de Antônio Gomes da Silva Câmara e Júlio Gonçalves Rêgo, analisando como esses deputados ingressaram na vida pública, como estabeleceram relações com as bases políticas, com prefeitos e vereadores, para serem eleitos.

Além disso, veremos como eles se relacionavam com o Governo estadual por meio do governador ou da burocracia estadual, e com o Governo federal, intermediados pelos deputados federais e a burocracia federal.

Nesse sentido, reconstituímos a história política de Tauá de 1970 a 1994, desde a trajetória desses dois deputados, visto que eles interferiam diretamente nas eleições municipais, elegendo prefeitos e vereadores. Investigamos, também, como esses deputados se relacionavam com o grupo de oposição, representado nesse período pelos Sindicatos dos Trabalhadores e a Igreja Católica.

Outro aspecto analisado são as estratégias de produção de campanhas eleitorais que esses deputados utilizaram, examinando os mecanismos de conquista de suas bases políticas nos municípios, como, por exemplo, a fundação do Sindicato dos Trabalhadores, a criação de rádios, as prestações de serviço aos eleitores (marcação de exames e operações médicas). Por fim, vêm as circunstâncias e as condições nas quais esses deputados deixaram de disputar cargos eletivos. Cabe ressaltar que os dois deputados elegeram sucessores na política de Tauá, o que permitirá a análise de como ocorreu essa transferência de prestígio político.

2.1 RECRUTAMENTO POLÍTICO E ATRIBUTOS SOCIO-ECONÔMICOS DOS DEPUTADOS

Nos estudos sobre elite política, um aspecto importante a ser analisado é a variável “recrutamento político”, pois ela orienta para a percepção sobre onde e como essas pessoas são selecionadas, quais os filtros sociais, os elementos que pesam para que eles sejam insertos no campo político. Nosso intento, também, está em compreender os mecanismos que agem no processo seletivo dos candidatos, já que estes são bastante complexos e refletem a maneira como a sociedade está estruturada.

Maria Beatriz Bilac (2001), investigando a maneira de recrutamento e a trajetória das elites políticas de Rio Claro, São Paulo, durante os anos de 1900 a 1964, aponta um padrão tradicional de formação política: passagem por cargos administrativos no Estado e no Exército, título de bacharel em Direito, ligações familiares e posse de terra. Assim, a autora evidencia que os principais canais de recrutamento dessa elite são: nascimento, diploma de curso superior, famílias e amigos influentes.

Renato Perissinotto *et al.* (2007), analisando o perfil das elites políticas¹ do Paraná, nos anos de 1995 a 2002, constata que esse grupo, no que diz respeito a atributos pessoais, é caracteristicamente homogêneo, sendo composto por homens brancos e católicos, recrutados nos estratos médios e altos da sociedade, que possuem um alto nível de escolaridade. A pesquisa revelou, ainda, que os pré-requisitos mais importantes para adentrar essa elite são a escolaridade alta, a obtenção de diploma de curso universitário e não o pertencimento a famílias tradicionais no âmbito da política.

Assim, analisando de que maneira se dá o recrutamento político, percebemos como essa sociedade encontra-se estruturada, quais aspectos são valorizados para o ingresso e ascensão em carreiras políticas.

O município de Tauá, nos anos de 1960, era carente de infraestrutura, não possuindo hospital, rede de água e de ele-

¹ Foram analisados nessa pesquisa três setores de elite pertencentes a três tipos de instituições: Executivo estadual, ALECE e partidos políticos no estado.

trificação. Uma das principais carências era a unidade hospitalar, fato que propiciava aos médicos locais condições favoráveis para o ingresso na política, tornando-se uma atividade não apenas profissional, mas, sobretudo, política. Nesse período, os líderes locais de maior envergadura política eram médicos.

Assim, destacaram-se: *Alberto Feitosa Lima*, formado pela Faculdade de Medicina do Recife, que passou a residir em Tauá por volta de 1957 e candidatou-se a prefeito em 1962 pela UDN, em 1966 pelo MDB e em 1970 foi eleito pela ARENA; *Domingos Gomes de Aguiar*, formado em Medicina pela Universidade do Ceará, em 1960, passou a clinicar em Tauá, tornando-se chefe do posto da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) do município em 1967, elegendando-se prefeito pela ARENA em 1966 e em 1972.

Dessa geração de médicos, quem ocupou por mais tempo cargos políticos de destaque foi *Júlio Gonçalves Rêgo*. Filho do comerciante José Waldemar Rêgo e Elisabete Gonçalves Rêgo, formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Recife em 1956. Em 1958, foi admitido ao Departamento Estadual de Saúde do Ceará e tornou-se médico-chefe do Posto de Saúde de Tauá.

Sem possuir uma família envolvida com a política local, já que nenhum parente próximo tinha exercido cargos eletivos, e sem ter participado de atividades políticas anteriormente, Júlio Rêgo foi eleito prefeito de Tauá em 1962² pelo PDS, como comenta:

Eu sou médico, como você sabe. Como médico, voltei à minha terra, Tauá, e depois de seis anos como médico em Tauá me fizeram prefeito. O povo entendeu que eu devia ser o prefeito. Eu dizia sempre que fui médico por vontade própria e fui político por vontade do povo [...] Na faculdade era só estudante, dedicado e plantonista, e só queria saber de medicina. Só depois que fui prefeito é que tive ligação com a política, só depois que fui escolhido prefeito, a partir daí é que me tornei polí-

2 Em 1962, estavam disputando o Executivo em Tauá o médico Júlio Rêgo (PSD), que tinha como vice o fazendeiro e vereador do grupo político dos Gomes de Freitas, Genésio Rodrigues de Freitas; o outro grupo político era representado pelo também médico Alberto Feitosa (UDN), que tinha como vice Júlio Gonçalves Sobrinho.

tico, antes não tinha nenhuma ligação política. Meu título de eleitor era de Pernambuco. Não tinha nenhuma ligação com liderança política em Tauá não. Era só médico. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Nessa fala, percebemos que, embora Júlio Rêgo não pertencesse a uma família envolvida com a política local e nem participasse de nenhum partido ou instituição política, o exercício da Medicina o aproximou da população de Tauá, credenciando-o para ser candidato a prefeito. Assim, foi estimulado pelo ex-prefeito Flávio Nogueira³ a candidatar-se a prefeito com o objetivo de eclipsar a liderança política de Alberto Feitosa, que, como médico do município, estava constituindo seu capital político na cidade e diminuindo o prestígio então hegemônico do deputado Joel Marques.

A inserção de Júlio Rêgo no campo político difere de Antônio Câmara, cuja família era envolvida na política local, como destacado no relato abaixo:

Em 74 ingressei na política, a convite de um primo e amigo e irmão, que à época era prefeito de Tauá, Dr. Domingos Gomes Aguiar. Havia uma tradição na política de Tauá de o grupo Gomes, a família Gomes, que tinha uma liderança política, eleger um deputado estadual. Foi eleito o meu tio, Manuel Gomes de Freitas. Depois outro tio, Antônio Gomes de Freitas, e houve um interregno entre 62, 64, por aí, até 72, 73, quando apoiamos o deputado Júlio Rêgo. Ocorre que o deputado Júlio Rêgo era ligado a outro esquema político. Foi um apoio mais em função da amizade que tinha meu avô com a família Rêgo. Então, com a eleição do Dr. Domingos Aguiar o grupo resolveu ter candidatura própria a deputado. Restabelecer a tradição. Não só de que Tauá devia ter dois deputados, porque antes era Joel e Gomes de Freitas, depois passou Joel e Júlio. Então como Júlio ficou o acervo do deputado Joel Marques nós, da família Gomes de Freitas, principalmente a liderança política maior que era o prefeito Domingos Aguiar, resolveu lançar uma candidatura. E as sondagens com as lideranças políticas aliadas ao Dr. Domingos Gomes Aguiar: Joaquim de Sousa Bastos, Castro Castelo, Genésio Loiola e Zé Lins Castelo. Então eles formaram um grupo forte e veio o convite para eu disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa. Eu aceitei, pedi licença ao [Instituto Nacional de Previdência Social]

³ Flávio Nogueira foi prefeito de Tauá em 1950 pelo PSD. Genro do deputado Joel Marques, representava-o no município.

(INPS), sem remuneração para me candidatar e disputei a eleição de 1974. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

No depoimento de Antônio Câmara, percebemos o peso que a família teve para sua inserção no campo político. Nesse discurso, observamos uma citação recorrente à tradição política da sua família, apontando esse fato como razão principal de sua primeira vitória, quando disputou na eleição de 1974 pela ARENA.

Os Gomes de Freitas formam um grupo político familiar⁴ que costumeiramente exalta o estandarte da tradição familiar como parte da retórica de construção da imagem política do grupo. O mito fundador do espírito político do grupo é encarnado na *persona* do comerciante e fazendeiro Domingos Gomes de Freitas (pai Mingo), bisavô de Antônio Câmara, que foi intendente de Tauá de 1919 a 1926 pelo PRD. Esse grupo, aliado a outro grupamento político familiar, Cavalcante Mota, de Marruás, conseguiu desbancar o domínio político do Clã dos Feitosa em Tauá.

Como Antônio Câmara relata no trecho da entrevista há pouco citado, os Gomes de Freitas conseguiram eleger, de 1947 a 1962, um deputado estadual membro da família. Assim, os dois filhos de pai Mingo foram deputados estaduais: Manuel Gomes de Freitas (Nelo Gomes), eleito em 1947 pelo PSP, e Antônio Gomes de Freitas (Lisboa), eleito em 1950 pela UDN⁵ e 1954 pelo PTB, ficando na suplência em 1958 e 1962 pelo PTB. Esse grupo historicamente competiu politicamente com Joel Marques do PSD.

Analisando a disputa política para o cargo de deputado estadual, percebe-se que o grupo político familiar dos Gomes de Freitas possuía votos e articulação política para eleger um candidato, embora nas eleições de 1958 e 1962 não tenha conseguido eleger seu candidato, que ficou na suplência. Nas eleições

4 Por grupo político familiar entendemos um conjunto de pessoas que possuem um projeto de poder comum e que agem de forma coesa e que, além disso, se consideram e constroem uma imagem de agrupamento familiar.

5 No documento disponibilizado pela ALECE sobre o perfil dos deputados estaduais do Ceará eleitos, consta que Antônio Gomes Freitas pertencia ao PSD nas eleições de 1950, 1958 e 1962, porém o PSD em Tauá era representado por Joel Marques, opositor político dos Gomes de Freitas. Nos dados do TRE-CE, constam os partidos citados no texto acima.

de 1966, o grupo político apoiou a candidatura do então prefeito de Tauá, Júlio Rêgo⁶ (ARENA). Nessa eleição, Júlio Rêgo competia no “colégio eleitoral” do Inhamuns com o então deputado estadual Joel Marques (ARENA).

Nas eleições de 1970, o grupo político familiar dos Gomes de Freitas, novamente fortalecido em razão do mandato de Domingos Gomes de Aguiar como prefeito de Tauá (1967-1970), lançou a candidatura do odontólogo Bernardo Alves de Oliveira (ARENA). Este, entretanto, obteve em Tauá apenas 2.781 votos e não foi eleito, enquanto Júlio Rêgo (ARENA) obteve 5.243 votos no município e foi eleito deputado.

Nas eleições de 1974, esse grupo, dando continuidade à estratégia política de eleger um deputado estadual, lançou o nome de Antônio Câmara pela ARENA. Este é filho do advogado José Ózimo da Silva Câmara e de Maria Gomes de Oliveira Câmara, e é também advogado formado pela Universidade Federal do Ceará.

Cabe destacar o fato de que muitos dos integrantes do grupo político familiar Gomes de Freitas são formados em Direito e desenvolvem carreiras em instituições do Estado como funcionários públicos concursados ou indicados ou na ocupação de cargos eletivos. Antônio Câmara não fugiu a essa tradição. Iniciou carreira profissional em 1957, com 19 anos, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados de Transportes e Cargas (IAPETEC), como artífice de manutenção, como ele comenta:

Quando eu ingressei o meu pai tinha uma amizade particular com o deputado Francisco Monte. Que conversando, nessa época nós éramos treze irmãos, e ele perguntou: ‘Zé Ózimo, quantos filhos seus trabalham?’ Aí ele ‘nenhum!’. ‘Pois me dê um nome de um aí pra eu dar uma

6 Esse apoio a Júlio Rêgo contou com a articulação política do então governador Virgílio Távora (1963-1966), que indicou Lisboa, que então exercia o mandato de deputado estadual, para o Tribunal de Contas do Município (TCM). Essa indicação possibilitou que Júlio Rêgo conseguisse votos no Inhamuns, já que os Gomes não lançariam nenhum membro de seu grupo político para o cargo de deputado estadual. Além disso, como o vice de Júlio Rêgo era Genésio Loiola, político ligado aos Gomes de Freitas, esse grupo passaria a ter influência no Executivo de Tauá, cargo estratégico para o retorno da influência política desse grupo.

ajudinha'. Aí meus pais deram o meu nome. Embora o cargo fosse muito modesto eu fiquei grato porque me deu oportunidade de eu ingressar na Previdência. O resto eu fiz. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Antônio Câmara, diferente de Júlio Rêgo, por pertencer a uma família de tradição política que possuía influência com o Governo estadual, iniciou sua trajetória política no serviço público como funcionário, conseguindo estabelecer uma rede de contatos e uma articulação política que o credenciou posteriormente para ser candidato ao posto de deputado estadual. A capacidade de estabelecer acordos e relações políticas é reforçada em sua fala:

Naquela época da revolução, existiam uns tauaenses em funções de proeminência, como o general Clóvis Alexandrino, foi secretário de segurança, foi diretor presidente da Teleceará, e ele, quando a gente se encontrava, sempre aventava a hipótese de uma candidatura única em Tauá, uma candidatura que reduzisse os conflitos. Aí foi quando eu procurei o Domingos, procurei as lideranças e procurei o Júlio Rêgo. E eu e o General Clóvis conseguimos unir os Feitosa da Dona Dondon Feitosa, que era uma matriarca na política de Tauá com relação aos Feitosa, e surgiu a candidatura de Dr. Domingos Aguiar, candidatura única em 1972. Esse trabalho me deu uma certa visibilidade dentro do grupo político em Tauá e quando o meu nome foi lançado eu já não era um estranho. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Antônio Câmara iniciou sua formação acadêmica no curso de Engenharia Química, mas, segundo ele, não se adaptou ao curso. Interessante é observar que, no período em que iniciou esse curso, Antônio Câmara já trabalhava no IAPETEC e estava fazendo carreira na instituição, chegando inclusive a ocupar o cargo de Superintendente Adjunto, segundo maior cargo da instituição. Posteriormente, abandonou o curso de Engenharia Química e iniciou o do Direito, curso que o credenciava a ocupar cargos de liderança dentro da instituição. Antônio Câmara relata que a importância da profissão de advogado

Ajudou em tudo. Ajudou na minha carreira funcional, na Previdência e ajudou também na política porque além de deputado eu fui presidente de Comissão, Líder do Governo, Vice-líder, fui presidente de Comissão de Inquérito, de [Comissão Parlamentar de Inquérito] CPI... (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Assim, analisando as formas como Júlio Rêgo e Antônio Câmara foram recrutados, percebem-se padrões distintos. No caso de Antônio Câmara, o pertencimento a um grupo familiar específico o qualificou para o ingresso na política, já que sua família tinha uma tradição política consolidada. Como comenta Benedito Carvalho (1999, p. 75):

[...] em um meio social como o cearense, onde a família e os valores tradicionalmente a ela associados persistem como universo sagrado de referência, não se pode menosprezar seu significado na estruturação da ordem simbólica, na criação de valores e na própria reprodução do poder econômico e político.

As ligações familiares representam um importante meio de socialização política, propiciando desde cedo o desenvolvimento de habilidades que credenciam seus membros para ocupar posições de elite. Desenvolvem habilidades especiais para a entrada, permanência e ascensão nos variados escalões do sistema de poder. Dessa maneira, utilizando as categorias analíticas de Pierre Bourdieu (1994), afirmamos que a família, no caso de Antônio Câmara, em particular, atuou como instituição formadora de um “*habitus* político”, um *corpus* de saberes específicos e um saber-fazer. Criou-se um *habitus* no sentido do jogo, de ter o jogo na pele, de perceber no estado prático o futuro do jogo, ter senso histórico do jogo. Nesse aspecto, a família, como estrutura social, desenvolve uma competência prática para a ação política.

Pierre Bourdieu (1983), na sua teoria dos campos, postula que, para um indivíduo se inserir em um campo específico, este deve possuir determinado capital valorizado naquele campo. No caso específico do campo político, a posse de capital econômico e cultural credencia as pessoas a entrarem nesse campo, pois, sem esses recursos, ficaria difícil o acúmulo de

capital político. No caso de Antônio Câmara, o seu capital social de membro de uma família tradicional e envolvida na política o credenciou para a inserção no campo político, pois, desde o seu ingresso no primeiro emprego, o IAPETC, a família foi responsável pelo seu recrutamento.

Assim, se reporta a um “capital familístico” como um tipo específico de capital social, uma vez que o pertencimento a famílias tradicionais no município é acionado na aquisição de votos e no estabelecimento de acordos, credenciando essas pessoas aos postos de líderes políticos. No caso de Júlio Rêgo, o que o credenciou ao posto de prefeito foi sua formação profissional, sua habilidade como médico. No estudo de José Murilo de Carvalho (1981, p. 74) sobre a elite política brasileira no Império, o autor observa a existência de uma elite caracteristicamente fechada, pois, para os cargos políticos,

Restariam os advogados, juizes, procuradores, padres, médicos, cirurgiões, professores, homens de letras, oficiais militares, os altos funcionários públicos, além de parte reduzida de capitalistas e proprietários, isto é, um grupo que não deveria passar de 16.000 pessoas, ou seja, 0,3% da população ativa ou 0,1% da população total. Desse reduzidíssimo estoque sairia em torno de 95% dos ministros, 90% dos deputados, 85% dos senadores, 100% dos conselheiros de Estado.

Em Tauá, nesse período, percebemos também a existência de um recrutamento fechado, pois quem governa é recrutado de um segmento específico da sociedade: homens com posse de título de curso superior ou com o acúmulo de capital econômico. Nos dois casos analisados, a profissão exerceu influência preponderante para a inserção no campo político, pois tanto a ocupação de médico quanto a de advogado permitem estabelecer vínculos próximos com o eleitorado carente de serviços de saúde e de conhecimentos jurídicos. Não havia um recrutamento aberto que envolvesse estratos diferenciados da sociedade, uma vez que a sociedade era pouco diferenciada, havendo uma separação entre a elite e a massa.

2.2 ELEIÇÕES EM TAUÁ E A BUSCA PELO CONTROLE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Dentre os municípios do Inhamuns, Tauá é o mais desenvolvido econômica e politicamente, fornecendo lideranças no âmbito estadual e até federal. Por possuir um comércio local desenvolvido, muitos municípios vizinhos estabelecem relações comerciais, fazendo com que diariamente muitos habitantes de cidades como Arneiroz, Catarina, Aiuaba, Parambu e Saboeiro se desloquem para Tauá. Além disso, esse município é referência política no Inhamuns, tanto que os deputados estaduais mais votados nessa região são naturais de Tauá.

Com efeito, ter influência política no Executivo e Legislativo em Tauá abre oportunidade para conseguir adentrar o colégio eleitoral do Inhamuns. Nesse sentido, para analisar a influência política de Antônio Câmara e Júlio Rêgo no Inhamuns, é necessário investigar as estratégias de conquista dos Poderes Executivo e Legislativo em Tauá.

Um exemplo de conquista do colégio eleitoral do Inhamuns por meio do controle do Executivo em Tauá é observado nas eleições de 1962. Nesse período, Júlio Rêgo era prefeito de Tauá e, por ter feito uma boa gestão, conseguiu influência em outros municípios do Inhamuns:

Tauá vivia meio acéfalo em termos de administração e eu entrei como prefeito mas não queria ser político não. [...] Coloquei telefone e linha telefônica na cidade e nos distritos vizinhos. Eu terminei e houve um entusiasmo tão grande do povo, modéstia parte pela administração que eu fiz, que me lançaram candidato a Deputado contra Joel e resultado, eu fui obrigado a ir e me tornei o terceiro Deputado mais votado do estado do Ceará. Sem ter conhecimento do estado, sem nada, só lá com o Inhamuns (Tauá, Parambu, Catarina...), só com a votação de lá pela administração que fiz e o reflexo nos municípios vizinhos me tornei o terceiro deputado mais votado do estado do Ceará. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Antônio Câmara, que historicamente competiu politicamente com Júlio Rêgo, comentou a gestão deste na Prefeitura de Tauá:

Havia uma cultura de roubo nas prefeituras que a população se habituou. Quando diziam ‘fulano é prefeito de um município’ já se sabia que ele estava rico. A prefeitura era um feudo particular do prefeito. O público e o privado era... E o Domingos, como o Júlio Rêgo, seu antecessor, mudou isso. O Júlio foi um grande prefeito de Tauá. O pouco que tinha era aplicado. E o Domingos continuou. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Assim, por ter desenvolvido um mandato em que buscou racionalizar a administração de Tauá, Júlio Rêgo conseguiu se projetar na região, chegando inclusive a afirmar que, nas eleições de 1966, quando se candidatou pela primeira vez ao posto de deputado estadual, os prefeitos dos municípios vizinhos, como Arneiroz, Saboeiro e Independência, procuraram-no para apoiá-los. É interessante observar a frase dita por Júlio Rêgo “não queria ser político não”, demonstrando que sua legitimidade parece advir a sua revelia, ainda que alegue competência administrativa.

Nessa eleição, Júlio Rêgo (ARENA) conseguiu ser o terceiro deputado estadual com maior quantidade de votos, 8.423 em todo o estado do Ceará. O deputado estadual mais votado foi Adauto Bezerra (ARENA), que conseguiu 13.483 votos. Esse político possuía sua base eleitoral na região do Cariri, sobretudo no município de Juazeiro do Norte, onde conseguiu 7.790 votos. O segundo deputado mais votado foi Manuel de Castro (ARENA), com 9.360 votos no total. Este possuía sua base eleitoral na região do Médio Jaguaribe, especificamente no município de Morada Nova, no qual conseguiu 3.954 votos; em Limoeiro do Norte, com 1.456 votos; e Jaguaruana, com 1.416 votos.

Joel Marques (ARENA), nessa eleição de 1966, com a entrada de Júlio Rêgo na disputa eleitoral, teve dificuldades de se eleger, pois perdeu o apoio de chefes políticos⁷ de vários municípios do Inhamuns, como Parambu, Saboeiro e Arneiroz. Conseguiu, no total, 5.415 votos, mas recorreu à estratégia de procurar outros colégios eleitorais, como o município de

7 A categoria “chefes políticos” faz referência ao predomínio de um poder tradicional. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), o chefe político não ocupa, necessariamente, postos ou cargos no governo, seu poder provém do monopólio político em um domínio geográfico (distritos, municípios, regiões ou o Estado) em que possui controle dos votos.

Itatira, onde obteve 161 votos, e Acopiara, onde conseguiu 159 votos. Essa foi a última eleição⁸ que Joel Marques disputou, já que em Tauá seu mediador político e cunhado Flávio Nogueira apoiou Júlio Rêgo. Posteriormente, conseguiu por intermédio do governador Plácido Castelo (1966-1971) um cargo no Tribunal de Contas do Município (TCM).

Com a saída de Joel Marques da arena política, o terreno ficou livre para Júlio Rêgo, que ingressou na disputa política representando o grupo antes liderado por Joel Marques. Dessa maneira, herdou esse patrimônio político em Tauá e na região do Inhamuns, assumindo inclusive a direção do PDS.

Nas eleições de 1966, outro candidato natural de Tauá, José Aroldo Cavalcante Mota, disputou as eleições. Aroldo Mota, filho de um líder político do distrito de Marruás, Ataciso Cavalcante Mota, disputou pelo MDB, ficando na suplência com 3.150 votos no total. Os seus votos foram concentrados nos municípios de Fortaleza (986 votos), Itatira (955 votos), Tauá (303 votos), Acopiara (282 votos) e Mombaça (201 votos). Percebemos que ele não se articulou politicamente na região do Inhamuns, já que nos outros municípios dessa região conseguiu menos de quatro votos. Cabe ressaltar que este já havia disputado eleições em 1962 pelo MDB, ficando também na suplência.

O grupo político dos Gomes de Freitas iniciou sua influência política no começo do século XX, quando Domingos Gomes de Freitas (pai Mingo) foi intendente de Tauá (1919-1926). Com a ascensão política de Joel Marques no fim da Primeira República, quando este exerceu o cargo de intendente de Tauá (1928-1930), e a consolidação desse domínio político durante o Estado Novo (1937-1945), o poder dos Gomes de Freitas foi enfraquecido⁹. Nesse período (1936-1963), Joel Marques teve influência política para indicar ou eleger o Executivo de Tauá.

Nas eleições de 1958, os Gomes de Freitas, tendo como objetivo eleger o Poder Executivo em Tauá, lançaram a candida-

8 Joel Marques, nesse período, já acumulava cinco mandatos consecutivos como deputado estadual, tendo sido eleito em 1947 (PSD), 1950 (PSD), 1954 (PSD), 1958 (PSD) e 1962 (PSD).

9 Algumas lideranças locais ligadas aos Gomes de Freitas foram interventores em Tauá nesse período, como Ózimo de Alencar Lima (1931-1933) e Odilon Silveira Aguiar (1935-1936).

tura de Odilon Aguiar (UDN). Competindo com Odilon Aguiar estava Geraldo Feitosa (PDS), que foi eleito. Em 1962, os Gomes de Freitas, em razão de contenda¹⁰ com a família Feitosa, uniram-se a Joel Marques para disputar a eleição contra o médico Alberto Feitosa. Nesse acordo político, Joel Marques indicou o médico Júlio Rêgo (PSD) para o cargo de prefeito e os Gomes de Freitas indicaram Genésio Loiola (UDN) para vice.

Cabe ressaltar que nas eleições de 1962, no plano estadual, aconteceu a coligação entre os rivais históricos, UDN e PSD, que recebeu o nome de União pelo Ceará, tendo Virgílio Távora como principal articulador. Rejane Accioly de Carvalho (1998, p. 89), citando um depoimento de Manoel de Castro, afirma que essa união mudou a maneira de o governador tratar os chefes municipais, proporcionando que todos, udenistas e psdebistas, desfrutassem as delícias do situacionismo, como ilustrado em um depoimento transcrito:

No interior acontecia o seguinte, se o prefeito era da UDN o governador ajudaria na medida do possível e não permitia perseguições aos adversários. Quando era do PSD era a mesma coisa. (MANUEL DE CASTRO, ex-deputado estadual).

Dessa maneira, mesmo Júlio Rêgo sendo do PDS, agrupamento antes rival do partido do então governador Virgílio Távora (UDN), governou sem sofrer retaliações nas verbas.

Os Gomes de Freitas, com a saída de Antônio Gomes (Lisboa) da disputa por cargos eletivos, tiveram que estabelecer nova liderança no grupo político familiar. Por esse tempo, um membro da família tinha há pouco se graduado pela Faculdade de Medicina do Ceará. Este era Domingos Gomes de Aguiar, filho do ex-prefeito Odilon Silveira Aguiar e de Maria Domingas Gomes Aguiar, filha do ex-intendente Pai Mingo. Assim, os Gomes de Freitas passaram a construir a imagem política da nova liderança da família, Domingos Gomes de Aguiar, que clinicava em Tauá.

10 Os Feitosa envolvidos nessa contenda eram aliados políticos dos Gomes de Freitas.

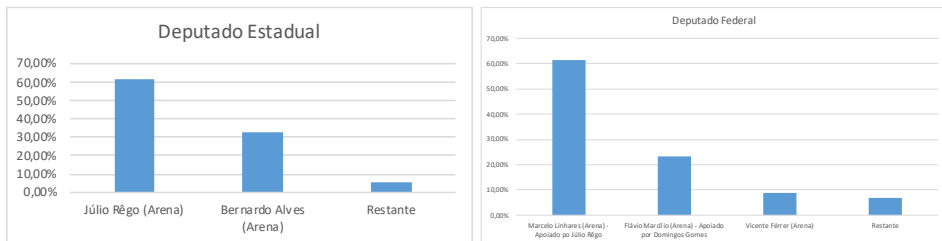
Em entrevista realizada com Mônica Aguiar, esposa de Domingos Gomes de Aguiar, ela comenta como foi a indicação para que este assumisse cargos eletivos. No seu depoimento, temos o discurso do sacrifício quando esta informa que seu esposo disputou o Poder Executivo de Tauá em 1966 por imposição da família, que o pressionou para que este a representasse politicamente.

Nessa eleição municipal de 1966, Domingos Gomes se candidatou pela ARENA, tendo como vice o então vereador do distrito de Marruás, Joaquim de Sousa Bastos (ARENA). Na chapa oposicionista estava Alberto Feitosa pelo MDB. Domingos Aguiar foi apoiado pelo então prefeito e candidato a deputado estadual Júlio Rêgo (ARENA); já Alberto Feitosa foi apoiado por Joel Marques (ARENA), também candidato ao posto de deputado estadual. O resultado foi favorável a Domingos Aguiar, que obteve 4.007 votos, enquanto Alberto Feitosa teve 3.655 votos. Cabe ressaltar que todos os dez vereadores eleitos em 1966 eram da ARENA.

Domingos Aguiar passou a atuar para recuperar o prestígio político dos Gomes de Freitas, disputando espaço político com Júlio Rêgo. Nesse sentido, lançou a candidatura do dentista Bernardo Alves de Oliveira ao posto de deputado estadual, buscando diminuir a votação de Júlio Rêgo em Tauá.

Mesmo assim, nas eleições de 1970, Júlio Rêgo (ARENA) conseguiu em Tauá 61,67% dos votos (5.243 votos), enquanto Bernardo Alves (ARENA) conseguiu apenas 32,80% (2.788 votos). Quanto ao resultado eleitoral dos deputados federais em Tauá, o deputado apoiado por Júlio Rêgo, Marcelo Linhares (ARENA), conseguiu 61,34% dos votos (4.710 votos) e o deputado apoiado por Domingos Gomes, Flávio Marcílio (ARENA), conseguiu 23,17% dos votos (1.779 votos). Outro deputado votado no município foi Vicente Férrer (ARENA), que conseguiu 8,78% dos votos (674 votos). Esses dados estão no gráfico seguinte.

GRÁFICO 1 - RESULTADO DAS ELEIÇÕES DE 1970 PARA OS CARGOS DE DEPUTADO ESTADUAL E FEDERAL NO MUNICÍPIO DE TAUÁ



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-CE

Nas eleições municipais de 1970, em Tauá, ocorreu uma pulverização de candidaturas, registrando-se quatro nomes na disputa do Executivo municipal; no entanto, apesar do maior número de candidaturas, é evidente a existência de dois grupos políticos bem definidos: o grupo liderado pelo então deputado Júlio Rêgo, que lançou o médico Alberto Feitosa Lima (ARENA) e conseguiu um total de 63,52% dos votos válidos (5.934 votos); e o outro grupo, liderado pelo então prefeito Domingos Gomes, que lançou como candidato o comerciante Apolônio Cavalcante Mota (MDB), que conseguiu um total de 34,57% dos votos válidos (3.230 votos). Os outros dois candidatos receberam uma quantidade irrisória de votos: Flávio Alexandrino Nogueira (ARENA), que buscava dar continuidade à liderança de Joel Marques em Tauá, com 1% dos votos válidos (92 votos); e Alcides Feitosa (ARENA), com 0,91% dos votos (85 votos).

Com a implantação da ditadura em 1964, os militares queriam uma união de forças para que não houvesse disputa pelo poder. Nesse sentido, em 1972, houve candidatura única em Tauá e Domingos Gomes foi eleito prefeito, tendo como vice Francisco Misael Cavalcante, vereador pela ARENA em 1966 e 1970, com base política no distrito de Marruá. Essa chapa única foi articulada por Antônio Câmara, então funcionário do IAPETEC. Nesse mandato de Domingos Gomes (1973-1976), o seu grupo político pôde novamente se estruturar na política de Tauá, tanto que nas eleições de 1974 foi lançado o nome de Antônio Câmara para deputado estadual, competindo com Júlio Rêgo.

Nas eleições estaduais de 1974 em Tauá, Júlio Rêgo (ARENA) conseguiu 4.005 votos e Antônio Câmara (ARENA) 5.167 votos. Júlio Rêgo, na época, tinha muita influência política no governo César Cals (1971-1975), tendo sido, inclusive, secretário de saúde estadual (de abril de 1973 a maio de 1974). Essa foi a eleição em que Júlio Rêgo conseguiu menos votos em Tauá, fato ocasionado pelo seu distanciamento de Tauá no período em que ocupava a Secretaria, como comenta:

Tanto que na eleição seguinte foi a eleição que tive menos votos, sabia, para Deputado Estadual. Porque, como secretário de saúde, talvez eu tivesse menos tempo de visitar as bases. E quando eu não era secretário, como deputado, todas as sextas-feiras eu ia pra Tauá. Visitava e tava lá como médico. Receitaando, sabe, e passando. Me afastei, não tinha tempo para me encontrar com os eleitores, com as bases, como tinha nos outros mandatos. Eu nunca fui a praia nem nada e todo fim de semana eu ia lá pra Tauá. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Nessa passagem, percebemos que, quando um deputado possui seus votos concentrados em circunscrições eleitorais informais, necessita constantemente reforçar laços com os seus eleitores, pois, como esclarece Júlio Rêgo:

O caboco quer conversar com a gente, quer uma coisa. E não é dinheiro nem nada não, era um contratozinho, um favor, uma coisinha. Uma ajuda, de dar uma palavra por ele em uma repartição. Uma doença, era encaminhar um pra aqui, outro pra acolá. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Assim, quando Júlio Rêgo assumiu o posto de secretário, precisou desempenhar atividades administrativas, não dispondo de tempo para acompanhar seus eleitores e visitar suas bases, como fazia. Deputado que aponta votação concentrada em circunscrições eleitorais informais é cobrado por seus eleitores para que esteja com frequência disponível para atender as demandas exigidas pelas bases. Dessa forma, como existe um contato mais próximo e pessoal com o eleitorado, este exige que o deputado constantemente se desloque para suas bases.

Quando o deputado estadual permanece durante um longo período distante de sua base eleitoral, é necessário que ele possua uma liderança da sua confiança para representá-lo no plano local. No caso dos Gomes de Freitas, o grupo estabeleceu uma divisão do trabalho político: Antônio Câmara atuaria no plano estadual, estabelecendo contatos com o Executivo estadual e com as repartições estatais para a aquisição de obras e verbas para Tauá; Domingos Aguiar, por outro lado, atuaria no plano local, ocupando postos no Executivo municipal, tendo um contato mais próximo com os eleitores.

O grupo liderado por Júlio Rêgo não possuía uma divisão política tão demarcada como acontecia com os Gomes de Freitas. Júlio Rêgo possuía um contato mais próximo com os seus eleitores, sempre visitando o município de Tauá e os receitando. No âmbito local, Júlio Rêgo tinha o seu cunhado Lemos Dias, dono de uma farmácia no município, Farmácia Moderna, que o representava. Assim, as demandas dos eleitores e das lideranças locais eram atendidas por este.

Percebendo que seu domínio estava sendo ameaçado pelo grupo Gomes de Freitas, que se dedicava à conquista e manutenção do Executivo em Tauá, Júlio Rêgo decidiu se candidatar a prefeito em 1976 pela ARENA, tendo como vice José da Costa Leitão Lima (Zé Lima). Na chapa oponente estava o fazendeiro Joaquim de Sousa Bastos, que havia sido vereador em 1962 pela UDN e vice-prefeito de Domingos Gomes em 1966 pela ARENA. Sousa Bastos (ARENA) era apoiado pelo então prefeito Domingos Aguiar e tinha como vice o fazendeiro Genésio Rodrigues Loiola.

Nessa disputa, Júlio Rêgo não foi eleito, conseguindo 45% dos votos válidos (6.511 votos), enquanto Sousa Bastos foi eleito com um total de 7.451 votos, correspondendo a 51,4% dos votos válidos. Como comenta Júlio Rêgo:

Acho que fui eu quem botei ele [Zé Lima] como vice. Eu botei porque eu era deputado e não queria deixar de ser deputado. Se eu tivesse me elegeido teria deixado a prefeitura com ele. A turma percebeu e aí começaram a fazer a propaganda que se eu fosse eleito quem ficava prefeito era o vice. Aí dizem que isso prejudicou e eu perdi, dizem, foi por causa disso. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Essa candidatura de Júlio Rêgo ao Executivo em Tauá foi estratégica no sentido de “sustentar o partido”. O objetivo era que, tendo Júlio Rêgo como prefeito, o seu grupo político teria acesso a muitos benefícios: cargos, influência política etc. Além disso, a sua gestão se constituiria numa importante arena de “publicização” da capacidade do seu grupo executar uma boa administração, fazendo com que eleitores e líderes políticos da região se aproximassem dele. Os comentários de Júlio Rêgo sobre essa eleição são por si esclarecedores:

Domingos lançou Sousa Bastos, era um líder político amigo nosso. Eu era deputado, certo. Aí do lado ele ficou com o poder na mão, candidato único, manobrou tudo, aí não tinha quem fosse candidato pelo lado de cá. Tava todo mundo do lado dele. Aí eu fui candidato para segurar o partido. Não prejudicava, eu era deputado e continuei como o cargo de deputado. Nós tivemos dificuldade, ele absorveu tudo. Os Mota dando apoio a ele. Para segurar o partido o jeito que teve foi me candidatar para não perder o partido, sustentar o meu grupo. Achei que tivesse me distraído. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Nesse depoimento, é interessante observar o emprego da expressão “me distraído”, já que se refere a eleições municipais em Tauá. Júlio Rêgo confessa que, ao não focar sua atuação política para a disputa pelo Executivo em Tauá, deixou em poder de seus adversários essa importante fonte de prestígio político, já que o exercício da função de prefeito possibilita um contato mais próximo com os eleitores e com as lideranças políticas locais. Essa “distração” custou a Júlio Rêgo a diminuição de seu capital político.

O período da administração de Sousa Bastos (1977-1982) foi marcado por vários conflitos entre os dois grupos políticos dominantes no município. Na relação Executivo/Legislativo, o prefeito enfrentou a oposição de dois vereadores, os irmãos Pedro Pedrosa de Castro Castelo (ARENA), então presidente da Câmara Municipal, e José Lins Castelo (ARENA). Esses dois vereadores conseguiram, inclusive, barrar um projeto de lei que previa o aumento do salário dos servidores municipais¹¹.

11 Prefeito (1981b).

Outro episódio abordado pela mídia¹² foi o afastamento de uma professora municipal que havia realizado uma reunião política com a oposição em uma escola do município. Posteriormente, em decorrência da repercussão que esse afastamento causou, o prefeito Sousa Bastos anulou a demissão. A professora, em seguida, no entanto, participou de um comício de Mauro Benevides (PMDB) e de Miguel Arraes (PMDB) no município, então opostos ao grupo político de Sousa Bastos e Antônio Câmara, o que foi considerado um comportamento de provocação política que justificou seu afastamento das funções docentes.

Naqueles tempos de extremismo político, eleitores de um grupo não podiam participar de atos políticos de grupos opositores, sob pena de não serem mais reconhecidos como pertencentes ao grupo. Em uma comunidade na qual os papéis políticos estão rigorosamente delimitados, não existe espaço para que um eleitor vinculado a um grupo participe de comícios e carreatas de outro grupo.

Nas eleições municipais seguintes, em 1982, houve o lançamento de três candidaturas ao Executivo, no qual cada grupo político apresentou um candidato.

Os Gomes de Freitas lançaram a candidatura de Domingos Gomes (PDS), que apesar de residir em Fortaleza, onde era presidente da Fundação de Saúde do Estado do Ceará (FUSEC), estava sempre em Tauá consultando e atendendo a população em seu consultório médico. Domingos Gomes tinha como vice o comerciante Manuel Almeida Neto.

O grupo de Júlio Rêgo apoiou a candidatura de Castro Castelo (PDS), que tinha como vice o advogado Joaquim Alexandrino Feitosa Gonçalves. Nesse período, estava em ascensão a liderança política de Castro Castelo, que era fazendeiro e já havia sido vice-prefeito de Alberto Feitosa em 1970 (ARENA) e vereador em 1962 (UDN) e 1976 (ARENA).

O outro grupo, representado pelas lideranças locais que se opunham ao poder dos dois deputados estaduais, era composto pelas lideranças do PMDB local, do Sindicato dos Tra-

12 Prefeito (1981a).

balhadores Rurais e da ala progressista da Igreja Católica do município. Esse grupo lançou a candidatura do então vereador Francisco Teobaldo Girão Souto (PMDB), que tinha como vice Francisco das Chagas Loiola Maia (PMDB).

O resultado eleitoral foi favorável a Castro Castelo, que conseguiu 50% dos votos válidos (9.530), enquanto Domingos Gomes ficou com 44,57% (8.499 votos) e Teobaldo Cidrão com 5,43% (1.036 votos). Além disso, Júlio Rêgo conseguiu eleger a maioria na Câmara Municipal, derrotando o domínio de Antônio Câmara, instalada há quatro anos. Segundo uma reportagem¹³, Júlio Rêgo teria obtido dois mil votos a mais do que o deputado Antônio Câmara. Desses dois mil votos, 50% seriam resultantes da estratégia usada pelos eleitores de votarem em Domingos Gomes para prefeito e Júlio Rêgo para deputado.

A gestão de Castro Castelo (1982-1988) foi marcada por uma disputa intensa entre os dois grupos políticos. Antônio Câmara, que nesse período possuía influência no governo Gonzaga Mota (1983-1987), chegando a ser líder do governo, passou a usar a tribuna da ALECE para criticar a administração de Castro Castelo.

Antônio Câmara denunciou o desvio da merenda escolar para a fazenda de Castro Castelo e a redução de 40% do vencimento dos servidores da Prefeitura Municipal¹⁴. Liderava também um movimento que elaborou um documento assinado por vinte e quatro pessoas da comunidade (vereadores, comerciantes e lideranças locais) denunciando o prefeito e o vice (Joaquim Alexandrino Feitosa), acusando-os de: enriquecimento ilícito, obras superfaturadas, desvio de merenda escolar, contrato de empréstimos sem autorização da Câmara etc. O documento, segundo a matéria¹⁵, constava de vinte e seis denúncias direcionadas ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM). Na Câmara Municipal, seis vereadores do PMDB denunciaram o prefeito Castro Castelo (PFL), alegando a possibilidade da não aprovação das contas da Prefeitura em 1988.

13 Esquema (1982).

14 Líder (1983).

15 Comunidade (1987).

Mesmo não tendo o controle do Executivo em Tauá, Antônio Câmara, por ter trânsito livre no Governo estadual, conseguiu por meio do vice-governador Adauto Bezerra interferir na política local de Tauá, chegando, inclusive, a afastar o delegado especial do município, Luiz Sousa e Oliveira, que, segundo denúncias, teria espancado o agricultor Assis Araújo, “gente do Câmara”¹⁶. Dessa forma, percebe-se a importância de contar com o apoio do Governo estadual, pois, mesmo se o deputado não conseguir eleger o prefeito do município, ele pode, por meio de relações com o Governo estadual, interferir na política local.

As disputas pela manutenção do poder local em Tauá resultavam em constantes conflitos entre esses dois grupos. Como exemplo, houve em 1985 o caso envolvendo o violeiro Jeovani Coelho e o deputado Antônio Câmara. Segundo matéria publicada no jornal¹⁷, o violeiro teria feito versos contra Antônio Câmara na época da eleição da Mesa Diretora da ALECE, tendo o deputado agredido fisicamente o violeiro autor dos versos. Segundo o então prefeito Castro Castelo, aliado a Júlio Rêgo, o violeiro teria depois recebido tiros de um motorista da família de Antônio Câmara.

Ainda na mesma versão, fornecida pelo prefeito do município, Câmara estaria armado e não atirou no poeta porque houve interferência de amigos. O deputado disse ontem que não estava armado e não mandou ninguém atirar no rapaz, depois da briga. ‘Se tivesse esta intenção, teria feito, eu mesmo, afirmou’. (VIOLEIRO, 1985).

Antônio Câmara depois esclarece esse acontecimento:

Eu fui candidato a presidente e desisti. Eu desisti de ser candidato porque empatou e o Castelin, Castelo de Castro, era mais velho que eu, então ele ganhava, né. Aí eu desisti e pedi o Gonzaga para escolher um nome mais velho do que eu e o Castelo pra num empate, né. Aí foi nisso que a turma de adversário reuniu-se lá e deram um mote pro cantador: ‘o deputado Antônio Câmara peidou na rabichola’. Aí ele passou a noite fazendo essas. Mas o cara que fez isso, quando eu cheguei em Tauá, desapareceu. Soube que eu estava atrás dele. Aí eu tava com um amigo

16 Adauto (1983).

17 Violeiro (1985).

meu, Tutu Alexandrino, aí eu digo: ‘Tutu eu não vou voltar sem fazer nada não. Eu não encontro o autor intelectual desse negócio’, que aliás era cunhado dele, Flavim Nogueira, metido a brabo. Eu vou, ‘cê sabe esse cantador onde ele faz ponto?’ ‘Sei. Ele só vive no café de não sei de quem’. ‘Onde é, vambora lá’. Aí quando nós chegamos ele disse: ‘é aquele que tá com uma capanga ali debaixo do braço’. Digo: ‘tá bom, como é o nome dele?’ Não sei, disse lá, não me lembro mais. Aí, cheguei e disse: ‘cê me conhece?’ Ele disse: ‘assim não sei não’. ‘Meu nome é Antônio Câmara... Como é que você fala mal de uma pessoa sem conhecer seu bostal!’ Aí ele: ‘eu sou um profissional, ganho meu dinheiro’. ‘pois cê vai levar porrada aqui pra aprender a trabalhar direito’. Desci a mão na cara dele. Rapaz esse cabra correu, eu com um revólver e a feira cheia de gente... A minha intenção era dá um tiro no joelho dele, pra ele passar assim um mês cachingando e a turma ‘o que foi isso fulano?’ Mas... São coisas que às vezes a gente faz sem... (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Nesse depoimento de Antônio Câmara, percebemos o clima da disputa em Tauá, na qual o político precisa demonstrar coragem para conseguir manter-se no poder, pois tanto os eleitores quanto seus cabos eleitorais cobram dele uma postura firme contra os adversários. A utilização de nomeações jocosas na desqualificação do oponente político, como no emprego da expressão “peidou na rabichola¹⁸”, exige do atingido uma reação em que até o uso da violência física pode ser considerado legítimo.

Atos jocosos como esses são comuns na vida política de comunidades e colaboram para que facções políticas rivais afirmem sua força como grupo. Marcos Lanna (1995), em seu estudo sobre o município de São Bento do Norte, no interior do Rio Grande do Norte, afirma que as festas, os constantes atos de malandragens, fazem parte do que o autor chama de “complexo de relações jocosas” e são parte importante da socialização da comunidade.

Um caso semelhante já tinha acontecido em 1981, quando dois violeiros foram ameaçados pelo então prefeito Sousa Bastos por prestarem homenagem ao Ministro César Cals, que era ligado politicamente a Júlio Rêgo. Esse acontecimento foi, inclusive, denunciado por Júlio Rêgo na ALECE¹⁹.

18 Expressão usada para significar medo ou desistência de alguma atitude que seria tomada.

19 Júlio (1981).

Nas eleições municipais de 1988, em Tauá, houve novamente três chapas na disputa. O grupo apoiado por Júlio Rêgo: Zé Lima, do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), que já havia sido candidato a vice-prefeito em 1976, tendo como vice Agildo Pereira Nogueira (PMB); O outro grupo, apoiado por Antônio Câmara: Joaquim Alexandrino Feitosa Gonçalves (PMDB), então vice-prefeito de Castro Castelo, e Domingos Gomes de Aguiar Filho (PTB), filho do ex-prefeito Domingos Gomes; e o grupo de oposição aos dois deputados e apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais: composto por duas mulheres, uma que era bancária do Banco do Brasil, Maria Genilda Dias Magalhães, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e a vice, professora Francisca Gonçalves Sobrinha (Chichica), pelo PT.

O resultado foi favorável a Zé Lima, que conseguiu 52,64% dos votos válidos (11.442 votos), além de eleger o maior número de vereadores, onze no total de dezenove. Joaquim Alexandrino conseguiu 44,68% dos votos (9.663) e elegeu sete vereadores. O outro grupo que disputava em uma coligação PT-PDT conseguiu apenas 2,69% dos votos válidos e elegeu apenas um vereador.

Antônio Câmara, que nesse período era presidente da ALECE (1987-1988), acusava o governador Tasso Jereissati de interferir diretamente nas eleições municipais de 1988, usando a máquina administrativa para favorecer seus candidatos. Tasso Jereissati retrucou afirmando que sua participação nas eleições tinha por objetivo aniquilar as estruturas de poder montadas sob a égide do regime ditatorial, período em que era possível encontrar os verdadeiros responsáveis pelos problemas que afligiam a população, leia-se “políticos tradicionais”. Para o então governador, o único objetivo dos políticos tradicionais seria acumular riqueza para si próprios e para os seus correligionários, praticando o clientelismo, a malversação dos recursos públicos e o empreguismo (EPISÓDIOS, 1989).

Matéria do O Povo sobre as eleições municipais de 1992 em Tauá menciona:

Acordo parcial leva a disputa pela Prefeitura de Tauá o deputado Antônio Câmara, com o apoio dos ex-prefeitos Sousa Bastos, do PMDB,

Domingos Aguiar, do PFL, e do médico João de Sousa, do [Partido Liberal] (PL). Câmara queria um acordo amplo envolvendo também o deputado Júlio Rêgo, cujos representantes em Tauá são figadais rivais do seu grupo, impossibilitando qualquer entendimento. Com uma bagagem política de 5 mandatos como deputado, ele realiza um velho sonho: ser prefeito de sua terra natal. (INHAMUNS, 1992).

Esses dois grupos políticos, no entanto, não se coligaram nas eleições municipais de 1992. Nessa disputa, houve o lançamento de três candidaturas: uma apoiada pelo grupo Gomes de Freitas, tendo Domingos Filho como articulador, que lançou o nome de Castro Castelo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), ex-aliado de Júlio Rêgo, e como vice o então vereador Marco Aurélio de Aguiar (PL), filho do ex-prefeito de Tauá, Domingos Gomes (1967-1971 e 1973-1976).

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Tauá, liderado por Júlio Rêgo, num acordo costurado com a ajuda do deputado e então secretário de governo, Artur Silva Filho (PSDB), estabeleceu uma aliança com o PMDB, o PDT e o PT, e lançou a candidatura do então vice-prefeito de Zé Lima, Agildo Pereira Nogueira (PSDB), e que tinha como vice um ex-aliado de Antônio Câmara, Alaor Cavalcante Mota Filho (PMDB), do Clã do Campo Preto. A outra chapa era apoiada pelo então prefeito Zé Lima, que tentava eleger seu sucessor e indicou o médico João Antônio da Luz (PFL) e como vice Luiz Freitas Cavalcante Júnior.

Essa disputa foi bastante competitiva e o resultado foi favorável a Castro Castelo, que conseguiu 42,59% dos votos válidos (10.852 votos), enquanto Agildo Pereira apresentou um percentual de 40,22% (10.248 votos) e João da Luz 17,19% (4.381 votos); no entanto, Castro Castelo, com apenas quatro vereadores eleitos, não conseguiu eleger a maioria na Câmara. Já o grupo apoiado por Júlio Rêgo elegeu dez vereadores, e o grupo do então prefeito Zé Lima elegeu sete vereadores. Cabe destacar o fato de que Castro Castelo enfrentou durante sua gestão (1993-1996) uma grande oposição dos vereadores ligados ao grupo de Júlio Rêgo.

2.3 A CONSTRUÇÃO DAS BASES ELEITORAIS

Analisando a distribuição dos votos nos municípios do Ceará, percebe-se que tanto Antônio Câmara quanto Júlio Rêgo mostravam votação concentrada em circunscrições eleitorais informais localizadas na região do Inhamuns, ou seja, têm o perfil de deputados distritais.

Segundo Nelson Rojas de Carvalho (2003), deputados com esse perfil de votação costumam alocar benefícios geograficamente desagregados, assegurando fundos de *pork-barrel* para projetos que beneficiem distritos específicos, para suas bases eleitorais, possuindo uma racionalidade do paroquialismo. *Pork-barrel* faz referência a projetos que possuem custos repartidos por todo o território, mas que os benefícios econômicos ou serviços são concentrados em uma área circunscrita geograficamente. Como comenta:

Uma base territorial de representação inevitavelmente introduz preocupações particularistas e paroquiais no processo de formulação de políticas. Um representante eleito com os votos, esforços e recursos de pessoas de uma área geográfica específica naturalmente atribui importância especial a suas visões e demandas, tanto por um senso de obrigação como de auto-interesse. (CAIN; FERREJOHN; FIORINA, 1987, pag. 19 *apud* CARVALHO, 2003, pag. 20).

Nelson Rojas de Carvalho (2003) afirma que deputados com uma base eleitoral, *constituencies* eleitorais, bem delimitada ao longo das eleições e com votação dominante, desempenham o papel de *caseworks*. Ou seja, fornecem serviços de despachante para a resolução de problemas individuais das suas bases eleitorais com a burocracia governamental, resolvendo assim pendências de seus eleitores e das lideranças locais.

O fato de um deputado possuir votos concentrados em poucos municípios é interpretado como um dos elementos definidores de um político de perfil tradicional, que domina colégios eleitorais, pejorativamente chamados de “currais eleitorais”, exatamente pelo controle absoluto dos votos. Essa “distritalização informal” dos votos poderia ser interpretada como uma

estratégia deliberada dos deputados tendida para a garantia de conquistas de um mandato parlamentar.

O objetivo dessa parte do capítulo é analisar em quais municípios os dois deputados foram mais votados em cada eleição e investigar quais estratégias de conquista de votos foram utilizadas por estes. A metodologia utilizada foi a de selecionar os dez primeiros municípios onde o deputado foi mais votado em cada eleição. A opção por dez municípios se deve ao fato de que, somando os votos desses municípios, observamos que totalizavam mais do que 80% dos votos recebidos em todo o Ceará pelo deputado. Assim, esses dez municípios forneceriam uma demonstração da base eleitoral dos deputados.

Nas duas tabelas que se seguem, vem a lista dos dez primeiros municípios em que os deputados Antônio Câmara e Júlio Rêgo foram mais votados em cinco eleições (1974²⁰, 1978, 1982, 1986 e 1990). O objetivo das tabelas é acompanhar o histórico da votação dos deputados nos municípios e identificar qual o seu padrão de votação.

TABELA 1 - LISTA DOS DEZ PRIMEIROS MUNICÍPIOS ONDE ANTÔNIO CÂMARA FOI MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES DE 1974-1990

Município	1974	1978	1982	1986	1990
Acopiara	--	--	384	200	--
Aiuaba	--	1.525	1.422	1.398	617
Aracoiaba	--	79	--	--	--
Arneiroz	--	--	595	339	86
Baturité	--	--	--	577	--
Catarina	--	1.351	1.495	1.042	912
Crateús	--	80	--	--	109
Fortaleza	4.069	1.912	2.699	7.905	2.826
Ibiapina	--	213	--	--	--
Independência	1.456	3.192	1.492	2.063	130
Jaguaribara	--	--	--	1.148	--
Maranguape	--	69	--	--	405

20 No livro com os resultados eleitorais dessa eleição só constam em cada município os votos dos deputados mais votados. Assim não foi possível completar a lista dos dez municípios onde Antônio Câmara foi mais votado.

COMO SE CONQUISTA E MANTÉM BASES ELEITORAIS?

José Raulino Chaves Pessoa Júnior

Mauriti	--	--	707	--	--
Mombaça	--	--	242	220	--
Novo Oriente	--	259	--	--	--
Parambu	1.222	2.405	3.194	4.214	1.870
Quiterianópolis	--	--	--	--	1.619
Sobral	--	39	--	600	76
Tauá	5.167	6.520	7.074	7.989	5.346
Total dos votos nos dez municípios	11.914 (81,69%)	17.644 (93,76%)	18.920 (90,62%)	27.495 (85,94%)	13.996 (93,30%)
Total de votos nos municípios do Inhamuns	6.389 (43,80%)	11.801 (63,10%)	13.780 (64,68%)	14.982 (47,21%)	8.831 (59,19%)
Total de votos do deputado no estado	14.584	18.702	21.302	31.734	14.402

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE

TABELA 2 - LISTA DOS DEZ PRIMEIROS MUNICÍPIOS ONDE JÚLIO RÊGO FOI MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES DE 1974-1990

Município	1974	1978	1982	1986	1990
Acopiara	355	--	--	--	--
Aiuaba	--	--	454	1.210	1.312
Aquiraz	--	--	992	--	388
Arneiroz	741	820	649	428	303
Barro	--	--	2.194	--	--
Canindé	--	--	--	107	--
Catarina	640	286	514	--	785
Crato	--	124	--	118	--
Euzébio	--	--	--	--	90
Fortaleza	2.657	2.180	3.966	1.894	2.280
Independência	--	279	--	102	1.466
Ipueiras	1.288	--	--	--	--
Maracanáu	--	--	--	81	--
Mombaça	--	569	--	--	--
Novo Oriente	763	1.942	379	--	--

COMO SE CONQUISTA E MANTÉM BASES ELEITORAIS?

José Raulino Chaves Pessoa Júnior

Nova Russas	--	278	--	--	--
Parambu	2.187	2.673	4.294	2.029	1.763
Poranga	219	--	--	--	--
Quiterianópolis	--	--	--	--	979
Saboeiro	--	--	640	861	--
Tauá	4.005	6.111	9.281	9.287	6.584
Uruoca	923	--	--	--	--
Total de votos nos dez primeiros municípios	13.778 (87,05%)	15.262 (92,37%)	23.363 (88,70%)	16.117 (94,56%)	15.950 (94,04%)
Total de votos nos municípios do Inhamuns	7.573 (47,84%)	9.890 (59,86%)	15.192 (57,67%)	13.815 (81,05%)	10.747 (63,36%)
Total de votos do deputado no estado	15.827	16.521	23.339	17.043	16.960

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-CE

Na análise da distribuição dos votos de Antônio Câmara e Júlio Rêgo, percebemos que esses deputados possuíam dois padrões de votação por município ao longo das eleições. O primeiro padrão seria composto por municípios onde esses deputados seriam constantemente votados, como nos municípios da região do Inhamuns (Tauá, Arneiroz, Parambu, Aiuaba, Catarina) ou nos municípios adjacentes a esta (Independência, Crateús, Novo Oriente).

O segundo padrão seria os municípios nos quais eventualmente os deputados recebem votos, mas que não integram sua base eleitoral. Além disso, cabe notar que esses municípios são geralmente distantes geograficamente da base política dos deputados, o que exclui a hipótese de que correspondem à sua área de influência. No geral, a votação nesses municípios deve-se a alguma troca de colégio eleitoral com outro candidato a deputado federal ou a acordos com lideranças políticas, prefeitos ou vereadores para ser votado no município.

Observando a tabela dos votos dos dois deputados, percebemos que municípios como Aiuaba, Arneiroz, Catarina, Fortaleza, Independência, Parambu e Tauá formavam o núcleo duro da base eleitoral desses deputados, onde em toda eleição eles eram votados. Esses municípios são geralmente os que demandam mais atenção dos deputados. Além disso, percebemos

que, ao longo das eleições, a região do Inhamuns representava um percentual significativo na votação total desses deputados, sendo o palco de conflito.

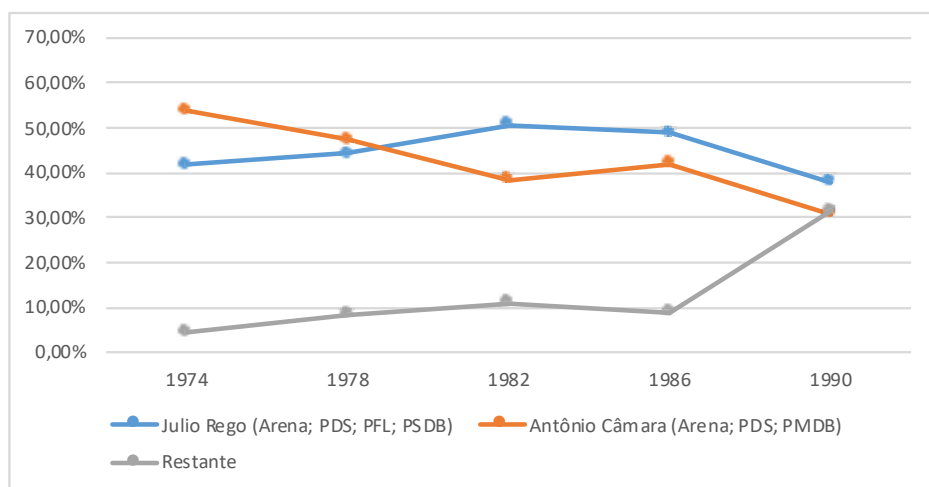
Percebe-se que o percentual de votos concentrados no Inhamuns, que no decurso das eleições não apresentou um índice inferior a 80%, foi oscilando ao longo das eleições. Na eleição de 1974, Antônio Câmara e Júlio Rêgo apresentaram os menores índices de concentração de votos nessa região, respectivamente, 81,69% e 87,05%. Posteriormente, esse índice aumentou nas eleições de 1978 e, desde então, passou a declinar. Houve exceção na eleição de 1986 para Júlio Rêgo, que apresentou seu maior percentual de votos nessa eleição, 81,05%. Esse alto índice fazia parte de uma estratégia utilizada pelo Candidato para se contrapor ao crescimento do capital político de Antônio Câmara, visto que este conseguiu muitos votos em Fortaleza e em alguns municípios específicos (Jaguaribara, Sobral e Baturité) em decorrência da projeção que teve como secretário de governo de Gonzaga Mota (1986-1987). Nesse sentido, Júlio Rêgo focou sua atuação política na região do Inhamuns para conseguir votos e se contrapor a Antônio Câmara.

Observamos que municípios como Baturité, Ibiapina, Jaguaribara, Mauriti, Sobral, no caso de Antônio Câmara; e Aquiraz, Barro, Canindé, Crato, Mombaça e Nova Russas, no caso de Júlio Rêgo, formam um conjunto de municípios onde eventualmente esses deputados são votados. Analisando o núcleo duro da votação dos dois deputados, dois municípios merecem destaque por serem palco de constantes conflitos entre os dois deputados: Tauá e Parambu. O maior colégio eleitoral da região do Inhamuns é Tauá, fazendo assim do município o núcleo central da disputa política, tanto pela quantidade de votos quanto pela influência política que exerce na região.

No gráfico a seguir, acompanhamos a votação desses dois deputados em Tauá durante cinco eleições, de 1974 a 1990. Percebemos que essa votação é concentrada e que Antônio Câmara e Júlio Rêgo conseguiram a maioria dos votos, apresentando o ápice nas eleições de 1974, quando juntos somaram 95,57% dos votos nominais. Essa concentração dos votos foi

decrecendo ao largo das eleições, pois, em 1978, passou para 91,52% e em 1982 atingiu 89,05%, exceção apenas nas eleições de 1986 em que essa concentração subiu para 91,03% dos votos. Nas eleições de 1990, a concentração dos votos em torno desses dois deputados atingiu o menor índice, 68,55%, visto que outros deputados estaduais passaram a disputar votos com Antônio Câmara e Júlio Rêgo: Joviniano Carvalho (PFL), que foi apoiado pelas lideranças políticas da comunidade do distrito de Trici-Flores e pelas lideranças da família Carvalho Alexandrino; Antônio Amorim (PT), apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esses dois deputados somaram um total de 15,49% dos votos, sendo 11,12% de Joviniano Carvalho e 4,37% de Antônio Amorim.

GRÁFICO 2 - PORCENTAGEM DE VOTOS NOMINAIS PARA DEPUTADO ESTADUAL EM TAUÁ (1974-1990)



Fonte: Elaboração própria, com suporte nos dados do TRE-CE

Analisando o gráfico 2, percebemos que a votação de Júlio Rêgo é um pouco superior àquela obtida por Antônio Câmara, apresentando o maior índice, 50,53% dos votos, nas eleições de 1982, quando conseguiu, inclusive, eleger o prefeito de Tauá, Castro Castelo. Os menores índices foram em 1974 (41,73%) e em 1978 (44,28%), quando não era apoiado pelo então prefeito Domingos

Aguiar (1973-1976) e tinha se distanciado de Tauá ao assumir o posto de chefe da Secretária de Saúde do Ceará (1973-1974).

Nas eleições de 1986 e 1990, os índices de votação de Júlio Rêgo foram diminuindo, pois, em 1986 ele atingiu 48,93% e em 1990 diminuiu para 37,83%. A votação de Antônio Câmara iniciou alta em 1974 (53,84% dos votos válidos) e 1978 (47,24%), superando Júlio Rêgo, mas em seguida apresentou um declínio em 1982 (38,52%) e um leve aumento em 1986 (42,10%), quando era apoiado pelo então prefeito Sousa Bastos (1976-1982), mas que declinou em 1990 (30,72%) com a entrada de mais candidatos na disputa eleitoral.

Assim, notamos que a concentração dos votos desses deputados estaduais em Tauá foi diminuindo com a entrada de novos atores e novas instituições no cenário político, como partidos políticos e sindicato. Ocorre, assim, maior complexidade da política municipal resultante do aumento dos segmentos da comunidade que dela participam. A família continua importante, mas novos elementos entram em cena.

Desse modo, líderes políticos locais passaram a apoiar deputados estaduais fora do eixo Júlio-Câmara. Como exemplo, temos a candidatura do odontólogo e agropecuarista Joviniano Alexandrino, apoiado por seu grupo familiar, que possuía vários integrantes no Legislativo de Tauá: João Carvalho Alexandrino, eleito vereador em 1988 pelo PDT e 1992 pelo PSDB; Maria de Fátima Alexandrino Nogueira, eleita vereadora em 1988 pelo PMB e 1992 pelo PSDB; Antônio Carvalho Alexandrino (Tutu), eleito vereador em 1976 (MDB), 1982 (PDS) e 1988 (PMDB).

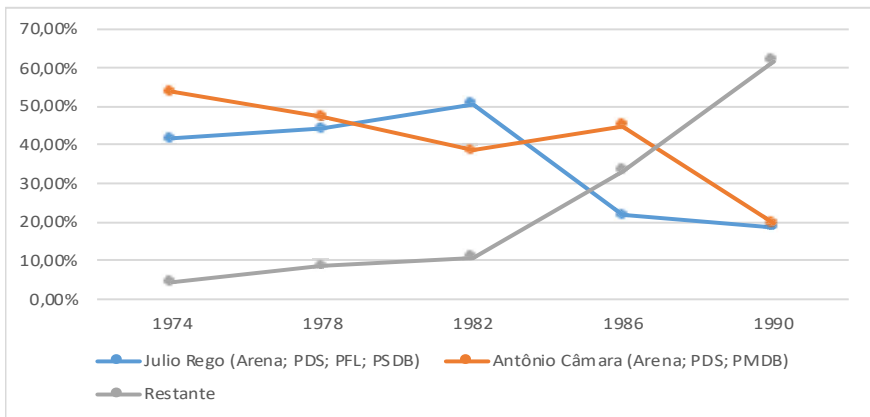
Outro município importante no Inhamuns é Parambu. Júlio Rêgo comenta que os votos que Antônio Câmara conseguia nos outros municípios da região não o atrapalhavam, pois *“era outro lado, pegava os votos do outro lado. Sempre em toda parte tinha dois grupos”*. Considerando que a política em municípios de pequeno porte é geralmente dividida em dois grupos políticos, situação e oposição, quando Júlio Rêgo era apoiado pelo prefeito em um município, Antônio Câmara procurava o apoio da oposição e vice-versa.

Assim, em Parambu, o segundo colégio eleitoral do Inhamuns, a disputa entre Antônio Câmara e Júlio Rêgo era acirrada. Como comenta Antônio Câmara sobre as estratégias de conquista de votos em sua primeira candidatura, em 1974:

Casa a casa. Sempre lembrando a atuação dos nossos antepassados. Houve momento de muitas dificuldades. Quando eu fui a Parambu a primeira vez, em companhia do médico e prefeito Domingos Aguiar, nós não tínhamos onde nos hospedar, a não ser no hotel. Que aquela época um candidato se hospedar em hotel era uma sinal de fraqueza muito grande em termos de articulação e de apoio e fomos para casa de uma parenta nossa que era esposa de um vereador que seguia o prefeito que por sua vez, era o Chico Leandro, apoiava o Deputado Júlio Rêgo, mas como era uma parenta próxima e amiga nos recebeu muito bem e mais tarde quando o esposo chegou também nos festejou a presença mas nos deu um aviso: ‘aqui vocês tem tudo, menos votos, porque eu sigo orientação do prefeito e o prefeito é comprometido com o deputado Júlio Rêgo’. Nós agradecemos e fizemos ali a base nos distritos onde o Domingos era muito conhecido porque médico, humanitário, nunca cobrou consulta. O meu pai era muito conhecido, advogado, era José Ózimo Câmara, tinha advogado por toda região. A essa altura ele era juiz de Santa Quitéria, já estava na magistratura como Juiz de Direito. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Pelo depoimento, percebemos que Antônio Câmara, quando decidiu direcionar sua campanha para Parambu, procurou lideranças já consolidadas, como vereadores; porém, esses vereadores já eram vinculados ao chefe político do município, Chico Leandro, e este apoiava Júlio Rêgo. Assim, passou a trabalhar “de casa em casa”, pedindo voto diretamente aos eleitores. É interessante perceber a simbólica do poder presente no depoimento, pois o deputado não tinha aliança política no município e não tinha onde se hospedar, ficando claro para os eleitores a pouca articulação do candidato. No gráfico abaixo, temos o acompanhamento da votação dos dois deputados durante quatro eleições, de 1978 a 1990, em Parambu.

GRÁFICO 3 - PORCENTAGEM DE VOTOS PARA DEPUTADO ESTADUAL EM PARAMBU (1974-1990)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-CE

Observando o gráfico da página anterior, notamos que a eleição para deputado estadual em Parambu era menos concentrada do que em Tauá, porém Júlio Rêgo e Antônio Câmara lideraram a votação nas eleições de 1974 a 1982. Nas duas últimas eleições (1986 e 1990), o deputado Humberto Bezerra (ARENA), irmão do governador Adauto Bezerra (1975-1978), competia com os dois deputados nesse município.

Nas eleições de 1986, o domínio de Júlio Rêgo e Antônio Câmara diminuiu com a entrada de vários outros deputados apoiados por lideranças locais. Em 1990, o percentual de votação dos dois atingiu o menor índice, em torno de 19% dos votos nominais. O percentual de Antônio Câmara e Júlio Rêgo ficou próximo ao alcançado pelo candidato César Oliveira (PTB), que era secretário de saúde de Parambu. Cabe destacar que este não foi eleito, ficando na suplência.

Nesse município, a política local era liderada por Chico Leandro (Francisco Alves Teixeira), que foi vice-prefeito em 1962 (PTB) e prefeito em 1966 (ARENA), 1972 (ARENA), 1982 (ARENA) no município, além de eleger seus sucessores. Chico Leandro apoiava Júlio Rêgo e Antônio Câmara era apoiado pela

oposição local, inicialmente por dois vereadores do MDB e depois por lideranças locais.

Nos outros municípios do Inhamuns, a política local era liderada por um chefe político que elegia os prefeitos e a maioria na Câmara Municipal. Júlio Rêgo era apoiado pela maioria desses chefes, como no município de Arneiroz, que era liderado por Petrola; de Saboeiro, comandado por Filúvio; e Aiuaba, pelo Robésio Feitosa.

A única exceção era no município de Catarina, onde o chefe local, Frutuoso Rodrigues, apoiava Antônio Câmara. Júlio Rêgo era votado nesse município por segmentos da oposição, como vereadores e lideranças políticas.

Esses chefes, ou “chefetes”, como os deputados intitulavam, tinham o monopólio político nesses municípios. Possuíam o controle dos votos, seja pela coerção advinda da influência no aparato policial local, seja pelos constantes favores prestados à comunidade, como: emprego, serviços médicos, jurídicos etc.

Quanto aos municípios próximos ao Inhamuns, destaca-se Independência, que era liderado por Alceu Coutinho²¹, que disputava com Aquiles Peres Mota²² o domínio político no município. Existia outro grupo político, que era liderado por Jerson Alves de Oliveira, que havia sido prefeito e deputado estadual e apoiava Aquiles Peres Mota. Nas eleições de 1974, Antônio Câmara obteve 1.456 votos e Alceu Coutinho 4.326 votos. A articulação política de Antônio Câmara nesse município deu-se por meio de membros da família Gomes que residem nesse município e da liderança política de Tércio. Júlio Rêgo teve o apoio de Alceu Coutinho depois que este deixou de candidatar-se para o Legislativo estadual.

Fortaleza era responsável por uma quantidade segura de votos, tanto para Júlio Rêgo quanto para Antônio Câmara. Cabe ressaltar que esses votos eram dispersos e diziam respeito a uma

21 Eleito prefeito de Independência em 1947, suplente de deputado estadual nas eleições de 1962 (PTB), deputado estadual pela ARENA em 1966, 1970 e 1974, assumindo inclusive a presidência da ALECE no biênio 1975-1976, e deputado estadual pelo PMDB em 1986.

22 Eleito suplente de deputado estadual nas eleições de 1954 e 1962 pela UDN, deputado estadual UDN em 1958, pela ARENA em 1966, 1970, 1974 e 1978, sendo inclusive presidente da ALECE no biênio 1979-1980, e pelo PSD em 1983.

relação de amizade ou de prestação de serviço que o deputado tinha realizado. Em média, Júlio Rêgo conseguia 2.000 votos, tendo praticamente dobrado esse valor nas eleições de 1982, devido ao exercício de cargos no Governo estadual. Antônio Câmara obtinha em média também 2.000 na Capital, tendo conseguido votação máxima em 1986 (7.905 votos) quando foi Líder do Governo (1983-1984) e quando tinha uma forte presença na imprensa.

Quanto aos municípios nos quais esses deputados conseguiam votos esporádicos, eles eram apoiados por lideranças locais, amigos ou familiares. No caso de Júlio Rêgo, temos: em Mombaça era apoiado pela liderança local, José Jaime Benevides; Em Quiterianópolis pela vereadora Terezinha Lacerda e do líder político e atual prefeito do município Chico Vieira (PMDB); em Aquiraz este foi apoiado nas eleições de 1982 por um dentista amigo seu, Edson Furtado; em Crato recebeu o apoio de familiares, uma prima que era casada com Manuel Ferro Velho, dono de engenhos.

Em alguns casos, os deputados conseguem votos por meio de “dobradinhas” com um deputado federal. Assim, quando o deputado federal tem um colégio eleitoral, ele faz com que os eleitores votem no seu deputado estadual. Então, o deputado estadual, em retribuição, “doa” os votos para deputado federal de seu colégio eleitoral. Como comenta Júlio Rêgo:

Em Novo Oriente eu era apoiado por Claudino Sales, meu deputado federal. No tempo de César Cals para cá, eu votava nele na minha região e ele mandava votar em mim. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Em outros casos, o deputado estadual consegue votos em algum município por meio de favores ou apoio a algum político da região devido ao posto que está ocupando no Governo estadual, como na votação que Júlio Rêgo teve em Barro nas eleições em 1982, na qual conseguiu 2.194 votos pelo apoio do chefe local, Januário Feitosa. Como vemos na próxima página.

Nessa época, eu tava na Assembleia, presidente, vice-presidente, e apoiei, no Governo César Cals, o filho dele, o Marcelo, que ainda hoje está no Tribunal de Contas, eu apoiei Marcelo pra ser Conselheiro do Tribunal de Contas do Município, César Cals pediu e eu apoiei na Assembleia, deu um trabalho para Marcelo ser Conselheiro, em compensação Januário mandou votar em mim no Barro, que ele era líder lá, me deu uns 2 mil votos, uma coisa assim. Foi só uma vez. Aí já era uma negociata política, uma troca de votos, né. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Também Antônio Câmara, quando foi secretário de governo de Gonzaga Mota (1983-1987), conseguiu estabelecer vários acordos políticos com lideranças no interior, já que estava em um ponto estratégico na burocracia estatal, como ele comenta:

Eu fui secretário de governo. Por exemplo, Sobral, aquele distrito que tem um grande açude, tinha lá um líder comunitário, pode olhar Sobral [em 1986] que eu tive uma boa votação. Eu não fui nem a Sobral, eu fui a esse distrito, porque tinha um líder comunitário que pedia a Chico Figueredo, pedia a todo mundo, ao tio desses meninos [Ciro Gomes e Cid Gomes] que era o João Frederico Ferreira Gomes, um posto de saúde lá pra esse distrito, e ninguém arranjava e ele um dia chegou na Secretaria de Governo e tal, e vim aqui deputado tal, uma situação dessa. Aí eu liguei pro secretário de planejamento, que era o irmão do Gonzaga, o Zé Antônio: ‘Zé, não tem uma verbinha aí que dê pra fazer um posto de saúde não?’ ‘Tem’. Aí foi feito o posto de saúde. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Do mesmo modo, Antônio Câmara, por ocupar um cargo que lhe permitia o acesso a verbas, aumentou consideravelmente seu capital político, como na votação que teve em Jaguaribara em 1986 (1.148 votos), conseguida por intermédio do então prefeito Francini Guedes, a quem facilitou o trânsito com o Governo estadual.

2.4 PODER LOCAL EM TAUÁ E A ATUAÇÃO DA OPOSIÇÃO POLÍTICA

Na análise da política local em Tauá, notamos a estruturação de dois grupos políticos consolidados representados pelos

dois deputados estaduais, Antônio Câmara e Júlio Rêgo. A oposição a esses grupos ou a tentativa de líderes políticos locais de se manterem independentes não funcionava eficazmente e as tentativas de se formar um terceiro grupo, uma terceira via, que fugisse à polarização Júlio-Câmara, não lograva êxito. Como comentou Antônio Câmara:

Lá sempre a política foi muito radical. O eleitorado não se diluía, ou votava em mim ou no Júlio. O candidato que surgisse, mesmo da região, não conseguia furar o bloqueio, certo. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Para Pierre Bourdieu (2002), o campo político é constituído pelos profissionais, os políticos que vendem produtos políticos, e pelos profanos, clientes dos vendedores de produtos políticos. Os últimos

[...] estão tanto mais condenados à fidelidade indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de competência social para a política e de instrumentos próprios de produção de discursos ou actos político: o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existem. (BOURDIEU, 2002, p.166).

Assim, a participação ativa na política exige uma “competência social”, e os cidadãos comuns, que estão desprovidos dessa competência, são condenados à fidelidade aos profissionais da política. O autor chega inclusive a diferenciar dois tipos de profanos: os *profanos das classes dominantes*, capazes de produzir seus atos e suas opiniões políticas, nunca se resignando à delegação sem resistência, podendo contar com associações, grupos de pressão ou partidos-associações; e os *profanos das classes dominadas*, predominando uma *fides implícita* por serem desprovidos culturalmente e presos a valores de fidelidade. Esses, em geral, são mais dados à delegação incondicional e duradoura.

De acordo com Pierre Bourdieu (2000), a divisão do trabalho político é caracterizada pela desigual distribuição de variadas modalidades de capital entre os agentes. Assim, existiriam

determinantes econômicos e sociais que atuariam nessa divisão. Como comenta:

La gente se interesa tanto más en la política cuanto más instruidos están y sabemos que las abstenciones obedecen también a esta ley. La distribución, pues, del acceso a los medios de participar en la política es muy desigual. (BOURDIEU, 2000, p. 2).

O primeiro momento de estabelecimento de terceira via, de oposição ao eixo Júlio-Câmara em Tauá, foi costurado nos anos de 1980. Essa configuração diferenciada do poder se deu com o protagonismo de forças que até então não participavam da cena política, caso dos trabalhadores rurais.

Até então, esses atores políticos eram extremamente dependentes dos proprietários rurais que tinham controle inclusive dos seus votos; mas, liderados pela Igreja Católica e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e contando com o apoio do vereador do MDB, Francisco Teobaldo, passaram a entrar em conflito com o poder político dos agropecuaristas.

Cabe ressaltar que os agropecuaristas tinham uma representatividade tanto no Executivo, elegendo vários prefeitos, como Sousa Bastos (1976-1983), Castro Castelo (1982-1988; 1993-1995), quanto no Legislativo²³.

Essa oposição, liderada pela Igreja Católica e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, embora não tenha conseguido êxito quanto aos resultados eleitorais, obteve espaço na mídia projetando-se para fora do âmbito local, fazendo com que houvesse mudanças nas relações entre trabalhadores rurais e proprietários rurais, tornando os primeiros mais críticos e ativos na política local.

Esses trabalhadores passaram a ganhar visibilidade na mídia estadual por meio de denúncias sobre a estrutura de poder a que eram submetidos, tal como no caso relatado em matéria do jornal O Povo em que o vereador Antônio Arnaldo (Arnou) Mota (PDS) é acusado de matar o agricultor Francisco Sobreira Lima em 31 de dezembro de 1980. A acusação feita por Manuel

²³ Para mais informações sobre o perfil do Poder Legislativo de Tauá, ver: Raulino Pessoa Júnior (2009).

Marques da Costa, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá, foi assim relatada, como vemos:

Manuel afirmou que tudo começou por causa de uma dívida. O rurícola Pedro Bezerra da Costa, residente do distrito de Marroás, trabalhou para José Armando de Sousa Mota e este, apesar de ter recebido a verba do Plano de Emergência, não efetuou o pagamento, como deveria fazer. Como representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, foi procurado pela parte interessada e não teve outra alternativa: denunciou o fato ao Gescap [Grupo Especial de Socorro às Calamidades Públicas]. Esta atitude não foi vista com bons olhos pelo proprietário da terra, José Armando, que no dia 9 de agosto, acompanhado de seu irmão Antônio Aldenor, foi a residência do queixoso, Pedro Costa, com o objetivo de matá-lo, chegando a efetuar vários disparos contra o casebre. Isso fez com que a vítima recorresse às autoridades ligadas ao setor. (PISTOLEIROS, 1981).

Ainda segundo a mesma matéria, pelo fato de o sindicalista Manuel Marques ter intercedido nesse caso, ele foi “marcado para morrer”. Desde então, dois homens, naturais de Mombaça, passaram a residir na casa do vereador do PSD Arnoldo Mota. O agricultor Francisco Sobreira teria tomado conhecimento de que esses dois “pistoleiros”, acompanhados do citado vereador, iriam matar o sindicalista. De posse dessa informação, o rurícola teria avisado ao sindicalista e por isso teria sido assassinado.

Percebermos na matéria variados aspectos dessa dinâmica social, como a ampliação do espaço de contestação camponesa ante o poder dos proprietários de terra em que novos mediadores entram em cena, como: Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o próprio Estado por meio do Grupo Especial de Socorro às Calamidades Públicas (Gescap), criado em 1971 com o objetivo de enfrentar as situações de seca no Estado e de atuar como órgão de fiscalização dos Planos de Emergência nos municípios.

Nessa contestação, a ação política não pode ser mais atomizada, pois esta não é suficiente para resolver os problemas sociais, passando os conflitos a ser institucionalizados. Os camponeses passam, assim, a se organizar por meio do Sindicato e da Igreja Católica, exigindo novos direitos e cidadania (BARREIRA, 1992).

Os anos de 1980 foram marcados por momentos de reivindicações dos agricultores, sobretudo pelo agravamento causado por fenômenos naturais que tiveram forte impacto na esfera social e política. Uma longa seca, que durou de 1979 até 1983, associada à “praga do bicudo²⁴” desestabilizou por completo a cotonicultura. O declínio da produção de algodão envolveu numerosos segmentos (proprietários de terra, camponeses, beneficiadores, corretores, banqueiros e industriais) apresentando desdobramentos econômicos consideráveis: crescimento do desemprego rural e urbano interiorano, intensificação dos fluxos migratórios, a recorrência à agricultura de subsistência (milho e feijão) e à pecuária praticada em pequenas propriedades (LEMENHE, 1995, p. 216).

Além disso, em 1982, o programa de Bolsões da Seca, que compunha a política de combate aos efeitos da seca no Nordeste²⁵, foi desativado, gerando inúmeros protestos dos agricultores²⁶.

Em uma matéria do jornal O Povo²⁷, há o depoimento de uma agricultora que trabalhava em uma frente de serviço em Tauá. Essa reportagem ressalta a miséria e a exploração às quais os agricultores do sertão estavam submetidos, agravadas pelo

24 O “bicudo”, nome popular da praga cientificamente conhecida *Anthonomus Grandis*, oficialmente penetrou o Ceará somente no segundo semestre de 1985, quando foram registradas pela imprensa local notícias de seu surgimento, trazido do Rio Grande do Norte. O primeiro município cearense onde foi detectada essa praga foi Pereiro, em julho de 1985 (BICUDO, 1986a). O “bicudo” acelerou a destruição do algodão no Estado, que já vinha sofrendo com anos seguidos de seca. Em junho de 1986, conforme matéria (BICUDO, 1986b), a praga já teria alcançado 90% da área de plantio, afetando tanto a produção do algodão herbáceo quanto do arbóreo.

25 Essas políticas do Estado relativas à escassez de água no Nordeste foram intituladas de “solução hídrica”, pois se acreditava que a problemática da seca pudesse ser combatida mediante a construção de reservatórios de água, tendo sido o estado do Ceará o que mais construiu obras; no entanto, verificou-se que mesmo construídas essas obras, elas seriam insuficientes para combater os efeitos sociais. Nessas políticas, o que se busca, atualmente, são modalidades de convivência com a seca, buscando meios alternativos de armazenagem d’água, novas tecnologias de plantio e aproveitamento do solo etc.

26 Na luta por bolsões, os trabalhadores rurais e os políticos locais uniram-se em suas reivindicações, exigindo que o proprietário fosse reativado. Nas matérias dos jornais da época é recorrente a publicação em que prefeitos, vereadores e proprietários rurais passam a criticar o governo e exigir que açudes e barragens fossem construídos para assim empregar os flagelados da seca. Estes políticos tinham interesses de que os agricultores recebessem essas bolsas, pois assim deixavam de depender de forma absoluta da máquina municipal, já que teriam o mínimo para sobreviver.

27 Moraes Neto, 1987.

favorecimento político na distribuição desses bolsões, como vemos na próxima página.

Maria do Socorro de Jesus trabalha nas Olarias. Tem 5 filhos e o marido, desde o dia 22 de junho último, foi para São Paulo, porque não conseguiu alistamento na Emergência. Maria do Socorro trabalha 9 horas por dia e se diz cansada, ‘porque o trabalho é muito pesado. “Depois do trabalho ainda vou cuidar dos malfeitos que encontro em casa”. O José (José Clementino da Silva) foi embora e até agora não mandou nada, só notícia de que estava trabalhando em uma chácara’, diz. Adianta que o marido quer tirá-la do serviço pesado das olarias, “mas eu não sei quando isso vai acontecer. Nunca havia trabalhado para Governo, fazia roça e era bem melhor. A mulher já é uma nação que não é sadia e ainda pega um trabalho no barro, que é mesmo que matar a gente”, declara.

Nesses planos de emergência, eram constantes as denúncias de irregularidades, tanto pelo emprego de critérios políticos no cadastro dos agricultores, quanto pela privatização dos açudes e barragens públicas construídos pelos agricultores. Era comum o conflito entre agricultores e donos de propriedades rurais por terras molhadas. Os proprietários rurais não permitiam que os agricultores plantassem suas lavouras nas áreas molhadas e nem que utilizassem as águas de açudes e barragens, porque estes estavam em sua propriedade e também porque utilizavam as áreas úmidas para plantar o capim que alimentava seus rebanhos de gado. Em outros casos, quando os proprietários permitiam a utilização das áreas úmidas, cobravam uma taxa de 20% da produção em suas terras.

Nesse contexto de secas constantes e ausência do poder público para atuar como mediador, eram comuns saques²⁸ aos armazéns da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), às escolas e ao comércio local. Cabe ressaltar que a região do Inhamuns é caracterizada por abranger uma

28 Nessas invasões, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais era constantemente acusado pelos políticos locais de estimular os trabalhadores a realizar esses saques e a agir com violência; entretanto, os saques muitas vezes eram estimulados pelos políticos locais como forma de pressionar o poder público na distribuição de bolsões da seca, que haviam sido desativados em 1982.

vasta área de desertificação, na qual as secas são mais frequentes e as chuvas são mais fracas e irregulares. Algumas vezes, mesmo quando chove na região, a água não é suficiente para que a agricultura conceda resultados, caracterizando a “seca verde”. Além disso, como a chuva é irregular no tempo/espço, ocorrem períodos de enchentes²⁹ agravadas pela enorme quantidade de açudes de pequeno porte que, sem estrutura para suportar uma quantidade grande de água, são “arrombados”.

Assim, notamos que, pela configuração social do período, os trabalhadores estavam propícios a se manifestarem, faltando apenas quem os organizasse. Nesse contexto, estruturou-se o primeiro momento da oposição ao eixo Júlio-Câmara. Nesse aspecto, duas instituições foram centrais para organizar esses trabalhadores: a Igreja Católica, por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A Igreja Católica em Tauá era liderada pelo padre irlandês Bernardo Holmes e pela auxiliar médica belga Maria Witvrowwen (adaptado na fala dos agricultores para Maria da Serra).

Em uma matéria do jornal O Povo de 17 de março de 1981, o vigário Bernardo Holmes deu uma entrevista comentando sobre suas atividades em Tauá e sobre seus posicionamentos políticos. Esse Padre foi alvo da atenção da imprensa paulista e carioca depois do famoso “caso Miracapillo³⁰”. Nessa matéria, o vigário de Tauá afirma que a Igreja precisa conscientizar o homem para a realidade em que este vive, conscientização para a escolha livre dos partidos políticos. A Igreja precisa ligar “fé” e “vida”, distanciando-se de uma Igreja conservadora apenas preocupada com a salvação do homem no plano espiritual, contrapondo-se a uma religião alienada que adormeça o povo.

29 Em 1985 ocorreu uma enchente no município. Em uma matéria (CHUVAS, 1985) temos o relato de que no município de Tauá 40 casas ruíram, 40 açudes de pequeno e médio porte arrombaram e alguns distritos, como Marrecas, Trici e Inhamuns, encontravam-se isolados

30 Vito Miracapillo era um padre italiano que foi expulso do Brasil no regime militar, em 1980, por ter se negado a celebrar uma missa de Ação e Graças pela Independência do Brasil - prevista para acontecer no dia 07 de setembro de 1980, às 10h00, na Matriz de Sant’Ana, em Ribeirão-PE. O Padre escreveu uma carta aos Poderes Legislativo e Executivo municipais informando que não realizaria a missa na data e no horário previsto pelo fato da população não ser independente e estar reduzida à condição de pedintes sem direitos sociais.

Para ele, a evangelização³¹ da Igreja precisa debater os problemas sociais que precisam de soluções imediatas, como vemos:

Hoje, a evangelização é feita dentro de uma realidade atual, pois estamos convencidos de que o povo deseja refletir conosco os problemas ligados à luta de terra e outras preocupações que precisam de soluções agora [...] É necessário apontar dificuldades na distribuição de terras, exigência de melhores condições de trabalho, falta de meios para comercialização dos produtos do agricultor, necessidade imperiosa de um Sindicato que exija respeito ao estatuto da Terra, decisões que, normalmente, são consideradas de ordem política. (ALBUQUERQUE, 1981).

Nesse sentido, as Comunidades Eclesiais de Base exercem uma atividade central no processo de conscientização política, pois, ao realizar encontros comunitários com os trabalhadores para discutir sobre os problemas sociais por estes vividos, eles foram conduzidos a perceber que a raiz de todos esses problemas era política:

O problema da seca é climático, mas antes de tudo se revela tanto político quanto econômico, pois, ano de seca ou de fartura, o pobre sempre passou fome. Com a seca é que aumenta a miséria. (ALBUQUERQUE, 1981).

Com o trabalho desempenhado pelo Pe. Bernardo, os grupos que lideravam a política local passaram a se contrapor à Igreja. Os trabalhadores rurais foram pressionados por seus patrões a não mais participarem dos encontros da pastoral, sendo ameaçados de perderem seus empregos e de terem suas famílias expulsas das terras. A Igreja foi acusada de estar se aproveitando da situação de seca para agitar os trabalhadores, gesto considerado puramente demagógico.

31 Essa concepção de evangelização está baseada na Teologia da Libertação. Esta é uma corrente teológica surgida nos anos de 1970 que percebe a pobreza como uma questão estrutural e o pobre não mais como objeto de caridade, mas sim como sujeito de sua libertação. Esse projeto se identifica com os ideais da esquerda e seus teólogos propõem uma pastoral baseada nas Comunidades Eclesiais de Base com forte vivência comunitária, solidária e participativa.

Além disso, os políticos locais, sobretudo o então prefeito Sousa Bastos (1976-1983), contestavam a orientação dada pelo Pe. Bernardo aos agricultores para que estes não mais pedissem favores aos políticos para evitar, assim, a troca de votos por consultas médicas, empregos, feira de alimentos etc. O vigário buscava por em xeque a atuação de políticos que possuíam no “favor” a moeda de troca para a conquista de votos.

Este conflito com o poder local é percebido no ofício encaminhado à Secretaria de Segurança Pública pelo delegado Edmilson Gomes da Silva. Este acusava o vigário e a auxiliar médica, Maria Witvrowwen, de ideias esquerdistas contra o regime³². Apesar das constantes reclamações ao Bispo de Crateús, D. Antônio Fragoso, sobre as atitudes do Padre de colocar os agricultores contra os políticos locais, aquele apoiava o trabalho desenvolvido pelo vigário.

Outra instituição importante na organização da oposição em Tauá foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que começou efetivamente a atuar politicamente em 1980 quando a chapa oposicionista liderada por Manuel Marques venceu por “maioria absoluta de 555 votos”, desbancando a liderança até então hegemônica de Juvenal da Silva³³. Manuel Marques foi apoiado pelo Pe. Bernardo, que defendia a necessidade de um Sindicato Rural forte e independente para que lutasse pelos direitos dos trabalhadores rurais.

Esta instituição era ligada a Júlio Rêgo, que articulou sua fundação em 1969, visto que muitos serviços de saúde eram fornecidos pelo Sindicato, tornando-se estratégica para a conquista de votos. Após a liderança de Manuel Marques, o Sindicato passou a desempenhar uma postura crítica quanto aos problemas sociais vividos pelos agricultores, promovendo uma série de atividades com estes para que juntos encontrassem soluções para os anos seguidos de seca que a região do Inhamuns vinha enfrentando. Como comenta:

A liderança [sindical] assinava uma guia lá no Sindicato de Tauá e valia para chegar aqui no [hospital] IJF [Instituto José Frota] ou no HGF

32 Documento, 1981.

33 Oposição, 1981.

[Hospital Geral de Fortaleza]. Isso era um poder. E nós foi quem passou esse processo transitório do Sindicato, de discussão, de propriedade e ampliação dos conhecimentos políticos, saindo desse amarradio que era o Sindicato com dentista, com médico, com enfermeiro, e era exatamente quem mandava no Sindicato naquela época era essas coisas assim. (ENTREVISTA com Antônio Amorim em 20.01.2011).

O Sindicato passou a ser acusado de incentivar as constantes invasões³⁴ ao armazém da Cibrazem e de incitar os agricultores a se posicionarem contra os políticos locais. Essa instituição passou a reivindicar espaço de atuação política na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais, exigindo ser o elo entre o Estado e o trabalhador rural, eclipsando o papel antes desempenhado pelos proprietários rurais que eram eleitos vereadores e prefeitos. O Sindicato acusava esses políticos de favorecimento político na distribuição de sementes e nos cadastros das frentes de serviços, pois exigiam em troca que os trabalhadores votassem neles.

Essa instituição, com um acúmulo de capital político junto aos agricultores rurais, passou a atuar de forma ativa na política de Tauá. Nas eleições de 1982, o Sindicato, aliado à Igreja Católica, apoiou a candidatura a prefeito do então vereador Teobaldo Cidrão (PMDB), mas este não foi eleito, conseguindo apenas 5,44% dos votos válidos (1.036 votos). Foi lançada, também, a candidatura ao cargo de vereador do presidente da Associação de Moradores do Assentamento de Abóbora, Antônio Amorim (PMDB), mas este não foi eleito, conseguindo apenas 139 votos.

Em 1986, Antônio Amorim, já eleito presidente do Sindicato de Tauá com o apoio da Igreja, candidatou-se a deputado federal e, embora não tenha sido eleito, foi o candidato mais votado do PT, obtendo mais de 20.000 votos (CARVALHO, 2009). Cabe ressaltar que a votação de Antônio Amorim em Tauá não foi expressiva, conseguindo apenas 6,26% dos votos válidos (1.516 votos), enquanto que o deputado federal Luiz Marques (PFL), filho de Joel Marques e apoiado por Júlio Rêgo, conseguiu 34,74% dos votos (8.404 votos) e Expedito Ponte (PMDB), apoiado por Antônio Câmara, recebeu 22,90% dos votos válidos (5.542 votos).

³⁴ Nos anos de 1980 ocorreram inúmeras invasões no município. Os jornais registram invasões em 1982, 1987, 1988, 1990 e 1992.

Apesar da votação de Antônio Amorim em Tauá ter sido pequena numericamente, ela foi simbólica e contribuiu para a estruturação da oposição aos grupos dos dois deputados estaduais, como ressaltado por Antônio Amorim:

As comunidades se organizam, mas eles tem muito a visão local, ela não conseguia dimensionar as políticas estaduais e nacionais. Não tinha essa dimensão. Então tirar destante de votos em Tauá... Eu lembro que estava num debate com o Idalmir Feitosa, que foi para lá na época e ele considerava uma coisa perigosa destante de votos para um pobre pé na chinela. Ao mesmo tempo que ela foi pouco, ela foi muito para época. (ENTREVISTA com Antônio Amorim em 20.01.2011).

Nas eleições de 1988, o Sindicato e a Igreja apoiaram uma coligação entre PT e PDT, que tinha Genilda Magalhães (PT) como candidata ao Executivo. Essa coligação conseguiu apenas 2,69% dos votos válidos (580 votos) para prefeito e elegeu um vereador, o agricultor João Carvalho Alexandrino (PDT). Antônio Amorim, posteriormente, se candidatou ao posto de deputado estadual em 1990 pelo PT, não sendo eleito e conseguindo apenas 4,37% dos votos válidos (761 votos) em Tauá.

Na gestão de Antônio Amorim na Presidência do Sindicato de Tauá (1986-1991), este comentou que, em média, empreendia quatro audiências por dia, enfrentado muitos estigmas por militar em partido de esquerda, no caso o PT, desde ser tachado de comunista a ser acusado de instigar a violência no campo e a praticar assassinatos. Antônio Amorim comenta, inclusive, um episódio que teve com um integrante da família Feitosa:

Eu mandei chamar dois moradores da fazenda dele que estavam com problemas [...] e de repente chegou um cara lá com uma faca aqui com o cabo pra frente e um revólver do outro lado. Aí perguntou porque que eu tinha chamado as pessoas. “Não, porque tem problema lá e eu chamei para gente ter o entendimento, pra conversar”. Ele olhou para mim e disse: “você sabe com que está falando?” Eu disse: “não”. “Você tá falando com um fulano de tal Feitosa” e colocou a faca aqui na minha garganta. [...] Eu disse: “e daí!”, mas só eu sei como eu disse isso, “porque eu conheço na Família Feitosa homens muito bons, honestos e trabalhadores e de muita capacidade política.” Só foi dizer isso, ele baixou as armas

e sentou. Ele conversou mais de uma hora comigo. Tudo o contrário do que ele estava fazendo naquela hora ele conversou comigo depois daí. Ele foi tratar de Feitozinha, Joaquim Pimenta que para mim é um dos grandes exemplos que teve a coragem de atuar na imprensa alternativa do Rio de Janeiro naquela época. E quando eu passei a tratar disso esse homem tornou-se um dos meus maiores amigos, mas o medo foi tão grande que até hoje não sei o nome dele. (ENTREVISTA com Antônio Amorim em 20.01.2011).

Antônio Amorim era constantemente ameaçado de morte³⁵ Um desses casos de ameaça aconteceu em 1986³⁶ pelo comerciante Francisco Lídio Sobreira Mota, colono da Várzea do Boi. Francisco Lídio acusava o sindicalista da perda de uma parcela de terra que tinha comprado na localidade de Abóbora, mas que, segundo este, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) tinha comprovado que essa terra tinha sido adquirida de forma ilegal. Antônio Amorim comenta que Francisco Lídio utilizou a influência política que o deputado Antônio Câmara possuía na época para solucionar esse conflito, mas que, mesmo com essa interferência, o Incra desapropriou a terra. Depois desse conflito, o Incra passou quatro anos sem fazer medições de terras em Tauá (Antônio Amorim em 20.01.2011).

O ponto máximo desses conflitos ocorreu em 1987³⁷, quando um incêndio destruiu a Tesouraria do Sindicato. Antônio Amorim passou a denunciar a cooptação das lideranças comunitárias, tanto pelo Poder municipal quanto pelo Poder Executivo estadual. Alegava que o prefeito de Tauá, Castro Castelo (PFL), teria fundado em 1988, no período de apenas três meses, 27 associações comunitárias no município para obter o controle político destas instituições beneficiadas com verbas e projetos públicos.

Já o Cambeba, governo Tasso Jereissati (1987-1991), teria criado a figura do “agente rural³⁸”, que, à semelhança dos “agentes das mudanças” existentes em áreas rurais, teria por objetivo aproximar-se dos sindicatos dos trabalhadores rurais e cooptar

35 Antônio Amorim recebeu ameaças de morte também em 1988 e 1991.

36 Líder, 1986.

37 Incêndio, 1987.

38 Araújo, 1989.

as suas principais lideranças. Os “agentes das mudanças”, segundo Antônio Amorim, eram contratados pelo Governo do estado para atuar junto às entidades de representação popular, como as associações de moradores, nas eleições municipais para garantir a vitória do candidato governista à prefeitura de Fortaleza, Ciro Gomes. Tasso Jereissati elegeu o prefeito de Fortaleza nas eleições de 1988. Esses “agentes rurais” teriam também atuado nas eleições estaduais de 1990 para eleger o máximo de candidatos governistas, tanto para o Executivo, quanto para o Legislativo.

Noutro momento de estruturação da oposição, percebemos que a classe média ligada ao exercício de profissões liberais tentou estruturar-se, sobretudo após o declínio dos movimentos dos agricultores rurais. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais continuou sua atuação política atrelado ao PT, mas menos ambicioso, buscando eleger apenas um vereador. Nas eleições de 1996, conseguiu eleger Manoel Loiola de Sena (Nenzinho); em 2004, apoiou José Bartolomeu Cavalcante, que ficou na suplência; e em 2008, João Evonilson Alexandrino de Sousa, que também ficou na suplência.

Esse momento teve início com o lançamento da candidatura a prefeito do médico João da Luz, apoiado pelo então prefeito Zé Lima (PFL), em 1992, e durou até as eleições de 2000. Nesse período, o prefeito de Tauá, na tentativa de consolidar seu capital político, buscava eleger o sucessor sem o apoio dos deputados estaduais; porém essa estratégia política não obteve êxito. Como dito por Júlio Rêgo: “*os matutos queriam mandar*”.

Existiam em Tauá várias lideranças, mas elas estavam sempre competindo entre si na busca do apoio de algum dos dois deputados. Não conseguiam unir forças e consolidar o terceiro grupo político. Assim, gravitavam em torno da liderança política de Júlio Rêgo e Antônio Câmara em Tauá os seguintes líderes políticos: Castro Castelo, Zé Lima e João da Luz. Outro líder político influente, Sousa Bastos, era ligado ao grupo dos Gomes de Freitas.

Nas eleições de 1988, Zé Lima (PMB), tendo como vice Agildo Nogueira (PMB), foi eleito prefeito apoiado por Júlio Rêgo. Nas eleições de 1992, o então prefeito Zé Lima tentou eleger seu

sucessor, João da Luz (PFL), contra Agildo Nogueira (PSDB), então vice de Zé Lima e apoiado por Júlio Rêgo. Nessas eleições, no entanto, o prefeito eleito foi Castro Castelo (PRN), apoiado pelos Gomes de Freitas; ele tinha sido prefeito em 1982, apoiado por Júlio Rêgo.

Para conseguir ser eleito prefeito em Tauá, era necessário o apoio de um dos dois deputados estaduais. Castro Castelo, percebendo essa estrutura de força, incorporava a lógica do jogo e buscava ser eleito prefeito, ora com o apoio de Júlio Rêgo, ora com o apoio de Antônio Câmara.

2.5 O GOVERNO ESTADUAL E A MEDIAÇÃO DOS DEPUTADOS

Na análise da trajetória desses deputados, é importante observar a relação destes com o Governo estadual, visto que eles recebem a maior parte de seus votos de municípios de médio e pequeno porte, dependendo do suporte eleitoral de chefes políticos locais, prefeitos e proprietários rurais, que, por sua vez, precisam estar bem relacionados com o governo e com a burocracia estadual para conseguir recursos para a rede que os apoia. Se o deputado não é governista, ele não tem acesso ou tem acesso limitado aos recursos estaduais.

Analisamos aqui a relação que os deputados estabeleceram com o governador para assim investigar como eles construíram suas bases.

No governo César Cals (1971-1975), Júlio Rêgo passou a exercer cargos de liderança no âmbito estadual. Foi primeiro vice-presidente na Assembleia no biênio 1971-1972 e, em 1973, foi secretário de saúde do estado, permanecendo no cargo até 1974. Nos outros governos Júlio Rêgo possuía menor influência, mas nunca deixou de ser governista, como comenta:

Quando era César Cals era mais poder, Plácido aí eu apoiava ele. Aduato aí era rachado comigo porque Antônio Câmara apoiava ele e eu não era muito, mas eu era amigo do Humberto Bezerra. Ele dava 60% ao Antônio Câmara e 40% a mim, aí era o contrário. Virgílio era mais ou menos meio a meio, mas era mais Antônio Câmara que era mais

udenista, eu era mais pcedista. Também puxava mais para o Antônio Câmara. Sabe, o Virgílio tinha um secretário de segurança, que era o Clóvis Alexandrino, que era do lado meu, era meu amigo, irmão do Flávio Alexandrino, e puxava muitas obras para Tauá: Centro Comunitário. Teve muitas obras para Tauá arranjada por mim pelo Clóvis, que era secretário. Virgílio me ajudou muito, talvez tenha me ajudado mais do que o outro, do que o Adauto. César era integral. E Gonzaga eu não tinha “porra” nenhuma, Gonzaga era Antônio Câmara. Gonzaga eu não tinha nada. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Nesse depoimento de Júlio Rêgo, percebemos a importância de ter o apoio do governo, que sem ele pouco se consegue de verbas e recursos para as bases eleitorais. Além do Governador, nota-se a relevância de ter aproximação com os secretários do governo, sobretudo aqueles de mais recursos. Era o caso de Júlio Rêgo, que não tinha muita proximidade com Adauto Bezerra, mas que possuía relações de amizade com seu irmão, Humberto Bezerra, então chefe da Secretaria de Governo do Interior, responsável por fazer a conexão entre os municípios e o Governo estadual, portanto, ligado às prefeituras e às distribuições de cargos.

Em seu depoimento, Júlio Rêgo se refere a porcentagens nas divisões dos contratos de emprego do Estado, que em um governo era 60% para ele e 40% para Antônio Câmara, em outro era dividido ou então ele era mais beneficiado. Esses contratos eram uma das principais moedas de troca do governo com os deputados, como comenta Antônio Câmara:

Naquela época não existiam concursos públicos. Então as vagas dos colégios, da Ematerce [Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará]. Isso, essas vagas eram todas, compunham um banco de dados que o governador tinha. No começo na Assessoria Especial, depois na Secretaria de Governo. Então colégio tal de Catarina são seis, dez vagas de professores, dez de merendeira, dez de vigia, isso aquilo outro. O que se exigia era: habilitação para os cargos. Professor: curso de pedagogia, curso normal. Escriturário: segundo grau. Desde que os candidatos preenchessem esses requisitos, vigia: curso primário, as vagas eram preenchidas, e de acordo com a votação dos deputados. Por exemplo, eu tive 30% dos votos de Catarina, o governador me dava 30% das nomeações. Eu chegava lá em Catarina ‘Fruituoso, eu tenho tantas

vagas, me dê os nomes das pessoas', ele me dava. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Nesse aspecto, corrobora a fala de uma eleitora do município de Catarina, a quem Antônio Câmara se refere:

Minha família sempre acompanhou o Frutuoso. Aí, minha tia foi de Tauá para Catarina e disse que o Frutuoso tinha recebido uns contratos do estado vindo por intermédio do Antônio Câmara. Aí ela foi no Frutuoso e disse que se ele não arranjasse um contrato para minha mãe ela iria levar toda a minha família para Tauá e que eles não iriam mais votar nele. Dessa forma, minha mãe conseguiu um contrato com o estado e hoje está aposentada. (ENTREVISTA concedida ao autor em 14.02.11).³⁹

Com efeito, era por demais relevante que o deputado fosse governista, estabelecendo contatos com o governador e com os secretários, já que as verbas, obras e contratos do Estado eram essenciais para sua longevidade política, como comenta Júlio Rêgo:

Aí, se você hoje em Tauá tiver 500 professoras aposentadas, 450 foram contratadas por mim e estão aposentadas. Tanto é que até hoje muita amizade, empreguei em Catarina, toda parte. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

No governo Aduino Bezerra (1975-1978), o prestígio de Júlio Rêgo e Antônio Câmara era quase equivalente, pois, embora Antônio Câmara fosse próximo ao Governador, Júlio Rêgo tinha acesso à principal secretaria do governo, chefiada por Humberto Bezerra.

Já no governo Virgílio Távora (1979-1982), Antônio Câmara tinha mais acesso devido ao fato de seu grupo político familiar ser historicamente atrelado aos Távora. Assim, em seu governo, conseguiu verbas e obras⁴⁰ para Tauá. Além disso, possuía várias

³⁹ A pessoa entrevistada solicitou que sua identidade fosse mantida em sigilo pelo autor.

⁴⁰ Como exemplo, temos o Açude Brôco, construído para facilitar o abastecimento de água para a sede do município, matadouro, escola de primeiro grau, delegacia regional do ensino, energia elétrica para vários distritos (Marruás, Santo Antônio de Carrapateiras),

peças do seu grupo ocupando cargos no Governo estadual: o superintendente da FUSEC, o médico e ex-prefeito Domingos Gomes de Aguiar, e o Procurador do Instituto de Terras do Ceará (ITERCE), seu sobrinho Odilon Aguiar Neto.

Também na administração de Virgílio Távora constavam outros membros do grupo Gomes de Freitas, irmãos de Domingos Aguiar, que não foram indicados por Antônio Câmara, mas que ocupavam postos no Governo do estado, como: Odilon Aguiar Filho, que foi ministro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), e Geórgia Gomes de Aguiar, que foi Procuradora Geral da Justiça do Estado. Cabe observar que a indicação de Odilon Filho foi uma escolha do próprio Virgílio, que tinha amizades com Odilon Filho desde que este era secretário de educação do estado em 1958, indicado pelo então deputado estadual Lisboa (PTB).

Júlio Rêgo também exercia influência no governo Virgílio Távora, ocupando tanto cargos na Assembleia, como primeiro vice-presidente no biênio 1981-1982, quanto indicando pessoas na burocracia estadual, como o secretário de obras, o filho de Joel Marques, Luiz Marques, que conseguiu o custeio de seis quilômetros para a adutora que liga o açude Brôco à sede do município.

No governo Virgílio Távora, quando Júlio Rêgo ou Antônio Câmara conseguia verbas para o Inhamuns, tinha que deixar claro para os eleitores que a obra foi conseguida por meio da sua influência política e não do prestígio do seu oponente. Essa demarcação da paternidade das obras era enfatizada nas solenidades de inauguração.

Na leitura de matérias de jornais que descrevem o momento da entrega dessas obras, percebe-se que Virgílio Távora procurava manter uma postura mais imparcial, dialogando com os dois deputados da região. Antônio Câmara, no entanto, buscava destacar que as obras conseguidas para Tauá através do Governo do estado eram resultado da sua influência política junto ao governo. Isso é perceptível no trecho abaixo:

escritório do Instituto de Terras do Ceará (ITERCE), que era o órgão responsável por fornecer documentos de legislação da terra a posseiros e parceiros, trecho da BR-020 que liga Tauá a Cruzeta, estação rodoviária e uma torre de televisão.

Ontem, o deputado Antônio Câmara lembrou que os melhoramentos a serem inaugurados em Tauá e Parambu resultam de reivindicações por ele encaminhadas ao governador Virgílio Távora. Aproveitou para destacar ‘o muito que o Governador tem feito em benefício da população daquela região do Estado. (V T, 1981).

O deputado precisa ser conhecido e reconhecido como o intermediário de obras para a região, como aquele que traz obras e serviços. Em outra matéria⁴¹, temos a citação da fala do prefeito de Tauá, Sousa Bastos, em um desfile de 7 de Setembro, que “destacou que tudo aquilo que há conseguido realizar, tem contado com o respaldo financeiro dos governos estadual e federal, através do apoio do deputado Antônio Câmara e governador Virgílio Távora”. (TAUÁ, 1981).

Cabe observar que, ao mesmo tempo em que esses deputados dependiam do governo, o governo também dependia do suporte eleitoral de chefes políticos, prefeitos, proprietários rurais e notáveis políticos locais com os quais esses deputados tinham contato. Esse fato é percebido na visita do então governador Virgílio Távora a Tauá em 1982⁴². Nesse período, o PDS de Tauá, que tinha Júlio Rêgo e Antônio Câmara como líderes políticos, estava unido para eleger Gonzaga Mota governador. O Governador, conhecedor das rivalidades entre os dois deputados, chamou os líderes tauaenses de “Júlio Rêgo e Antônio Câmara e Antônio Câmara e Júlio Rêgo”. Assim, não correria o risco de ofender a algum dos grupos políticos.

É importante perceber esse cuidado que Virgílio Távora teve de chamar Júlio Rêgo e Antônio Câmara e depois Antônio Câmara e Júlio Rêgo, pois, caso chamasse apenas em uma ordem, o deputado que fosse chamado por último poderia ficar ofendido por ter sido preterido na ordem de chamada. Essa atenção na ordem de chamada não é observada apenas pelos deputados, os cabos eleitorais e os eleitores mais próximos também cobram deles que sejam bem relacionados com o governo e, caso o nome do seu deputado fosse chamado por último, significaria que ele teria menos influência no governo do que seu opositor.

Dessa maneira, entendemos as eleições de 1982 como “união na cúpula e divisão na base” (MOTA, 1985), pois os dois

41 Tauá, 1981.

42 Lideranças, 1982.

deputados estavam unidos para eleger o governador e o senador, mas divididos quanto às eleições municipais. Assim, esses deputados, que necessitavam do governador para “alimentar” suas bases políticas, disputavam entre si para saber quem daria mais apoio ao governador para assim receber bônus de contrapartida.

No governo Gonzaga Mota (1983-1987), enquanto Júlio Rêgo não exerceu nenhuma influência política, seu opositor, Antônio Câmara, destacou-se na política estadual: foi líder do governo na Assembleia (1983-1984), líder do PDS⁴³ e secretário de governo de Gonzaga Mota (1985-1987).

Em 1984, por possuir trânsito livre no Governo estadual, Antônio Câmara foi o deputado mais cotado para assumir a Presidência da Assembleia no biênio de 1985-1986, no entanto, como a disputa estava acirrada, este foi orientado por Gonzaga Mota a renunciar em favor de Murilo Aguiar (PMDB), já que este era mais velho do que o concorrente Castro Castelo. Se o critério de decisão em caso de empate favorecia o candidato mais velho, Murilo Aguiar seria a opção estratégica. Em troca dessa renúncia à Presidência, Antônio Câmara foi nomeado pelo governador para ocupar o cargo de secretário de governo.

Na posição de secretário do governo, Antônio Câmara conseguiu fortalecer seu capital político, tanto que, nas eleições de 1986, conseguiu 31.734 votos, cerca de 10 mil votos a mais do que em 1982. Desses 31 mil votos, quase oito mil foram obtidos em Fortaleza, sendo o 8º deputado estadual mais votado. Enquanto isso, seu opositor político, Júlio Rêgo, foi eleito apenas com 17.043 votos.

Júlio Rêgo passou a se posicionar contra o governo, como percebido nas críticas às ações de combate à seca na região do Inhamuns feita por ele e relatadas em matéria do jornal O Povo: dos 224 poços profundos perfurados pela Superintendência de Obras do Estado do Ceará (SOEC) não constava nenhum na região do Inhamuns (JÚLIO, 1984).

43 Na condição de líder do PDS, presidiu a sessão em que os deputados do partido majoritário na Assembleia, no caso do Ceará era o PDS, elegeram os seis delegados do Ceará com direito a voto no Colégio Eleitoral, que escolheria o presidente da República em 15 de janeiro de 1985. A partir desse episódio, os dissidentes do PDS que votaram em Tancredo Neves (PMDB) para presidente, e não em Paulo Maluf (PDS), seguiram a orientação do governador Gonzaga Mota e migraram para o PMDB. Entre eles estava Antônio Câmara.

A gestão de Gonzaga Mota (1983-1987) foi caracterizada por divergências políticas do governador com o seu vice, Adauto Bezerra, que se desligou do PDS e filiou-se ao PFL. Nesse período, ocorreu o rompimento político do governador com Virgílio Távora e César Cals. O deputado Júlio Rêgo, depois da retirada política de César Cals, acompanhou Adauto Bezerra, filiando-se também ao PFL.

Antônio Câmara, à semelhança do prestígio político que possuía no governo Virgílio Távora, exerceu influência no governo Gonzaga Mota, conseguindo verbas e obras para Tauá. Nesse período, ocorreu também conflito entre os grupos políticos quanto à paternidade das obras. Esta matéria destaca:

O deputado Antônio Câmara (PMDB), ex-secretário de governo, está estranhando a atitude do prefeito de Tauá, Castro Castelo, do PFL, e de outros políticos do município pertencentes ao mesmo partido, que assumiram a paternidade das obras instaladas no atual Governo na cidade. Câmara observou que o povo tauaense sabe que foi ele o responsável pelos benefícios levados pelo governador Gonzaga Mota. (PATERNIDADE, 1986).

Em 1986 ocorreram as eleições estaduais e Antônio Câmara, seguindo a cartilha de Gonzaga Mota, apoiou o candidato ao Governo, pelo PMDB, Tasso Jereissati. Analisando o resultado eleitoral em Tauá, percebemos que o grupo de Júlio Rêgo conseguiu angariar mais votos para seu candidato, Adauto Bezerra, que conseguiu 51,34% dos votos válidos (10.817), enquanto Tasso Jereissati ficou com 46,26% (9.747).

Nessas eleições, foram recorrentes as denúncias de Júlio Rêgo, contra o governador Gonzaga Mota, de que este estaria utilizando a máquina pública para favorecer seu candidato, afirmando que, em Tauá, a caçamba do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER⁴⁴) estaria fazendo mudanças particulares de eleitores do deputado Antônio Câmara (MUDANÇAS, 1986).

Depois dessa campanha eleitoral, deu-se início a articulação por parte de Gonzaga Mota para a eleição do presidente da ALECE, pois este pretendia empossar algum deputado de

44 Atualmente intitulado de Departamento de Edificações e Rodovias (DER).

sua confiança. Gonzaga Mota articulou a candidatura de Antônio Câmara, porém esta indicação não era aceita pelo grupo do PMDB, liderado por Ciro Gomes, que apoiava o deputado Antônio Tavares (PMDB).

Em um acordo feito pelas lideranças do PMDB (Gonzaga Mota, Mauro Benevides e Castro Castelo), do PFL (Adauto Bezerra) e do PDS, ocorreu o lançamento do nome de Câmara para a Presidência. O PMDB, sob liderança de Sérgio Machado, rompeu o acordo com o PFL/PDS e lançou uma chapa formada majoritariamente pelo PMDB, tendo Antônio Câmara como presidente, que ganhou a eleição com 28 votos⁴⁵.

No governo Tasso Jereissati (1987-1991), embora Antônio Câmara tenha sido presidente da ALECE (1987-1988), sua relação política com Tasso Jereissati não foi amistosa, em face da postura crítica com relação ao Governo por ele assumida. Esse conflito entre o Legislativo, tendo à frente Antônio Câmara, e o Executivo teve início quando Tasso Jereissati enviou para a Assembleia as “medidas moralizadoras”, como Antônio Câmara comenta:

Porque eu fiz uma oposição ao governador Tasso Jereissati, que era uma oposição em defesa do funcionalismo público, desse pessoal que a partir do governo Plácido Castelo, antes dele, ia sendo admitido sem concurso e que esse pessoal já tinha 20 anos de serviço, 15 anos de serviço, 10, mas continuavam sem estabilidade, qualquer governador podia demiti-los. [...] E eram milhares de servidores. Para você ter uma idéia, assim logo depois que assumiu o governo, o Dr. Tasso Jereissati, viu a possibilidade de reduzir a folha drasticamente fazendo um concurso e mandou uma mensagem para a Assembleia, ao invés de aumento para os servidores ele concedia um abono. [...] Criava 80 mil vagas para fazer concurso público e suspendia o décimo terceiro salário dos servidores alegando que o estado tava em situação difícil. [...] Eu era presidente da Assembleia, achei uma injustiça porque um servidor com 15 anos, mesmo no cargo que estivesse, ele habituou-se com a rotina da burocratização e perdeu o contato com os livros. A professorinha sabia dar sua aula, sabia ensinar seus alunos, tinha capacidade para exercer, mas tava desligada das matérias, da matemática, da álgebra, daquilo. Então liderei dentro da Assembleia um movimento pra suprimir esses artigos, suprimir o artigo que suspendia o pagamento do décimo terceiro. Suprimimos o artigo que criava os 80 mil cargos, que sem cargo não podia haver concurso e

45 PMDB, 1987.

transformamos o abono em aumento real. Isso foi o suficiente para que o governador rompesse comigo e com a Assembleia e passasse a denegrir violentamente a imagem da Assembleia e dos deputados. Clientelistas, força do atraso, tava impedindo que ele modernizasse o estado. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Nesse período, a tônica do conflito entre a Assembleia e Tasso Jereissati era abordada em termos de discurso entre a “modernidade” e o “atraso”, no qual o Executivo buscava modernizar o Estado e torná-lo eficiente, e o Legislativo, na sua *rationale* do paroquialismo, exigia benefícios para sustentar suas bases. Essa ideia corrobora a tese de Celso Furtado, dominante nos anos de 1960, que considerava que o Congresso seria vocalizador dos interesses atrasados do País, das oligarquias rurais, e o Executivo teria uma vocação moderna.

No período liderado pelos três chefes na política estadual, os cargos dos escalões inferiores da administração do Estado eram nomeados pelas indicações dos deputados e de políticos ligados ao governo. No governo Jereissati, Sérgio Machado, empresário pertencente ao CIC (Centro Industrial do Ceará), passou a ocupar a Secretaria do Governo e exigir currículo dos candidatos postulantes aos cargos. Os deputados, entregando-os, se aglomeravam na antessala do secretário Sérgio Machado para assim pressioná-lo para as contratações. Como o Governo, no entanto, estava com uma política de corte de gastos, solucionou essa questão retirando as cadeiras dos gabinetes dos secretários, fato que foi percebido pelos deputados como ato autoritário, passando o governador a ser acusado de não convocar os políticos para governar (MOTA, 1992, p. 79-80). Como Virgílio Távora comentou em uma entrevista,

[...] as dificuldades existentes são sentidas pelo pessoal que o apoiou e que estava habituado a receber, durante quatro anos, os favores governamentais, para manter o seu cacife junto aos seus eleitores (VIRGÍLIO, 1987).

Na ALECE, Antônio Câmara, liderando os deputados descontentes com o Governo, sobretudo os do partido do governador (PMDB), passou a desempenhar um papel crítico ao

Poder Executivo. Essas críticas eram respondidas pelo líder do governo, Ciro Gomes, que dividia as posições dos deputados em dois grupos: os clientelistas, ligados ao passado; e o novo, representado pelo governo das mudanças (MOTA, 1992, p. 87).

Em abril de 1987, Antônio Câmara, em uma entrevista, comentou:

Tenho dito e repetido que o assistencialismo, como prática de se fazer política, deve ser erradicado. No entanto para que isso ocorra, é necessário que o governo crie mecanismos capazes de libertar o cidadão da necessidade de pedir favores aos políticos, em qualquer nível. Ocorre que esses políticos, ao invés de estarem sendo convocados para participar do poder estão mesmo sendo marginalizados e muitas vezes execrados por terem tomado parte na prática assistencialista que até hoje domina a política do Nordeste. [...] para qualquer tipo de pedido que hoje se faz aos políticos, o governo deveria ter um mecanismo para substituir a prática clientelista (ANTÔNIO, 1987).

O PMDB, nesse período, estava dividido entre dois grupos políticos: o grupo do Cambeba, com o aval do senador Mauro Benevides; e o grupo liderado por Antônio Câmara, que contava com o apoio do deputado federal Paes de Andrade.

Câmara, que recebia em seu gabinete centenas de pedidos dos mais variados tipos, “desde o emprego ao caixão de defunto”, passou a liderar “uma cruzada para defender e reconquistar o prestígio da Classe Política”, como afirmou em uma entrevista:

[...] hoje tão desprezados, mas que preenchem a função essencial de ser o canal de comunicação entre o Zé Ninguém e o governo de Sua Majestade”, pois “enquanto não forem implantados os instrumentos para substituir o assistencialismo, é difícil deixar de ser clientelista numa região pobre como é o Nordeste. Nada mudou nesse sentido. (O POLÊMICO, 1988).

O posicionamento crítico com relação ao governo, segundo Câmara, apenas se dirigia a Sérgio Machado. Nesse período, o deputado ainda mantinha relações com o Governo, já que estas eram fundamentais para a manutenção de sua base política. Essa relação entre o deputado e o Governo do estado é

percebida em uma denúncia⁴⁶ do grupo da oposição a Antônio Câmara em Tauá. Este grupo alegou que Câmara estaria interferindo politicamente nos Serviços de Emergência do Governo.

O ápice desse conflito entre Antônio Câmara e Tasso Jereissati se deu em um comício em Tauá, em 1988, como relatado na próxima página.

Eu nunca gostei de covarde, nem nunca fui covarde, nem quando o governador Tasso foi a Tauá, no auge dessa confusão, a convite do Ministro Vicente Fialho, para inaugurar uma fábrica de doces na Várzea do Boi e eu fui porque era presidente da Assembleia e fui porque o Ministro pediu que eu fosse, ajudasse que ele não tinha estrutura. Eu que preparei, mandei preparar palanque, mandei a minha rádio para lá transmitir, mandei locutor, tá certo. Levei os meus amigos, porque o prefeito era do PDS, nós éramos do PMDB, ainda, eu, ele o governador e Fialho. Então se não fosse o meu trabalho não teria ido ninguém, só os colonos mesmo, da Várzea do Boi. Pois ele achou pouco [voz trêmula] e deu a entrevista para a rádio do Júlio, e eu ouvi, e ele começou a entrevista, o jornalista incitou mesmo: ‘então governador, a Assembleia fez cortesia com o chapéu alheio?’ Essas questões que eu falei. Ele disse: ‘não, não foi cortesia com o chapéu alheio, a Assembleia foi irresponsável, totalmente irresponsável. Eu não posso administrar um Estado com um grupo irresponsável desse’. Aí eu saí. E aí ele depois... Fomos pro palanque. Quando eu subi o Radir, não sei se você conhece o Radir Rocha, tava sendo mestre de cerimônia, disse: ‘Deputado, vai falar um representante dos colonos, o Ministro, o Senhor e o Governador.’ Eu digo: ‘eu não vou falar. Eu só vou falar se o governador for deselegante comigo, aí eu dou um sinal e você pode me chamar’. Ele disse: ‘tá certo!’. Aí eu para evitar me aproximei dele, do governador, eu digo: ‘Governador eu ouvi um pouco da sua entrevista e achei ela muito agressiva para com o Poder Legislativo.’ Ele disse: ‘Não vá censurar minha entrevista!’, eu disse: ‘não, você não deu para minha rádio, você deu pra do nosso adversário que lutou contra o Senhor e contra mim. Se fosse na minha rádio eu ia pra lá, botava toda sua entrevista e respondia na hora. Mas eu quero propor a gente dar uma parada nisso porque não adianta, o Se-

46 O vereador Francisco Cidrão Bezerra (PDS) denunciou a contratação de duas empreiteiras que construíram grupos escolares no município. Segundo a denúncia, as empreiteiras eram: Procel (“recém fundada e pertencente a um grupo de engenheiros da Ematerce e pessoal do antigo Projeto Sertanejo”) e Mota Empreendedora Ltda (“propriedade de Alaor Cavalcante Mota Filho e Francisco Freitas Sobrinho, ambos ligados politicamente ao deputado estadual Antônio Câmara”). Estas empresas teriam sido contratadas pela indicação do presidente do Grupo de Ação Comunitário (GAC), Jorge Haus Sherlock, ligado à Câmara (MORAES NETO, 1987).

nhor agride a Assembleia, eu revido e isso desgasta o Poder Legislativo e o Executivo. Vamos dar uma parada e tal'. Isso no palanque, aí ele disse: 'eu não vou parar não [voz altiva, tom de autoridade]. Eu não vou parar não, eu vou dizer hoje aqui [batendo compulsivamente em um papel] que a Assembleia é composta de força do atraso. Vou dizer para aquela menina que, tinha uma menina com a mãe 'que não posso construir a escola dela agora como pretendia. Eu vou dizer pra população que não posso reformar o hospital porque a Assembleia não me deixa trabalhar'. Rapaz o sangue subiu, eu digo: 'Governador, o Senhor pode dizer o que quiser porque o Senhor vai ouvir o que não quer. Depois que o Senhor falar tudo isso eu vou falar e dizer que isso é demagogia, não se recupera o estado do Ceará com a parcela do décimo terceiro dos funcionários, demitindo 20 ou 30 mil funcionários, isso tem que vir recurso do Governo Federal, nós já ajudamos a eleger o Sarney, nós não derrubamos os malufistas na Assembleia, eu não fui pra Brasília votar no Sarney, no Dr. Trancredo, porque que ele... ele tem obrigação de ajudar o Ceará.' Ele disse: 'você não pode falar depois de mim, eu sou a maior autoridade aqui e ninguém pode falar depois do Governador'. 'Depois eu vou falar Governador, eu vou falar porque esse povo eu trouxe, esse palanque eu trouxe, esse locutor é da minha rádio, ele tá sabendo que se eu der um sinal eu vou falar e o Senhor vai ouvir exatamente isso, porque isso é demagogia'. Nisso, o Fialho, que tava falando não sabia nem o que ele dizia. Aí o Radir: 'A palavra o governador Tasso Jereissati'. Chegou lá e não disse nada, 'parabéns Ministro Fialho, parabéns não sei o que, parabéns o povo de Tauá, os colonos e tal e tal...'. Desceu, um almoço preparado pra ele, pro Fialho e tal e pegou o helicóptero, ele, Sérgio Machado, o líder deles Ciro Gomes (tom de risada) foram pra Guaramiranga passar o fim de semana. Segunda feira ele demitiu Dr. Domingos Aguiar da Presidência do [Instituto de Previdência do Estado do Ceará] (IPEC), aí selou o rompimento. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Nesse depoimento, nota-se a relação conflituosa entre Antônio Câmara e Tasso Jereissati, que resultou na exoneração do presidente do Instituto de Previdência do Estado do Ceará (IPEC), Domingos Gomes Aguiar. Este foi indicado ao cargo por Antônio Câmara desde o governo de Virgílio Távora e ocupou esse posto durante todo o governo de Gonzaga Mota.

Em matéria publicada em 17 de janeiro de 1988 no jornal O Povo, Antônio Câmara considerou definitivo o seu rompimento com o Governo do estado, ao que Tasso Jereissati comentou:

Perdemos apoio político, mas de políticos sem-vergonha que sempre mamaram nas tetas do Governo. Perdemos parte da imprensa, e vamos perder ainda mais, mas a imprensa que mamava no Governo. Eles que vão para o inferno, que não nos preocupamos com essas perdas (MORAES NETO; NOCRATO, 1988).

Tasso Jereissati passou a retirar o privilégio dos deputados de indicar funcionários para o segundo e o terceiro escalões do governo. Nesse aspecto, fortaleceu o papel desempenhado pela Secretaria de Governo do estado, que indicava os técnicos da Ematerce, do DAER, da Companhia Energética do Ceará (COELCE), da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), da empresa estatal de Telecomunicações do Ceará - S/A (TELECEARÁ) e de outros órgãos da burocracia estadual nos municípios. Posteriormente, os técnicos desses órgãos acumulavam capital político pelo papel que eles ocuparam na burocracia estatal (alistando homens, distribuindo tijolos, autorizando pequenas obras) e se candidataram ao cargo de vereador e prefeito. Como Antônio Câmara comenta:

São candidatos em potencial a prefeituras e à vereança porque faziam, fazem e continuam fazendo aquilo que era próprio do político que é trazer os pleitos de sua comunidade para o Governo e voltar com as obras ou recursos necessários para sua execução. (MEIRELES, 1988).

Além disso, Tasso Jereissati, na sua primeira gestão (1987-1991), por meio de suas secretarias, passou a atuar diretamente nos municípios, chegando a distribuir verbas e obras do Estado diretamente no interior, eclipsando o papel do deputado estadual de mediador entre o Governo Estadual e sua base (prefeito, vereadores e lideranças locais), passando a atuar diretamente nos municípios.

Antônio Câmara passou a acusar Tasso Jereissati de ser parte de uma “oligarquia empresarial” que utilizava a máquina do governo para beneficiar o seu grupo empresarial. É interessante observar que esses políticos utilizavam categorias analíticas das ciências sociais para denegrir a imagem do seu adversário político. Assim, enquanto Tasso Jereissati acusava Antônio Câmara e outros deputados de “clientelistas” e “tradicionais”, este retrucava a aquele o intitulado de “oligarca empresarial”.

Numa tentativa de enfraquecer Antônio Câmara, Tasso Jereissati se aproximou de Júlio Rêgo e o lançou como candidato a presidente da Assembleia Constituinte em 1988, apesar deste pertencer ao partido que fazia oposição ao governo (PFL), em detrimento de Antônio Câmara, que era filiado ao partido governista, o PMDB. Antônio Câmara, chateado com a decisão de Tasso, desabafou dizendo: “Rêgo é o meu único adversário aqui dentro. O único que não me cumprimenta. E foi lá que o Cambeba foi buscar um candidato para se opor a mim”⁴⁷. Nessa eleição, dois grupos estavam estruturados: a ala pró-Cambeba, que apoiou Júlio Rêgo; e a ala anti-Cambeba, vencedora da disputa e que tinha Antônio Câmara como candidato,

Júlio Rêgo, depois que aceitou o convite para disputar essa eleição, foi preterido por seu partido, que fazia oposição ao governo. Assim, resolveu filiar-se ao PSDB. Em uma entrevista, Júlio Rêgo comentou: “O PFL não foi leal comigo nessa oportunidade. Eu disputava a Presidência, mas o Partido achou melhor optar pelo maior adversário político [Antônio Câmara]”⁴⁸.

Tasso Jereissati passou, então, a fortalecer os deputados ligados ao Cambeba, oportunidade a partir da qual Júlio Rêgo conseguiu ter acesso a variados convênios e projetos do Estado, como o Projeto Padre Cícero, caracterizado pela construção de cisternas, açudes. Assim, Júlio Rêgo manteve sua base eleitoral, já que teria recursos do Estado para fornecer aos seus eleitores.

Essa utilização do patrimônio público pelo deputado para fortalecer seu grupo político é notada em matéria veiculada em jornal⁴⁹, na qual o chefe da Secretária Geral da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA) afirmou que, nas eleições municipais de 1988, o técnico agrícola dessa entidade, Flávio Marques Nogueira⁵⁰, disse: “os projetos agora só vem se for para alguém do grupo do Júlio Rêgo”. Da matéria, ainda consta o depoimento de Antônio Venerando, agricultor de 59 anos:

47 Presidente, 1988.

48 Júlio, 1989.

49 Araújo, 1989.

50 Esposo da vereadora Maria de Fátima Alexandrino Nogueira (PMB), do grupo de Júlio Rêgo.

No tempo da política, ano passado, o Flavim [Flávio Nogueira] me perguntou o que eu mais precisava na minha parcela. Eu disse que quando pudesse, eu queria um açude, porque aqui a carência d'água é grande. Aí, em março, eu nem estava esperando, quando chegou dizendo que iam fazer o açude. Fiquei muito satisfeito". Essa obra, segundo o projeto Padre Cícero é para servir a comunidade, então, segundo o depoimento do agricultor "trouxeram um papel para eu assinar, porque assim eles iam poder receber o resto do dinheiro da construção do açude. Disseram que o papel é para a comunidade se servir da água também".

Assim, percebe-se que esses projetos conseguidos pelos deputados eram utilizados politicamente para fortalecer seus grupos. Além dessas influências nos projetos do Governo do estado em Tauá, Júlio Rêgo indicava os funcionários dos cargos comissionados, como a Coordenadoria Regional da CEPA, ocupada por Maria Iran Citó Rêgo, e substituía os funcionários ligados a Antônio Câmara, como o engenheiro agrícola e Supervisor Regional da Ematerce, Francisco de Assis Barroso de Sousa, que foi transferido para outra cidade. Segundo Antônio Amorim:

Quando o secretário Sérgio Machado visitou o município de Tauá [...], ele aconselhou as 'novas lideranças locais'[grupo do deputado Júlio Rêgo] a impedir 'que as velhas lideranças [grupo do deputado Antônio Câmara] voltem. (AGRÔNOMO, 1989).

Com essa investida do Cambeba para aniquilar o capital político de Antônio Câmara, este teve os votos reduzidos de 31.734 em 1986 para um total de 14.919 nas eleições de 1990. Já Júlio Rêgo conseguiu mais votos, um total de 16.960. Nas eleições estaduais de 1990 em Tauá, o candidato ao governo apoiado por Antônio Câmara, Paulo Lustosa (PMDB), obteve 37,80% dos votos (8.244), enquanto o candidato apoiado por Júlio Rêgo, Ciro Gomes (PSDB), obteve 50,08% dos votos (12.234).

Antônio Câmara, relatando a aflição da apuração dos votos nessa eleição, comenta:

Eu tinha um terreno aqui perto, São Gonçalo, mais próximo a Caucaia, e eu vim de Tauá e não fui para Fortaleza, fui pra lá, fiquei lá e tava ouvindo a rádio, uma rádio que durante 24 horas ficava dando os resultados da apuração, que era mais lenta na época, em 1990 era mais lenta que hoje. [...] E eu tava ouvindo o rádio e os ouvintes ligando e eu vi como tinha funcionado a máquina do governo contra os adversários. Um ouvinte, eu lembro bem, que ligou, ‘me diga aí qual é a situação do deputado Franzé Moraes?’ Aí ele disse ‘rodou!’, o locutor. ‘E o deputado Barros Pinto?’, ‘rodou!’ [voz trêmula]. ‘E do deputado Nilo Sérgio’, ‘rodou!’. ‘O deputado... é... [voz quase falhando e em seguida um silêncio] Cláudio Pinho?’, ‘rodou!’. ‘Geraldo Azevedo?’ ‘rodou’. Quer dizer: todos os deputados que faziam oposição... Aí... ‘E o deputado Antônio Câmara?’ Aí disse: ‘tá numa peinha de nada⁵¹!’. Me lembro quando o cara disse isso. E eu digo: olha, o que quer adianta. Eu não tenho como comprar mandato. A partir da eleição do Tasso o dinheiro passou a valer nas eleições, os empresários entraram na política e eu então tomei essa decisão, de não mais me candidatar. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Esse trecho da entrevista com Antônio Câmara foi onde ele mais se emocionou, lembrando-se da aflição que passou nessa eleição, pois, segundo ele, o Governo investiu na derrota dos deputados que faziam oposição na Assembleia. Antônio Câmara chegou a afirmar que errou de estratégia ao defender o funcionalismo público, pois teria se desgastado mais politicamente do que se fortalecido.

No governo Ciro Gomes (1991-1994), Antônio Câmara foi líder do PMDB na ALECE, passando, inclusive, a ser Líder da Oposição, enquanto Júlio Rêgo foi eleito para Presidência da ALECE (1991-1992) e primeiro vice-presidente do PSDB em 1993. Na entrevista feita com Júlio Rêgo, este comenta a sua relação política com Ciro Gomes, como vemos abaixo:

Ciro era meu amigo e irmão. Ciro chegou suplente na Assembleia, eu era deputado, ‘e venha para cá e tal’, e comecei a ajudar Ciro, sabe. Ciro era suplente. Eu e Ciro éramos muito ligados. Depois fui presidente da Assembleia feito por ele. Depois ele foi governador e eu era o líder do governo dele na Assembleia. E toda vida, até hoje ele é um grande amigo. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

51 “Peinha de nada” significa dizer que o candidato estava próximo da derrota.

2.6 O GOVERNO FEDERAL E AS RELAÇÕES COM DEPUTADOS FEDERAIS E A MÁQUINA BUROCRÁTICA

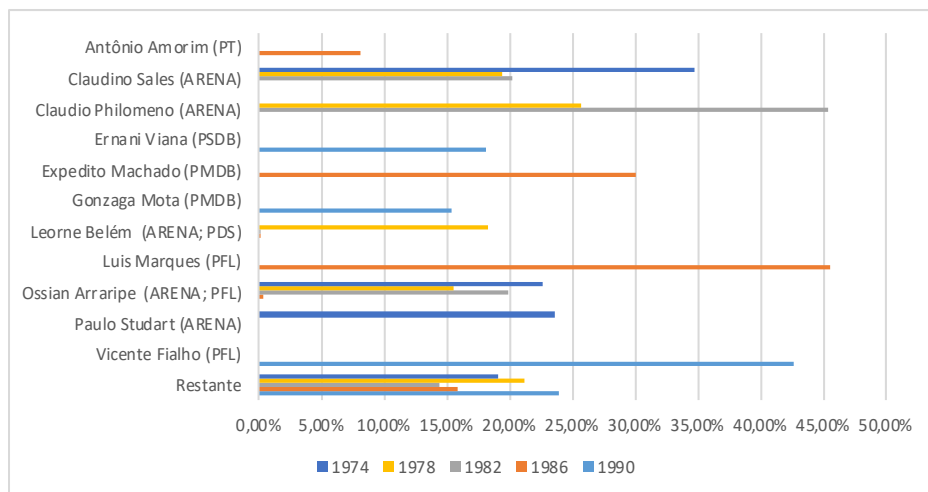
Analizamos as relações políticas que esses deputados tinham com o Governo federal, já que algumas obras, recursos, informações e, sobretudo, a licença para a instalação de rádios, eram obtidas apenas no Governo federal.

Dessa maneira, esses deputados precisavam se relacionar com deputados federais, ministros e os funcionários da burocracia, para ter influência - embora este ente federativo tenha se fortalecido e concedido obras e verbas substanciais para os municípios apenas depois da Constituição de 1988, pois esse papel cabia antes aos governos dos estados.

Quanto à elaboração da proposta orçamentária, cabe ressaltar que, durante a ditadura militar, o preparo dessa proposta era atribuição do Executivo, restando ao Congresso apenas a proposição de alterações na proposta. Se, porém, nesse período os parlamentares detinham poder restrito para a elaboração do orçamento, estes encontravam outros mecanismos para conseguir recursos para suas bases eleitorais, seja por meio da Comissão de Orçamento do Congresso, destinada para atender os interesses regionais dos parlamentares, ou mediante a influência nos órgãos do Poder Executivo (BEZERRA, 1999).

O principal elo entre o Governo federal e o deputado estadual era o deputado federal que estabelecia relações políticas junto aos ministérios. Assim examinamos a votação para deputado federal em Tauá. No gráfico seguinte temos a relação dos deputados federais votados em Tauá.

GRÁFICO 4 - PORCENTAGEM DE VOTOS PARA DEPUTADO FEDERAL EM TAUÁ (1974-1990)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-CE

Observando o gráfico, percebemos que a votação desses deputados denota uma descontinuidade do candidato no decurso das eleições. Apesar da descontinuidade de candidato, cabe ressaltar que os deputados estaduais apoiavam os deputados federais do mesmo partido. Assim, temos candidatos que conseguiram uma votação expressiva em uma eleição e na seguinte não conseguiram uma votação alta por não serem apoiados por nenhuma liderança local.

Cabe ressaltar que essa descontinuidade na votação dos deputados é causada em grande parte pela não candidatura do mesmo político ao posto de deputado federal ao longo das eleições de 1978 a 1990. Citamos como exemplo o candidato a deputado federal em 1986, Antônio Amorim (PT), que se candidatou em 1982 ao cargo de vereador em Tauá e em 1990 a deputado estadual.

Outro ponto a ser destacado é a variação da votação desses deputados federais em Tauá, variação essa que depende da intermediação do deputado estadual ou de alguma liderança política no município. Nesse sentido, o percentual de votos do

deputado federal Ossian Araripe (ARENA; PFL) é emblemático. Nas eleições de 1974, 1978 e 1982, esse deputado, com o apoio de Dondon Feitosa, uma liderança política da família Feitosa, obteve respectivamente 22,63%, 15,47% e 19,95% dos votos nominais. Em 1986, sem contar com o apoio de nenhuma liderança política no município, seu percentual baixou para 0,34%. Assim, percebemos que se o deputado federal não for apoiado por alguma liderança política local, conseguirá baixo percentual de votos no município.

Júlio Rêgo fez dobradinha em Tauá de 1974 a 1982 com Claudino Sales (ARENA; PSD), este que tinha sido secretário de administração no governo César Cals (1971-1975). Os dois deputados conseguiram, por intermédio de César Cals, então ministro das Minas e Energia em 1979, a licença para instalar a primeira rádio em Tauá, rádio Cultura do Inhamuns. Assim, era estratégico contar com o apoio de deputados federais e ministros para conseguir verbas e obras do Governo federal. Cabe observar a presença do ministro César Cals na inauguração da rádio em 1980, agregando prestígio a Júlio Rêgo.

Evidenciamos, também, a ação estratégica dessa rádio na manutenção e conquista da base política de Júlio Rêgo. Na região do Inhamuns, a Rádio Cultura era a única captada sem interferências pelos rádios, que antes recebiam a frequência da rádio de Quixeramobim, passando a monopolizar a informação em toda a região do Inhamuns, abrangendo os municípios de Tauá, Parambu, Arneiroz, Catarina, Aiuaba e Saboeiro. Nesse período, os trabalhadores rurais recebiam os bolsões contra a seca e era através da Rádio Cultura que eles eram informados sobre o dia do pagamento ou sobre alguma notícia da região. A Rádio Cultura do Inhamuns servia também para Júlio Rêgo demonstrar sua influência política, como em julho de 1981, quando o ministro César Cals foi a Tauá para uma reunião política e participou de uma mesa redonda na Rádio, na qual os problemas sociais da região foram discutidos.

Nesse período, ocorreu inclusive um conflito envolvendo Júlio Rêgo e o então prefeito de Tauá, Sousa Bastos, pois este acusava o deputado de estar incentivando os agricultores ru-

rais, através de programas na rádio, a procurarem a Prefeitura para solucionar os problemas da seca.

O grupo Gomes de Freitas, percebendo que estava perdendo espaço político por não ter uma rádio que pudesse divulgar os feitos do seu grupo, passou a se articular para instalar outra rádio em Tauá.

Antônio Câmara articulou-se com o deputado federal Diógenes Nogueira, irmão do então Chefe do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), coronel Idalécio Nogueira, para que este tivesse critérios técnicos, e não políticos, no julgamento dos projetos para a criação de uma rádio em Tauá. Júlio Rêgo, em parceria com Luís Marques e Armando Feitosa, estava lançando um edital para a criação de outra rádio para seu grupo político.

É interessante observar que, em vez de Antônio Câmara solicitar ao coronel Idalécio Nogueira, por intermédio de seu irmão Diógenes Nogueira, a aprovação de sua proposta de criação da rádio em Tauá, solicitava critérios técnicos no julgamento das propostas, partindo do pressuposto de que a instituição utilizaria critérios políticos, já com receio da interferência de César Cals.

Antônio Câmara inaugurou a Rádio Difusora do Inhamuns em 1985 com a presença do então governador Gonzaga Mota e das lideranças do PMDB, como o deputado federal Paes de Andrade e do presidente da Assembleia, Castro de Castelo.

Como abordado anteriormente, como Júlio Rêgo não tinha influência política no governo Gonzaga Mota (1983-1987), este passou a se articular com o Governo federal, no qual César Cals e Vicente Fialho ocupavam ministérios. Assim, ao lado do prefeito de Tauá, Castro Castelo buscava verbas diretamente com o Governo federal, como segue na matéria abaixo:

Na rota de Brasília, o deputado estadual Júlio Rêgo, que estava acompanhado do ex-secretário Luiz Marques e do prefeito Castro Castelo, de Tauá, para uma audiência com o ministro Vicente Fialho, da irrigação, para tratar da implantação de mais um projeto de irrigação em Tauá: Favelas e Carrapateiras, confluência do Rio Jaguaribe. Lá já existe o perímetro da Várzea do Boi (MELO, 1986).

Nessa matéria, percebemos as relações estabelecidas entre prefeito, deputado estadual e os setores burocráticos de Brasília. O deputado atuaria como um intermediário na conquista de verbas para o município, que tem no prefeito seu principal interessado.

Em 1986, Júlio Rêgo apoiou Luís Marques (PFL), este que é filho de Joel Marques, ao qual Júlio Rêgo era ligado anteriormente. Em 1990, Júlio Rêgo apoiou Vicente Fialho (PFL), também natural de Tauá e Ministro de Minas e Energia (1989-1990) no governo Sarney (1985-1990).

Já em 1974, Antônio Câmara fez dobradinha com Paulo Studart (ARENA), empresário que fazia parte do Grupo Terra, a então maior empresa de construção civil no Ceará. Segundo Antônio Câmara, seu apoio foi uma gratidão à ajuda recebida por Paulo Studart nos órgãos de informações do governo⁵².

Antônio Câmara apoiou, em 1978 e 1982, Cláudio Filomeno (ARENA; PSD), que tinha estudado com ele no Curso de Direito na Universidade Federal do Ceará (UFC). Cláudio Filomeno era empresário, dono da franquias da Coca-cola e tinha um irmão, Sérgio Filomeno, que também foi deputado federal. O apoio de Antônio Câmara se deu em razão do aporte financeiro recebido de Cláudio Filomeno, como comenta:

O Cláudio tinha apoio financeiro que era o que todo deputado federal oferecia, então eu não tinha dinheiro, vivia da minha remuneração como deputado. Eu não tinha comércio, eu não tinha indústria, tinha uma fazenda que dava era prejuízo. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Essa necessidade de aporte financeiro do deputado federal se dava porque, em uma campanha eleitoral, gastava-se com a emissão do título de eleitor e esse gasto feito por chefe político local era pago pelo deputado federal. Essa estrutura de alista-

52 O grupo Gomes de Freitas necessitava de uma pessoa que tivesse influência nos órgãos de informação do Governo, pois Domingos Aguiar tinha sido denunciado no Serviço Nacional de Informações (SNI) e estava impossibilitado de ser candidato novamente. Além disso, o grupo de Júlio Rêgo tinha muita influência nos órgãos de informação, o que dificultava o acesso a essas instituições. Assim, recorreram a Paulo Studart que havia sido comandante da Coordenação de Prevenção e Repressão aos Crimes contra o Patrimônio e a Ordem Econômica (CPOE) e tinha a influência no meio militar.

mento eleitoral é abordada por Valmir Lopes (2005), quando este relata as formas de conquista de votos utilizadas por vereadores em Fortaleza nos anos de 1950 e 1960.

Em 1986, Cláudio Filomeno apoiou Aduino Bezerra para governador; assim, Antônio Câmara apoiou Expedito Machado (PMDB). O apoio a Expedito Machado era estratégico, pois, embora este não tivesse um aporte financeiro para custear as despesas da campanha, era pai do homem que seria o mais influente no governo Tasso Jereissati, o secretário Sérgio Machado. Assim, apoiar Expedito Machado era garantia de acesso aos recursos do Governo estadual. Em 1990, Antônio Câmara fez dobradinha com Gonzaga Mota (PMDB).

2.7 SAÍDA DA POLÍTICA

A análise sobre a maneira como esses dois deputados se retiraram da disputa eleitoral é interessante, porque ambos saíram no mesmo período, antes que tivesse perigo de não serem eleitos, disputando a última eleição em 1990.

É interessante observar que tanto Antônio Câmara quanto Júlio Rêgo alegam ter se retirado da disputa política pelo fato de o dinheiro ter se tornado essencial para a conquista do mandato. Como na fala de Júlio Rêgo:

Meu negócio era emprego. Eu não tinha dinheiro, não era dinheiro, não comprava ninguém. Meu pai era bem situado, mas tinha essa história de comprar voto não. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Também na fala de Antônio Câmara, referindo-se à relação política que os deputados estaduais estabeleciam com os chefes políticos locais:

O que existia naquela época, a maioria dos chefes políticos do interior queriam prestígio, o dinheiro era secundário. Dinheiro pra despesas, que naquela época até o título de eleitor era oneroso, cê tinha que levar o fotógrafo, o cara do cartório, porque por incrível que pareça tinha gente que não tinha registro civil, e era pago. Você fazia um convênio com o cartório e com o fotógrafo, para não sair tão caro. Então a justiça eleitoral ia para o município, um distrito, Trici, Santa Tereza, a gente levava a pessoa do cartório e o fotógrafo, o lambe-lambe que batia

o retrato e revelava. E cada chefe apresentava as contas que davam: tanto de cartório, tanto disso, aluguel de carro para deixar um doente, e você reembolsava aquele dinheiro. Isso era comum. Mas assim, não era como hoje que é: ‘olha eu lhe dou tantos votos e você me dá tanto’. Não tinha isso. Até porque os candidatos não dispunham desse. Alguns dispunham, a gente sabia quem era, o Zé Macedo, era o Bonaparte Maia, não sei quem, o Gentil. Mas a maioria ia buscar o voto no casa-a-casa. Eu visitei casa a casa, fazenda por fazenda. Toda a região do Inhamuns. Eu reunia o povo, geralmente eu levava o carro de som, quando não levava o carro de som, levava o mega fone, mas sempre falando com o “chefe de família”, parando nas fazendas. Geralmente nas visitas aos municípios os chefes políticos indicavam para gente ‘aqui mora fulano de tal, “chefe de família”’, a gente descia, conversava, tomava um café e seguia viagem. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Esse prestígio a que Antônio Câmara se refere eram os contratos com o Estado que os deputados recebiam do Governador. Cabe ressaltar que, no governo de Tasso Jereissati (1987-1991), este passou a exigir concurso público nas repartições do Estado, dificultando a indicação de funcionários por parte de deputados.

No período referido por Antônio Câmara, as formas de conquista de votos eram claramente marcadas por uma ordem tradicional, na qual o deputado visitava uma fazenda, conversando com o fazendeiro e recebendo sua “palavra de honra” já era o bastante para ser votado por todos os moradores do patrão. A dependência econômica desses agricultores, por meio relações pessoais de dívida e gratidão, se metamorfoseiam imediatamente em dependência política. Nessa dominação, votar no candidato do proprietário de terra, para o trabalhador rural, representa fidelidade e gratidão para com o “homem bom” que deu proteção, casa e terra.

O voto representaria um bem de troca dos camponeses para com os proprietários de terra. É a matriz do “voto de cabresto”, que funciona como moeda de troca nessa relação de favor entre patrão/empregado. Como resalta César Barreira (1992, p. 34): “A lógica é crua: maior grau de miséria e dependência dos camponeses, maior grau de certeza no número de votos”. Nesse sentido, o voto não é inconsciente, ele resulta de

um raciocínio do eleitor e de uma lógica inerente à sociedade à qual pertence (BARREIRA, 1999).

Victor Nunes Leal (1975, p. 30), apesar de se referir a uma realidade anterior a 1930, resume bem a situação do agricultor rural no Inhamuns:

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel. Aí estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural.” (Grifos no original).

Nos anos de 1990, tanto Júlio Rêgo como Antônio Câmara enfrentaram uma estrutura social na qual o Estado dava mais proteção social e estava mais presente na comunidade, dificultando que a obtenção de votos fosse baseada apenas nessa lealdade aos patrões e aos chefes locais.

Antônio Câmara, percebendo que seria necessário bastante dinheiro para se eleger novamente deputado e ciente das dificuldades enfrentadas nas eleições de 1990 por ser contrário ao Governo estadual, decidiu não ser mais candidato e “devolveu” o “posto de deputado estadual ao seu grupo político familiar”, como relata:

[...] logo depois que eu assumi o mandato em 91 eu fui a Tauá e conversei com o Dr. Domingos Aguiar: ‘você me lançou na política, eu estou lhe devolvendo agora a candidatura. Acho que você tem condições’. ‘Não, não vou não. Ora, você é mais novo do que eu tá correndo, avalie eu’. Eu digo: ‘mais vamos pensar num nome, que tem que pensar agora porque eu tenho quatro anos pra ajudar a trabalhar. Eu não posso chegar na hora da eleição’. Aí foi que ele sugeriu o filho, o Domingos. ‘Vamos trabalhar pelo Domiguinho?’ E digo: ‘vamos! Vamos começar logo conversando com os aliados’. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Nesse depoimento, percebemos vários elementos que constroem a identidade do grupo político familiar dos Gomes de Freitas. O primeiro aspecto está nas trocas de cargos dentro do grupo, já que Domingos Aguiar indicou Antônio Câmara para ser deputado estadual. Este, quando de sua retirada da disputa eleitoral, devolveu o cargo àquele de quem havia recebido em 1974, no caso Domingos Aguiar; porém, como este não queria se candidatar, indicou seu filho para disputar as eleições de 1994.

Outro ponto interessante nesse discurso é que o posto de deputado estadual é tido como um cargo da família e um desafio a ser assumido por algum membro para que o *status quo* do grupo seja mantido, sobretudo porque grande parte das pessoas desse grupo possui relações estreitas com o Estado, sendo ou funcionários públicos concursados ou ocupantes de postos nomeados na burocracia estatal.

Antônio Câmara, passando “o cetro e a coroa” para Domingos Filho, convida-o a trabalhar no seu gabinete como assessor parlamentar para que lá tivesse contato com a sua base eleitoral.

Em 1994, Antônio Câmara, a convite do candidato ao Executivo estadual, Juraci Magalhães, se candidata a vice-governador dele pelo PMDB contra Tasso Jereissati (PSDB), não sendo eleito. Antônio Câmara não conseguiu a maioria dos votos nem em Tauá, pois Tasso Jereissati, apoiado por Júlio Rêgo e Idemar Citó, conseguiu obter 50,46% dos votos (11.078 votos nominais) contra 44,46% (9.761) de Juraci Magalhães.

Apesar de não ser eleito, essa candidatura auxiliou Domingos Filho com a estrutura da campanha do Executivo estadual, como comenta:

Por uma lado foi bom porque eu pude ajudar mais ao Domingos. Por exemplo, o Juraci tinha uma milhão de camisas, o Cambraia tinha conseguido um milhão de camisas, quer dizer, arranjar 20 mil camisas era fácil, pra dar pro Domingos. Aquilo era importante naquela época. Eu chegava num município ‘como é que tá a situação aqui, como é que tá a disputa de deputado, Juraci, rapaz vamos fazer aqui alguma acomodação que o Domingos entre aqui’, entrava. No Icó mesmo tinha lá... O candidato você sabe que tem uns que desistem logo e outros não, né! Tem uns que a esperança vai até o fim (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Assim, percebemos que o modo de se fazer uma campanha eleitoral para o Executivo é diferente do Legislativo, já que, ao visitar município a município, o candidato tem dimensão dos colégios eleitorais e consegue identificar onde existiria espaço para conseguir votos para um deputado. Nesse aspecto, Antônio Câmara costurou acordos políticos para Domingos Filho.

Em 1996, estimulado pelo então deputado estadual Domingos Filho (PMDB), Antônio Câmara candidata-se ao cargo de prefeito em Quiterianópolis pelo PMDB. Nessa eleição, conseguiu 44,64% dos votos nominais (3.745 votos), enquanto seu adversário, Francisco Vieira Costa (PSDB), foi eleito com 55,36% dos votos nominais (4.644 votos).

Júlio Rêgo, diferente de Antônio Câmara, quando não mais disputou cargos eletivos, não indicou nenhum familiar para ocupar seu posto político. Assim, fez uma reunião com os empresários tauaenses, que o ajudavam nas campanhas eleitorais, para escolher o candidato que o grupo político apoiaria. Esses empresários eram ligados ao ramo de transporte coletivo e tinham à frente Chiquinho Feitosa, que indicou seu primo Idemar Loiola Citó, também empresário, como candidato a deputado estadual.

Assim, em 1994, Júlio Rêgo não mais disputou cargos eletivos, sendo nomeado pelo então governador Ciro Gomes como conselheiro do TCE, chegando, inclusive, a ocupar a Presidência dessa instituição no biênio 1996 a 1997. Como explana Maria Cristina Nobre (2008, p. 193) sobre o fato de deputados estaduais serem convocados para o TCE ou o TCM:

Essa convocação - um atributo do governador, ainda que tenha que ser fortalecida pelo Poder Legislativo - denota o reconhecimento pela fidelidade prestada ao longo dos mandatos. Na linguagem coloquial do meio político, tem o significado de “chegar ao céu”, pelas inúmeras vantagens que acarreta para o ex-deputado: salariais, de estabilidade, de prestígio na sociedade e de controle político de adversários. Neste último caso porque fica assegurada a essas lideranças políticas a condição de julgar as contas públicas de várias gestões administrativas, o que se reveste de enorme poder político.

Outra diferença entre os dois deputados é que Júlio Rêgo não passou integralmente seu colégio eleitoral para Idemar Citó, pois ainda tem o controle da Rádio Cultura do Inhamuns. Júlio Rêgo ainda atua na política de Tauá, indicando e apoiando candidatos ao Executivo, como o atual vice-prefeito eleito em 2008, seu sobrinho, Júlio César Costa Rêgo. Além disso, no governo Cid Gomes (2007-2010), indicou seu irmão, Zé Rêgo, que era o Superintendente da Rede Ferroviária Federal S/A (REFESA) e é atualmente presidente da Companhia de Gás do Ceará (CEGAS). Como Júlio Rêgo comenta:

Olha, eu ainda mantenho muita gente [fazendo gesto de dinheiro com os dedos] com uma ajudazinha e tal, para uma coisa, para outra, para pagar um colégio, uma coisa. Tem muita gente que eu mantive, pagando até faculdade. Hoje já tá menos, mas até dois anos sim. E aí todo dia vem gente atrás de emprego, currículos. Alí [apontando para uma “pilha” de papel] tudo é currículos pedindo. E ainda tem muita atenção minha. O governo eu me dou bem. Domingos aí a Assembleia, ainda colocando lá dentro, pedindo. Eu não gosto de tá pedindo muito não. Mas quando eu peço sempre me tem muita atenção, ainda me dá muita consideração, empreguinho para um, para outro. (ENTREVISTA com Júlio Rêgo em 19.01.2011).

Ao analisar a trajetória política de Antônio Câmara e Júlio Rêgo, percebemos marcas características de seu tempo político, de uma política tecida por meio da arte da chefia. Essa política tradicional é descrita em Rejane Accioly de Carvalho (1999b, p. 56), como vemos em seguida.

Em torno dos chefes se consolidam as redes de solidariedade que demarcam os grupos políticos; é o mando político personificado na chefia o marco das chapas majoritárias, o pulso firme na direção das campanhas, são produtos da engenhosidade artesanal das chefias.

Observando essas trajetórias políticas, veem-se as estratégias utilizadas pelos dois deputados para se manterem no poder. Essas estratégias praticamente não se alteravam de um deputado para outro, já que ambos estavam submetidos a um mesmo

período temporal da política. O campo político no qual ambos estavam inseridos exercia sobre eles uma coerção social sobre o *habitus* que esses deputados deveriam possuir, embora existissem diferenças entre a atuação política de Antônio Câmara e Júlio Rêgo, resultante da idiosincrasia de cada um ou do pertencimento a grupos políticos específicos.

Quanto aos traços divergentes, Antônio Câmara possuía um perfil político mais ligado ao seu grupo político familiar, carregando a simbólica da tradição política dos Gomes de Freitas. Júlio Rêgo, por outro lado, representava a iniciativa do homem que vence pela própria competência, não recorrendo à simbólica da tradição familiar. Este deputado sucede o grupo político de Joel Marques, um comerciante. Enquanto a lealdade política do grupo Gomes de Freitas é fundamentada nos laços de confiança e de compartilhamento dos valores familiares comuns, o grupo organizado por Júlio Rêgo tem uma relação de interesse entre seus membros.

Quanto ao recrutamento político, Antônio Câmara pertencia a um grupo político familiar que o qualificou na sua inserção política, ao passo que Júlio Rêgo teve a influência de sua formação profissional, como médico, que o credenciou ao posto de candidato a prefeito de Tauá.

No capítulo seguinte, está a trajetória das carreiras políticas de Domingos Filho e Idemar Citó, que se estabeleceram na política desde o trabalho já desenvolvido por Antônio Câmara e Júlio Rêgo. Ali vemos como foram feitas carreiras políticas no período estudado - de 1990 a 2000 - e a quais mecanismos e constrangimentos esses atores políticos foram submetidos.

03 O TEMPO DE **IDEMAR CITÓ E DOMINGOS FILHO**

Nesse capítulo, nos moldes do segmento anterior, analisamos a trajetória política dos deputados estaduais Domingos Gomes de Aguiar Filho e Idemar Loiola Citó, que iniciaram sua trilha política nos anos de 1990 e ainda estão em exercício.

Cumprе ressaltar que este capítulo e o que se segue estão entrelaçados. Neste, examinamos, comparativamente, a trajetória política de Domingos Filho e Idemar Citó, acompanhando as eleições de 1994 a 2006. Reconstituímos aspectos da história política de Tauá e do Ceará para divisar o modo como esses deputados ingressaram na vida pública, estabeleceram relações com as bases políticas e se mantiveram na carreira política, seja se relacionando com o Governo estadual, por meio do governador ou da burocracia estadual, ou com o Governo federal, por intermédio dos deputados federais e da burocracia federal.

No capítulo seguinte, cuidamos, em específico, das eleições estaduais de 2010 no município de Tauá, para compreendermos como essa disputa se caracterizou e de que maneira os dois deputados estaduais atuaram politicamente para sua manutenção no poder.

3.1 RECRUTAMENTO POLÍTICO E ATRIBUTOS SOCIO-ECONÔMICOS DOS DEPUTADOS

Quanto mais moderna, complexa e desenvolvida uma sociedade, quanto mais a estrutura econômica é avançada e integrada, mais heterogênea serão as elites políticas (GIDDENS, 1974). Isso significa que as elites serão recrutadas em distintos

estratos da população, visto que o desenvolvimento econômico acarretará um desenvolvimento na política.

Analisando assim o perfil socioprofissional dos vereadores de Tauá¹, essa hipótese de Anthony Giddens se confirma. Nos anos de 1970 e 1980, tínhamos em Tauá uma sociedade pouco diferenciada, exibindo uma economia ligada à agropecuária, sobretudo à cotonicultura. Nessa estrutura, havia vereadores com baixa escolaridade e ligados a profissões rurais.

Os proprietários rurais eram os principais cabos eleitorais dos deputados. Esses proprietários, em geral, compunham o quadro de vereadores e prefeitos, como Sousa Bastos, que era proprietário no distrito de Marruás e foi vereador e prefeito (1977-1982); Castro Castelo, em Carrapateiras, foi vereador e prefeito (1983-1988; 1992-1996).

Nos anos seguintes, sobretudo nos anos 2000, essa sociedade se modificou, entrando em cena novos elementos: economia mais moderna e baseada na prestação de serviços, maior atuação do Estado na proteção social, existência de programas governamentais de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, desenvolvimento do comércio local, aumento populacional, sociedade mais urbana e a própria aposentadoria rural implantada no período militar:

Assim, com o desenvolvimento econômico da cidade surge uma multiplicidade de grupos de interesse e grupos de pressão, originando novos estratos sociais importantes, tais como: moderno empresariado, nova classe média de nível universitário, operários especializados e qualificados. Esses grupos passaram a se organizar em grupos de interesse e grupos de pressão, ocupando cargos no Legislativo local. (PESSOA JÚNIOR, 2009, p. 16).

Seguindo essa mudança na sociedade, nas últimas legislaturas em Tauá, verificamos maior escolarização e a predominância de empresários e funcionários públicos. Além disso, o perfil dos prefeitos também se modificou, pois se antes eram, na sua maioria, proprietários rurais com pouca escolarização,

1 Para mais informações, ver: Raulino Pessoa Júnior (2009).

agora esse grupo é formado por profissionais liberais (médicos, advogados) com traços de socialização urbana.

Quanto ao perfil dos deputados, registrou-se a entrada dos empresários na política, como o caso de Idemar Citó. É interessante observar o recrutamento de Idemar Citó, pois esse exprime um perfil diferente da classe política de Tauá. Empresário do setor de transportes, socio-proprietário das empresas Clotran Transportes (desde 1978), Auto Viação São José (desde 1991) e Expresso Canindé (desde 1994), jamais havia disputado um mandato eletivo.

Idemar Citó, assim como Júlio Rêgo, não possuía família enraizada na política. Diferentemente deste, todavia, Idemar Citó não possuía nível superior e não exercia uma profissão que acumulasse capital político em Tauá para ingressar na política local. Esse ingresso se deu pela indicação de seu primo, o também empresário Chiquinho Feitosa.

Como abordado no capítulo imediatamente anterior, Júlio Rêgo, quando se retirou da disputa por cargos eletivos, organizou uma reunião com alguns empresários de Tauá que sempre o ajudavam no período das campanhas eleitorais. Esses empresários, ligados ao setor de transportes coletivos, conduziam os eleitores de outros municípios para a região do Inhamuns para votar.

Júlio Rêgo informa que não estava disposto a enfrentar disputas eleitorais mais competitivas e mais onerosas, as quais necessitavam de uma quantidade maior de investimento financeiro do que em campanhas anteriores. De tal modo, organizou a reunião para que esses empresários indicassem um nome para ser seu sucessor político. No caso, Chiquinho Feitosa apontou o nome de Idemar Citó.

Idemar Citó participava das entidades de representação dos empresários de transportes, como a Federação das Empresas de Transportes Rodoviários dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão (CEPIMAR), na qual foi Membro Suplente da Diretoria Executiva (1993-1996) e posteriormente ocupou o cargo de segundo Diretor Financeiro (1999-2005); em seguida, participou do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Ceará (SINDIÔNIBUS), assumindo vários cargos na

mesa diretora, chegando a ocupar o cargo de vice-presidente (2005-2008); e o Sindicato das Empresas de Transportes Urbano de Passageiros da Região do Cariri (SETCARIRI), ocupando o cargo de delegado representante efetivo (1997-2003).

Já o ingresso de Domingos Filho na disputa eletiva teve influência do pertencimento de sua família na política local em Tauá. Este, assim como Antônio Câmara, é advogado formado pela Universidade Federal do Ceará. Seu pai, Domingos Gomes de Aguiar, foi prefeito por dois mandatos em Tauá (1967-1971; 1973-1976), e sua mãe, Mônica Aguiar, natural de Icó, possuía familiares envolvidos na política desse município. Domingos Filho, sucedendo o posto de deputado estadual antes ocupado por Antônio Câmara, deu continuidade à trajetória política do grupo político-familiar Gomes de Freitas.

Impende evidenciar que o nome “Domingos” é comum na família Gomes de Freitas. Ele rememora a figura mítica do patriarca da família e representa uma importante marca de distinção do poder e prestígio desse grupo. Entre os “Domingos” que ocuparam cargos públicos e eletivos, mencionamos Domingos Gomes de Freitas (pai Mingo), intendente em Tauá (1919-1927); Domingos Gomes de Aguiar, prefeito de Tauá (1967-1971; 1973-1976); e, atualmente, nos nomes de Domingos Gomes de Aguiar Filho, deputado estadual pelo PMDB durante quatro mandatos consecutivos (1995-2010) e atual vice-governador (2011-2014); e Domingos Gomes de Aguiar Neto, deputado federal, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), (2011-2014).

Outro nome corriqueiro nessa família é “Odilon”, homenagem a Odilon Silveira Aguiar, pai de Domingos Gomes de Aguiar e intendente de Tauá (1935). Em seguida, Odilon Aguiar Filho, que foi secretário de educação do estado e ministro do Tribunal de Contas do Estado; Odilon Aguiar Neto, que foi Procurador do ITERCE; e, finalmente, Odilon Silveira Aguiar, atual prefeito de Tauá (2008-2012) e primo de Domingos Filho.

A escolha do nome de um integrante da elite política é estratégica, sobretudo de uma elite que faz tanta referência à tradição política do grupo familiar. O nome carrega uma importante marca de distinção e uma imagem instituída e consolidada da

família, sendo recorrente a utilização de nomes como “Junior”, “Filho”, “Sobrinho” e “Neto” para fazer referência a algum político da família com uma carreira política consolidada. Além disso, cada família tem um conjunto de nomes que lhe é normalmente atrelado, designações pessoais, quase sempre, referências ao mito fundador do grupo familiar.

Essa construção do imaginário de tradição política do grupo Gomes de Freitas é notada em uma matéria² que relata o relançamento de um livro de autoria do ex-deputado Antônio Gomes de Freitas, “Inhamuns, terra e homens”. Nessa cerimônia, estavam integrantes do grupo político familiar Gomes de Freitas, o então presidente da Assembleia, Domingos Filho (PMDB), o ex-deputado Antônio Câmara e alguns intelectuais de Tauá, como a presidente da Fundação Bernardo Feitosa, Maria Dolores de Andrade Feitosa, e o presidente da Academia Tauaense de Letras, João Geneilson Gomes Araújo. Nessa cerimônia, Domingos Filho se pronunciou: “[...] devo confessar a minha emoção por presidir esta solenidade em homenagem a este meu ancestral, um dos troncos de nossa família”.

Integrantes desse grupo político estão constantemente fazendo referência à tradição política da família, aos serviços prestados por esse grupo ao Inhamuns, seja na política, seja na produção intelectual. Outro ponto relevante na cerimônia mencionada é a ausência de lideranças políticas opostas ao grupo dos Gomes de Freitas, como Júlio Rêgo e Idemar Citó, o que corrobora a leitura de que o lançamento desse livro seria menos uma reedição de uma obra que aborda aspectos da região do Inhamuns e mais uma oportunidade para que esse grupo se reafirmasse como discurso e simbólica de tradição política e familiar.

Cabe ressaltar que esse grupo faz referência constante ao carisma dos membros dessa família. Max Weber (*Apud* BENDIX, 1986), analisando o carisma como princípio de dominação, ensina que este poder é transmitido aos membros de uma família desde que seja preservada a crença de que essa possui

2 Matéria publicada em 26.03.2008: Assembleia promove lançamento de livro sobre região do Inhamuns. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/noticias/noticia_busca.php?tabela=noticias&codigo=4933>. Acesso em 13 de janeiro de 2011.

qualidades extraordinárias e inacessíveis a todos. Dessa maneira, esse grupo precisa produzir uma mitificação como se apenas os integrantes dessa família possuíssem determinadas qualidades que os qualificassem para o exercício da atividade política.

Essa recorrência ao carisma familiar está na inserção de Domingos Filho na política, pois este faz referência constante ao carisma que seu pai possuía e que ele herdou. Esse discurso é atualizado na fala de um assessor de Domingos Filho, quando faz referência a Domingos Neto, pois, segundo este: “Domingos Neto tem também um carisma muito grande, carisma este que vem desde seu avô e que passou para seu pai e agora para ele também” (Entrevista com Walney Alencar em 04-02-2011).

Na análise de Max Weber (1999), o carisma familiar como princípio de dominação expressa um problema quanto à sucessão, uma vez que esta desencadeia violentas intrigas no interior do grupo familiar, desembocando até em revoluções. Alternativa recorrente é a divisão do reino entre os descendentes ou a escolha de um sucessor entre a família.

No caso do grupo político familiar dos Gomes de Freitas, não ocorreu nenhum conflito quanto à sucessão do posto político, fazendo com que o grupo mitificasse a ideia de unidade e de consolidação na ocupação de cargos eletivos.

Um exemplo é a transmissão do posto político de Antônio Câmara para Domingos Filho, já que aquele convidou este para ser seu assessor parlamentar, o inseriu nas suas bases políticas e abdicou, inclusive, da porcentagem que tinha na Rádio Difusora para que assim não houvesse disputa de prestígio político entre os dois.

Cabe observar que essa transição tranquila de poder não aconteceu quando Idemar Citó sucedeu politicamente Júlio Rêgo. Este continuou a atuar na política local em Tauá, indicando prefeito, vice-prefeito e vereadores. Além disso, continuou a ter o controle da Rádio Cultura do Inhamuns, exigindo, inclusive, que qualquer programação na rádio tivesse sua autorização. Essa interferência política de Júlio Rêgo fez com que Idemar Citó fundasse a Rádio Trici, em 2002.

Domingos Filho iniciou sua trajetória política como assessor especial da Presidência do IPEC, atual Instituto de Saúde dos

Servidores do Estado do Ceará (ISSEC), aos 18 anos. Permaneceu nesse cargo até 1987, quando seu pai, Domingos Aguiar, foi exonerado do cargo.

Nas eleições de 1988, candidatou-se pelo PTB a vice de Joaquim Alexandrino Feitosa, mas não foi eleito. Em 1990, após enfrentar uma eleição competitiva, Antônio Câmara decidiu não mais disputar mandato eletivo e procurou Domingos Gomes para indicar um sucessor, oportunidade em que Domingos Filho foi escolhido para ocupar esse posto.

Após a escolha de Domingo Filho como sucessor político de Antônio Câmara, aquele passou por um processo de inserção no campo político, tornando-se assessor parlamentar na ALECE. Esse contato mais próximo com Antônio Câmara foi uma oportunidade para que Domingos Filho desenvolvesse *habitus* político, embora esse *habitus* tenha sido desenvolvido desde cedo na socialização política em sua casa quando seu pai era líder político em Tauá.

Segundo Pierre Bourdieu (2002, p. 169), o *habitus* do político

É, em primeiro lugar, toda a aprendizagem necessária para adquirir o *corpos* de saberes específicos (teorias, problemáticas, conceitos, tradições históricas, dados econômicos, etc.) produzidos e acumulados pelo trabalho político dos profissionais do presente e do passado ou das capacidades mais gerais tais como o domínio de uma certa linguagem e de uma certa retórica política, a do *tribuno*, indispensável nas relações com os profanos, ou a de *debater*, necessária nas relações entre os profissionais (grifos do autor).

Assim, Domingos Filho, em contato mais próximo com Antônio Câmara, pôde “inculcar o domínio prático da lógica imanente do campo político” (BOURDIEU, 2000, p. 169). Acompanhando Antônio Câmara na tribuna, onde este era líder da oposição ao governo Ciro Gomes (PSDB), desenvolveu as habilidades do *tribuno*.

Visitando os municípios da base política de Antônio Câmara, desenvolveu habilidade do *debater*, necessária para a relação com as lideranças locais e com os eleitores. Essa socialização incorporou em Domingos Filho o *modus operandi* da política,

submetendo-o a hábitos, hierarquias e valores indispensáveis para sua entrada e permanência no campo.

Esse *modus operandi* é percebido nas eleições municipais de Tauá em 1992, na qual Domingos Filho articulou uma coligação com o então principal líder político de Tauá, Castro Castelo, e obteve êxito na campanha eleitoral. Nessa aliança, Castro Castelo (PRN) foi candidato a prefeito e teve como vice Marcos Aurélio (PL), irmão de Domingos Filho. Além disso, sua esposa, Patrícia Aguiar (PL), foi candidata a vereadora, tendo sido a mais votada, com 1.239 votos.

3.2 ELEIÇÕES EM TAUÁ E A BUSCA PELO CONTROLE DO EXECUTIVO MUNICIPAL

Tauá, nesse período, ainda continuava sendo um município estratégico na região do Inhamuns, já que exercia influência política e econômica sobre as demais cidades. O desenvolvimento do setor terciário foi o fator determinante para que se transformasse num centro regional de relativa importância e consolidou sua função de lugar central como prestador de serviços urbanos aos núcleos vizinhos.

A região do Inhamuns é formada por municípios de pequeno porte demográfico e predominantemente rural. Segundo o IBGE, Censo de 2000, essa região é composta por 138.013 habitantes, residindo na sede 42,63% da população. O município mais rural é Parambu, com 61,14% da população habitando a zona rural; e o mais urbano é Tauá, com 51,43% da população residindo na Sede.

A principal fonte de renda desses municípios não é uma “atividade produtiva”, *stricto sensu*, e sim os pagamentos feitos pelo Governo, as aposentadorias rurais e os salários dos funcionários públicos em todos os níveis. Incluímos, também, o Programa Federal Bolsa Família. Esta é uma situação que Gustavo Maia Gomes (2001) caracteriza de “economia sem produção”, na qual a população sobrevive de transferências de renda que passam a constituir um dos mais importantes setores econômicos, ultrapassando, inclusive, a agropecuária.

Na maioria dos municípios do Inhamuns, a quantidade de repasses que as prefeituras recebem do FPM é superior à renda gerada pelas próprias atividades empresariais que são desenvolvidas nos municípios. Com efeito, nota-se a importância do controle da Prefeitura por parte das elites locais, tornando-se uma necessidade de sobrevivência.

No plano político, em Tauá, de 1994 a 2008, existiam dois grupos políticos consolidados: os Gomes de Freitas, que tinha o deputado Domingos Filho como principal liderança; e o grupo liderado pelo empresário Chiquinho Feitosa, que tinha Idemar Citó como deputado estadual. Gravitando em torno desses dois grupos, existiam as lideranças locais, como os ex-prefeitos Sousa Bastos, Castro Castelo e Zé Lima, e atores políticos emergentes, como João da Luz e, posteriormente, Ronaldo César. Além disso, permanecia o grupo político de Júlio Rêgo.

Nas eleições municipais de 1996, existiam três candidaturas disputando o Executivo municipal: a coligação apoiada pelo deputado Idemar Citó e Júlio Rêgo, que tinha como candidato a prefeito o médico João da Luz (PDT) e Roney Gonçalves (PSDB), primo de Júlio Rêgo, como vice; a candidatura apoiada pelos Gomes de Freitas, que tinha Patrícia Aguiar (PMDB) como prefeita e Luís Quintino Lima (PFL) como vice; e a candidatura de Francisco Cidrão, do Partido Progressista Brasileiro (PPB), tendo como vice Wilson, que era apoiado pelo então prefeito Castro Castelo.

Nessa disputa, foi eleito o médico João da Luz com o percentual de 41,21% dos votos válidos (10.800 votos), enquanto Patrícia Aguiar atingiu 33,23% dos votos válidos (8.709 votos). Quanto à disputa para o Legislativo municipal, o grupo de Idemar Citó conseguiu eleger nove vereadores de vinte e uma vagas, a mesma quantidade lograda pelo grupo liderado por Domingos Filho. A coligação de Castro Castelo elegeu apenas três vereadores.

A gestão de João da Luz (1997-2000) foi marcada por um período de instabilidade política, enfrentando a oposição da Câmara dos Vereadores. Este alega que atuou na política de Tauá independentemente da liderança exercida pelos dois

deputados estaduais do município, Idemar Citó e Domingos Filho. É preciso ressaltar, entretanto, que os vereadores eram ligados politicamente aos deputados. Como comenta:

Em 1999 eu sofri uma perseguição política. Juntou Idemar Citó, Domingos Filho e os vereadores e assim eu fui afastado do cargo. Tanto que até as minhas contas eles [vereadores] desaprovaram. Depois eu me aliei com Domingos Filho e só assim pude voltar ao cargo. (ENTREVISTA com João da Luz em março de 2010).

Pela entrevista dada por João da Luz, embora os dois deputados estaduais, Domingos Filho e Idemar Citó, representassem grupos divergentes e estivessem constantemente em conflito, eles se uniam quando alguma liderança política local buscava se fortalecer e eclipsar o poder monopolizado pelos deputados. Assim, não basta que esses deputados sejam dominantes na região, é preciso também assegurar que não haja crescimento de poder das elites subordinadas. É preciso fazer com que elas não ultrapassem o nível aceitável de poder.

Em 1999, João da Luz teve suas contas reprovadas pelo TCM e foi afastado do cargo, assumindo assim seu vice, Roney Gonçalves, de outubro a novembro de 1999. Posteriormente, João da Luz, em uma articulação política, conseguiu aprovar suas contas e assumiu novamente o posto de prefeito.

Pela análise das atas da Câmara Municipal de Tauá no período de 1992 a 2008, poucos são os projetos apresentados pelo Poder Executivo. A maioria das obras e verbas que o município recebe, seja do Governo estadual, seja do Governo federal, são conseguidas por intermédio dos deputados estaduais. Assim, as mensagens para a Câmara aprovar são: “aprovação de obra conseguida por intermédio do deputado Domingos Filho”, “aprovação de construção trazida pelo deputado Idemar Citó” e raramente alguma obra é conseguida pelo Poder Executivo municipal.

No âmbito geral, o Legislativo é refém do Executivo porque este tem o monopólio da execução orçamentária. No contexto dos municípios de pequeno e médio porte, todavia, tanto o Executivo como o Legislativo municipal são dependentes

de verbas e recursos dos Governo estadual e federal e, nesse caso, como os deputados é que possuem maior articulação e influência nos Governo estadual e federal, o prefeito e os vereadores são dependentes dessas figuras políticas.

Concluímos, então, que o poder exercido pelo Executivo em Tauá é pouco expressivo, pois as obras e recursos de maior importância para o município são conseguidos por influência dos deputados. Os vereadores se polarizam no apoio aos deputados estaduais e apenas alguns, por possuírem uma relação pessoal e próxima, apoiam o prefeito. Assim, os meios para assegurar o controle e a manutenção do poder local passam pelo acesso ao poder estadual.

A influência política dos deputados estaduais nos níveis do Governo estadual e até no federal explica por que as eleições para o Executivo em Tauá normalmente eram representadas por lideranças políticas locais que contavam com o apoio dos deputados estaduais. As lutas travadas no poder local eram apenas uma etapa das disputas pelo acesso ao poder estadual.

No tempo em que Domingos Filho não possuía o apoio do Governo estadual³, este passou a concentrar suas ações políticas para ter o controle do Poder Executivo de Tauá, visto que seria essencial para a manutenção e ampliação de sua base política no Inhamuns.

Como Patrícia Aguiar conseguiu um percentual significativo de votos quando disputou o Executivo em Tauá nas eleições de 1996, 33,23% dos votos válidos contra 41,21% de seu oponente, Domingos Filho passou a fortalecer a imagem de sua esposa. Assim, Patrícia Aguiar atuou diretamente com as associações, independentemente do trabalho desenvolvido pela Prefeitura, criando um contrapoder. Como explica um assessor de Domingos Filho:

Ela foi trabalhar, fazer o dia a dia de Tauá com o Domingos Filho, com o Marcos Aurélio, com Dr. Domingos. Participando da vida ativa da cidade. Participando dos momentos, das necessidades, visitando os amigos, dando assistência aos seus amigos... que geralmente se você perde eleição os seus amigos ficam a ver navios, né... A Dra. Patrícia

³ Período em que Tasso Jereissati foi governador (1995-2002) e, em seguida, Lúcio Alcântara (2003-2006).

conhece o eleitor é nome por nome, sem distinção. Tanto faz ser pobre, ser rico, o tratamento é o mesmo. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14.02.2011).

Interessante é observar que a estratégia adotada por Domingos Filho foi atuar diretamente nas associações de moradores, levando obras, projetos e recursos para estas instituições, sem passar pela Prefeitura de Tauá, já que esta era governada pelo grupo opositor. Esses recursos eram obtidos por intermédio da burocracia estadual, na influência política de algum aliado seu nos primeiros e segundos escalões ou de deputados federais. Nesse sentido, é esclarecedor o depoimento do assessor político de Domingos Filho sobre essa estratégia: *“ele sempre procurou recursos para as associações quando não tinha a prefeitura”*. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14.02.2011).

Essa estratégia de atuar diretamente com as associações já tinha sido adotada na gestão de Castro Castelo (1992-1996), como comenta Antônio Amorim:

Elas [Associações Comunitárias] viraram os novos currais eleitorais na época. As lideranças era que articulava os eleitores, era que ficava nas conversações com as lideranças políticas. Elas ficaram sendo uma massa de manobra. Elas não tinham outra função a não ser essa. Era quem apresentava as questões sociais, tipo era ali que o Castro mandava fazer as reuniões da Prefeitura, era ali que ele dizia o que é que ia fazer pela Prefeitura. Foi lá que ele conscientizou para dizer que o que ele estava fazendo tava certo. Até dizer que roubar era correto as pessoas acertarem que estava certo. Então não tinha nada a ver. Não era uma associação pelas pessoas. É tanto que dessas associações hoje existem muito poucas. Porque era uma forma dele barganhar recursos com o nome de associações aqui [no estado], com recursos estaduais. (ENTREVISTA com Antônio Amorim em 20.01.2011).

Essas Associações Comunitárias eram utilizadas, pois, como meio de levar recursos do Governo estadual, por meio de alguma emenda parlamentar ou de influência política na burocracia, e do Governo federal, por intermédio de deputados, diretamente para as comunidades.

No grupo político familiar dos Gomes de Freitas, ocorreu uma divisão do trabalho político. Enquanto Domingos Filho atuava diretamente com os Governos estadual e federal, à cata de recursos e obras para Tauá, sua esposa, Patrícia Aguiar, e seu irmão, o vereador Marcos Aurélio, passaram a atuar politicamente em Tauá, dando assistência diretamente aos eleitores, encaminhado doentes, conseguindo empregos, resolvendo alguma pendência junto à burocracia estadual etc. Maria Auxiliadora Lemenhe (1995), em sua pesquisa sobre os Bezerra de Menezes, assinala que os irmãos Bezerra recorriam à mesma estratégia da divisão do trabalho político.

Com essa estrutura política armada, os Gomes de Freitas disputaram as eleições municipais de 2000 em Tauá. Patrícia Aguiar foi novamente candidata a prefeita pelo PMDB, tendo como vice o médico Hildebrando Mota (PMDB). O grupo do deputado Idemar Citó apoiou a candidatura do ex-prefeito Castro Castelo (PPB), que tinha como vice o empresário Mario Feitoza (PSDB). O então prefeito João da Luz se candidatou à reeleição pelo Partido da Mobilização Nacional (PMN), tendo como vice o então secretário de agricultura, Bartolomeu Dias (PT).

Patrícia Aguiar foi eleita com 53,75% dos votos válidos (13.536 votos), Castro Castelo conseguiu 37,11% dos votos (9.346) e João da Luz obteve apenas 9,12% (2.298). Quando observamos a disputa para os 21 assentos na Câmara Municipal de Tauá contatamos que o grupo de Domingos Filho foi também vitorioso. Esse grupo político ocupou 9 vagas contra 8 do grupo de Idemar Citó e 4 do grupo do então prefeito João da Luz.

Consoante os resultados eleitorais em Tauá nas eleições de 2002, o capital político de Idemar Citó e Domingos Filho estava equilibrado. Domingos Filho (PMDB), tendo o controle do Executivo de Tauá, obteve 43,38% dos votos válidos (9.566); e Idemar Citó (PSDB), tendo o apoio do Governo estadual, atingiu o percentual de 41,36% (9.120), uma diferença de apenas 446 votos.

Ter o controle do Executivo em Tauá é, então, fundamental para a manutenção do poder político, pois, com a máquina da Prefeitura, o grupo político tem acesso a inúmeros cargos nos

quais acomoda as lideranças políticas locais. Além disso, facilita a manutenção da base política no Inhamuns.

Essas vantagens são notadas, ao se analisar as eleições de 2004. Idemar Citó, à semelhança de Júlio Rêgo nas eleições de 1976, resolveu focar sua atuação política na disputa pelo Executivo de Tauá. Essa estratégia política teve por objetivo concentrar sua atuação política no poder local, visto que o mandato de Patrícia Aguiar, tendo sido bem avaliado pela população, fez com que Domingos Filho aumentasse sua influência política na região.

Assim, nas eleições de 2004, duas candidaturas disputavam em Tauá: Idemar Citó (PSDB) como prefeito, tendo Agildo Pereira como vice; e Patrícia Aguiar (PMDB), tendo como vice o médico Francisco Passos. Houve apenas o lançamento de duas candidaturas apoiadas por parte de cada um dos deputados estaduais. A terceira candidatura, que desde as eleições de 1988 vinha sendo constituída na disputa política em Tauá, não foi estabelecida nessa disputa devido aos fatos de a Prefeita ser organicamente vinculada ao grupo Gomes de Freitas e de as lideranças políticas locais estarem desmobilizadas para lançamento da terceira via.

Nessa eleição, Idemar Citó conseguiu 45,50% dos votos válidos (13.795 votos), enquanto Patrícia Aguiar foi eleita com 54,49% dos votos (16.518 votos). Na disputa pelo Legislativo municipal, o grupo de Idemar Citó elegeu apenas três vereadores de um total de dez vagas, enquanto o de Domingos Filho elegeu sete no total, sendo, inclusive, o seu irmão, Marco Aurélio de Aguiar (PMDB), o mais votado. Domingos Filho reforçou seu domínio político em Tauá.

Esse fato é constatado ao observarmos os resultados das eleições de 2006 em Tauá, pois, enquanto Domingos Filho (PMDB) conseguiu obter um percentual de 72,96% dos votos válidos (20.159) para seu candidato a governador, Cid Gomes (PSB), 35,98% (10.026) para seu candidato a deputado federal, Eunício Oliveira (PMDB), e 58,23% (15.564) para si; Idemar Citó (PSDB) obteve apenas 26,21% dos votos válidos (7.243 votos) para seu candidato a governador, Lúcio Alcântara (PSDB), 13,88% (3.869)

para seu deputado federal, Deladir Feitosa (PSDB), e 26,50% dos votos (7.077) para si.

Além disso, Domingos Filho foi eleito o terceiro deputado mais votado do Estado, com 65.730 votos, o que o credenciou para eleger-se a Presidência da ALECE, enquanto que Idemar Citó ficou na suplência, com o total de 35.603 votos.

Em 2008, um acordo político envolvendo Idemar Citó e Domingos Filho, então ocupando o cargo da Presidência da ALECE, assegurou o retorno de Idemar Citó à ALECE. Esse acordo não foi seguido pelas bases eleitorais de Idemar Citó em Tauá, fazendo com que seu capital político fosse abalado.

Os eleitores de Idemar Citó, que historicamente seguiam o seu grupo político desde o período em que Joel Marques era deputado estadual (1947-1970) e em seguida foi sucedido por Júlio Rêgo (1970-1994), em sua maioria, não o acompanharam nessa estratégia política; sobretudo porque existia uma disputa acirrada entre os grupos políticos, encarnada anteriormente nas candidaturas de Antônio Câmara e Júlio Rêgo e atualmente por Domingos Filho e Idemar Citó, chegando a constituir-se uma identidade de grupo. Isto encontra-se na fala de um eleitor:

Achei uma falta de vergonha essa aliança do Idemar com os Gomes. Eu é que não acompanho. Fiquei muito chateada, ainda mais os Gomes que a minha família sempre foi contra, sabe... a gente votava com o grupo desde o tempo de Joel Marques, Joel Marques [entonação da voz], passando por todo tipo de humilhação. Eu votei no Júlio Rêgo várias eleições e votei também no Idemar. Nunca votei nos Gomes e não vai ser agora que depois de velha eu vou votar! E não só é eu não vi, um monte de gente não vai votar. (ENTREVISTA concedida ao autor em Março de 2010).⁴

Nesse contexto de desgaste da imagem política de Idemar Citó, surgiu uma liderança política local, até então aliada de Domingos Filho. O então vereador Ronaldo César (PMDB) entrou em ascensão e assumiu a liderança da oposição.

⁴ A pessoa entrevistada solicitou que sua identidade fosse mantida em sigilo pelo autor.

Nas eleições de 2008, duas candidaturas foram estruturadas: uma tendo uma coligação envolvendo 14 partidos⁵ e que tinha como candidato a prefeito o primo de Domingos Filho, o advogado Odilon Aguiar (PMDB), e como vice o sobrinho de Júlio Rêgo, Júlio César Rêgo Os partidos dessa coligação eram: PMDB, PSB, PSDB, PT, Partido Republicano Brasileiro (PRB), PCdoB, PSL, PMN, PTB, PHS, PSDC, PV, Partido Social Cristão (PSC) e PP. (PSB); a outra coligação envolvia quatro partidos⁶ e tinha como candidato a prefeito o médico oftalmologista Ronaldo César (PDT), vereador por quatro vezes consecutivas (1992-2008), e como vice o então vereador Josevaldo Alves, do Partido da República (PR).

Walney Alencar, comentando as eleições de 2008, informa que:

A oposição pintou aquela história de acordo. Primeiro não existe isso, até porque depois o Idemar é hoje deputado estadual. Na realidade foi uma união por Tauá, até porque como dizia o slogan da campanha Tauá não podia parar. Tauá vinha de uma grande gestão e Tauá não tinha como parar ou retroagir. Houve um entendimento com o Dr. Júlio Rêgo, ex-deputado, com o Antônio Câmara, com o Domingos Filho, com o João da Luz, com Sr. Castro, Sousa Bastos, o PT local, o Agenor Mota, presidente da Câmara e houve esse entendimento para formar uma união com esse objetivo, o objetivo de Tauá continuar avançando. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14-02-2011).

Nessa fala, está o discurso utilizado pelo grupo liderado por Domingos Filho para justificar a união com Idemar Citó, adversário histórico, e com tantas lideranças locais. A oposição, liderada pelo Ronaldo César, empregou termos como “acordo”, “comem tudo na mesma panelinha”, para se referir a essa coligação.

O resultado eleitoral foi favorável a Odilon Aguiar, que conseguiu 56% dos votos válidos (17.685) contra 44% de Ronaldo César (13.887), além de eleger toda a bancada da Câmara Municipal, dez no total.

5 Os partidos dessa coligação eram: PMDB, PSB, PSDB, PT, Partido Republicano Brasileiro (PRB), PCdoB, PSL, PMN, PTB, PHS, PSDC, PV, Partido Social Cristão (PSC) e PP.

6 Os partidos eram: Partido Popular Socialista (PPS), PDT, PR e DEM.

Cabe ressaltar que muitos dos votos obtidos pelo Ronaldo César foram mais em oposição a Domingos Filho do que mesmo com a intenção de votar naquele como candidato. Muitos grupos e famílias em Tauá faziam oposição aos Gomes e tinham no mandato de Idemar Citó uma oportunidade para expressar essa oposição. Após o término dessa eleição, o nome de Ronaldo César ficou consolidado como principal liderança oposta a Domingos Filho. Na fala de um eleitor, essa estratégia utilizada pelo Ronaldo César foi notada:

O Ronaldo pegou uma rabada [quantidade] de votos muito boa, pois esse povo todo não tava votando nele não, tava votando era contra os Gomes, contra Domingos Filho, e até contra Idemar Citó. Só sei que ele [Ronaldo César] foi muito do sabido pois logo que viu que muita gente não ia acompanhar o Idemar Citó rompeu logo com Domingos Filho e se candidatou a prefeito. (ENTREVISTA com Joaquim Sousa, em março de 2010).

3.3 A CONSTRUÇÃO DAS BASES ELEITORAIS

Na votação de Domingos Filho e Idemar Citó, no decorrer das eleições, ambos possuíram votação concentrada em municípios da região do Inhamuns; no entanto, essa votação mostra-se menos centralizada nessa região do que os índices de votação⁷ de Antônio Câmara e Júlio Rêgo. Temos os seguintes dados: Antônio Câmara exibiu um índice de 58,54% e Júlio Rêgo de 65,48%, Domingos Filho ficou com 42,38% e Idemar Citó com 47,30%.

Depreende-se, assim, que a votação de Domingos Filho e Idemar Citó depende menos da região do Inhamuns do que a votação de Antônio Câmara e Júlio Rêgo. Além disso, a votação encontra-se menos concentrada nessa região do que nas eleições de 1974 a 1990.

⁷ Esse índice é calculado somando a média da porcentagem de votos que o deputado conseguiu em cada eleição nos municípios no Inhamuns, municípios apenas inclusos caso tenham ficado na lista dos dez primeiros municípios onde o deputado foi mais votado. Essas porcentagens encontram-se no capítulo II, nas tabelas 1 e 2 e na linha “Total de votos nos municípios do Inhamuns”. Esse índice não levou em consideração as eleições de 1974 pelo fato de não conter a lista dos dez primeiros municípios onde Antônio Câmara foi mais votado.

Na sequência, vem tabela listando a votação obtida por Domingos Filho e Idemar Citó nas eleições de 1994 a 2008, enfocando os municípios onde estes foram mais votados. À frente, fizemos uma análise dos indicadores.

A metodologia utilizada foi selecionar os dez primeiros municípios onde o deputado foi mais votado em cada eleição. A opção por dez municípios decorre do fato de que, somando os votos desses municípios, esses totalizavam em torno de 80% dos votos recebidos em todo o Ceará pelo deputado. Além disso, selecionar apenas os dez primeiros municípios nos permitirá uma comparação com a votação dos dois deputados anteriores, Antônio Câmara e Júlio Rêgo.

A exposição é dividida em duas partes. Na primeira, analisamos a votação dos dois deputados nos municípios do Inhamuns. Na segunda parte, examinamos a votação desses deputados nos demais municípios. Cabe observar que esses municípios são muitas vezes mostrados em apenas uma eleição em virtude de o deputado possuir ali uma votação esporádica, obtida por acordos com lideranças políticas locais (prefeitos e vereadores) ou pelo fato de o deputado ter conseguido alguma verba ou obra para o município. Na sequência, há duas tabelas com a votação dos dois deputados. Em seguida, procedemos à análise, tendo por base a votação nos dez municípios mais votados.

TABELA 3 - LISTA DOS DEZ PRIMEIROS MUNICÍPIOS ONDE DOMINGOS FILHO FOI MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES DE 1994-2006

Município	1994	1998	2002	2006
Aiuaba	308	--	--	--
Ararendá	--	1.783	2.302	2.926
Ameiroz	192	872	--	--
Boa viagem	--	2.099	2.093	5.234
Cratêus	--	--	--	2.102
Fortaleza	1.559	1.992	1.862	2.426
Icó	3.174	697	2.183	--
Independência	621	782	2.231	3.062
Lavras da Mangabeira	--	792	--	--
Novo Oriente	1.356	--	--	2.986
Parambu	1.024	4.340	4.623	7.463
Pedra Branca	--	--	2.524	3.947

COMO SE CONQUISTA E MANTÉM BASES ELEITORAIS?

José Raulino Chaves Pessoa Júnior

Quiterianópolis	2.034	1.737	4.198	5.715
Tabuleiro do Norte	--	--	2.436	--
Tauá	9.627	6.850	9.566	15.564
Úmari	180	--	--	--
Total de votos nos dez municípios	20.075 (96,38%)	21.944 (88,74%)	34.018 (77,15%)	51.425 (78,23%)
Total de votos nos municípios do Inhamuns	11.151 (53,54%)	12.062 (48,77%)	14.189 (32,18%)	23.027 (35,03%)
Total de votos do deputado no estado	20.827	24.728	44.089	65.730

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE

TABELA 4 - LISTA DOS DEZ PRIMEIROS MUNICÍPIOS ONDE IDEMAR CITÓ FOI MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES DE 1994-2006

Municípios	1994	1998	2002	2006
Aiuaba	1.697	3.099	2.896	2.952
Aratuba	--	1.074	--	--
Arneiroz	1.502	1.583	1.948	--
Cascavel	188	--	4.107	4.717
Catarina	505	2.452	2.229	--
Crateús	--	--	--	994
Eusébio	--	--	--	1.039
Fortaleza	4.458	2.562	2.670	5.786
Independência	--	808	1.177	1.733
Ipaporanga	--	--	2.806	--
Itapipoca	419	--	--	--
Maracanaú	--	--	--	1.489
Mombaça	--	3.668	--	--
Parambu	350	3.943	6.078	1.941
Paramoti	173	--	--	--
Quiterianópolis	1.497	4.147	--	1.999
Trairi	--	--	5.109	--
Tauá	7.070	5.937	9.120	7.077
Total de votos nos dez municípios	17.859 (90,53%)	29.273 (93,01%)	38.140 (80,40%)	29.727 (83,49%)
Total de votos nos municípios do Inhamuns	10.774 (54,61%)	17.014 (54,06%)	22.271 (46,94%)	11.970 (33,62%)
Total de votos do deputado no estado	19.726	31.470	47.436	35.603

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE

Consoante as ilustrações, municípios como Fortaleza, Parambu, Quiterianópolis e Tauá formam o núcleo duro da base eleitoral dos dois deputados. Em toda eleição, eles recebem uma quantidade significativa de votos nesses municípios. Cabe

ressaltar que os três últimos municípios citados formam os colégios eleitorais onde esses dois deputados mais disputam votos. Alguns municípios compõem com maior intensidade a base eleitoral desses deputados: Aiuaba, Arneiroz e Catarina compõem a base de Idemar Citó; Independência e Boa Viagem, a de Domingos Filho.

Observando os votos obtidos nos dez primeiros municípios por esses deputados, nas duas primeiras eleições, 1994 e 1998, os votos dos dois candidatos mostravam uma concentração alta⁸. Domingos Filho registrou na sua primeira votação a maior concentração de votos, pois nos dez primeiros em que obteve a maior quantidade de votos representou 96,38% do total de seus votos. Depois esse índice caiu e nas eleições de 1998 Domingos Filho exibiu uma concentração de votos menor do que a de Idemar Citó; enquanto este mostrou um percentual de 93,01%, aquele atingiu 88,74%.

Nas eleições seguintes, 2002 e 2006, as votações desses deputados têm uma concentração média, sendo que Domingos Filho registrava os menores índices de concentração, 77,15% em 2002 e 78,23% em 2006, enquanto Idemar Citó em 2002 atingiu um índice de 80,40% e em 2006, 83,49%.

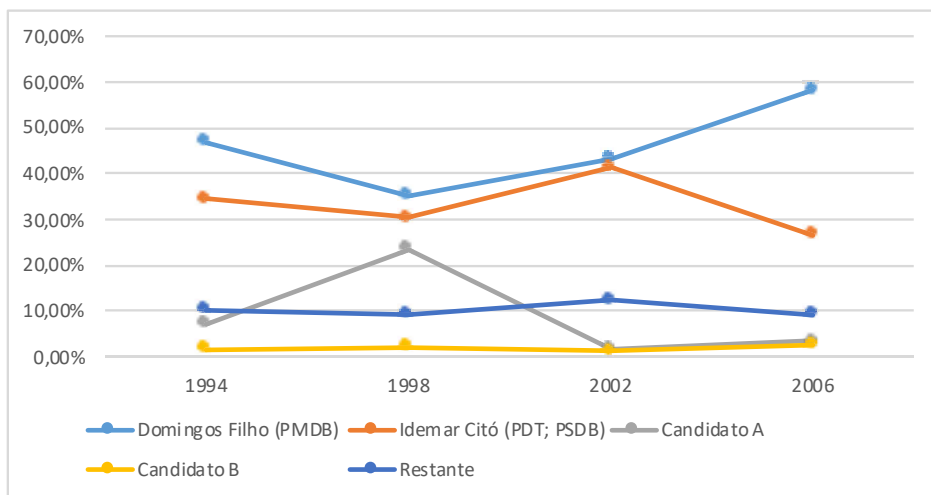
O percentual de votos concentrados no Inhamuns foi ao longo das eleições diminuindo, exceção apenas em 2006 para Domingos Filho, que apresentou um pequeno aumento de sua votação, de 32,18% em 2002 para 35,03% em 2006. A votação de Domingos Filho ficou menos concentrada em poucos municípios, o percentual de votos concentrados nos dez primeiros municípios em que ele foi mais votado foi diminuindo durante as eleições, de 96,38% em 1994 para 78,23% em 2006. Além disso, a quantidade de votos que Domingos Filho recebeu foi aumentando consideravelmente a cada eleição, pois em 1994 ele recebeu 20.827 votos e em 2006 essa quantidade passou para 65.730, sendo o terceiro deputado mais votado nessa eleição.

8 Na análise da geografia dos votos dos deputados, utilizamos as mesmas categorias de Nelson Rojas de Carvalho (2003), que utiliza quatro tipos de concentração/dispersão dos votos dos deputados: Concentração Alta (alcançam um percentual da ordem de 85% de sua votação nos dez primeiros municípios em que obtêm maior número dos votos); Concentração Média (75% nos dez primeiros municípios); Dispersão Média (60% nos dez primeiros municípios); Dispersão Alta (50% nos dez primeiros municípios).

A votação de Idemar Citó ficou também menos concentrada em poucos municípios, mas em proporção menor da amostrada por Domingos Filho. Nas eleições de 1994, Idemar Citó apresentou um percentual de 90,53% e em 2006 esse percentual diminuiu para 83,49%. A quantidade de votos de Idemar Citó também aumentou ao longo das eleições, de 19.726 em 1994 para 35.603 em 2006.

No Inhamuns, Tauá, por ser área de influência e por ser o maior colégio eleitoral da região, é o foco de constantes conflitos entre Domingos Filho e Idemar Citó. No seguinte, temos o acompanhamento da votação desses dois deputados em Tauá durante quatro eleições, de 1994 a 2006.

GRÁFICO 5 - PORCENTAGEM DE VOTOS PARA DEPUTADO ESTADUAL EM TAUÁ (1994-2006)



Fonte: Elaboração própria, com suporte nos dados do TRE-CE

Pelo Gráfico, Domingos Filho e Idemar Citó concentram a votação para deputado estadual nesse município. Essa realidade só é modificada quando o ex-prefeito Castro Castelo (PPB) candidata-se ao posto de deputado estadual em 1998, conseguindo um percentual de 23,34% dos votos válidos. Nessa eleição, tanto o percentual de Idemar Citó caiu (de 34,43% em 1994 para

30,41% em 1998) quanto o de Domingos Filho (de 48,89% para 35,09%). No depoimento abaixo, o relato do assessor de Domingos Filho, comentando as eleições de 1998 em Tauá:

Vitória mais surpreendente em Tauá. Foi vitória realmente de virada. Uma vitória comemorada como nunca teve uma comemoração de uma vitória em Tauá. Os votos que seu Castro tirou, obteve, saíram muito dele, do Domingos Filho. Por isso que se achava que o Domingos Filho seria o segundo ou terceiro mais votado. Mas não, o trabalho já da Patrícia que tinha sido candidata a prefeita de Tauá. O trabalho, a dedicação do seu grupo, dos vereadores, das lideranças, fez com que o Domingos fosse o deputado mais votado. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14-02-2011).

Os dois deputados hegemônicos em Tauá, Domingos Filho e Idemar Citó, tiveram uma soma de seus percentuais de votos nominais em torno de 80%, caindo apenas em 1998. Assim, temos os seguintes percentuais: 1994 (81,32%), 1998 (65,50%), 2002 (84,75%) e 2006 (84,73%). Cabe ressaltar que esses percentuais, nas eleições de 1994 a 2006, são menores do que os das eleições de 1978 a 1990, quando disputavam Antônio Câmara e Júlio Rêgo, que era em torno de 90%.

Existe maior competitividade nas eleições para deputado estadual em Tauá, pois cada grupo político local, para se fortalecer na arena política, procurou se desvencilhar da dependência política dos dois deputados estaduais hegemônicos em Tauá e passou a apoiar outros deputados estaduais. Essa manobra política era possível dada a menor dependência política desses grupos em relação aos deputados hegemônicos do município sob escólio. Como, por exemplo, mencionamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que em toda eleição apoiava deputados estaduais do PT e que fugia ao padrão político Domingos-Idemar.

A votação de Domingos Filho nessas quatro eleições é um pouco superior à obtida por Idemar Citó, mesmo este muitas vezes contando com o apoio do Governo estadual e do Governo municipal. O percentual de votos nominais de Domingos Filho iniciou alto em 1994 (46,89%), quando contava com o apoio do

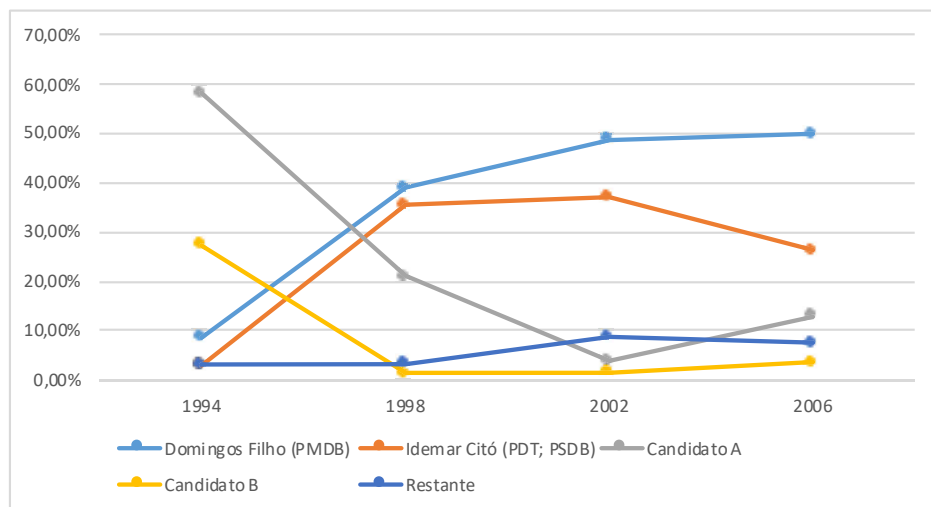
então prefeito Castro Castelo (PRN). Nas eleições de 1998 registrou uma queda (35,09%), quando não contava com o apoio do prefeito João da Luz (PDT) e tampouco com o apoio do governador Tasso Jereissati (PSDB). Nas eleições de 2002, mostrou um alto percentual (43,39%), quando então era apoiado pela prefeita Patrícia Aguiar (PMDB). Mostrou o percentual máximo de votação em Tauá nas eleições de 2006 (58,23%), quando tinha a seu favor a sua esposa e prefeita reeleita, Patrícia Aguiar (PMDB), e uma conjuntura política favorável à vitória de seu candidato ao Executivo Estadual, Cid Gomes (PSB).

A votação de Idemar Citó iniciou mediana em 1994 (34,43% dos votos válidos) e, assim como Domingos Filho, exibiu uma queda na votação em 1998 (30,41%), mas em menor proporção que este, pois contava com o apoio do prefeito João da Luz (PDT). Nas eleições de 2002, Idemar Citó conseguiu seu maior percentual em Tauá, 41,36%, quando contava com uma conjuntura política favorável à vitória de seu candidato ao Executivo Estadual, Lúcio Alcântara (PSDB). Nas eleições de 2006, não possuía um cenário político favorável, pois não contava com o apoio do Executivo Municipal e seu candidato ao Executivo Estadual, Lúcio Alcântara (PSDB), estava sendo preterido em favor de Cid Gomes (PSB). Nessa eleição, apresentou seu pior índice (26,50%), ficando inclusive na suplência.

O segundo maior colégio eleitoral do Inhamuns é Parambu, no entanto, só passou a ser palco de disputa entre Domingos Filho e Idemar Citó nas eleições de 1998. Nas eleições de 1994, os dois deputados estaduais que disputaram o domínio político no município foram Joaquim Noronha (PL) e Irineu de Carvalho (PSDB), que juntos obtiveram um total de 85,38% dos votos válidos.

Abaixo, um gráfico demonstrando a votação de Domingos Filho e Idemar Citó em Parambu nas eleições de 1994 a 2006.

GRÁFICO 6 - PORCENTAGEM DE VOTOS PARA DEPUTADO ESTADUAL EM PARAMBU (1994-2006)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-CE

Pela ilustração, a votação para deputado estadual está concentrada em dois candidatos, um apoiado pelo grupo da situação, no caso os Noronha, e o outro pela oposição. Nas eleições de 1994, um integrante do grupo político familiar dos Noronha foi candidato a deputado estadual, concentrando 58,14% dos votos válidos. Nessa eleição, apoiado pelo grupo do PMDB histórico do município e Idemar Citó por eleitores isolados.

Nas eleições seguintes, as disputas entre oposição e situação ficaram representadas nas candidaturas de Domingos Filho, apoiado pela situação, e Idemar Citó, pela oposição. Domingos Filho conseguiu o apoio dos Noronha, liderado por Neo Noronha e Genecias Noronha, nas eleições de 1998. Esse apoio foi costurado nas eleições de 1996, quando Domingos Filho apoiou a candidatura de Milene Freitas (PMDB), eleita prefeita de Parambu. Desde então, recebe a maior quantidade dos votos no município, passando de 1.024 nas eleições de 1994 para 4.340 em 1998, 4.623 em 2002 e 7.463 em 2006.

O grupo de oposição era liderado por Francisco José, que se aliou a Idemar Citó depois que o grupo dos Noronha passou a votar em Domingos Filho. É interessante observar a lógica política a que esses grupos estão submetidos: um grupo, ao apoiar o candidato, faz com que o grupo rival procure o candidato que represente a oposição “perfeita” a este. Assim, o fato de a situação apoiar Domingos Filho fez com que a oposição procurasse Idemar Citó e não outro deputado, visto que este grupo entende que Idemar Citó teria um duplo interesse nos votos desse município - um interesse advindo pelo fato de querer votos e outro pelo fato de desejar eclipsar os votos de Domingos Filho. Idemar Citó, então, teve sua votação aumentada de 350 votos em 1994 para 3.943 votos em 1998 e 6.078 em 2002.

As disputas políticas entre Domingos Filho e Idemar Citó ficaram mais evidentes nas eleições de 1996 e 2002. Nas eleições de 2006, o grupo da oposição votou em Neurami Gomes, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Idemar Citó (PSDB) teve sua votação reduzida, conseguindo apenas 1.941 votos (26,26 %), enquanto Domingos Filho expressou sua melhor votação, 7.463 votos (49,86 %)

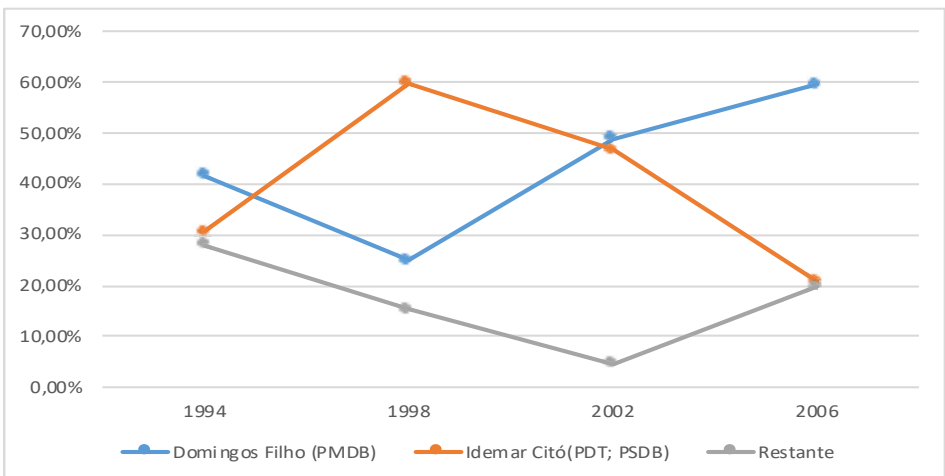
O terceiro município em que Domingos Filho e Idemar Citó mais disputavam votos era Quiterianópolis, disputa essa herdada desde os conflitos envolvendo Antônio Câmara e Júlio Rêgo. Quiterianópolis foi desmembrado do município de Independência em 1987. A emancipação do município contou com a contribuição de Antônio Câmara, que passou a ter ali grande influência política.

Nas eleições de 1994, Domingos Filho, apoiado pelo então prefeito Domingos Pedrosa (PFL), conseguiu 41,56% dos votos válidos (2.034 votos) e Idemar Citó, apoiado pelo grupo de oposição, conseguiu 30,59% (1.497 votos). Nas eleições de 1996, estimulado por Domingos Filho e tendo o apoio do então prefeito Domingos Pedrosa, Antônio Câmara candidatou-se ao cargo de prefeito, disputando com Francisco Vieira Costa (PSDB), que contava com o apoio do Governo estadual e de Idemar Citó. Antônio Câmara, comentando essa eleição, informa que:

Quando o governo sentiu que eu ia ganhar. Mande fazer pesquisa eu tinha o dobro de todos os outros juntos. Aí doutor o Tasso governador caiu dentro. Você sabe o que é o secretário dele de governo Assis Machado passar dois dias de helicóptero pingando [referência a compra de votos] distrito por distrito. “Aqui não vai ter nada...” [imitando a voz de Assis Machado] Como a tática não deu certo começaram através de uns empreiteiros a campanha da compra de voto. Aí chegava numa casa e o cara: “não vendo meu voto. Pra votar contra o Dr. Câmara eu não vendo”. “Pois faça o seguinte: não vote! Se não vota contra mas também não vota”. Eles conseguiram mais de quinhentos títulos. “Me dê o título. Só sei que você não vota se me der o título. Depois devolve”. Quinhentos tira de um lado, não repõe. Eu perdi a eleição. (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Depois dessa derrota de Antônio Câmara em Quiterianópolis, Domingos Filho teve seu patrimônio político reduzido. Nas eleições de 1998, teve apenas 25% dos votos válidos, enquanto Idemar Citó conseguiu 59,69%. No gráfico seguinte, temos um gráfico demonstrando a votação de Domingos Filho e Idemar Citó em Quiterianópolis nas eleições de 1994 a 2006.

GRÁFICO 7 - PORCENTAGEM DE VOTOS PARA DEPUTADO ESTADUAL EM QUITERIANÓPOLIS (1994-2006)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-CE

A disputa para deputado estadual, assim como em Parambu, conforme o Gráfico, também é concentrada em dois candidatos, sendo o candidato apoiado pelo prefeito o mais votado. Domingos Filho, nesse município, excetuando as eleições de 1998 pela especificidade de o prefeito ter apoiado Idemar Citó, sempre foi bem votado, conseguindo em 2002 48,93% (4.198 votos) de votos válidos e em 2006 atingindo o máximo com 59,57% (5.715 votos). Idemar Citó, no entanto, excetuando 1998, não conseguia muitos votos, registrando um percentual em torno de 40,00%.

Nos outros municípios do Inhamuns, Idemar Citó era mais votado do que Domingos Filho, sobretudo no período em que este contava com o apoio do Governo estadual (1995-2006). Em Arneiroz, era apoiado pelo grupo político dos Petrola, que continuava com o domínio político no município. Cabe ressaltar que esse grupo apoiava anteriormente Júlio Rêgo e que, quando este passou a apoiar Idemar Citó, o grupo político o acompanhou. Em Aiuaba, Idemar Citó era apoiado pelo Robésio Feitosa, uma liderança local que conseguia em média 2.800 votos para este. Domingos Filho, mesmo apoiado pelo ex-prefeito Chico Nocrato, não conseguia muitos votos.

Em Catarina, o grupo de situação, que era liderado por Frutuoso Rodrigues, apoiava anteriormente Antônio Câmara; no entanto, a partir do momento em que Antônio Câmara passou a fazer oposição ao governo Tasso Jereissati (1987-1991) e a Ciro Gomes (1991-1994), Frutuoso Rodrigues não mais acompanhou o grupo Gomes de Freitas.

Nas eleições de 1994, Frutuoso Rodrigues passou a apoiar um deputado governista, Gaspar do Vale (PSDB), de Acopiara. O grupo da oposição votou no deputado que se contrapunha a Gaspar do Vale, no caso, o deputado Ricardo Almeida (PDT), também de Acopiara.

O grupo de situação de Catarina só votou em Idemar Citó quando o então prefeito Aduino Rodrigues (1993-1996) buscava recursos e verbas no Governo estadual e foi orientado pelo secretário de governo a votar no deputado governista da região, no caso, Idemar Citó (PSDB). Leiamos o depoimento:

Nós tivemos o apoio do governador [Tasso Jereissati] praticamente no mandato do Lamartine [sucessor de Adauto Rodrigues]. Eu lembro muito bem que o candidato da oposição era o Idemar Citó e quando a gente ia atrás de conseguir projetos lá no Cambeba lá tinha um cidadão com o nome Machado e ele dizia: “Catarina... A gente tem que atender Catarina, mas tem o Citó, né”. Citó era o deputado na época muito forte. (PESSOA JÚNIOR, 2008).

Com esse “pedido”, na verdade ordem de adesão, os Rodrigues passaram a apoiar Idemar Citó (PSDB) nas eleições de 1998 e 2002. O grupo de oposição, liderado por vereadores, passaram a apoiar Domingos Filho (PMDB). Nas eleições de 1998, Idemar Citó conseguiu cerca de 52,5% dos votos válidos para deputado estadual em Catarina. Assim, Idemar Citó passou, em 1994, da cifra de 19.726 votos em todo o Estado para 31.470 em 1998.

Como observado anteriormente, o percentual de votos de Domingos Filho e Idemar Citó concentrados nos municípios do Inhamuns foi ao longo das eleições diminuindo. Isso mostra que, embora a região do Inhamuns seja expressa como principal reduto eleitoral dos dois deputados, eles foram, ao extenso das eleições, agregando mais circunscrições eleitorais. Assim, torna-se imprescindível a necessidade de acordos com lideranças de outros municípios e regiões para conseguir votos suficientes para ser eleito.

Observa-se que municípios como Lavras da Mangabeira, Tabuleiro do Norte e Umari, no caso de Domingos Filho, e Aratuba, Eusébio, Ipaporanga, Itapipoca, Maracanaú, Mombaça e Trairi, no caso de Idemar Citó, formam um conjunto de circunscrições eleitorais informais em que eventualmente esses deputados são votados. Na análise desses municípios há uma diferença entre o padrão de votação de Domingos Filho e Idemar Citó.

Domingos Filho consegue adentrar circunscrições eleitorais e aumentar seu grau de influência política nos municípios da região ao correr das eleições. Eis o caso de Ararendá. Esse município, emancipado de Nova Russas em 1990, passou a ser liderado por Vicente Mourão, que foi eleito prefeito em 1992 pelo PDS. Domingos Filho, ao ser apoiado por este nas eleições de 1998, conseguiu 1.783 votos em Ararendá e adentrou essa re-

gião, passando a ser votado nos municípios vizinhos. Nas eleições de 2002, porém, conseguiu ser votado nos municípios de Ipueiras e Tamboril por influência política de Vicente Mourão. Da mesma maneira, aconteceu em Jaguaruana nas eleições de 2006, nas quais conseguiu 1.524 votos por influência política do então vice-prefeito de Tabuleiro do Norte, Bebeto Delfino (PMDB).

Domingos Filho conseguiu votos em uma região e passou a manter vínculos com os municípios por meio de obras, verbas e assistência aos eleitores e aos líderes políticos, chegando a aumentar seu raio de influência na região. Possui um perfil político que prioriza o atendimento às bases, conseguindo aumentar consecutivamente a quantidade de votos em cada eleição. Mesmo quando foi eleito a Presidência da ALECE (2007-2010), não deixou de dar assistência à sua base política, como comenta Walney Alencar:

Mesmo ele sendo presidente da Assembleia ele sempre arranjava tempo para visitar suas bases. Eu acho que quase todos os municípios, se não todos, o Domingos mesmo sendo presidente da Assembleia ele visitou os municípios que ele representa, onde tinha prefeito, onde não tinha prefeito. Sempre ele foi presença marcante. Inaugurações de obras, o dia do município, ele recebeu título de cidadania aí no município de Tabuleiro, no município de Arneiroz, no município de Palhano. Vários municípios. Boa Viagem. (ENTREVISTA com Walney Alencar, assessor de Domingos Filho, em 14.02.2011).

Apesar de as funções de presidente da Assembleia exigir do deputado um papel mais burocrático e sua presença para presidir as sessões, Domingos Filho poucas vezes exercia esse papel. Ele desempenhava seu trabalho nos bastidores políticos, tecendo acordos com os deputados, visitando os municípios de sua base política, acompanhando o governador em vários municípios.

Já o perfil da votação de Idemar Citó é diferente. Este exhibe uma grande quantidade de votos em municípios de regiões distantes e sem conexão de uma eleição para outra. Alguns municípios são: Aratuba, localizado na microrregião de Baturité, onde, nas eleições de 1998, quando era apoiado pelo prefeito, conseguiu um total de 1.074 votos, e nas eleições de 2002, quando não possuía nenhum

apoiador, conseguiu apenas um voto; Mombaça, localizado no sertão de Senador Pompeu, onde, em 1998, conseguiu 3.668 votos e em 2002 apenas 32 votos; Ipaporanga, localizado no Sertão de Crateús, onde, em 2002, obteve 2.806 votos e em 2006 apenas cinco; Trairi, localizado no litoral Oeste do Estado, onde, em 2002, conseguiu 5.109 votos e em 2006 apenas oitenta e sete.

Nas eleições de 2006, Idemar Citó conseguiu uma quantidade significativa de votos em municípios da região metropolitana de Fortaleza, como Maracanaú, 1.489 votos, correspondendo a 4,18% dos votos obtidos pelo candidato nessa eleição; e Eusébio, 1.039 votos, correspondendo a 2,91%.

Esse perfil da votação de Idemar Citó é característico de candidatos que se articulam politicamente apenas no período eleitoral. Nesse sentido, é feito racionalmente um cálculo eleitoral e, quando o deputado percebe que falta uma quantidade específica de votos, ele se articula com lideranças locais, principalmente prefeitos, para ser votado no município. Essa articulação política exprime-se mais racional e direcionada especificamente para o período eleitoral, sem necessitar, assim, de ligações e contatos duradouros com lideranças locais.

Essa *rationale política* é diferente da de Domingos Filho, que possui um contato mais próximo e duradouro com as lideranças locais e com o município. Como comenta Walney Alencar:

O apoio do prefeito é importante, mas você tem que ter seu trabalho, se você não tiver o seu trabalho, a sua dedicação, visitar sempre o município. Você tem ir sempre no município. Sem esses elementos é difícil. Você vê as vezes que tem prefeito que vota num candidato e nem sempre ele obtêm sucesso. Se você não tiver um candidato que realmente vista a camisa e que trabalhe com dedicação é difícil. O que vence realmente a eleição é o trabalho. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14.02.2011).

O trabalho que é feito pelos assessores de Domingos Filho é o de depender o menos possível da liderança exclusiva dos prefeitos. Assim, busca-se atender às lideranças locais e dar encaminhamento às demandas, seja de verbas ou de algum encaminhamento na burocracia do Estado. Procura-se realizar um

trabalho com os eleitores e com as lideranças locais de forma que, mesmo o prefeito não apresentando uma popularidade alta ou não “vestindo a camisa do deputado”, este consiga uma votação significativa no município.

A assistência aos eleitores de Domingos Filho é percebida no depoimento de sua mãe, Mônica Aguiar, que desenvolve um trabalho de marcação de consultas médicas. Esse trabalho, intitulado de “Consultório da Amizade”, tem por objetivo marcar consultas médicas, cirurgias e outros atendimentos na área de saúde para os eleitores da base política de Domingos Filho. Isto é percebido no depoimento de Dona Mônica quando é questionada sobre o seu papel nas eleições de seu filho:

Procurando ajudar na saúde, encaminhando, arranjando consultas. Daí porquê chamam Consultório da Amizade. Porque vem uma pessoa pobre do sertão lá do Inhamuns (de Tauá, Parambu, Arneiroz, Catarina) se me procurarem o que é que eu vou fazer? Como eu convivi com o Domingos, com os amigos dele da FUSEC, do IPEC, eu ligo para os médicos amigos deles e digo: “eu quero que você me arranje ficha assim, assim para um eleitor que está vindo do sertão”, eu não digo nem eleitor “um amigo que vem do sertão e não tem condição de pagar um exame”. Porque hoje em dia é uma loucura. Você vai fazer uma tomografia, a pessoa vem, mais barata é seiscentos. E quem é que pode? Aí eu vou lá, vou ali e digo: “Amigo vamos fazer um menos, vamos ajeitar?” “Não, eu só tenho o [hospital] HGF!”. Vou para o HGF procurar um médico que esteja lá para me ajudar. Vou para o Hospital das Clínicas, sabe. Eu faço tudo isso via telefone, eu realmente não me desloco. Vou para lá aí pronto, falo com ele na ortopedia para me ajudar [...] É porque eu faço através dos amigos. Quando Domingos foi presidente do IPEC, FUSEC, ele botou, empregou muita gente. Muita gente. Deu oportunidade de trabalho, fosse enfermeira, fosse auxiliar, essas coisas, esse trabalho de atendente. Então, esse pessoal me ajuda. (ENTREVISTA com Mônica Aguiar em dezembro de 2010).

Nesse depoimento, percebemos que Domingos Filho oferece uma estrutura política aos seus eleitores de forma a estabelecer vínculos que resultam em votos. Através da construção de uma rede social tecida no período em que seu pai, Domingos Gomes, foi superintendente da FUSEC e presidente do IPEC, e que seu primo, Antônio Câmara, foi

deputado estadual e empregou vários enfermeiros e médicos nos hospitais, Domingos Filho pode acionar essa rede e conseguir exames médicos e cirurgias para seus “amigos” de forma a conseguir votos no período eleitoral. Essa rede social, sobretudo no atendimento ao “Consultório da Amizade”, é extensa e envolve várias especialidades, como explicitado por Mônica Aguiar quando questionada se ela possuía muitos “amigos” que a ajudavam:

Tenho, eu tenho. Dr. Antônio⁹ lá no Instituto Integrado de Saúde, que foi presidente do IPEC também, se eu precisar dele posso mandar lá. Eu tenho Dr. José na ortopedia, tenho Dr. João na nefrologia. A cardiologia eu tenho Dr. Francisco, Dra. Maria. Um muito bom também, que é da região de vocês [Inhamuns], o Joaquim, Dr. Joaquim, e assim vai. Dra. Antônia como mastologista. Dra. Antônia, é neta do Tio Lisboa [ex-deputado estadual], como pediatra. Sabe, aí é assim... (ENTREVISTA com Mônica Aguiar em dezembro de 2010).

A maneira como Domingos Filho e Idemar Citó atuam nas suas bases eleitorais, ao longo das eleições, foram se diferenciando. Idemar Citó prestava uma assessoria maior às lideranças políticas de sua base quando era deputado governista e quando tinha a coordenação de projetos do Governo do estado, como o Projeto São José, instalado em várias microrregiões, inclusive no Inhamuns. Domingos Filho, por outro lado, mesmo quando não era deputado governista, procurava, por meio de outros mecanismos, seja encaminhando seus pedidos aos deputados federais, seja acionando redes sociais, conseguir recursos para sua base eleitoral.

3.4 PODER LOCAL EM TAUÁ E A ATUAÇÃO DA OPOSIÇÃO POLÍTICA

O período que vai de 1992 a 2000 foi caracterizado, em Tauá, pela tentativa das lideranças locais se fortalecerem politicamente. Assim, ao ocupar o cargo de prefeito, essas lideranças procuravam eleger seu sucessor político sem buscar

9 Os nomes foram alterados para que a identidade fosse mantida.

o apoio dos dois deputados estaduais. Essa estratégia, no entanto, não logrou êxito.

Se observarmos as chapas que disputaram o posto do Executivo municipal em Tauá, verificamos que, de 1982 até 2000, foram apresentados três candidatos. Um candidato apoiado pelo deputado Antônio Câmara e depois por Domingos Filho, e o outro apoiado por Júlio Rêgo e depois por Idemar Citó. O terceiro candidato, buscando estruturar uma terceira força política no município, era formado pelo grupo da oposição.

Nas eleições de 1982 e 1988, o terceiro candidato foi recrutado de partidos que em Tauá, historicamente, faziam oposição aos deputados estaduais. Em 1982, o candidato Teobaldo Cidrão era filiado ao PMDB desde quando ainda era MDB, no período da ditadura militar. Em 1988, a candidata, Maria Genilda, era filiada ao PDT, partido que ali era apoiado pelo Sindicato dos Trabalhadores e pelos funcionários do Banco do Brasil.

As eleições municipais de 1992 a 2000 foram caracterizadas pela tentativa de formação do terceiro grupo político. Assim, todo prefeito que foi eleito nesse período, prefeito esse que possuía um capital político próprio, buscou eleger seu sucessor para que consolidasse um grupo político independente do eixo Domingos-Idemar.

Nesse período, de 1992 a 2000, existiam três líderes políticos que elegiam vereadores e que procuravam consolidar um grupo político. Essas lideranças orbitavam em torno da influência política dos deputados estaduais e procuravam em cada eleição uma manobra política eficiente que lhes garantisse a vaga de prefeito ou vice-prefeito para que, assumindo esse posto, conseguissem estruturar seu grupo. Assim, mostramos a trajetória política dos três líderes locais e suas estratégias políticas em cada eleição.

O primeiro é Pedro Pedrosa de Castro Castelo. Com atuação política no distrito de Carrapateiras, não possuía uma família com tradição política no município. Proprietário rural, buscava, por meio dos deputados estaduais e do prefeito, recursos para seu distrito e para seus moradores. Com esse trabalho, foi acumulando capital político, o que o credenciou ao ingresso na política.

Castro Castelo iniciou sua carreira política ligada ao grupo de Alberto Feitosa. Foi vereador em 1962 pela UDN. Nas eleições de 1966, foi candidato a vice-prefeito de Alberto Feitosa (ARENA), mas não foi eleito. Nas eleições de 1970, quando essa mesma chapa disputou as eleições, foi eleito vice-prefeito. Elegeu-se vereador em 1972 e 1976 pela ARENA, ligado politicamente ao grupo de Júlio Rêgo. Nas eleições de 1982, apoiado por Júlio Rêgo, foi eleito prefeito pelo PDS. Nas eleições seguintes, em 1988, apoiou ao lado de Júlio Rêgo a candidatura do fazendeiro Zé Lima pelo PMB e indicou o vice-prefeito, Agildo Pereira (PDC). Nas eleições de 1992, em articulação política com Domingos Filho, foi candidato a prefeito pelo PRN, tendo como vice Marcos Aurélio (PL), irmão daquele.

Na gestão de Castro Castelo (1993-1996), houve uma série de denúncias contra sua administração na Prefeitura. Em maio de 1994, foi afastado do cargo pela Câmara dos Vereadores, então articulada com o deputado Idemar Citó.

Em uma matéria do Diário do Nordeste intitulada “Corrupção, desvio de verbas, nepotismo, obras fantasmas ou superfaturadas: marcas da gestão Castro Castelo”, temos um relato da disputa política que estava sendo travada entre os deputados estaduais para conseguir domínio na política local em Tauá:

Em 25 de maio de 1995 mediante uma denúncia formulada pelo empresário Joaquim de Sousa Bastos (ex-prefeito - PDSB) a Câmara Municipal, Castro Castelo foi finalmente afastado das funções, pelo voto da maioria absoluta dos vereadores com o apoio do deputado Idemar Citó, por causa da aplicação irregular dos recursos do município em obras fantasmas, consumo excessivo de combustíveis, notas fiscais frias, etc. (DIÁRIO DO NORDESTE, 29 de maio de 1996, p. 12).

O acontecimento é revelador da articulação que esses deputados estaduais faziam com os líderes locais. Nesse período, Castro Castelo estava ligado politicamente ao grupo dos Gomes de Freitas, e o deputado Idemar Citó, opositor desse grupo, se articulou com um ex-aliado dos Gomes de Freitas, Sousa Bastos, com os vereadores e com membros da burocracia

do TCM e conseguiu afastar Castro Castelo. No ano de 1995, quem assumiu interinamente o cargo de prefeito foi o vice Marcos Aurélio. Posteriormente, em 1996, o presidente da Câmara dos Vereadores, Luiz Tomaz Dino, assumiu o cargo.

Na matéria ainda citada, consta que em sua primeira administração (1982 a 1988) Castro Castelo teve suas contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios, na época Conselho de Contas dos Municípios (CCM), por três anos consecutivos, o que já implicou desgaste político.

Em uma matéria¹⁰ paga publicada no O Povo, em dezembro de 1994, temos uma mensagem de Castro Castelo aos tauaenses como forma de se defender das inúmeras críticas que sua administração vinha sofrendo:

Nossa Administração nestes dois anos iniciais de um mandato livre e soberano que o povo nos confiou. Entendo que todos os tauaenses precisam tomar conhecimento dos atos de seu Gestor Municipal. Foram dois anos extremamente difíceis porque tivemos que enfrentar além dos problemas comuns a todos as administrações, como poucos recursos e falta de apoio dos governos federal, e estadual, a teimosia de alguns políticos adversários em não se conterem com o resultado do último pleito municipal, procuraram desvirtuar os rumos do nosso trabalho. Apesar disso, o nosso pensamento é continuar levando os benefícios a população, principalmente os mais humildes, os que não têm padrinho político, voz e vez. Até o último dia de mandato iremos continuar neste firme propósito.

Nessa passagem, percebemos que Castro Castelo busca prestar contas à comunidade. Logo depois desse texto assinado pelo prefeito, consta uma tabela informando os nomes das pessoas que participam da administração, os nomes dos secretários e as obras realizadas pela Prefeitura. É interessante observar a expressão “alguns políticos adversários em não se conterem com o resultado do último pleito municipal”, denúncia implícita à atuação de políticos que se articulavam para afastar o prefeito da administração. Outro aspecto a destacar é a crítica que Castro Castelo fez à ideia de apadrinhamento político, colocando-se

10 Tauá, 1994.

como um político que beneficia os pobres em detrimento dos acordos políticos.

Castro Castelo, após seu afastamento da Prefeitura, passou então a estruturar seu próprio grupo político. Assim, instalou um diretório do PPB em Tauá, conseguindo a filiação de quatro vereadores, articulou-se politicamente com o deputado federal Edson Queiroz Filho, do Partido Progressista (PP). Nas eleições de 1996, Castro Castelo apoiou a candidatura para prefeito do ex-vereador Francisco Cidrão Bezerra (PPB), candidato que conseguiu apenas 25,56% dos votos válidos, ficando em último lugar na disputa pelo Executivo municipal.

Nas eleições de 1998, Castro Castelo candidatou-se ao cargo de deputado estadual pelo PPB, mas não foi eleito. No total, conseguiu 8.246 votos, sendo 55,26% desses votos em Tauá (4.557 votos) e 23,19% em Fortaleza (1.913 votos). Nos outros municípios da região do Inhamuns, conseguiu poucos votos: 437 votos em Aiuaba, 195 votos em Arneiroz, 77 votos em Parambu, 33 votos em Catarina e 11 em Saboeiro, o que indica pouca articulação política.

Nas eleições de 2000, desta feita em articulação política com Idemar Citó (PSDB), Castro Castelo candidatou-se ao posto de prefeito pelo PPB, tendo como vice o empresário Mário Feitoza (PSDB), que era ligado ao grupo de Idemar Citó e Chiquinho Feitosa. Novamente Castro Castelo não foi eleito e, após essa derrota, retirou-se da política.

O segundo líder político a ser apresentado é José da Costa Leitão Lima, Zé Lima, técnico de Contabilidade, proprietário rural e pertencente a uma família que não possuía envolvimento com a política local.

Ligado ao grupo de Júlio Rêgo, foi por três eleições consecutivas (1966, 1970 e 1972) eleito vereador pela ARENA. Nas eleições de 1976, foi candidato a vice-prefeito de Júlio Rêgo pela ARENA, mas não foi eleito. Nas eleições de 1982, foi eleito vereador pelo PDS. Em 1988, apoiado por Júlio Rêgo, foi eleito prefeito pelo PMB¹¹, tendo como vice o então

¹¹ Com a crise política dentro do PMDB, como foi abordado no capítulo II, Tasso Jereissati fundou o PMB no Ceará para agregar seu grupo político que concorria às eleições municipais de 1988. O PMB funcionou como uma sublegenda do PMDB, utilizada

secretário de administração do prefeito Castro Castelo, Agildo Pereira Nogueira (PDC). Nas eleições de 1992, para estruturar seu grupo político, apoiou o médico João da Luz para ser seu sucessor, mas este não foi eleito. Em 1996, então fazendo parte do grupo político dos Gomes de Freitas, candidatou seu filho, Luis Quintino Leitão (PFL), para ser vice-prefeito de Patrícia Aguiar (PMDB), mas não foi eleito. Depois dessa articulação política fracassada, Zé Lima deixou de candidatar-se a cargos eletivos e passou a não mais participar da política local.

Cabe ressaltar que Zé Lima, para estruturar seu grupo político, apoiava deputados estaduais que não tinham o Inhamuns como base política. O objetivo de Zé Lima era conseguir apoio com outros políticos para que assim conseguisse organizar seu grupo, visto que os deputados hegemônicos em Tauá não o fortaleceriam ao ponto de torná-lo um chefe político independente. Zé Lima era ligado ao ex-governador Adauto Bezerra e votava nos deputados estaduais apoiados por este. Apoiou o deputado Roberto Pessoa (PFL) nas eleições de 1994 a 2002.

Por último, destacamos a trajetória política de João Antônio da Luz. Este, natural de Picos, no Estado do Piauí, estudou Medicina na Universidade Federal do Ceará e, em seguida, atuou como médico residente em hospitais de Fortaleza. Em um desses atendimentos médicos, conheceu Castro Castelo, então vereador de Tauá. Estabeleceu um contato mais próximo com a família de Castro Castelo, chegando a namorar sua filha, e foi convidado a trabalhar em Tauá.

Em 1979 passou a atuar como médico do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (Funrural), oportunidade em que visitou todo o município. Nas eleições de 1982, atuou ao lado de Castro Castelo, então candidato a prefeito pelo PDS. A atuação política de João da Luz nessa campanha e, em seguida, sua promoção como secretário de saúde na admi-

como estratégia política para abrigar políticos do interior sem condições de ingressar no PMDB. O PMB conseguiu eleger 8,9% dos 178 prefeitos no Ceará e o PMDB elegeu 33,7%, inclusive a Prefeitura de Fortaleza. O “governo das mudanças” conseguiu eleger Ciro Gomes, deputado estadual do PMDB e líder do governo na Assembleia, como prefeito de Fortaleza, substituindo Maria Luíza Fontenele do PT.

nistração de Castro Castelo (1982-1988), fizeram com que este se tornasse uma liderança política local. Nas eleições municipais de 1988, foi cotado para ser candidato a vice de Zé Lima (PMB), então apoiado por Castro Castelo, mas recusou o convite.

Nas eleições de 1992 foi indicado pelo então prefeito Zé Lima para ser seu sucessor. Apesar de não ter sido eleito, sua candidatura o fortaleceu politicamente, fazendo com que seu nome ficasse conhecido em todo o município. Nas eleições de 1996, os deputados estaduais Júlio Rêgo e Domingos Filho o procuraram para que este fosse candidato dos seus respectivos grupos políticos. Domingos Filho ofereceu o cargo de vice-prefeito e Júlio Rêgo o de prefeito. Assim, apoiado por Júlio Rêgo e Idemar Citó, João da Luz candidatou-se a prefeito pelo PDT, tendo como vice o médico e primo de Júlio Rêgo, Roney Gonçalves.

A administração de João da Luz (1997-2000), assim como a do seu antecessor Castro Castelo, foi marcada por um período de instabilidade política. Novamente, os deputados estaduais, visando poder e influência no Executivo em Tauá, passaram a recorrer a órgãos e instituições que desestabilizassem o prestígio político do prefeito que não os apoiasse.

Nas eleições de 2000, João da Luz tentou a sucessão pelo PMN, tendo como vice o seu secretário da agricultura, Bartolomeu (PT). Derrotado, não mais se candidatou a cargos eletivos, apenas apoiando a candidatura de sua esposa ao cargo de vereadora pelo PMN, Williana Bezerra, que foi eleita em 2004 e 2008.

Assim, de 1993 a 1999, houve em Tauá um período de instabilidade política em que os deputados estaduais, buscando controlar politicamente o Poder Executivo, passaram a utilizar outras armas políticas. Houve, assim, um período de judicialização da política em Tauá em que os deputados estaduais, recorrendo a influências políticas no TCM, denunciavam o prefeito quando este não fazia parte do seu grupo político.

Além disso, os três líderes políticos locais não conseguiram se projetar como lideranças autônomas do prestígio político dos deputados estaduais. Como foi ressaltado nas atas da Câmara Municipal de Tauá, no período de 1992 a 2000, o Executivo de Tauá não exercia um poder de agenda no Legislativo, pois

poucas foram as mensagens que o prefeito enviou para a Câmara. Na sua maioria, as mensagens à Câmara Municipal eram enviadas pelos deputados estaduais hegemônicos em Tauá, que solicitavam aos vereadores a aprovação de alguma obra conseguida pelos deputados.

Assim, como o município possui escasso recurso financeiro e grande parte deste está comprometida com o pagamento da máquina administrativa que consome a maior parcela do orçamento do município, resta apenas aos convênios e às transferências de recursos federais e estaduais a função de custear os investimentos no município. Considerando que esses convênios e recursos são obtidos por via de articulação dos políticos, os deputados, que ocupam posições estratégicas na rede política, tornam um elo para que os prefeitos busquem esses recursos no Estado. Resta, assim, pouca margem de manobra para os prefeitos conseguirem recursos do Governo por articulação própria e não por influência de algum deputado.

Ser prefeito de Tauá possibilita ao líder político local reduzido acúmulo de capital político próprio, pois as verbas e os recursos são obtidos por intermédio dos deputados. Assim, sem o apoio de um dos deputados estaduais hegemônicos em Tauá, não é fácil eleger-se prefeito e, mais ainda, fazer uma boa gestão.

Após a retirada política desses líderes locais, Idemar Citó se candidatou ao posto de prefeito em 2004, competindo com a então prefeita Patrícia Aguiar. Idemar Citó não foi eleito, implicando redução, ali, do seu capital político.

Após o quase aniquilamento político de Idemar Citó em Tauá, Ronaldo César Feitosa Alexandrino Cidrão assumiu a liderança da oposição no município. Ronaldo César, médico oftalmologista, possui uma família com tradição na política local. Acumulando prestígio pessoal ao oferecer serviços à comunidade, desde o atendimento gratuito em sua clínica ao fornecimento de carro para transporte de seus eleitores, Ronaldo César credencia-se para ingressar na política de Tauá

A trajetória de Ronaldo César é marcada pela passagem por vários partidos políticos, como veremos. Em 1992, apoiava a candidatura do sucessor do prefeito Zé Lima (PFL), o médico

João da Luz (PDC), e foi eleito vereador pelo PFL. Durante o seu mandato, passou a fazer parte do grupo político de Idemar Citó (PSDB), filiando-se ao PSDB, partido pelo qual foi eleito vereador em 1996, sendo inclusive indicado como secretário de saúde municipal em 1999. Em 2000, filiado ao PL, partido liderado pelo grupo político dos Gomes de Freitas, elegeu-se novamente vereador. Sendo vereador governista, foi eleito presidente da Câmara Municipal no biênio 2001-2002. Nas eleições de 2004, foi eleito novamente vereador pelo PMDB, partido da prefeita Patrícia Aguiar (PMDB). Posteriormente, após a união entre Idemar Citó e Domingos Filho, rompeu com o grupo dos Gomes de Freitas e se candidatou a prefeito em 2008 pelo PDT. Apesar de não ter sido eleito e de contar com uma aliança política reduzida¹², Ronaldo César conseguiu no total 13.887 votos (48,98% dos votos válidos) contra 17.685 de seu oponente.

Dessa maneira, a oposição ao poder político dos deputados estaduais hegemônicos em Tauá no período que vai de 1992 a 2000 é caracterizada pela representação política de lideranças locais que, ao assumirem o Poder Executivo em Tauá, buscaram estrategicamente consolidar seu grupo político, tentando, inclusive, eleger o sucessor sem o apoio político dos deputados estaduais. Pelo fato, porém, de essas lideranças locais não possuírem capital político externo ao município e por estarem divididas à cata de prestígio político, não conseguiram consolidar a terceira via na política local em Tauá.

No período posterior ao ingresso dessas lideranças locais na disputa por cargos eletivos, Idemar Citó, que estava perdendo espaço político para Domingos Filho, quis retomar seu prestígio político e se candidatou a prefeito em 2004. A derrota nessa eleição e o seu afastamento do “dia a dia do município” fizeram com que seu capital político se reduzisse ainda mais, sobretudo após o acordo político que estabeleceu com Domingos Filho em 2008. Posteriormente, quem assumiu o espaço vácuo deixado por Idemar Citó foi Ronaldo César, vereador que anteriormente era ligado a Domingos Filho.

¹² A coligação de Ronaldo César contava com quatro partidos: PPS/PDT/PR/DEM; enquanto a do seu oponente, Odilon Aguiar, contava com 14 partidos: PMDB/PSB/PSDB/PT/PRB/PCdoB/PSL/PMN/PTB/PHS/PSDC/ PV/PSC/PP.

3.5 GOVERNO ESTADUAL E A MEDIAÇÃO DOS DEPUTADOS

Estudamos aqui o modo como Domingos Filho e Idemar Citó se relacionavam com o poder estadual e de que maneira essa relação política era contabilizada em votos para esses deputados.

O período examinado, de 1994 a 2010, é caracterizado pela consolidação e posterior declínio do que se intitulou de “Era Tasso”¹³ (1986-2002). Em seguida, temos a gestão de Lúcio Alcântara (2003-2006), entendida como etapa de transição que culminou com a vitória de Cid Gomes (PSB), eleito governador em 2006 e reeleito em 2010.

Tasso Jereissati, que governou o Ceará de 1987 a 1990, foi eleito novamente governador em 1994 e reeleito em 1998. Nos dois últimos mandatos, o partido do Governador, no caso o PSDB, conseguiu eleger as maiores bancadas de deputados estaduais. Na tabela seguinte, temos o número de parlamentares eleitos pelo partido do Governador, no período de 1986 a 1998, indicando, assim, o domínio eleitoral do grupo governista conquistada nos dois últimos mandatos.

TABELA 5 - NÚMERO DE DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS NO CEARÁ PELO PMDB EM 1986 E PELO PSDB DE 1990 A 1998

Ano da eleição	Partido	Deputados Estaduais eleitos
1986	PMDB	24 - 52,2%
1990	PSDB	18 - 39,1%
1994	PSDB	20 - 43,5%
1998	PSDB	21 - 45,7%

Fonte: TRE-CE *apud* Maria Cristina Nobre (2008)

¹³ Existem variadas análises teóricas sobre a “Era Tasso”, entre elas citamos: César Barreira (1992), Maria Auxiliadora Lemenhe (1995), Josênio Parente (1989/1990, 1992, 1998, 2000a, 2000b, 2001 e 2002) e Jawdat Abu-El-Haj (2002, 2003, 2005), que abordaram o processo histórico de declínio da hegemonia dos três coronéis do exército (Adauto Bezerra, César Cals e Virgílio Távora) e a ascensão dos empresários no poder; Rejane Accioly de Carvalho (1998, 2001, 2003 e 2004), Irllys Barreira (1992, 1998 e 2002) e Glória Diógenes (2002), que examinam o uso do *marketing* nas campanhas eleitorais e os recursos simbólicos acionados para a construção do capital político desse grupo; Elza Braga (1991), Maria do Socorro Barreira (1991), Bernadete Beserra (1994), Mônica Dias Martins (2002) e Adelita Carleial (2000), que investigaram a relação desse grupo com os movimentos sociais; Linda Gondim (1994, 1998 e 2000), Liduína Costa (2003 e 2005) e Maria Cristina Nobre (1999 e 2008), que analisaram as mudanças na condução da máquina burocrática do Estado.

Consoante a ilustração, o partido que abrigava o Governador, seja Tasso Jereissati (1986-1990/1995-1998/1999-2000) ou Ciro Gomes (1991-1994), este conseguiu eleger as maiores bancadas na ALECE. Na eleição de 1986, o PMDB conseguiu sozinho mais de 50% da bancada estadual. Como foi abordado no capítulo anterior, devido ao conflito dentro do PMDB, Tasso Jereissati não contou com a maioria da bancada, pois nesse período vários políticos do PMDB, inclusive Antônio Câmara, passaram a fazer oposição a Tasso. Vale ressaltar que o maior número de deputados do PMDB em 1986 explica-se pela força deste partido na fase de transição democrática.

Nas eleições seguintes, o PSDB conseguiu eleger a maior parte da bancada. Em 1994, o PSDB, como vemos na ilustração, conseguiu eleger 20 deputados estaduais. Posteriormente, esse partido aumentou sua bancada com a adesão de dois deputados: Idemar Citó, que era filiado ao PDT há um ano, e Tomaz Rocha, que era do PMDB. Assim, a bancada do PSDB foi ampliada para 47,8%. Em matéria do O Povo¹⁴, “Idemar Citó aponta a ligação com Lúcio Alcântara para explicar” sua filiação ao PSDB.

Com essa filiação ao PSDB, Idemar Citó passou efetivamente a compor o grupo político de Tasso Jereissati. Assim, foi beneficiado por variados projetos e convênios do Estado, oportunidade em que consolidou e ampliou sua base política. Idemar Citó ocupou, inclusive, cargos na ALECE, como: segunda secretaria na Mesa Diretora (1995-1996), vice-líder do PSDB (1997-1998); vice-líder do Governo (1999-2000; 2001-2002).

No segundo governo Tasso Jereissati (1995-1998), de acordo com Washington Bonfim (2002), no âmbito econômico eram desenvolvidos projetos estruturantes, como a integração do desenvolvimento industrial, com o objetivo de levar indústrias para mais de quarenta municípios. O objetivo era desenvolver uma gestão econômica, com políticas modernas e racionais e investimento na economia do Estado, uma modernização via mercado. No âmbito político, tentou-se implantar uma administração pública aberta à penetração de mecanismos de

14 Rocha, 1995.

participação popular, por intermédio dos Conselhos de Desenvolvimento Sustentável (CDS)¹⁵.

Segundo Maria Cristina Nobre (2008), nas campanhas eleitorais de 1994 e 1998, o grupo tassista apoiou-se cada vez mais nos segmentos oligárquicos e nos clãs políticos familiares. Na perspectiva de Washington Bonfim (2002, p. 57), com a derrota eleitoral em Fortaleza nas eleições de 1992 e 1996¹⁶, setores mais conservadores do governo, localizados na Secretaria de Governo, ocupado pelo empresário Assis Machado Neto, e no gabinete do Governador, reorientaram as suas ações no sentido de consolidar o grupo, tendo como base o Estado (exceto Fortaleza), com vistas à eleição estadual de 1998.

À época, estava em vigor um programa regional de combate à pobreza rural no Nordeste, caracterizado por implantar obras de infraestrutura (eletrificação rural, construção de pequenos açudes, compras de tratores etc.). Como o autor comenta:

Assim, pelo volume de recursos envolvidos e a posição estratégica do programa no contexto da intervenção do governo estadual no interior, o Projeto São José deveria a partir dali construir-se em instrumento político de construção e consolidação de apoios das lideranças interioranas. (BONFIM, 2002, p. 58).

Com um projeto como o São José, que envolvia recursos em uma área com bastante liquidez na transformação em votos, tornou-se fácil cooptar lideranças interioranas. No Inhamuns, esse projeto foi liderado por Idemar Citó. Em matéria do Diário do Nordeste¹⁷, temos uma ideia da dimensão dos recursos que esse programa movimentava, como vemos abaixo:

15 Essa busca pela participação popular era uma exigência do Banco Mundial.

16 O candidato do PSDB à Prefeitura de Fortaleza em 1992, Assis Machado Neto, conseguiu apenas 26,22% dos votos nominiais (177.443 votos), enquanto seu oponente, Antônio Cambraia (PMDB) foi eleito com 55,37% dos votos nominiais (374.600 votos). Nas eleições de 1996, a candidata do PSDB, Maria do Perpetuo Socorro, foi apenas a terceira mais votada com um percentual de 10,37% dos votos nominiais (85.293 votos), enquanto Juraci Magalhães (PMDB) foi eleito com 63,25% dos votos nominiais (520.074 votos). Além disso, o PSDB elegeu apenas 4% dos vereadores, enquanto o PMDB elegeu 30%.

17 No jornal, a data da matéria não vinha especificada.

Aconteceu, ontem, em Tauá, a liberação de recursos do Projeto São José, que serão aplicados em fábrica de queijo, indústria de doces, rede de abastecimento d'água, num total de R\$: 103.448,00. (DIÁRIO DO NORDESTE, Projeto São José).

Assim, Idemar Citó (PSDB) consolidou seu grupo político no Inhamuns. O mesmo não aconteceu com Domingos Filho (PMDB), que não era deputado da base governista. Como comentou seu assessor:

Uma coisa é ser deputado da oposição, outra coisa é ser deputado da situação. Enquanto ele esteve na oposição ele tinha um relacionamento muito bom com os deputados estaduais, mas era difícil conseguir projetos, Projeto São José, recursos para aqueles municípios. Depois que ele passou para o governo, passou para o governo não, foi junto com Cid Gomes desde o primeiro mandato, é que ele teve mais condições de trabalho, condições de levar recursos, condições de angariar projetos para os seus municípios. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14.02.2011).

Domingos Filho tinha uma boa relação política com seus pares, sempre ocupando cargos na Mesa diretora do Parlamento estadual: foi duas vezes segundo vice-presidente, uma vez terceiro secretário e duas vezes quarto-secretário; no entanto, a obtenção de verbas estaduais por meio de projetos e emendas parlamentares era mais difícil. Por tal pretexto, Domingos Filho focou sua atuação política para conseguir eleger o Executivo de Tauá, como abordado anteriormente.

Na gestão de Lúcio Alcântara (2002-2006), Idemar Citó, pela proximidade com o Governador, angariou recursos para sua base eleitoral, realidade não acessível a Domingos Filho. Este só contou com a obtenção de recursos estaduais na gestão Cid Gomes (2005-2008). Nesse período, a atuação política de Domingos Filho se modificou, como explica seu assessor:

Trabalho bem diversificado, desde atender às lideranças que votam e que também não votam com ele, daquele trabalho hoje. Porque antes ele era oposição ao governo, sempre foi oposição. Depois da eleição de Cid Gomes aí passou um novo estilo de trabalho, como: levando os pleitos, as solicitações dos prefeitos, das lideranças, das associações comunitárias, procurando angariar recursos para aqueles municípios em que ele repre-

sentava como deputado estadual, acompanhando os prefeitos em audiências com o Governador. Foi um trabalho bem diversificado. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14.02.2011).

Nas eleições em Tauá, o candidato apoiado por Idemar Citó para o cargo de governador, que era candidato governista, sempre conseguia mais votos do que o apoiado por Domingos Filho. Nas eleições de 1994, Tasso Jereissati (PSDB), apoiado por Idemar Citó (PDT), conseguiu um total de 50,45% (11.078 votos) dos votos válidos, enquanto Juraci Magalhães (PMDB), tendo como vice um político da região, Antônio Câmara (PMDB), e sendo apoiado por Domingos Filho (PMDB), obteve apenas 44,45% (9.761 votos). Em 1998, Tasso Jereissati, sendo candidato à reeleição, conseguiu 46,27% dos votos (7.553 votos), percentual aproximado do atingido pelo candidato apoiado por Domingos Filho, Gonzaga Mota (PMDB), que conseguiu 45,10% (7.362 votos).

Em 2002, o candidato a governador apoiado por Idemar Citó (PSDB), Lúcio Alcântara (PSDB), conseguiu 54,69% dos votos (12.449 votos), percentual bem superior ao obtido pelo candidato apoiado por Domingos Filho, Wellington Landim (PSB), que logrou apenas 25,23% dos votos válidos (5.742 votos).

A escolha do nome de Lúcio Alcântara foi um indicativo do esgotamento do ciclo de poder da Era Tasso, pois esse, apesar de não ser inteiramente afinado ao projeto do CIC, era o mais viável eleitoralmente (CARVALHO, 2004).

Nas eleições de 2006, esse padrão foi modificado. Os dois candidatos mais fortes ao Governo do estado eram: Lúcio Alcântara (PSDB), então governador, e Cid Gomes (PSB), ex-deputado estadual (1991-1994; 1995-1996) e ex-prefeito de Sobral por dois mandatos consecutivos (1997-2004), elegendo, inclusive, o seu sucessor, Leônidas Cristino (PPS), em 2004. Nessa disputa, Tasso Jereissati, então senador pelo PSDB, apoiou informalmente Cid Gomes, contribuindo assim para a ascensão eleitoral deste. Além disso, Cid Gomes contava com uma coligação partidária vasta, com nove partidos ao todo¹⁸ e com o apoio do presidente Lula (PT), o que lhe rendeu êxito nessa campanha.

18 Os partidos eram: PSB, PT, PCdoB, PMDB, PRB, PP, Partido Humanista da Solidariedade (PHS), PMN e PV.

Domingos Filho, percebendo a possibilidade de ser eleito deputado governista, apoiou Cid Gomes, sendo seu principal cabo eleitoral na região do Inhamuns. Além disso, trabalhando pela eleição de Cid Gomes, Domingos Filho estaria pondo fim à influência política de Idemar Citó no Governo estadual. Nessa eleição, Cid Gomes conseguiu em Tauá 72,95% dos votos nominais (20.159 votos), enquanto Lúcio Alcântara apenas 26,21% (7.243 votos).

Domingos Filho, exprimindo uma excelente votação (65.370 votos), foi o terceiro deputado estadual mais votado em todo o Estado. Desempenhou um importante papel de angariar votos para Cid Gomes nas eleições, sendo eleito presidente da Assembleia para o biênio 2007-2008.

No cargo de presidente da Assembleia, Domingos Filho cumpriu um importante papel de articulador político de Cid Gomes no Legislativo. Domingos Filho acompanhava constantemente o governador em visitas aos municípios. Por esse papel de articulação política, Domingos Filho permaneceu no cargo no biênio seguinte (2009-2010).

O apoio político de Cid Gomes rendeu a Domingos Filho verbas e projetos para Tauá, tais como: agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), usina solar, agência do Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), aeroporto, construção de uma policlínica e de um laboratório central, posto do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), sede do Comando de Policiamento Rodoviário (CPRV) e a construção de uma pista de “skate” na praça principal da Sede.

Em matéria¹⁹ publicada no Diário do Nordeste, temos a informação de que, das cidades do interior do Ceará, Tauá foi a que firmou maior número de convênios federais em 2009, no total de 256 documentos. Esse dado demonstra o poder de barganha dos gestores e lideranças municipais na disputa por recursos e investimentos federais. Domingos Filho também conseguiu verbas e convênios com o Governo estadual.

Domingos Filho, aliado do presidente estadual do PMDB no Ceará, deputado federal Eunício Oliveira, capitalizou a indicação de sua esposa, Patrícia Gomes de Aguiar, Secretária de

19 Para mais informações ver matéria do Diário do Nordeste: Sobral (2010).

Turismo na Prefeitura de Fortaleza. Esse acordo foi costurado em uma coligação envolvendo PT-PMDB-PCB e outros partidos nas eleições municipais em Fortaleza para reeleger Luiziane Lins (PT) em 2008.

Na gestão Cid Gomes (2007-2010), Idemar Citó não teve acesso às verbas e recursos estaduais, sobretudo porque, na condição de suplente, assumiu o cargo de deputado apenas em 2008, restando para ele pouco espaço de atuação política. Em 2009, Idemar Citó se candidatou à Presidência da Federação Cearense de Futebol (FCF).

Cabe ressaltar que o interesse em disputar esse cargo não se refere apenas à influência política e à visibilidade no futebol cearense, mas ao grande volume de verbas que a entidade movimentará, sobretudo depois que Fortaleza foi anunciada entre as sedes dos jogos da Copa de 2014.

3.6 O GOVERNO FEDERAL E AS RELAÇÕES COM DEPUTADOS FEDERAIS E A MÁQUINA BUROCRÁTICA

A relação que foi estabelecida entre deputados estaduais e deputados federais no período pós-redemocratização foi modificada, sobretudo, após a Constituição de 1988, que permitia a participação do Poder Legislativo na elaboração do orçamento da União.

A participação do Legislativo na elaboração do orçamento denota um movimento cíclico, como comenta Marcos Otávio Bezerra (1999, p. 51):

Os parlamentares ora têm assegurado o direito de participar efetivamente de sua discussão e elaboração, isto é, definir onde e de que modo deverá ser aplicada parcela dos recursos públicos, ora são destituídos dessa prerrogativa.

Na Constituição de 1988, o Congresso galgou poderes na elaboração do orçamento. Criou-se a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e os parlamentares, com base no exame da proposta orçamentária do Executivo, ofereceram emendas para o orçamento da União. Os recursos utilizados para a elaboração das emendas parlamentares são oriundos de uma parcela do recurso do orçamento da União, que corresponde a uma média de 2% do total.

Com apoio nesses 2%, os parlamentares têm direito para propor suas emendas individuais e coletivas, envolvendo negociações entre os parlamentares e suas bases eleitorais. Marcos Otávio Bezerra (1999), em estudo sobre a atuação dos parlamentares orientada para a liberação de recursos federais, informa que, embora os parlamentares desempenhem uma atribuição formal - como discutir e propor leis e controlar o Poder Executivo - muitos parlamentares orientam suas ações para o atendimento de pedidos de caráter particularista (solicitação de emprego, internações hospitalares) de suas bases eleitorais.

Como foi observado no capítulo anterior, o candidato a deputado federal se articula com um grupo de candidatos a deputado estadual pertencentes a diversas regiões do Estado, estabelecendo com eles acordos políticos. Esses, conhecidos no meio político como “dobradinhas”, permitem o compartilhamento entre eles dos votos obtidos na região. Assim, forma-se uma teia em que o deputado federal consegue votos pela articulação com os deputados estaduais, estes por sua vez angariam votos por meio de prefeitos, vereadores ou lideranças das oposições no âmbito municipal. Como ressalta Ames (2003, p. 64):

[...] formam-se “dobradinhas” nas quais o candidato a deputado federal paga o material de campanha de candidatos a deputados estaduais cujas bases estão em regiões distantes. Em retribuição, o candidato à assembleia estadual pede aos eleitores que votem no seu benfeitor para Câmara Federal.

Essa relação entre deputado federal e deputado estadual é factível de ser estritamente momentânea e mercadológica, com o deputado federal financiando a campanha do deputado estadual em troca da “dobradinha” no período eleitoral, sem que sejam mantidos contatos com a região ou com o deputado.

Em outros casos, o deputado federal tem uma relação mais estreita e duradoura com os deputados estaduais, favorecendo à região e aos seus deputados emendas parlamentares. Essa rede de apoio mútuo, inclusive, se sobrepõe à própria organização partidária, pois muitas vezes essas “dobradinhas” acontecem

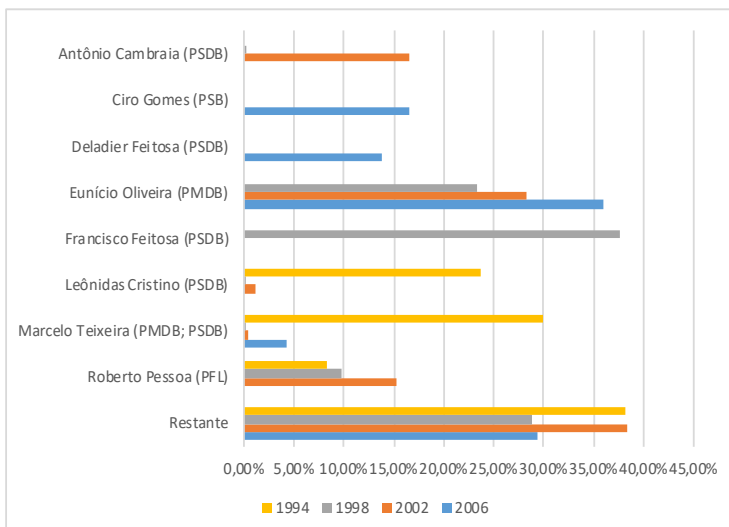
entre deputados que possuem partidos diferentes e até são de coligações distintas.

Na região do Inhamuns, durante o período de 1994 a 2006, apenas um integrante da elite política da região foi eleito deputado federal, o empresário Francisco Feitosa (Chiquinho Feitosa), em 1998.

Quanto à eleição para deputado federal, durante as quatro eleições de 1994 a 2006, assim como de 1974 a 1990, não tivemos uma continuidade na votação desses candidatos em Tauá. Apenas dois deputados federais foram votados em três eleições: Eunício Oliveira (PMDB), que foi apoiado por Domingos Filho em 1998, 2002 e 2006; e Roberto Pessoa (PFL), que foi apoiado pelo ex-prefeito Zé Lima em 1994, 1998 e 2002.

Os candidatos a deputado federal de Idemar Citó foram sempre diferentes ao longo dessas eleições, mas sempre filiados ao PSDB, mesmo quando este era ligado ao PDT: em 1994 apoiou Leônidas Cristino (PSDB); em 1998, Chiquinho Feitosa (PSDB); em 2002, Antônio Cambraia (PSDB); e em 2006, Deladier Feitosa (PSDB), como vemos no gráfico.

GRÁFICO 8 - PORCENTAGEM DE VOTOS PARA DEPUTADO FEDERAL EM TAUÁ (1994-2006)



Fonte: Elaboração própria, com suporte nos dados do TRE-CE

Observando a ilustração, vê-se que a eleição para deputado federal concentra menos votos do que a eleição para deputado estadual, isso pelo fato de os deputados estaduais serem mais próximos à população local e exercerem domínio político na região. Os deputados federais que mais concentraram votos foram Francisco Feitosa (PSDB) em 1998, pelo fato de ser natural de Tauá, conseguindo 37,66% dos votos nominais; e Eunício Oliveira (PMDB) em 2006, apoiado por Domingos Filho (PMDB), apresentando um total de 35,97% dos votos nominais. Enquanto os dois deputados federais mais votados em cada eleição apresentaram uma média de totalização de votos em torno de 52,00%, os deputados estaduais Domingos Filho e Idemar Citó, nesse período, exibiram a média de 80,00%.

Nesse gráfico, ao analisar a votação desses deputados federais ao longo das eleições de 1994 a 2006, é visto que, quando esses candidatos não recebem o apoio de alguma liderança política local, eles conseguem poucos votos no município. Nesse caso, temos a votação obtida por Leônidas Cristino: em 1994, quando era apoiado por Idemar Citó, conseguiu em Tauá 23,72% dos votos válidos; nas eleições de 2002, quando não foi apoiado por nenhuma liderança política, obteve apenas 1,18% dos votos nominais. Um caso que foge à regra é a votação obtida por Ciro Gomes (PSB) em 2006 em Tauá, pois, sem contar com o apoio de nenhum político local, conseguiu 16,56% dos votos nominais no município. Cabe ressaltar que a candidatura de Ciro Gomes segue um padrão de disputa majoritária na qual os votos são angariados em todas as regiões.

Essa votação obtida por Ciro Gomes em Tauá é atribuída ao fato de esse candidato apresentar um capital político consolidado²⁰. Além disso, Ciro Gomes é conhecido pela população local, o que faz com que consiga obter votos sem necessitar da intermediação de deputados estaduais ou lideranças locais. Cabe ressaltar que Ciro Gomes foi o segundo deputado federal com maior votação no Brasil, 667.830 votos, 17,81% dos

20 Ciro Gomes foi deputado estadual (1983-1986; 1986-1989), prefeito de Fortaleza (1989-1990), governador do Ceará (1991-1994), Ministro da Fazenda (1994-1995), candidato à Presidência da República em 1998 e 2002 pelo PPS, ministro da Integração Nacional (2003-2006) e deputado federal (2007-2010).

votos nominais no estado do Ceará, perdendo apenas para Paulo Maluf (PP), que obteve um total de 739.827 votos, 4,10% dos votos nominais no Estado de São Paulo.

As relações estabelecidas entre os deputados estaduais e os deputados federais nesse período de 1994 a 2006 estavam baseadas nas trocas de emendas parlamentares, acordos e convênios do Governo federal, via deputado federal, por votos. Matéria do Diário do Nordeste registra essa relação:

O deputado federal Roberto Pessoa participou recentemente da convenção do Partido da Frente Liberal (PFL) em Tauá. Ele anunciou a vinda de uma escola profissionalizante para o município via Governo Federal.²¹

Roberto Pessoa (PFL) foi votado no município em todas as eleições em que se candidatou à Câmara dos Deputados, sempre apoiado pelo ex-prefeito Zé Lima (PFL). Na matéria, está escrito que, ao participar da convenção do seu partido em Tauá, o deputado anunciou obras e recursos que conseguiu para o município. É como se disse: “recebo votos desse município porque consigo angariar obras e recursos para ele”.

Assim, esses deputados federais costumam retribuir aquelas lideranças locais e suas bases pelos votos obtidos, apresentando emendas parlamentares dirigidas àquelas áreas em que obtiveram resposta eleitoral.

Marcos Otávio Bezerra (1999, p. 70) observa que se essa prática é qualificada por setores intelectuais e das classes médias como tradicional e atrasada, do ponto de vista dos eleitores e das lideranças locais, ela é associada à competência do parlamentar:

E se a aprovação de emendas é uma demonstração do poder do parlamentar, a incapacidade para obter os recursos é, ao contrário, interpretados pelos prefeitos como falta de poder e “ineficiência”. A ineficiência política coincide, desse modo, com uma ineficiência em matéria orçamentária, isto é, para obter os recursos federais.

21 No jornal Diário do Nordeste pesquisado não constava a data dessa matéria.

3.7 PADRÃO DE CONQUISTA E MANUTENÇÃO DA BASE ELEITORAL

Um dos aspectos a destacar na análise da trajetória política de Domingos Filho e Idemar Citó é o peso do contexto de transição política vigentes nos âmbitos federal e estadual. Antigos dirigentes sofreram constrangimentos no cenário de redemocratização e novos sujeitos despontam e concorrem para ocupar espaço na política cearense.

Embora o processo de redemocratização tenha se iniciado em 1980, somente nos anos de 1990, e, sobretudo, após Domingos Filho e Idemar Citó assumirem os postos de deputados estaduais, é que há os reflexos da redemocratização na política em Tauá. Isso ocorre pelo fato de esses deputados, por serem neófitos na vida pública, apreenderem e sentirem com maior força as novas regras para a entrada do campo político.

Antônio Câmara e Júlio Rêgo, por serem socializados em outro processo histórico-político, tendem a aplicar as mesmas regras “tradicionais” na condução da política, que já não têm a mesma eficácia. Essa desconexão de tempo/espaço é percebida no argumento utilizado pelos dois deputados para justificarem suas desistências de disputarem cargos eletivos. O argumento utilizado é, sobretudo, a entrada de dinheiro nas campanhas eleitorais, o que encareceria a obtenção do mandato. Como comenta Antônio Câmara sobre a sua derrota nas eleições de 1996 para prefeito de Quiterianópolis:

Perdi primeiro que não ia botar meu patrimônio numa campanha. Reuni os vereadores. Eu vi que a coisa tava... Dinheiro do governo, dinheiro de empreiteiro. Eu reuni os vereadores e os candidatos aí digo: “o que vocês acham disso?” “Doutor a situação não tá boa não. Eu não tenho nada para dar e o adversário tem tudo: tem bola de arame, tem tijolo, tem tudo. Eu não tenho”. Eu digo: “o que vocês acham que a gente deve fazer? O que você calculam que precisa para a gente enfrentar isso?” “Aí cada um disse abertamente: olha eu preciso de tanto, preciso de tanto, de tanto, de tanto...”. Aí eu somei e tinha que vender ou um apartamento ou uma fazenda. Eu digo, quer saber de uma coisa: “vocês procurem outro candidato que eu tô fora”. Aí saí. Fui para minha fazenda lá no Parambu. Eles foram bater lá, dois dias, três dias depois, dizendo que era um

clamor geral no município e eu peguei a corda e voltei, mas não gastei. Eu gastava o que ganhava, eu ganhava bem, como ganho bem, tenho um salário de Procurador Federal, tenho 80% o que ganha um deputado, então com esse dinheiro eu tinha carro de som, tinha estrutura, tinha uma rádio, botei um estúdio lá em Quiterianópolis que transmitia... mas pegar o meu dinheiro, meu patrimônio que eu passei quatro anos ajeitando. Digo “eu vou perder”. Perdi. Para você ter uma idéia eu perdi em outubro e novembro fui para os Estados Unidos, levei ela [sua companheira] e passamos dois meses lá rodando para cima e para baixo. Ela, uma filha, um genro, alugamos carro, onde era mais longe a gente ia de avião... (ENTREVISTA com Antônio Câmara em 21.01.2011).

Alguns dos novos elementos estão, pois, atuantes nas campanhas eleitorais. Um deles configura os produtos e serviços que são trocados por votos. Assim, os votos estão mais “soltos” e são trocados por mercadorias ou dinheiro. Outro ponto é a predominância do poder econômico nas campanhas, pois, para “comprar” uma quantidade significativa de votos, é necessário dinheiro, geralmente obtido de empreiteiros ou ilícitamente, com desvios de recursos públicos.

O predomínio do poder econômico é explicitado por Idemar Citó, em 2008, quando assumiu o posto de deputado estadual, visto que estava como suplente. No seu discurso inaugural, Idemar Citó denunciou a compra de votos por parte de deputados estaduais. Como exemplo desse fato, mencionou o município de Catarina. O chefe político dali, Frutuoso Rodrigues, tinha um acordo político com Idemar Citó, que tinha sido votado nessa cidade nas eleições de 1998 e 2002, e esse pacto foi quebrado com a inserção do deputado e ex-prefeito de Saboeiro, Perboyre Diógenes, do Partido Social Liberal (PSL), nesse colégio eleitoral. Essa “quebra no trato”, denunciada por Idemar Citó, é relatada em matéria do Diário do Nordeste:

[...] o envolvimento do ex-prefeito de Saboeiro, Perboyre Diógenes (PSL), com aliciamento eleitoral voltou a ser sugerido na Assembleia Legislativa, numa manifestação de Idemar Citó. O primeiro vice-presidente da Assembleia relatou que Diógenes desembolsou R\$ 180 mil para obter o domínio do colégio eleitoral de Catarina (região do Inhamuns), onde o deputado atua. “Ele (Perboyre) me botou para fora de lá, chegando com R\$ 180 mil, segundo corre à boca pequena. Os líderes políticos de

lá me disseram que não queriam mais papo comigo. Não tenho esse dinheiro, mas fiz muito pelo município e continuarei andando lá”, desabafou o deputado. Diógenes foi representado no Ministério Público pelo deputado Marcelo Sobreira (PSB) como responsável por abuso de poder econômico. (DEPUTADOS, 2008).

Nessa matéria, a entrada de Perboyre Diógenes no colégio eleitoral de Idemar Citó, obtida por meio da oferta de dinheiro em troca de apoio político, fez com que este deputado perdesse o apoio das lideranças locais. Assim, o dinheiro passou a contar mais do que os constantes favores e serviços que Idemar Citó prestava a esses líderes políticos.

Com a redemocratização, houve mudanças na legislação eleitoral, como a inclusão dos votos dos analfabetos e de jovens menores de 18 anos. Por outro lado, ocorreu o predomínio de setores urbanos advindos pela reconfiguração espacial da população brasileira. O processo eleitoral se voltou para as grandes massas urbanas, que estão mais numerosas e alfabetizadas. Como comenta um assessor político:

O eleitor hoje está se tornando mais independente. O eleitor hoje ele tá procurando ver as propostas do candidato. O eleitor hoje na região é um eleitor que tem uma certa formação, na região do Inhamuns, devido a chegada da Universidade, o esclarecimento através da internet, dos meios da mídia. Então ele não tem mais aquele negócio do ‘eu só vou votar porque o meu pai vai votar, o meu avô’. Ele vota porque ele procura verificar qual a postura do candidato através da mídia, através da internet. Então ele procura na sua própria consciência valorizar o seu voto. Não é um voto ‘eu vou votar porque fulano mandou’. O eleitor hoje está percebendo aquilo que é melhor para sua cidade. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14.02.2011).

As lideranças com bases políticas nos espaços rurais se fragilizam ao perderem o controle do eleitorado que, até pouco tempo, mantinha-se cativo por via de relações pessoais e de lealdade. Tornaram-se necessárias, desde essa nova realidade, outras estratégias políticas para se obter o apoio eleitoral das grandes massas.

Dentre essas novas estratégias de produção de campanhas no interior, temos a intensificação do uso do *marketing* político

e a recorrência constante a pesquisas de opinião pública. A produção da campanha eleitoral passa, assim, por uma racionalidade, como comenta o assessor de campanha, Walney Alencar:

Montar estrutura, estrutura de comício, estrutura jurídica, montar estrutura de mobilização. Campanha tornou-se muito árdua. Campanha do dia-a-dia. Campanhas acirradas. Campanha de monitoramento, de muito trabalho. É muito difícil fazer campanha. Reunião com a equipe de trabalho. Temos equipe que cuida da parte de transportes, outra equipe que cuida da parte de mobilização, outra equipe que cuida da parte jurídica da campanha. São várias equipes que trabalham no dia a dia de uma campanha política. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14.02.2011).

Como observamos no depoimento do assessor de Domingos Filho, mesmo em um município de 50 mil habitantes, a “engenharia” de organização de uma campanha eleitoral envolve uma extensa quantidade de pessoas, uma racionalização do trabalho, com divisão de tarefas, e uma soma alta de recursos financeiros.

O *marketing* político tornou-se estratégico para captar os votos das grandes massas urbanas. Arelado a isso, temos as pesquisas eleitorais que proporcionam um cuidadoso planejamento de toda a campanha:

Ah, o *marketing* hoje é importantíssimo em uma campanha política. O *marketing* é quem dá... O bom marqueteiro é quem dá o pontapé na campanha política. É muito importante. Antigamente não existia essa questão do marqueteiro, essa questão do marketing, hoje em dia até as cores tem que ser padronizadas, os adesivos dos carros, tem que ser uma campanha realmente feita com o pensamento do marqueteiro para que a gente possa galgar um sucesso [...] Não existe uma campanha hoje sem pesquisa política, você só pode trabalhar em uma campanha se tiver uma pesquisa política para você ter um norte daquilo que você vai trabalhar [...] Campanhas mais caras. Por mais que tenha tirado a propaganda do showmício, das camisetas, as campanhas ainda são muito caras. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14.02.2011).

Assim, no tempo do domínio político de Antônio Câmara e Júlio Rêgo (1974-1994), as principais características de um líder político eram a coragem, o realismo político, o pulso forte

e o cálculo pragmático. No período em que Domingos Filho e Idemar Citó (1995-2010) atuam politicamente o *marketing* político, a utilização de estratégias racionais nas disputas eleitorais (construção do discurso do candidato, criação de sua imagem política, utilização de pesquisas de opinião pública), a atuação na mídia e a recorrência a discursos performáticos fazem parte do *habitus* político.

A política já não era tecida artesanalmente por chefes políticos, mas submetida às regras de novos profissionais da arte de produção e circulação de imagens políticas (CARVALHO, 1999).

04 ELEIÇÕES DE 2010:

ASPECTOS ATUAIS DO

DOMÍNIO POLÍTICO

Este capítulo está dividido em duas partes¹. Inicialmente, há uma análise geral das eleições de 2010 em Tauá, investigando a composição dos grupos políticos e o desempenho eleitoral dos candidatos apoiados pelos políticos locais. A análise das eleições em Tauá destaca a ascensão política de Ronaldo César e a mudança na base eleitoral de Idemar Citó, com nítida redução de votos obtidos nesse município.

Em seguida, examinamos as eleições de 2010 como um momento privilegiado para a ascensão política de Domingos Filho que, além de ser eleito vice-governador do Estado, fez com que o seu filho, Domingos Neto, fosse eleito o deputado federal mais votado do Estado, demonstrando força eleitoral.

4.1 O LUGAR DA OPOSIÇÃO E A EMERGÊNCIA DE RONALDO CÉSAR COMO LIDERANÇA POLÍTICA

Estudamos os resultados eleitorais de 2010 em Tauá, investigando o estabelecimento de acordos e a composição dos grupos políticos. Além disso, reportamo-nos à ascensão política de Ronaldo César em Tauá e ao ostracismo de Idemar Citó.

Na eleição de 2010 em Tauá, três grupos políticos se formaram: o primeiro era composto pelos Gomes de Freitas, que contava com o apoio do prefeito Odilon Aguiar (PMDB) e de toda a Câmara Municipal, no total de dez vereadores.

1 Originalmente eram três partes, sendo suprimida a seção que analisava questionários aplicados no município de Tauá. Os dados faziam parte de uma pesquisa mais ampla, intitulada “Desenvolvimento socioeconômico do Ceará: implicações relativas aos discursos e práticas sobre o desenvolvimento socioeconômico estadual”, desenvolvida pelo Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM), vinculado à Universidade Federal do Ceará.

Todos os candidatos apoiados por este grupo foram eleitos e conseguiram o maior número de votos em Tauá. O segundo grupo era composto pela liderança política de Ronaldo César (PR) e de lideranças políticas da oposição ao grupo político familiar dos Gomes de Freitas. O terceiro grupo era composto pela liderança do deputado Idemar Citó (DEM) e do empresário Chiquinho Feitosa.

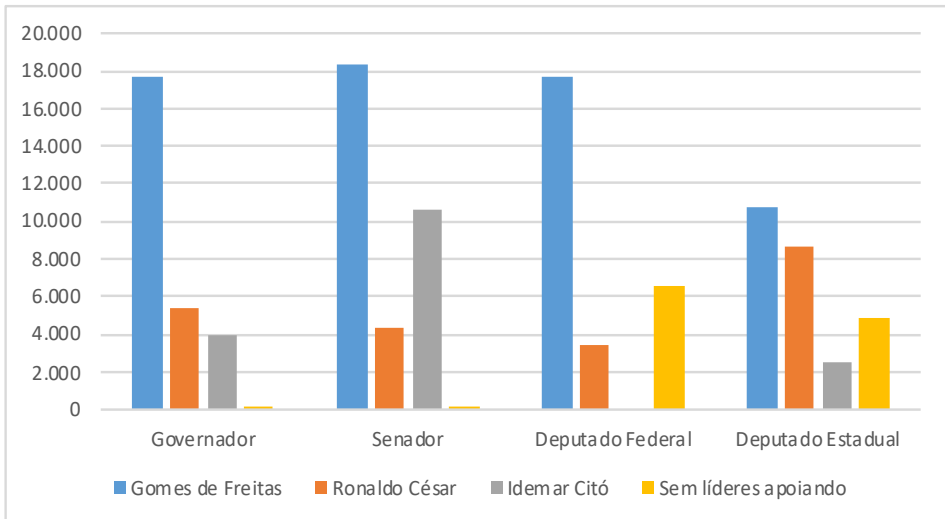
No gráfico seguinte, está a distribuição dos votos nessa eleição entre os grupos políticos. Incluiu-se a distribuição dos votos entre os grupos políticos para os cargos eletivos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual. Não foram incluídos os votos para presidente, pelo fato de essa disputa não ter envolvido as divisões políticas entre os grupos locais, pois nenhum candidato ou líder político militou a favor de outro candidato que não fosse o governista indicado pelo então presidente Lula. Os votos para esse cargo eletivo são tratados posteriormente, quando abordarmos o modo como os eleitores de Tauá avaliavam o governo Lula (2003-2010) no momento pós-eleitoral. Outra ressalva a ser feita refere-se à disputa para o Senado Federal, pois nessa eleição existiam duas vagas para o Senado, no entanto, apenas uma coligação, das que as lideranças políticas de Tauá faziam parte, apresentou dois candidatos para disputar as duas vagas.

A coligação² apoiada pelos Gomes de Freitas ofereceu os nomes de Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT); a coligação PR/PPS, apoiada por Ronaldo César (PR), apresentou apenas o nome de Alexandre Pereira (PPS); e coligação DEM/PSDB, de Idemar Citó (DEM), apresentou o nome de Tasso Jereissati (PSDB)³. Dessa maneira, incluímos os votos de apenas uma vaga para o Senado, conforme vemos abaixo:

2 Essa coligação envolvia sete partidos: PRB, PDT, PT, PMDB, PSC, PSB e PCdoB.

3 Outros partidos de esquerda apresentaram candidatos ao Senado, no entanto, nenhum deles foi apoiado por lideranças locais. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) apresentou a candidatura de Raquel Dias e de Reginaldo Ferreira, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) a de Marilene Torres e o PCB a de Benedito Oliveira.

GRÁFICO 9 - GRÁFICO DEMONSTRATIVO DOS VOTOS OBTIDOS POR PARTE DE CADA GRUPO POLÍTICO NAS ELEIÇÕES DE 2010



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-CE

Ao analisar os dados do gráfico acima, é visto que o grupo dos Gomes de Freitas conseguiu concentrar o maior número de votos para seus candidatos, sobretudo os postulantes ao Senado e ao Governo estadual.

O candidato apoiado por este grupo que menos concentrou votos foi o de deputado estadual. Já o grupo liderado pelo Ronaldo César, tendo este como candidato, conseguiu concentrar mais votos na disputa de deputado estadual.

O grupo de Idemar Citó obteve baixo percentual de votos, sobretudo se compararmos com períodos anteriores. O cargo para o qual este grupo conseguiu obter mais votos foi o de senador, mas esse valor apresentado deve-se mais à liderança política de Tasso Jereissati do que o trabalho político desempenhado por Idemar Citó nessas eleições.

Além disso, os candidatos que não possuíam apoio de lideranças locais no município conseguiam obter poucos votos. Nesses resultados eleitorais de Tauá, um fato merece destaque: os votos obtidos pelo deputado federal Genecias Noronha (PMDB). Este foi prefeito do município de Parambu

e era politicamente ligado a Domingos Filho. Genecias Noronha conseguiu se inserir em Tauá, colégio eleitoral onde Domingos Filho tem a maior concentração de votos, conseguindo 3.652 votos (11,95% dos votos nominais).

Em depoimento dado por um eleitor do município, vejamos como foi compreendida essa inserção de Genecias Noronha em Tauá:

Achei tão agressiva a forma como Genecias Noronha conseguiu votos aqui. Primeiro ninguém nem ouvia falar dele, apenas do Domingos Neto, aí depois começou a aparecer cartazes de Genecias. Era até engraçado por que a cidade tava cheia de foto de Domingos Neto e depois ao lado de cada foto dele tinha uma maior de Genecias. Soube até que ele tava pagando R\$: 50,00 só para que a pessoa deixasse pregar a foto dele na parede da casa, ele nem queria o voto não, era só pregar a foto. Acho que deu certo, ele tirou tanto voto né! (Entrevista com Isadora Mota em Novembro de 2010).

Assim, inserindo-se no município sem o apoio direto de nenhuma liderança política local, a sua campanha em Tauá foi organizada por um parente seu que pagava militantes para distribuir e colar cartazes, balançar bandeiras nas ruas e participar de carreatas na cidade.

No grupo político familiar dos Gomes de Freitas, o seu candidato a governador, Cid Gomes (PSB), que tinha Domingos Filho (PMDB) como vice, conseguiu 17.718 votos (65,15% dos votos nominais); os senadores Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT) alcançaram um percentual de votos aproximado, o primeiro com 18.966 votos (36,15%) e o segundo com 18.395 (35,06%); o deputado federal Domingos Neto (PSB) conseguiu 17.648 votos (57,74%) e a deputada estadual Patrícia Saboya (PDT) conseguiu 10.761 votos (40%⁴).

O grupo liderado pelo Ronaldo César tinha como candidato a governador Lúcio Alcântara (PR), que conseguiu 5.372 votos

4 Nos dados oficiais do TER, não constam os votos obtidos pelo Ronaldo César, isso porque este teve sua candidatura indeferida. Esse candidato obteve em Tauá 8.721 votos e esse percentual foi contabilizado como votos de legenda. Assim, nos dados do TRE constam 12.787 votos de legenda e 18.169 votos nominais, no entanto o valor real é 4.066 votos de legenda e 26.890 votos nominais.

(19,75%); o senador Alexandre Pereira (PR), que obteve 4.364 votos (8,32%); o deputado federal Mário Feitoza (PMDB), que foi candidato a vice-prefeito em Tauá nas eleições de 2000, conseguiu 3.419 votos (11,19%). Ronaldo César (PR), candidato a deputado estadual, obteve 8.721 votos (32,43%). Apesar da candidatura deste ter sido indeferida⁵, Ronaldo César conseguiu obter uma quantidade de votos expressiva em Tauá, firmando-se como líder político de destaque.

Idemar Citó, liderando um grupo político, conseguiu um percentual de votos bem menor do que o obtido historicamente no município. O seu candidato a governador, Marcos Cals (PSDB), conseguiu 3.905 votos (14,36% dos votos válidos); o senador Tasso Jereissati (PSDB), que tinha o empresário Chiquinho Feitosa (DEM) como primeiro suplente, conseguiu 10.574 votos (20,16%); E o líder do grupo, o candidato a deputado estadual Idemar Citó (DEM), conseguiu apenas 2.527 votos (9,4%). Cabe ressaltar que este grupo não tinha candidato a deputado federal definido. Nessas eleições, é notória uma mudança na base eleitoral de Idemar Citó, como vemos na ilustração abaixo:

TABELA 6 - LISTA DOS DEZ PRIMEIROS MUNICÍPIOS ONDE IDEMAR CITÓ FOI MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES DE 2010

Município	Votos nominais	% Votos obtidos
Pedra Branca	6.474	18,01%
Aracati	4.127	11,48%
Fortaleza	3.121	8,68%
Itatira	2.667	7,42%
Trairi	2.535	7,05%
Tauá	2.527	7,03%
Jucás	1.837	5,11%
Fortim	1.591	4,43%
Acopiara	1.233	3,43%
Granjeiro	1.220	3,39%
Total de votos nos dez municípios	27.332	76,03%
Total de votos nos municípios do Inhamuns	2.527	7,03%
Total de votos do deputado no Estado	35.951	100%

Fonte: Elaboração própria, com suporte nos dados do TRE-CE

5 A sua candidatura foi indeferida, pelo TER, em 05 de agosto de 2010, e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dois dias depois, por ter contas desaprovadas pelo TCM quando foi secretário de saúde de Tauá em 1999.

Nessa ilustração, listamos os primeiros dez municípios em que ele foi mais votado nas eleições de 2010, informamos a quantidade de votos obtidos no município e o percentual que esses votos representam na totalização dos seus votos no Estado.

Analisando a tabela 6 e comparando com a tabela 4 do Capítulo III, que lista os dez municípios em que Idemar Citó conseguiu mais votos nas eleições de 1994 a 2006, são divisadas alterações em sua base eleitoral. Dentre os dez municípios listados acima, apenas dois, Tauá e Trairi, faziam parte da lista do quadro 4. Além disso, lobia-se o excelente desempenho eleitoral obtido em Pedra Branca. Idemar Citó nunca conseguiu uma quantidade de votos tão significativa neste município, que faz parte da base eleitoral de Domingos Filho. Em 2010, os votos obtidos em Pedra Branca, 6.474 votos, foram responsáveis por 18,01% de sua votação.

Em Tauá, que historicamente foi responsável por uma média de 23% de sua votação, nessa eleição, representou apenas 7,03%. Outro dado: a região do Inhamuns, que ao longo das eleições anteriores foi responsável por uma média de 47,00% dos seus votos, em 2010, representou apenas 13,21%.

A mudança de base política deve-se ao fato de Idemar Citó estar desgastado politicamente depois do acordo político estabelecido com Domingos Filho em 2008. O lugar antes ocupado por Idemar Citó, como liderança que se opunha ao grupo dos Gomes de Freitas, foi assumido pelo Ronaldo César. Este assumiu o posto de oposição desde as eleições municipais de 2008 quando se candidatou a prefeito e se confirmou nas eleições de 2010, oportunidade em que se candidatou a deputado estadual.

Ronaldo César, que nas eleições de 2008 era do PDT, filiou-se ao PR para disputar as eleições de 2010. A escolha do PR deveu-se à sua estratégia de opor-se a Domingos Filho, visto que este era ligado ao então governador Cid Gomes (PSB). O PR era liderado no Ceará pelo ex-governador Lúcio Alcântara, opositor de Cid Gomes.

A candidatura de Ronaldo César foi impugnada por ter contas desaprovadas pelo Tribunal de Contas do Município, quando foi secretário de saúde municipal (1999) e presidente da

Câmara Municipal de Tauá (2001-2002). Na ilustração seguinte, está a lista dos dez primeiros municípios em que este foi mais votado, em sua maioria situados na região do Inhamuns.

TABELA 7 - LISTA DOS DEZ PRIMEIROS MUNICÍPIOS ONDE RONALDO CÉSAR FOI MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES DE 2010

Município	Votos Nominais	% Votos obtidos
Tauá	8.721	66,10%
Parambu	1.606	12,17%
Quiterianópolis	731	5,54%
Aiuaba	534	4,04%
Fortaleza	483	3,66%
Novo oriente	195	1,47%
Arneiroz	144	1,09%
Independência	126	0,95%
Mombaça	87	0,64%
Canindé	72	0,54%
Total de votos nos dez municípios	12.699	96,20%
Total de votos nos municípios do Inhamuns	11736	88,95%
Total de votos do deputado no estado	13.193	100%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TRE-CE

Ronaldo César conseguiu, então, excelente desempenho eleitoral em Tauá, 8.721 votos, representando 66,10% dos seus votos. Em Parambu, onde estava em “dobradinha” com o deputado federal Mário Feitoza (PMDB), conseguiu 1.606, percentual abaixo dos 3.000 que esperava obter. Observa-se que a região do Inhamuns foi responsável por 88,95% dos seus votos, sobretudo Tauá e Parambu.

Embora Ronaldo César tenha se constituído como a principal liderança da oposição em Tauá, não conseguiu se projetar como político de amplitude regional, não sendo eleito deputado estadual. Nas eleições de 2010, não conseguiu estabelecer acordos com nenhum prefeito ou lideranças locais nos demais municípios do Inhamuns, mostrando, assim, os limites de seu capital político.

4.2 AMPLIAÇÃO DO CAPITAL POLÍTICO E ASCENSÃO DE DOMINGOS FILHO NA ESFERA ESTADUAL

Qual a conjuntura política que tornou possível a Domingos Filho ascender na política cearense nas eleições de 2010, passando do cargo de deputado estadual com amplitude regional, para o cargo de vice-governador, com destaque estadual? Que fatores permitiram a Domingos Filho eleger para deputado federal seu filho, Domingos Neto, estudante de Direito com 22 anos de idade, que nunca tinha ocupado ou disputado cargos eletivos, como o candidato que obteve a maior votação do estado do Ceará, 246.591 no total (6,39% dos votos nominais em todo o Estado)?

Para responder a esses questionamentos, precisamos, inicialmente, analisar os acordos estabelecidos por Domingos Filho, na época à Presidência da ALECE, nas eleições municipais de 2008. Como foi explicitado no capítulo anterior, os candidatos a deputado federal se articulam antes do período eleitoral com deputados estaduais de várias regiões, que, por sua vez, estabelecem acordos com prefeitos, vereadores e lideranças políticas locais para angariar votos por meio de “dobradinhas” que ampliam sua votação em muitos municípios.

As funções desempenhadas por Domingos Filho na ALECE, sobretudo a partir da eleição em 2008, foram estratégicas para que ele se articulasse com lideranças políticas de vários municípios.

Nesse sentido, é interessante mencionar uma matéria⁶ do jornal O Povo que abordou os resultados das eleições municipais de 2008 sob a óptica dos deputados estaduais. Segundo a matéria, logo após o término das eleições municipais, os deputados estaduais comentavam o que tinham ganhado ou perdido nos apoios políticos. Os deputados Domingos Filho (PMDB), Perboyre Diógenes (PSL), José Albuquerque (PSB) e Welington Landim (PSB) foram apontados como os maiores felizardos:

É difícil encontrar um deputado estadual que reclame abertamente de ter perdido bases eleitorais. Quem não se saiu tão bem preferia calar. Já quem ganhou faz questão de citar prefeitura por prefeitura. Na

6 Deputados, 2008.

Assembleia Legislativa, o presidente Domingos Filho (PMDB) foi quem mais informou cidades onde saiu vitorioso: 11 ao todo. Isso sem contar as outras cinco em que ele não conseguiu eleger seus candidatos, mas que ficou ali um trabalho feito com a oposição. O peemedebista *lembrou de memória todas as prefeituras aliadas*. “São todos municípios em que eu já estava bem. *Não há intenção de invadir os espaços dos companheiros*”, garantiu. (Grifamos).

Na matéria, Domingos Filho citou cidades nas quais teve o prefeito como aliado: Acarape, Ararendá, Baturité, Independência, Jaguaruana, Madalena, Nova Russas, Parambu, Quiterianópolis, Tauá e Tabuleiro do Norte; e outras onde, apesar de não possuir o apoio do gestor, alcançou boa votação, como: Arneiroz, Boa Viagem, Pedra Branca e Novo Oriente.

Nessa matéria, é importante observar o emprego de duas expressões: “lembrou de memória todas as prefeituras aliadas” e “não há intenção de invadir os espaços dos companheiros” atribuídas a Domingos Filho. Quanto à primeira frase, Domingos Filho mantém um contato próximo com esses municípios, que compõem, assim, a sua base eleitoral, pois “lembrar todas as prefeituras aliadas” significa que o contato é próximo e rotineiro; contato estabelecido até mesmo em cidades onde o gestor municipal não é seu aliado político.

Na segunda frase, destaca-se o cuidado com a não invasão dos colégios eleitorais de outros deputados estaduais, comportamento que se reporta a um tópico importante da ética entre os candidatos ao Legislativo. Domingos Filho, ao não invadir nenhum colégio eleitoral de seus pares, conseguiu consolidar seu poder político e demonstrar habilidade política para angariar novas adesões de prefeitos e vereadores, sem que para isso desarticule os acordos de outros políticos. Cabe ressaltar que essa habilidade tornou-se de fundamental importância para Domingos Filho, pelo fato de este ocupar a Presidência da ALECE e necessitar manter uma relação de cordialidade com seus pares.

Embora no Brasil prevaleça o sistema proporcional de lista aberta nas eleições para a Câmara dos Deputados, tal como acontece nos legislativos das esferas estaduais e municipais, a votação é caracterizada por circunscrições eleitorais informais

em que cada deputado tem uma votação concentrada em determinados municípios ou microrregiões com as quais mantêm vínculos políticos⁷. O mercado político no Brasil, no que se refere aos municípios, é de configuração restrita, ou seja, na maioria das circunscrições, a competição se vê reduzida a alguns poucos candidatos (CARVALHO, 2003).

Dessa maneira, embora o deputado legalmente atue politicamente em qualquer região do Estado, na prática política, o deputado delimita um espaço para atuar e estabelecer acordos para a disputa eleitoral. Assim, existe um mercado político relativamente fechado e pouco competitivo em que candidatos possuem votos dominantes em determinadas regiões. A “invasão de colégios eleitorais” é malvista pelos deputados e frequentemente torna-se motivo de conflitos políticos. Domingos Filho ocupava uma posição que demandava uma postura de conciliação, ou seja, este não poderia aumentar sua votação à custa de incursões políticas em regiões consideradas de outros políticos.

Observa-se que Domingos Filho, como presidente da Assembleia, consolida e multiplica seu capital político. Além de conseguir ampliar sua base eleitoral, nas eleições municipais de 2008, logrou eleger 11 prefeituras. Esse cargo possibilitou um acúmulo de prestígio com os deputados estaduais, fato primordial para um pretendente ao cargo de deputado federal.

Domingos Filho, ao assumir um posto que lhe permitiu conceder favores e serviços aos parlamentares (indicação para comissões, passagens aéreas etc.), pode ter uma boa articulação com seus pares. Durante sua atuação como presidente da Assembleia (2007-2010), exerceu um papel menos burocrático e mais de articulação política. Passou a atuar, de modo especial, nos bastidores políticos, nas negociações e acordos com deputados, prefeitos e vereadores. Como comenta seu assessor:

A atuação do Domingos sempre foi uma política muito presente, por mais que as funções e os deveres de presidente da Assembleia ela é muito grande, ela tem um poder para comandar a mesa diretora, mas ele teve a presença marcante em vários municípios, ele sempre foi muito presente. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14.02.2011).

7 Para mais informações sobre a geografia dos votos dos deputados estaduais de Ceará durante as eleições de 2008, ver: Márcia Paula Vieira (2011).

Estabelecendo uma rede de prefeitos, vereadores e lideranças municipais, Domingos Filho passou a articular sua candidatura à Câmara Federal e a de seu filho ao posto de deputado estadual. Em virtude, porém, da articulação atuante de Domingos Filho no Governo do estado, suas bases reivindicaram que este permanecesse com atuação política no Estado, visto que poderia, assim, angariar mais recursos para os municípios. Essa rede de lideranças políticas municipais solicitou que Domingos Filho se candidatasse ao posto de deputado estadual e seu filho, Domingos Neto, ao posto de deputado federal, como comenta seu assessor:

No início ele [Domingos Filho] teve essa pretensão de ser candidato a deputado federal, mas a pedido das bases ele preferiu ser candidato a deputado estadual e lançar a candidatura de Domingos Neto a deputado federal. O Domingos Neto já vinha sendo trabalhado o nome dele para ser candidato a deputado federal. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14.02.2011).

Domingos Filho, desde as eleições de 2008, preparava todos os colégios eleitorais para ser candidato a deputado federal. Cabe ressaltar que sua base eleitoral, vendo que a atuação de Domingos Filho na Câmara Federal iria inseri-lo em uma rede de relações de poder mais distante na qual seu prestígio poderia ser reduzido, optou por pressionar para que este fosse candidato a deputado estadual.

Importante é observar que, na Câmara Federal, para que um deputado exerça domínio político e assegure que suas emendas parlamentares sejam inseridas no projeto de lei orçamentária, é importante que ele seja membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMPOF), ou seja, influente nos órgãos governamentais ou com os demais congressistas, como comenta Marcos Otávio Bezerra (1999, p. 83).

Entre os parlamentares que não são membros da CMPOF e têm interesse na elaboração do orçamento, as chances de sucesso concentram-se naqueles que ocupam posições institucionais no Congresso.

Neste caso, destacam-se o presidente e os membros das mesas do Senado e da Câmara, os presidentes e relatores das comissões parlamentares e os líderes dos partidos.

Assim, para um deputado federal neófito que não absorveu as regras do campo político estabelecidas nesse âmbito, seria mais difícil conseguir aprovar suas emendas parlamentares. Nesse caso, a ação mais corriqueira é agregar-se a um “padrinho” político que possua influência junto ao Congresso e ao Poder Executivo para que consiga aprovar suas emendas.

Na Câmara Federal, o partido possui muita influência na atuação política do parlamentar, exercendo poder sobre as nomeações nas relatorias que aprovam o orçamento⁸. O deputado que não possui articulação política no seu partido consegue aprovar poucas emendas. No Inhamuns, temos o caso de Chiquinho Feitosa, que, em 1998, foi eleito deputado federal e, por possuir pouca articulação política em seu mandato, e por achar que o cargo de deputado federal lhe dava pouca visibilidade, desistiu em 2002.

Diante do receio de que sua atuação como deputado federal lhe rendesse pouco prestígio político, visto que seria mais difícil alimentar com recursos de emendas orçamentárias sua base eleitoral, Domingos Filho desistiu de ser candidato e passou a divulgar o nome de seu filho Domingos Neto para o cargo de deputado federal, como comenta sua mãe, Mônica Aguiar:

Domingos Filho visitava os municípios, aí devido o trabalho na Assembleia ele não podia ir e mandava o Domingos Neto, para as reuniões, para os colégios dele. Domingos [Filho] ia colocar Domingos Neto para estadual, pelo menos Domingos Neto novo, fazendo Direito. Aí o povo: ‘Não, os colégios são seus. Colégio não se volta e você assuma como Deputado Federal’ Aí as pessoas vão dizer: ‘Não, esse é o colégio do Domingos Filho’. Não vai né. Aí razão que o Domingos Neto foi. Foi por isso. (ENTREVISTA com Mônica Aguiar em Dezembro de 2010).

Interessante é observar a expressão utilizada por Mônica Aguiar referindo-se às bases eleitorais de Domingos Filho: “os

⁸ Para mais informações sobre a aprovação das emendas parlamentares no Congresso, ver: Marcos Otávio Bezerra (1999), especificamente o capítulo IV da parte I.

colégios são seus” e “você assuma como deputado federal”. Essas frases indicam um caráter privado dos votos, ao implicar que o candidato, pela sua atuação parlamentar de alocar recursos às suas bases eleitorais, é “dono” desses votos. Outro ponto a ser destacado é a ênfase na ideia de “assumir” o posto de deputado federal. Domingos Filho assumiria esse posto indicando seu filho Domingos Neto, pois como “colégio não se volta”, aquele deveria ocupar este posto, já que suas bases eleitorais estavam montadas. O fato de Domingos Filho indicar seu filho como sucessor ressalta um aspecto familiar da transição de legados políticos.

A partir de então, Domingos Filho passou a divulgar a candidatura de seu filho como deputado federal. Em matéria publicada no *blog* Meu Ceará, em setembro de 2009, constata-se que Domingos Filho passou a trabalhar a candidatura do seu filho:

O presidente da Assembleia Legislativa do Ceará, deputado Domingos Filho, participa [de] mais uma inaugura[ção] no município de Quiterianópolis, no Inhamuns. No último dia 4 ele esteve no distrito de Baixio, inaugurando uma escola. No próximo sábado o deputado vai ao distrito de Cruz, onde inaugura um posto de saúde. A assessoria de comunicação da prefeitura daquele município, um dos principais redutos eleitorais de Domingos Filho, informou que o deputado vai à cidade a convite do prefeito, Chico Vieira. As informações dão conta que mais uma vez o parlamentar vai acompanhado do filho Domingos Neto. O presidente da Assembleia já anda por todo o Ceará em clima de campanha. Ele pretende lançar o filho como candidato a deputado federal no próximo ano. Segundo fontes daquela prefeitura, Domingos Neto foi muito bem recepcionado pelo povo de Quiterianópolis, após discurso que fez por ocasião da inauguração no último dia 4. (BLOG MEU CEARÁ, 23 de Setembro de 2009. Presidente da Assembleia Domingos Filho já anda em clima de campanha com o filho Domingos Neto)⁹.

Assim, é a estratégia política utilizada para a divulgação de Domingos Neto como candidato a deputado federal. Este passou a acompanhar seu pai, presidente da Assembleia, e o governador Cid Gomes, em inaugurações de obras e no

9 Disponível em: <<http://meuceara.blogspot.com/2009/09/domingos-filho-ja-anda-em-clima-de.html>>. Acesso em 05 de junho de 2011.

lançamento de projetos do Governo estadual. Essas visitas lhe possibilitavam visibilidade política e, principalmente, a de associação de sua imagem à do governador Cid Gomes.

Em seu *Twitter*, criado em junho de 2009, Domingos Neto citava a lista de municípios que visitava e as lideranças políticas que o acompanhavam. Assim, ocorreram a sua inserção na base eleitoral do seu pai, Domingos Filho, e as estratégias utilizadas para que seu nome fosse divulgado, como vemos em uma postagem feita no mês de julho de 2009:

Cheguei, enfim, a Fortaleza depois de 15 dias ininterruptos viajando pelo interior do Ceará. Um breve histórico: fui para abertura do forricó dia 8 com o *deputado Neto Nunes e o prefeito Marcos Nunes* para o renascimento do forricó. Dia 9: Fui *para Várzea Alegre com o prefeito Zé Helder e o governador Cid Gomes* para a inauguração da Urbanização da Lagoa de São Raimundo. Dia 10: Voltei para o Icó, visitei minha família, minha mãe é natural de Icó e minha avó paterna também. Dia 12: fui para *Ararendá com meu pai* visitando o *prefeito Zé Adriano, a Ex-prefeita Tânia e o líder maior Vicente Mourão*. Dia 13: Fui para *Crateús, reunião com os taxistas e topiqueiros com O Superintendente do Detran* para uma explanação sobre a nova lei. Dia 14: Fui para o *Crato*, sou criador de Santa Inês e na quarta de manhã as ovelhas já estavam em pista. Fiquei até quinta. Dia 17: Fui para *Tauá*, inauguração do Parque da Cidade, homenageando a tauaenses como a mãe do meu amigo Quintino do DER. Dia 17: nesse dia uma grande homenagem a *minha mãe, ex-prefeita* que iniciou a obra foi feita. Até *meu pai* chorou! Dia 18: Passei rapidamente por Fortaleza onde fui padrinho do casamento da minha prima Fabíola e fui para *Boa Viagem* com o amigo *Argeu Vieira*. Dia 19: Fui para a tradicional missa no *distrito de Flores* em Tauá, almocei em Boa Viagem e voltei para o show do “O Rappa” em Tauá. Dia 19: o show do “O Rappa” em Tauá foi parte do festival de Férias no Ceará do Governo do estado. Agradeço ao governador Cid e ao Bismarck. Dia 20: Fui ao *Ipu* encontrar o *prefeito Sávio Pontes* numa reunião com o pessoal da Secretaria de Saúde do município. Conseguimos um PSF¹⁰. Dia 20: No mesmo dia fui a *Santana do Acaraú* com o *Dep Rogério Aguiar e o prefeito Sabino*. A prefeitura realiza 10 dias de festa. Parabéns! Dia 21: Cheguei em casa finalmente... Deu pra cansar só de saber? Esse fim de semana tem de novo... Ainda fui pro estádio hoje. Sofrer (Domingos Neto, 22 de junho de 2009). (Grifamos)¹¹

10 Na linguagem coloquial, essa expressão faz referência à construção de um posto de saúde do Programa Saúde da Família (PSF).

11 Disponível em <http://twitter.com/#!/Domingos_Neto>. Acesso em 05 de fevereiro de 2011

Por esse depoimento, vê-se a articulação política que Domingos Neto possuía, tanto por seu pai ser deputado estadual e presidente da Assembleia, o que facilitava sua inserção no cenário político, quanto por ser governista e ter acesso direto ao governador Cid Gomes, acompanhando-o em inaugurações de obras e em lançamento de projetos. No texto acima, grifamos os nomes dos municípios e as lideranças políticas com as quais ele se encontrou, para ressaltar a articulação política com o Governador, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos e lideranças políticas. Além disso, a importância da participação em eventos sociais nos municípios como o Festival de Forró do Icó (FORRICÓ), e a Exposição Agropecuária do Crato (EXPOCRATO). A presença nesses eventos é garantia de palanques privilegiados para candidatos a deputado.

Nesse mesmo dia, 22 de setembro de 2009, Domingos Filho escreveu no *Twitter* de seu filho Domingos Neto o seguinte comentário: “*a vida pública é feita por pessoas que tenham vocação de servir, atributo que você tem de sobra. Sucesso na empreitada*”. Notamos, assim, o ritual de iniciação na política expresso no seu *Twitter*, onde seu pai confirma que o filho possui o atributo ou a “vocação de servir”, considerado necessário para o ingresso e permanência na vida pública. Assim, com as articulações políticas costuradas por Domingos Filho nas eleições municipais de 2008 e com as constantes visitas às bases políticas, Domingos Neto foi inserido no campo político, filiando-se ao PSB¹².

Em julho de 2010, na convenção para o lançamento das candidaturas para as eleições do mesmo ano, Cid Gomes anunciou em seu *Twitter* que Domingos Filho será o candidato a vice-governador.

A escolha de Domingos Filho é ainda reconhecimento que faço à inestimável colaboração que a Assembleia Legislativa cearense vem fazendo ao *momento de paz política*, dialogo plural e ampla participação de todas as forças cearenses em meu governo. É a esta articulação que

12 A filiação a este partido e não ao PMDB é compreendida pelo fato de Domingos Filho (PMDB) estar próximo a Cid Gomes (PSB) e também porque no PMDB o então deputado federal Eunício Oliveira era hegemônico, podendo eclipsar o poder de Domingos Neto. Assim, Domingos Filho, prevendo seu crescimento dentro do partido, preferiu não filiar seu filho para que não houvesse conflito com Eunício Oliveira.

atribuo os grandes avanços que nosso Estado vem experimentando ao longo dos últimos anos. (CID GOMES, 27 de junho de 2010)¹³.

A escolha de Domingos Filho ao posto de vice-governador feita por Cid Gomes deve-se ao fato daquele ter possibilitado ao governador articulação e estabilidade política na ALECE. Durante sua gestão (2007-2010), Cid Gomes enfrentou algumas tentativas de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o governo por parte de alguns deputados, sobretudo de Heitor Férrer (PDT), mas estas não foram instaladas¹⁴.

Dessa maneira, Domingos Filho ascendeu na política cearense, sendo candidato a vice-governador e tendo seu filho como candidato a deputado federal. Cabe ressaltar que muitos de seus apoiadores no âmbito municipal não sabiam que ele seria candidato a vice-governador, como ressalta seu assessor:

As caravanas que vinham do interior ainda achavam que ele era candidato a deputado estadual, mas foi escolha surpreendente, uma escolha que foi recebida com muita alegria por todas as suas bases. (ENTREVISTA com Walney Alencar em 14.02.2011).

Então, deu-se início à campanha eleitoral. No grupo Gomes de Feitas ocorreu uma divisão do trabalho político baseada no parentesco, tendo Domingos Filho como referência: Domingos Filho passou a fazer campanha majoritária, acompanhando Cid Gomes e visitando todos os municípios cearenses; Domingos Neto (filho), em articulação com os deputados estaduais com os quais fazia “dobradinha” e com lideranças municipais, passou a visitar suas bases eleitorais; Patrícia Aguiar (esposa) coordenava a campanha eleitoral em Tauá e na região do Inhamuns; vereador Marcos Aurélio (irmão) organizava as bases eleitorais em Tauá e dialogava com os vereadores; Mônica Aguiar (mãe) articulava consultas médicas nos hospitais de Fortaleza; Walney Alencar (assessor parla-

13 Disponível em <<http://twitter.com/#!/cidfgomes>>. Acesso em 22 de janeiro de 2011

14 O caso com maior repercussão foi o escândalo em 2008 em que Cid Gomes foi acusado de ter feito uma viagem durante o carnaval com jatinho fretado pelo Governo, levando sua sogra de carona. Esse frete custou R\$ 388 mil aos cofres públicos do Estado.

mentar) desempenhava um papel de técnico, organizando a estrutura da campanha em Tauá.

Maria Auxiliadora Lemenhe (1995), em pesquisa sobre o declínio do poder dos coronéis na política estadual do Ceará, expõe o poder exercido pelos “Irmãos Bezerra”, ou os “Bezerra”, e a divisão do poder no interior desse grupo político familiar. A autora informa que essa família dividia o trabalho político tendo por base o parentesco e segundo a capacidade de liderança política e empresarial, além das diferenças de gênero, de cada irmão.

Em depoimento abaixo, temos a fala de Mônica Aguiar, mãe de Domingos Filho, sobre o seu trabalho nas eleições de 2010:

Eita este ano foi mais “pesado”. Este ano em 2010 eu vou com 305 atendimentos, cada um eu faço uma ficha. Eu tenho a ficha de cada um, para onde estou mandando, qual o médico que foi feito pedido, como eu pude ajudar, sabe. (ENTREVISTA com Mônica Aguiar em Dezembro de 2010).

Assim, existem uma racionalidade e um cálculo na condução da campanha política, em que cada integrante do grupo tem um papel delimitado. Mônica Aguiar tinha um controle das consultas médicas que conseguiu marcar, usando, inclusive, uma ficha com dados de cada paciente.

Com uma estrutura bem equipada, contando com uma equipe de marqueteiros, publicitários, jornalistas, advogados, organizadores de eventos etc., este grupo político consolidou e ampliou seu patrimônio político, fazendo com que Domingos Neto fosse o deputado federal mais votado no Estado - além de Domingos Filho ser eleito vice-governador.

Na ilustração abaixo, temos a lista de municípios onde Domingos Neto recebeu mais de 1.000 votos. Essa delimitação da quantidade de votos é importante para se note quais municípios integraram a base política deste deputado. Além disso, constam o nome da liderança política que o apoiou no município, a profissão e o partido ao qual é filiado. Também temos a lista dos deputados estaduais com os quais fez “dobradinha”.

Nessa ilustração, há um número de cinquenta e um municípios que totaliza 228.075 votos, representando 92,49%

do total de votos obtidos pelo deputado no Estado. Nesses municípios, Domingos Neto concentrou uma maior porcentagem dos votos nominais em Aiuaba (69,82%), Tauá (57,74%), Quiterianópolis (56,77) e Ararendá (51,44%). Em média, apresentou uma concentração dos votos nominais em torno de 26,20%.

TABELA 8 - LISTA DE MUNICÍPIOS ONDE DOMINGOS NETO APRESENTOU UM DESEMPENHO ELEITORAL ACIMA DE MIL VOTOS

Município	Votos Nominais	% votos nominais	Apoio no município: cargo, nome e partido	Deputado estadual que fez “dobradinha”
Fortaleza	26.572	2,49%	Dep. Fernando Hugo (PSDB); Dep. Stanley Leão (PTC); Ver. Ant. Henrique (PTN);	Fernando Hugo (PSDB); Stanley Leão (PTC);
Tauá	17.648	57,74%	Dep. Domingos Filho (PMDB)	Patrícia Saboya (PDT)
Camocim	11.114	35,04%	Dep. Sérgio Aguiar (PSB)	Sérgio Aguiar (PSB)
Icó	9.902	33,21%	Pref. Marcos Nunes (PMDB); Dep. Neto Nunes (PMDB);	Neto Nunes (PMDB)
Morada Nova	9.319	26,26%	Pref. Gláuber Castro (PMDB); Dep. Manuel de Castro (PMDB);	-
Crateús	7.707	24,30%	Ex-Pref. José Almir (PMDB); Dep. Nenen Coelho (PSDB); Antônio dos Santos; Grupo de Moacir Soares; Vereadores do DEM	Nenen Coelho (PSDB)
Aquiraz	7.609	25,33%	Pref. Edson Sá (PMDB)	Mauro Filho (PSB)
Várzea Alegre	7.479	39,64%	Pref. José Helder (PMDB)	Jose Sarto (PSB)
Ipu	6.707	28,88%	Pref. Sávio Pontes (PMDB)	Sérgio Aguiar (PSB)
Boa Viagem	6.651	28,25%	Grupo de Ageu Vieira	Osmar Baquit (PSDB)
Aracati	6.584	19,76%	Pref. Expedito Ferreira (PMDB)	Idemar Citó (DEM)
Pedra Branca	6.563	34,47%	Ex-Pref. Chico Ernesto; Pedro Paraibano	Patrícia Saboya (PDT); Roberto Cláudio (PSB)
Independência	5.620	43,83%	Pref. Valdi Coutinho (PMDB)	Tim Gomes (PHS)
Mombaça	5.447	29,63%	Ex-Pref. Valdomiro Távora; Ex-Pref. Nelson Benevides	Teo Menezes (PSDB); Zezinho Albuquerque (PSB)
Quiterianópolis	5.293	56,77%	Pref. Chico Vieira (PMDB); Vice Domingos Pedrosa (PSB)	Wellington Landim (PSB)
Quixadá	5.167	14,92%	Dep. Osmar Baquit (PSDB)	Osmar Baquite (PSDB)
Aiuaba	4.539	69,82%	Pref. Ramilson Araujo (PSDB)	Cineval Roque (PSB)
Orós	4.387	38,79%	Moreira	Neto Nunes (PMDB)
Canindé	3.958	11,83%	Empresário Zé Neto	<i>Nenhum definido</i>
Nova Russas	3.408	26,39%	Pref. Marcos Alberto (PSC)	Vanderley Pedrosa (PTB)
Ocara	3.345	23,41%	Amir	Julio César Filho (PTN)
Morrinhos	3.332	32,46%	Ex-Pref. Airton Bruno	Rogério Aguiar (PSDB)
Trairi	3.140	12,99%	Ex-Pref. Henrique Mauro	Idemar Citó (DEM)
Novo Oriente	2.928	26,11%	Grupo Neto Vidal	Tim Gomes (PHS)
Maracanaú	2.885	3,03%	Ex-dep. Julio César	Julio César Filho (PTN)
Chaval	2.860	45,88%	Pref. Janina Pacheco (PDT)	Osmar Baquite (PSDB)
Jaguaribe	2.752	15,92%	Franklin; Ex-Pref. José Távora	Mauro Filho (PSB)
Aracoiaba	2.712	18,19%	Sérgio Silvestre	Mauro Filho (PSB)

COMO SE CONQUISTA E MANTÉM BASES ELEITORAIS?

José Raulino Chaves Pessoa Júnior

Aracoiaba	2.712	18,19%	Sérgio Silvestre	Mauro Filho (PSB)
Ararendá	2.659	51,44%	Ex-Pref. Vicente Mourão; Ex-Pref. Tânia Mourão; Pref. José Adriano (PSB)	Patrícia Saboya (PDT)
Tejuçuoca	2.585	26,99%	Ex-Pref. João Mota	João Jaime (PSDB)
Baturité	2.505	15,00%	Pref. Silvana Vasconcelos (PSDB)	Osmar Baquit (PSDB)
Barroquinha	2.423	33,34%	Ex-Pref. Jaime Veras	Sérgio Aguiar (PSB)
Tamboril	2.392	19,15%	Ex-Pref. Chico Timbó	Teo Menezes (PSDB)
Madalena	2.172	26,04%	Pref. Wilson de Pinho (PMDB)	Camilo Santana (PT)
Amontada	2.160	11,42%	Ex-Pref.	Zezinho Albuquerque (PSB)
Acarape	2.030	28,03%	Pref. Acélio Paulino (PMDB)	Roberto Cláudio (PSB)
Pereiro	2.027	26,44%	Ex-Pref. Antônio Ney	Paulo Duarte (DEM)
Quixeré	1.898	18,00%	Empresário Bessa	Mauro Filho (PSB)
Russas	1.897	5,78%	Ex-Pref. Weber Araújo	-
São Luís do Curu	1.796	24,75%	Pref. Josélia Moura (PSDB)	José Sarto (PSB)
Palhano	1.779	32,29%	Pref. Nilson Freitas (PSDB)	Osmar Baquit (PSDB)
Santana do Acaraú	1.738	10,98%	Parte do Grupo do Pref. José Maria Sabino (PMDB)	Rogério Aguiar (PSDB)
Guaraciaba do Norte	1.736	10,92%	Cefas Melo (filho do ex-dep. José Maria Melo Sefes)	Vanderley Pedrosa (PTB)
Eusébio	1.693	8,75%	Médico e candidato a dep. Eugênio Ferreira (PSDC); Ex-Pref. Edson Sá; Acilon Gonçalves (PSB)	Eugênio Ferreira (PSDC)
Arneiroz	1.570	38,04%	Ex-Pref. Ney Petrola; Dr. Acácio	Sineval Roque (PSB); Patrícia Saboya (PDT)
Pacatuba	1.519	5,38%	Dep. Stanley Leão (PTC)	Stanley Leão (PTC)
Catarina	1.508	29,91%	Ver. Lourival Chaves (PRB); Ver. Evandro Pedrosa (PRB); Ver. Reginaldo Gomes (PV);	Perboayre Diógenes (PSL)
Ererê	1.122	35,61%	Ex-Pref. Zé Ranildo	Osmar Baquit (PSDB)
Moraújo	1.111	25,80%	Pref. Jurandi Fonteles (PSB)	Osmar Baquit (PSDB)
Choró	1.076	15,81%	Ex-Pref. Otácio Dantas; Iraci Dantas	Teo Menezes (PSDB)
Caridade	1.051	11,01%	Empresário Carlão	-
Total de votos nos 51 municípios	228.075	-	-	-

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do TRE-CE e de entrevista com Walney Alencar

Observando a ilustração, entre os deputados estaduais com os quais Domingos Neto fez dobradinha, constam 12 partidos, muitos dos quais não faziam parte da coligação majoritária¹⁵.

15 A coligação majoritária era composta dos seguintes partidos: PRB, PDT, PT, PMDB, PSC, PSB e PCdoB. Na coligação proporcional para deputados federais foram compostos dois blocos: PRB, PDT, PT, PMDB, PSC, PSB e PCdoB; PP, PTB, PSL, PTN, PHS, PMN, Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB) e Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). Na coligação proporcional para deputados estaduais seis blocos foram formados: PRB, PT, PMDB, PSB; PP, PTB, PSL e PHS; PTN, PRTB, PTdoB; PSC e PCdoB; PMN; PDT.

O PSB, partido ao qual é filiado, foi aquele com o qual mais estabeleceu dobradinhas com deputados estaduais, sete no total. Da coligação, temos ainda o PDT, PMDB, PT, PHS, PTB, PSL e o Partido Trabalhista Nacional (PTN), cada partido com um deputado. Dentre os partidos que não faziam parte da coligação, o PSDB com seis deputados, DEM com dois deputados, PTC e Partido Social Democrata Cristão (PSDC), os dois com um deputado.

Segundo Rejane Accioly de Carvalho (2003), nos acordos estabelecidos entre deputados federais e seus apoiadores (deputados estaduais, prefeitos, vereadores e lideranças locais) prevalecem as redes de patronagem e clientela para forjar alianças políticas. O que explica a razão do apoio de tantos deputados estaduais e prefeitos de partidos que não compunham a coligação da qual Domingos Neto fazia parte.

Dentre a lista de apoiadores de Domingos Neto nos municípios, incluíam-se muitos prefeitos e ex-prefeitos, além dos deputados e ex-deputados estaduais. No seu *Twitter*, Domingos Neto fazia constantes referências a essas lideranças, o que indica uma proximidade com elas. Ante o desempenho eleitoral de Domingos Neto nas eleições de 2010, em sua primeira experiência como candidato, gerou-se uma série de questionamentos sobre sua capacidade política pessoal. Um caso é citado por sua avó, Mônica Aguiar:

Eu fui à Jerusalém para uma excursão religiosa. E quando eu tava no vôo internacional dois senhores conversando, conversando e eu na minha. Quando a gente vai em excursão todos vão de crachá, depois o Senhor olhou para mim e disse: 'Mônica Aguiar'. 'Exatamente.' 'Aguiar de onde?' Eu disse: 'De Tauá'. Aí ele disse assim: 'Ah! Eu tenho um comércio em Tauá', aí disse o nome. E aí eu fiquei na minha. Aí ele disse assim: 'A Senhora é Aguiar?' Eu disse: 'Sou Aguiar porque sou casada com Domingos Aguiar, sou Moreira de Icó'. Aí ele disse: 'E o Domingos Filho? Como a Senhora explica esse fenômeno 4040 [número do Domingos Neto na urna]?' Eu disse: 'O Senhor é o que mesmo?' Aí ele disse: 'Eu sou administrador'. 'Seu filho é o quê?' 'Fazendo administração'. Eu disse: 'pois você chegou ao ponto. Quando o negócio é sério o filho sempre segue as pegadas do pai. Foi o que aconteceu. Domingos Neto foi criado dentro da política. Morou comigo porque o pai viajava e a Patrícia em

Tauá e os filhos deles comigo[...] Domingos Neto foi aluno do colégio militar, logo tem disciplina. Domingos Neto quando aluno do colégio militar [...] foi olhar a seca do Inhamuns, foi com a equipe do colégio. Aí tem a entrevista com os agricultores lá do Carrapateira, que onde tem a seca maior. Tem Domingos Neto entrevistando o secretário, ele tinha doze anos na época. Então ele sempre viveu cada etapa da cidade que a mãe era Prefeita e que o pai era Deputado. A vida toda. Então Domingos Neto não caiu de pára-quadras não. É um fenômeno é, mas é de trabalho.’ (ENTREVISTA com Mônica Aguiar em Dezembro de 2010).

Vê-se, pois, como foi avaliado o desempenho eleitoral de Domingos Neto. Cabe ressaltar que, ao referir-se à quantidade de votos de Domingos Neto, o interlocutor de Mônica Aguiar questionou sobre o desempenho eleitoral de Domingos Filho e não de Domingos Neto. Esta, ao responder ao questionamento, evoca a tradição política da família e a transmissão da “vocaçãõ” política de pai para filho, afirmando que “quando o negócio é sério o filho segue as pegadas do pai”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a trajetória política dos quatro deputados estaduais, vimos que as estratégias políticas utilizadas pelos deputados que atuaram no mesmo período histórico, praticamente, não se alteravam de um deputado para outro. O distinto modo de atuação política se dava mais em razão da temporalidade política do que pelo pertencimento a grupos políticos diferentes. Assim, a estratégia de conquista e manutenção do poder assumida pelo deputado em um determinado tempo era logo “copiada” pelo deputado adversário.

Embora existissem diferenças entre a atuação política de cada deputado, resultante de idiosincrasias ou do pertencimento a grupos políticos específicos, as estratégias políticas eram semelhantes.

Foram divisadas diferenças marcantes no campo político entre o primeiro período, em que Antônio Câmara e Júlio Rêgo eram líderes políticos (1974-1995), e o segundo, no qual Domingos Filho e Idemar Citó (1995-2010) eram as referências políticas. Nesse sentido, analisaremos alguns aspectos desses dois períodos históricos.

Quanto ao *recrutamento político* desses deputados, o ensino superior, atrelado ao exercício profissional, aparece como requisito decisivo para o ingresso na política. No primeiro momento, predominava a profissão de médico, no caso de Júlio Rêgo. Essa atividade não era apenas profissional, mas, sobretudo, política, já que a atuação em hospitais públicos e outras instituições de saúde funcionava como um trampolim para o ingresso na vida pública. Posteriormente, com o predomínio de programas sociais¹⁶ que ampliaram o número de médicos para o município de Tauá e a rotatividade entre eles, essa atividade teve o seu potencial político reduzido.

No segundo momento, a atividade empresarial, no caso de Idemar Cító, passou a desempenhar um papel importante no recrutamento político; sobretudo porque, desde as eleições de 1986, com a vitória de Tasso Jereissati, esse segmento de classe assumiu protagonismo na condução do Governo estadual.

No caso da análise do recrutamento de Antônio Câmara e Domingos Filho, embora a profissão de advogado tenha contribuído para o acesso ao poder, foram, sobretudo, os vínculos familiares que permitiram esse acesso. A família desses deputados atuou como instituição formadora de um “*habitus político*”, de um *corpus* de saberes específicos, de uma socialização política informal iniciada desde cedo. Assim, o pertencimento a famílias tradicionais no município é acionado na conquista de votos e no estabelecimento de acordos políticos, credenciando essas pessoas aos postos de líderes políticos.

Quando analisamos a disputa pelo *controle do Poder Executivo em Tauá* durante esses dois períodos, observamos que o poder local desse município é esvaziado de autoridade própria e que os recursos, meios e mecanismos para assegurar a conquista e reprodução do poder local são subordinados às instâncias de poder estadual e federal. Os recursos locais conquistados perdem eficácia, pois os mecanismos para assegurar a conquista e manutenção do poder local exigem o acesso ao poder estadual. As lutas locais são apenas

¹⁶ Cabe ressaltar a atuação do Programa Saúde da Família (PSF), implantado em 1994. Esse programa é composto por variados profissionais da área de saúde (médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas).

uma parte da disputa que se trava na esfera estadual para assegurar o controle local.

O exercício da função de prefeito possibilita ao líder político local reduzido acúmulo de capital político próprio, pois as verbas e os recursos que são primordiais para que a Prefeitura invista são obtidos por intermédio dos deputados. As obras e verbas que o município recebe, seja do Governo estadual ou do Governo federal, são obtidas por intermédio dos deputados estaduais, que possuem poder e influência política.

Assim, resta a essas lideranças locais que assumem o posto de prefeito, o reduzido capital político para manter-se no poder sem contar com o apoio dos deputados. O Poder Executivo em Tauá em face do Legislativo é restrito, pois os vereadores dependem dos recursos e verbas trazidos pelos deputados estaduais. Dessa maneira, os vereadores também são tributários dos deputados estaduais.

No primeiro momento, o Executivo em Tauá era exercido por lideranças, apoiadas por deputados, que os representavam na política local. No segundo momento, existe a configuração de dois períodos distintos. O primeiro, abrangendo as eleições de 1992 a 2000, em que os prefeitos, ao assumirem seus mandatos, ganhando as eleições pelo fato de serem apoiados por algum deputado, buscavam formar seu grupo político e, para isso, trabalhavam para eleger seus sucessores políticos. O segundo momento se dá a partir das eleições de 2000 e ainda permanece como padrão político, é aquele em que o Poder Executivo em Tauá é exercido por uma liderança política pertencente ao grupo político familiar dos Gomes de Freitas, tendo Domingos Filho como o principal representante.

Mesmo com a fragilidade do poder próprio da municipalidade, para os grupos políticos, é importante manter o acesso e o controle completo das prefeituras. Há algo no poder local que interessa ao poder estadual: os votos e a legitimidade obtida pelas urnas. Assim, cabe dar resposta a uma pergunta: para que o deputado estadual consiga obter mais votos em Tauá do que seu oponente, é mais importante contar com o apoio do prefeito ou do governador? Observando o desempenho

eleitoral desses deputados estaduais durante as quatro décadas analisadas, entendemos que, para o deputado é melhor, nesse caso, contar com o *apoio do prefeito*.

O *apoio do governador* faz diferença para que o deputado estadual amplie sua base eleitoral, obtendo votos em outras regiões do Estado. Observando a trajetória dos quatro deputados, vemos que, quando o deputado tem o apoio do governador, ele consegue se fortalecer politicamente em determinada região por ter influência no Governo do estado e por conseguir verbas e obras.

Quanto à *conquista e manutenção das bases eleitorais*, são configurados dois períodos. O primeiro período (1970-1986) é compreendido pela liderança política dos três chefes políticos - Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals - em que estes, buscando fortalecer seus grupos políticos, distribuíam os cargos do segundo e terceiro escalões do Governo para os deputados estaduais. Como não existia concurso público, as vagas nos órgãos do Estado compunham um banco de dados que o governador tinha para distribuir com os deputados estaduais, e estes distribuíam para os chefes políticos locais e prefeitos. Assim, esses deputados estaduais possuíam circunscrição eleitoral informal bem definida que era alimentada com empregos, verbas e obras.

No segundo momento, iniciado na gestão de Tasso Jereissati, em 1987, o governador centralizou a distribuição de recursos e verbas nas secretarias do Estado, criando a Secretaria de Governo do estado. Assim, retirou o privilégio dos deputados de indicar funcionários, instalando concurso público. Além disso, passou a atuar diretamente nos municípios, diminuindo o papel do deputado estadual de distribuir verbas e obras do Estado.

Nesse período, os votos, apesar de ainda estarem concentrados em circunscrições eleitorais informais, eram menos concentrados do que no período anterior. A base eleitoral dos deputados era, assim, formada por um conjunto maior de municípios. Ocorrem com maior frequência votações esporádicas em municípios, obtidas em acordos com deputados federais por meio de “dobradinhas” ou com o apoio de

prefeitos e vereadores em retribuição a alguma obra ou encaminhamento de demandas na burocracia do Estado intermediadas pelo deputado.

Além disso, o predomínio de articulações políticas apenas no período eleitoral em que os deputados, a partir de um cálculo pragmático dos seus votos e das possibilidades do mercado eleitoral, estabelecem acordos com prefeitos para votações pontuais.

No que tange à relação com o *Governo estadual*, há dois períodos. O primeiro, no regime militar, era marcado pela necessidade dos deputados serem da ARENA e ligados ao governador para que conquistassem e mantivessem bases eleitorais. Com o apoio do Governador, além de obter verbas, esses deputados teriam influência nos contratos de emprego do Governo do estado. No segundo momento, durante a redemocratização, permaneceu a tendência governista como meio de consolidar e ampliar bases eleitorais. Os prefeitos, que buscam verbas do Estado para manter as prefeituras, procuram apoiar deputados governistas, fazendo com que estes sejam eleitos. O deputado, assim, só seria contra o governo nos casos em que incompatibilidades nas suas bases eleitorais forçassem a se posicionar contra ele.

No que se refere à relação desses deputados estaduais com os *deputados federais*, observamos também dois períodos distintos. O primeiro período vai até a Constituição de 1988, quando o Poder Legislativo não participava na elaboração do orçamento da União.

Assim, no período de Antônio Câmara e Júlio Rêgo, a relação com os deputados federais se dava, sobretudo, pela influência que estes políticos tinham na burocracia federal, sobretudo nas licenças para a instalação de rádios. Ocorre também o predomínio de relações estritamente momentâneas e mercadológicas, com deputado federal financiando a campanha do deputado estadual em troca da “dobradinha” no período eleitoral.

No segundo momento, no período de Domingos Filho e Idemar Citó, a relação com os deputados federais era pautada nas emendas parlamentares, acordos e convênios do Governo

federal para suas bases eleitorais. Eram estabelecidas, assim, relações estreitas e duradouras em que o deputado federal favorecia a região e os deputados estaduais. Ocorriam, nesse período, as redes de patronagem e clientela que forjavam alianças políticas.

As *disputas eleitorais* também foram distintas em dois períodos. No primeiro período as eleitorais entre Antônio Câmara e Júlio Rêgo, estavam submetidas a uma ordem tradicional, em que a conquista de votos era baseada em valores como lealdade e gratidão. O voto era apenas um dos aspectos trocados entre patrão e empregado. Prevalencia o voto familiar nas decisões do voto, em que o chefe da casa informava a sua decisão política à esposa e aos filhos. Os acordos políticos eram tecidos artesanalmente pelos chefes políticos, prevalecendo entre eles relações de confiança.

No segundo momento, quando Domingos Filho e Idemar Citó se candidataram em 1994, as eleições eram mais competitivas e existiam maiores oportunidades de acesso ao poder. O poder econômico prevalecia nas disputas eleitorais em que as campanhas se tornaram mais onerosas, prevalecendo o voto como uma mercadoria.

A “compra de voto” é expressa como um elemento de quebra da dominação tradicional, pois os eleitores deixarem de conceder seus votos como “gratidão” ao político por algum favor recebido. A lógica do mercado perpassa, assim, a estratégia política de conquista de votos. Por outro lado, permanece ainda o clientelismo nas relações políticas. Uma vez que o político atende a alguma necessidade do eleitor, gera-se um vínculo que é retribuído pelo eleitor na hora do voto.

Além disso, as eleições ficaram submetidas às regras de novos profissionais da arte de produção e circulação de imagens políticas. O *marketing* político e as pesquisas de opinião pública fazem parte da produção da campanha, prevalecendo uma preocupação com o discurso político. Os acordos políticos são constantemente rompidos pelos políticos. Nesse sentido, são emblemáticos os motivos elencados por Antônio Câmara e Júlio Rêgo para não mais disputar cargos eletivos. Os

dois deputados afirmaram que o dinheiro, e não mais o “trabalho político”, teria se tornado essencial para a conquista do mandato.

Outra característica de distinção desses dois momentos das disputas eleitorais se refere aos *cabos eleitorais* desses deputados nos municípios. Antes, os proprietários rurais eram os principais cabos eleitorais dos deputados, pois, tendo o controle político de uma “clientela eleitoral”, que eram seus “moradores de favor”, estes se tornavam importantes para o predomínio de um poder político tradicional. Prevalencia também a liderança de chefes políticos, que muitas vezes não ocupavam postos eletivos, mas tinham o controle dos votos no município. Posteriormente, quem assumiu o posto de cabo eleitoral desses deputados nos municípios foram os prefeitos, vereadores e, muitas vezes, empresários locais. Houve, assim, a fragilização de lideranças com bases políticas nos espaços rurais.

A *oposição ao domínio político desses deputados* em Tauá mostrou, também, uma transformação. Nos anos de 1980, essa oposição era formada por um grupo de esquerda liderado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e por uma ala progressista da Igreja Católica no município. Acontecia certo protagonismo dos trabalhadores rurais na cena política. Esse grupo tentou estruturar a terceira força de poder. Embora não tenha obtido êxito quanto aos resultados eleitorais, sua atuação política foi importante no incremento da politização dos trabalhadores rurais e na visibilidade dos movimentos sociais na mídia.

Desde as eleições de 1992, como abordado anteriormente, a oposição aos deputados ocorreu com a tentativa dos prefeitos de eleger seu sucessor político. Esses líderes locais tentaram formar o terceiro grupo, porém competiam entre si pelo apoio político de algum dos deputados.

Observamos que, para esses deputados, não bastava apenas serem hegemônicos na região, era necessário assegurar que não houvesse a ascensão de lideranças locais que ameaçassem seu domínio político, ultrapassando o nível aceitável de oposição. Esses deputados faziam com que líderes emergentes fossem a eles subordinados e, para isso, os cooptavam oferecendo o cargo de prefeito ou de vice.

Esses líderes locais não se fortaleciam e orbitavam em torno da influência política desses deputados estaduais. A partir de um cálculo pragmático, oscilavam no apoio de um ou outro deputado. Posteriormente, quando essas lideranças locais foram cooptadas ou não participaram das disputas eletivas, Ronaldo César assumiu o comando da oposição aos deputados estaduais. Essa liderança assumiu esse posto a partir da sua candidatura a prefeito nas eleições de 2008 e foi consolidada nas eleições de 2010, quando se candidatou a deputado estadual.

Embora a mudança política em Tauá tenha se dado mais em função da temporalidade política do que pela alternância dos grupos políticos, pois, durante as quatro décadas analisadas, os dois grupos políticos permaneceram os mesmos, registraram-se diferenças marcantes entre o perfil político desses dois grupos consolidados em Tauá.

Analisando as *diferenças dos dois grupos políticos*, o grupo político familiar dos Gomes de Freitas é constituído por pessoas que majoritariamente possuem formação acadêmica em Direito ou Medicina e que seguem carreiras em instituições do Estado como funcionários públicos ou ocupando cargos eletivos. Esse grupo faz constantes referências à sua tradição política, tradição essa iniciada em 1919, quando Domingos Gomes de Freitas assumiu o posto como intendente de Tauá (1919-1927).

A socialização política dos Gomes de Freitas ocorreu na instituição familiar, desenvolvendo neles a “vocação” para a política. Prevaleceu o *ethos* de grupo, e a transição de legados políticos ocorreu por via das relações de parentesco e de maneira absoluta. Os cargos eletivos não pertencem à pessoa e sim ao grupo político familiar.

O grupo político liderado por Júlio Rêgo e, posteriormente, por Idemar Citó, foi originado da liderança exercida por Joel Marques (1928-1966). O poder econômico desse grupo é originário do comércio local e da atividade empresarial, como transporte coletivo. A socialização política ocorreu por meio da atividade profissional. A transição política não aconteceu por meio de uma linhagem interna de reprodução familiar e sim mediante a liderança centrada na *persona* política. A transferência

de patrimônio político não se dava integralmente, prevalecendo defecção e disputa interna entre lideranças políticas. Não havia divisão clara do trabalho político, o próprio deputado é quem atuava no plano estadual e no plano local em Tauá. Além disso, a lealdade política era fundamentada na relação de interesse entre seus membros.

Por fim, a eleição de 2010 tende a apresentar-se como um encerramento do ciclo de disputa entre dois grupos políticos em Tauá. Essa disputa era corporificada na candidatura de dois deputados estaduais. A estruturação de dois grupos políticos que disputavam o domínio político em Tauá e no Inhamuns, elegendo cada grupo um deputado estadual, só foi efetivamente acontecer a partir das eleições de 1974, quando Antônio Câmara e Júlio Rêgo foram eleitos deputados. A disputa entre Antônio Câmara e Júlio Rêgo durou até as eleições de 1990. Nas eleições de 1994, os dois deputados transmitiram seu legado político, respectivamente, para Domingos Filho e Idemar Citó. Estes disputaram o domínio político até as eleições de 2010.

Nas eleições de 2010, Domingos Filho ascendeu à política estadual, sendo eleito vice-governador, e seu filho, Domingos Neto, foi o deputado federal mais votado do Estado. Idemar Citó, nessa eleição, alterou sua base eleitoral e obteve poucos votos em Tauá. Assim, Domingos Filho tornou-se hegemônico no município, tendo o controle do Legislativo e do Executivo municipal, o cargo de deputado federal e o de vice-governador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat & SOUSA, José Jurandir. As revoluções silenciosas no Nordeste: eleições e mudança social em Itapiúna.. In: CARVALHO, Rejane V. A. (Org.). *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. Campinas - SP: Pontes, Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003. P. 255-290.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro. In: *Políticas Públicas e Sociedade*. Fortaleza: UECE,

2003-. Semestral. Conteúdo: ano 3, n. 6, jul/dez, 2003. p. 11-22.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1. P. 83-106.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Da “Era Vargas” à FHC: transições políticas e reformas administrativas. *Revista de Ciências Sociais /UFC*, volume 36, número 1/2. 2005. Economia e política. Fortaleza/CE, UFC. p.33-51.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Os tempos de rebeldia: Icapuí na berlinda do modo petista de governar. In: LEMENHE, Maria Auxiliadora; CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (Org.). *Política, cultura e processos eleitorais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006. p. 79-112.

AMARAL FILHO, Jair. *Do Federalismo brasileiro e sua nova tendência de recentralização*. Fortaleza, setembro de 2004. Disponível em: <http://conteudo.ceara.gov.br/content/aplicacao/sdlr/desenv_urbano/gerados/fltexto.pdf>. Acesso em: 16/05/2009.

ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto. In: *Sistema político brasileiro: uma introdução/organizadores: Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 243 - 256.

BARMAN, Roderick; BARMAN, Jean. The role of the law graduate in the political elite of imperial Brazil. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, v. 18, n. 4, p. 423-450, 1976.

BARREIRA, César. *Trilhas e atalhos do poder: conflitos sociais no Sertão*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARREIRA, César. Velhas e novas práticas do mandonismo

local. In: *Revista de Ciências Sociais /UFC*, volume 30, número ½, 1999. p 37-43.

BARREIRA, Irllys A. F. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v 1. P. 63-82.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. *Sob o signo da contramão: a esquerda e o feminino na experiência de administração municipal*. Fortaleza: UFC/ NEPS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1992. (Série Estudos e Pesquisas, 22).

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Entre mulheres: jogo de identificações e diferenças em campanhas eleitorais. In: BARREIRA, Irllys e PALMEIRA, Moacir (Orgs.). *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*. São Paulo: Annablume, 1998.

BARREIRA, Maria do Socorro C. Intervenção planejada e o discurso da participação. In: BRAGA, Elza F. e BARREIRA, Irllys F. (coordenadoras). *A Política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicação, 1991. P. 77-110.

BENDIX, Reinhard. *Max Weber, um perfil intelectual*. Brasília: EdUNB, 1986. Pág.: 243. Capítulo X: Liderança carismática e dominação.

BESERRA, Bernadete R. *Clientelismo e modernidade: o caso do programa de reforma agrária no Governo Tasso Jereissati*. Fortaleza: UFC/ NEPS/ Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1994. (Série Estudos e Pesquisas, 28).

BEZERRA, Marcos Otávio. *Em nome das "bases": política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas do Rio Claro: recrutamento e trajetória*. Piracicaba: Unimep, 2001.

BOLOGNESI, Bruno. Caminhos para o poder: a seleção de candidatos a Deputado Federal nas eleições de 2010. Tese de Doutorado – São Carlos: UFSCar, 2013.

BONFIM, Washington L. de S. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v 1. P. 35-62.

BOSCHI, Renato Raul. *Elites industriais e democracia*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BOURDIEU, Pierre. A representação política. Elementos para uma teoria do campo político. In: _____. *O poder simbólico*. 5^o ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 163-207.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

BOURDIEU, Pierre. Cultura política. In: _____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 183-194. 12

BOURDIEU, Pierre. É possível um ato desinteressado. In: _____. *Razões práticas*. Papirus, 1994. p. 137-161.

BOURDIEU, Pierre. *Propôs sur Le Champ politique*. Presses Universitaires de Lyon. Tradução Cristina Chávez Morales, 2000. Disponível em: <http://mt.educarchile.cl/MT/jjbrunner/archives/BOURDIEU_campo-politico.pdf> Acesso em 23/09/2009.

BRAGA, Elza Maria Franco e LIMA, Maria Cláudia N. Compassos e descompassos da participação e do conflito. In: BRAGA, Elza F. e BARREIRA, Irllys F. (coordenadoras). *A Política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais*. Fortale-

- za: Fundação Demócrito Rocha/ Stylus Comunicação, 1991.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, v. 14, n° 2, p.454-485, 2008.
- CAIN, Bruce; FERREJOHN, Jonh; FIORINA, Morris. *The Personal Vote. Constituency Service and Electoral Independence*. Cambridge, Harvard University Press, 1987. *apud* CARVALHO (2003).
- CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 1960.
- CAMMACK, Paul. (1979), *O Coronelismo e o Compromisso Coronelista: Uma Crítica*. Cadernos do Departamento de Ciência Política, n° 5, Belo Horizonte, 1979. *apud* CARVALHO (1997).
- CAMMACK, Paul. Clientelism and Military Government in Brazil, in C. Clapham (ed.), *Private Patronage and Public Power. Political Clientelism in the Modern State*. London: Frances Pinter Publ, 1982. *apud* CARVALHO (1997).
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel, 1964.
- CARLEIAL, Adelita Neto. *Cultura e cotidiano sindical no setor público*. Fortaleza: Edições Mova-se, 2000.
- CARVALHO, Benedito. “De que família você é?” A “família cearense”: distinção, símbolos e poder. In.: *Revista de Ciências Sociais*, v. 30, n. ½, 1999a. Pág.: 75-85.
- CARVALHO, José Cândido de. *O coronel e o lobisomem*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Ed. UnB, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados, Vol. 40, nº 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

CARVALHO, Nelson Rojas de. *E no início eram as bases: Geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly. Imagem marca e continuísmo político: a era Tasso no Ceará. In: AGUIAR, Odílio Alves; BATISTA, José Elcio; PINHEIRO, Joceny (Org.). *Olhares contemporâneos: cenas do mundo em discussão na universidade*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001. p. 193-219.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly. *O Ceará na década de 1980: Atores políticos e processos sociais*. Campinas: Pontes; Fortaleza: Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2009.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly. O retorno da competitividade na disputa pelo governo do Ceará em 2002. *Revista de Ciências Sociais /UFC*, volume 35, número 1. 2004. Processos culturais e práticas políticas. Fortaleza/ CE, UFC. P. 73-99.

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly. Política de imagem e competitividade eleitoral: a disputa pela prefeitura de Fortaleza em 2000. In: CARVALHO, Rejane V. A. (Org.). *A produção da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000*. Campinas - SP: Pontes, Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003. P. 91-126. 299

CARVALHO, Rejane Maria Vasconcelos Accioly. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Capinas: Pontes; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1999b.

CHANDLER, Billy Jay. *Os Feitosa e o Sertão do Inhamuns*. Fortaleza: EdUFC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CODATO, Adriano. Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64. São Paulo: Hucitec-Anpocs, Editora da UFPR, 1997.

COSTA, Liduína Farias de Almeida. Governo e participação no Ceará: interfaces das políticas regionais e agrárias no início do ciclo das mudanças. In: *Políticas Públicas e Sociedade*. Fortaleza: UECE, 2003-. Semestral. Conteúdo: ano 3, n. 6, jul/dez, 2003. P.71-88.

COSTA, Liduína Farias de Almeida. *O Sertão não virou mar: nordestes, globalização e imagem pública da nova elite cearense*. São Paulo: Annablume; Universidade Estadual do Ceará, 2005.

DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1987.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DIÓGENES, Glória Maria Santos. *Ciro Gomes: percursos de uma imagem*. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v 1. P. 107-124.

DOWELL, Maria Cristina Mac & GOMES, Gustavo Maia. *descentralização política, federalismo fiscal e criação de municípios: O que é mau para o econômico nem sempre é bom para o social*. Texto para discussão n° 706. Brasília, fevereiro de 2000. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_706.pdf>. Acesso em: 17/05/2009.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Cia. Ed. -Nacional, 1939.

DULCI, Otávio Soares. As elites políticas. In: *Sistema político brasileiro: uma introdução/organizadores: Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer; São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 281 - 291.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Porto Alegre; São Paulo: Globo; USP, 1975, vol.II.

FEITOSA, Aécio. *Sesmarias dos Feitosa no Ceará*. Arquivo da Família Feitosa. Fortaleza, 2006.

FEITOSA, Leandro. *Tratado genealógico da família Feitosa*. Fortaleza, 1952.

FLEISCHER, David. O recrutamento político em Minas, 1890-1918. *Revista brasileira de estudos políticos*, p. 9-94, 1971.

FREITAS, Antônio Gomes de. *Inhamuns* (terras e homes). Henriqueta Galeno: Fortaleza, 1972.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: estudo sobre a formação da família patriarcal no Brasil*. 25 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

GIDDENS, Anthony. Preface e Elites in the British class structure. In: P. Stanworth and A. Giddens (eds.), *Elites and Power in British Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.

GOMES, Gustavo Maia. *Velhas secas em novos sertões: continuidade e mudanças na economia do semi-árido e dos cerrados nordestinos*. Brasília: IPEA, 2001.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os “governos das mudanças” no Ceará (1987-1994)*. __ Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998 (Coleção outros diálogos).

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Os “governos das mudanças”. In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Quando ‘outros’ novos personagens entram em cena: o modelo de gestão da social-democracia cearense*. RAP, Rio de Janeiro (28) 3: 195-210, jul./set. 1994.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *O poder local e o coronelismo no estado do Paraná 1880-1930*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. RJ: Paz e Terra, 1968

IANNI, Octávio. Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

LANNA, Marcos Pazzanese Duarte. *A dívida divina: troca e patronagem no Nordeste brasileiro*. Campinas: UNICAMP, 1995.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEAL, Victor Nunes. *O coronelismo e o coronelismo de cada um*. Dados, vol. 23, nº 1, 1980. pág. 11-14.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. *Família, tradição e poder: o caso dos coronéis*. São Paulo: ANNABLUME; Fortaleza: EdUFC, 1995.

LEVINE, Robert M. *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional - 1945-1964*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LOPES, Valmir. *As lógicas da representação política: o processo de mudança de lideranças políticas em Fortaleza*. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACÊDO, Nertan. *O clã do Inhamuns* (Uma família de guerreiros e pastores das cabeceiras do Jaguaribe). 2. Ed. Fortaleza, 1967.

MARENCO DOS SANTOS, André Luiz. Nas fronteiras do campo político. Raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 12, n. 33, p. 87-101, 1997.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida et al. Estratégias de comunicação política online: Uma análise do perfil de José Serra no *Twitter*. ANPOCS, 2011.

MARTINS, Mônica Dias. Modernização do Estado e reforma agrária. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1. P. 145-170.

MONTENEGRO, Abelardo Fernando. *Os partidos políticos do Ceará*. Fortaleza, EdUFC, 1980.

MOTA, Aroldo. *História política de Tauá*. Rio; São Paulo; Fortaleza: ABC, 2002.

MOTA, Aroldo. *História política do Ceará: 1945-1985*. Fortaleza: Stylus, 1985.

MOTA, Aroldo. *História política do Ceará: 1987-1991*. Fortaleza: Multigraf, 1992.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. *Modernização do atraso: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da "Era Tasso"*.

2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Departamento de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. *O Estado na ordem do capital: o significado e o alcance das mudanças na “Era Tasso”*. Dissertação de mestrado. Fortaleza: UFC, 1999.

PALMEIRA, Moacir. Eleição municipal, política e cidadania. In: Moacir Palmeira & César Barreira (orgs). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006. Pág.: 137-150.

PANG, Eul-So; SECKINGER, Ron L. *The mandarins of Imperial Brazil*. Comparative studies in society and history, vol. 14, n. 2, p. 215-244, 1972.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *A Fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses*. Fortaleza: Ed. UFC- Sobral : Ed. UVA, 2000a.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. *Construindo a hegemonia burguesa: as eleições municipais de 1998 no Ceará*. Fortaleza: UFC/ NEPS, 1992. (Série Estudos e Pesquisas, 22).

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. O Ceará dos “coronéis” (1945 a 1986). In: SOUZA, Simone (Org.). *Uma nova História do Ceará*. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2000b. p. 381-408

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. O Ceará e a modernidade. In: PARENTE, Josênio e ARRUDA, José Maria (Orgs.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. v. 1. P. 125-144.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. O PSDB cearense: consolidação da liderança de Tasso Jereissati. In: *Cadernos Irreverentes* 1. Maio 1998. Fortaleza/CE, s/ed. P. 37-76.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. Os partidos políticos e a democracia: uma reflexão a partir do caso cearense. AGUIAR, Odílio (et.al.).(Org.) *Olhares contemporâneos*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PARENTE, Francisco Josênio Camelo. Projetando a Hegemonia Burguesa: organização e expressão política dos industriais cearenses. *Revista de Ciências Sociais /UFC* vol. 20/21. Fortaleza, Ce: UFC. Nos. 1, 2. 1989/1990.

PERISSINOTO, Renato; CODATO, Adriano; FUKS, Mário; BRAGA, Sérgio (orgs.). *Quem Governa?* Um estudo das elites políticas do Paraná. Curitiba: EdUFPR, 2007.

PERISSINOTTO, Renato. *Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1889-1930*. São Paulo: Annablume, 2000.

PESSOA JÚNIOR, José Raulino Chaves. Oligarquias rurais do sertão nordestino: estudo de caso em um município de pequeno porte do semiárido cearense. *Revista NEP - Núcleo De Estudos Paranaenses da UFPR*, v. 5, p. 95, 2019.

PESSOA JÚNIOR, José Raulino Chaves. *Padrões de recrutamento e trajetória das elites políticas no Inhamuns*. ANPOCS, 2009.

PESSOA JÚNIOR, José Raulino Chaves. *Poder e Família: recrutamento e trajetória das Elites Políticas de Catarina-CE*. Fortaleza: UFC, 2008. Monografia para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais.

PINTO, Luis de Aguiar Costa. *Lutas de famílias no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1980.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. *Política nos currais*. João Pessoa: Acauã, 1979.

SADEK, Maria Tereza. *Magistrados: uma imagem em movimento*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

SOUSA, Ana Paula Pinheiro de. *Conservadorismo e modernidade na política de Piquete Carneiro*. 2007. Monografia para obtenção do grau de bacharel em Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

VIANNA, Luiz Werneck; CARVALHO, Maria Alice Rezende de; MELO, Manuel Palacios Cunha; BURGOS, Marcelo Baumann. *Corpo e alma da magistratura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1955.

VIEIRA, Márcia Paula Chaves. *Poder Legislativo no Ceará: Geografia do voto e ação política na Assembleia Legislativa*. 2011. 150 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Departamento de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

WAHRLICH, Beatriz Marques. *Reforma administrativa na era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983. Cap. 8 e 9, pag.: 235-327.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WEBER, Max. Dominação patriarcal e dominação patrimonial; Feudalismo, “*Estado corporativo*” e Patrimonialismo. In.: _____. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UNB, v II, 1999. Capítulo IX: Sociologia da dominação, Seção 3 e 4, p. 233-323.

MATÉRIAS DE JORNAIS

ADAUTO afasta delegado de Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 02, 21 de outubro de 1983.

AGRÔNOMO da Ematerce afastado em Tauá por divergir do Cambeba. *O Povo*, Fortaleza, Política p. 02, 06 de junho de 1989.

ALBUQUERQUE, Nonato. Tauá: padre Bernardes quer uma Igreja mais consciente. *O Povo*, Fortaleza, p. 07, 17 de março de 1981.

ANTÔNIO Câmara. *O Povo*, 24 de abril de 1987.

ARAÚJO, Ana Paula. Projeto Padre Cícero: Irregularidades também em Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política Local. p. 05-A, 04 de junho de 1989.

ASSEMBLEIA promove lançamento de livro sobre região do Inhamuns. *Assembleia Legislativa do Estado do Ceará*, Fortaleza, 26 de março de 2008. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br/noticias/noticia_busca.php?tabela=noticias&codigo=4933>. Acesso em: 13 de janeiro de 2011.

ASSEMBLEIA: Deputados contabilizam ganhos e perdas. *O Povo*, Fortaleza, Política, 22 de novembro de 2008.

BICUDO já atinge 42 municípios cearenses. *O Povo*, Fortaleza, p. 12, 08 de abril de 1986a.

BICUDO vai reduzir em 30% a safra do Ceará. *O Povo*, Fortaleza, 14 de junho de 1986b.

CAMBEBE acusado de criar o “Agente Rural”. *O Povo*, Fortaleza, Política, p.04-A, 04 de junho de 1989.

CHUVAS ampliam total de vítimas: 211 mil. *O Povo*, Fortaleza, p. 06, 16 de abril de 1985.

COMUNIDADE de Tauá quer providências do CCM. *O Povo*, Fortaleza, p. 12. 12 de fevereiro de 1987.

CONFIRMADA a pronuncia dos matadores de Armando Feitosa. *O Povo*, Fortaleza, Cidade, p. 7, 25 de setembro de 1974.

CORIOLANO, Ítalo. Em Iguatu, peemedebistas pedem voto para Eunício e Tasso. *O Povo*, Fortaleza, Especial Eleições 2010, p. 13, 23 de agosto de 2010.

CORRUPÇÃO, desvio de verbas, nepotismo, obras fantasmas ou superfaturadas: marcas da gestão Castro Castelo. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, Informe Publicitário, p. 12, 29 de maio de 1996.

DEPUTADOS denunciam compra de votos. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, Política, 05 de julho de 2008.

DOCUMENTO acusa Padre de atividade política. *O Povo*, Fortaleza, p. 5, 11 de março de 1981.

EPISÓDIOS desgastam a harmonia. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 04, 15 de Março de 1989.

ESQUEMA cesista elege 9 dos 15 edis em Tauá. *O Povo*, Fortaleza, p. 28, 14 de dezembro de 1982.

INHAMUNS. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 2, 29 de maio de 1992.

JÚLIO Rêgo ironiza a “Operação de Guerra”. *O Povo*, Fortaleza, Política. p. 2, 04 de fevereiro de 1984.

JÚLIO Rêgo teme pela união pefelista. *O Povo*, Fortaleza, Poder Local, p. 2-A, 15 de abril de 1989.

JÚLIO responde ao prefeito de Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 2, 12 de agosto de 1981.

JÚRI do ano ameaçado de adiamento. *O Povo*, Fortaleza, Cidade, p. 10, 30 de setembro de 1975.

LÍDER do PDS critica prefeito de Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 2, 13 de setembro de 1983.

LÍDER sindical de Tauá é ameaçado de morte. *O Povo*, Fortaleza, p. 8, 06 de junho de 1986.

LIDERANÇAS. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 2, 05 de abril de 1982.

MEIRELES, Fátima. Câmara, uma visão política do momento. *O Povo* Fortaleza, Política, p. 2, 14 de fevereiro de 1988

MELO, José Maria. *O Povo*, Fortaleza, Coluna Aeroporto, p. 08, 06 de junho de 1986.

MORAES NETO, M. Emergência: do trabalho escravo à pressão política. *O Povo*, Fortaleza, Estado, p. 10, 18 de agosto de 1987.

MORAES NETO, M.; NOCRATO, Suzete. Tasso critica a imprensa e diz que só perdeu apoio de político sem-vergonha. *O Povo*, Fortaleza, Reportagem, p. 4, 13 de fevereiro de 1988.

MUDANÇAS. *O Povo*, Fortaleza, Palanque. Coluna do Comitê da Coligação Democrática, p. 5, 27 de outubro de 1986.

NÃO ao Cambeba. *O Povo*, Fortaleza, 17 de janeiro de 1988.

O POLÊMICO Câmara e a ação política. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 3, 10 de janeiro de 1988.

OPOSIÇÃO vence eleição no Sindicato Rural de Tauá. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, p. 03, 03 de abril de 1981.

PATERNIDADE. *O Povo*, Fortaleza, Política p.02, 12 de junho de 1986.

PISTOLEIROS mataram agricultor em Tauá. *O Povo*, Fortaleza, p. 08,06 de janeiro de 1981.

PMDB elege Câmara sem PFL-PDS na Assembleia. *O Povo*, Fortaleza, 02 de fevereiro de 1987.

PREFEITO demite em Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política p. 02, 20 de agosto de 1981a.

PREFEITO propõe aumento para servidores de Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 02, 01 de julho de 1981b.

PRESIDENTE eleito magoado com a bancada. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 5, 19 de outubro de 1988.

PROJETO São José. *Diário do Nordeste*, Fortaleza.

ROCHA e Citó ampliam para 47,8% bancada do PSDB na Assembleia. *O Povo*, Fortaleza, p. 2-A, 22 de agosto de 1995.

ROLIM, João. Incêndio destrói tesouraria do Sindicato Rural de Tauá. *O Povo*, Fortaleza, Estado, p. 13, 27 de novembro de 1987.

SOBRAL recebeu mais recursos federais no Interior do Estado. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, Regional, 07 de janeiro de 2010.

TAUÁ realizou grande festa cívica na semana da pátria. *O Povo*, Fortaleza, p. 9, 09 de setembro de 1981.

TAUÁ: uma administração voltada para os mais humildes. *O Povo*, Fortaleza, Municípios p. 4-5, 30 de dezembro de 1994.

V T irá ao Inhamuns para inaugurações. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 02, 18 de julho de 1981.

VIOLEIRO é alvejado por criticar Câmara. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 02, 19 de março de 1985.

VIRGÍLIO não crê na saída dos infieis. *O Povo*, Fortaleza, Política, p. 3, 30 de maio de 1987.

SÍTIOS CONSULTADOS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ (ALECE). Publicações do Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto (MALCE). Disponível em <<https://www.al.ce.gov.br/index.php/publicacoes-malce>>. Acesso em: 19 de julho de 2010.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ (ALECE). Notícias sobre o perfil dos deputados. Disponível em: <http://www.al.ce.gov.br>. Acesso em: 19 de julho de 2010.

BLOG MEU CEARÁ. Blog com notícias sobre a política do Ceará. Disponível em: <<http://meuceara.blogspot.com/2009/09/domingos-filho-ja-anda-em-clima-de.html>>. Acesso em 05 de junho de 2011.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Informativos do banco. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/informesf/inf_28.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia dos deputados federais. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa>>. Acesso em: 19 de maio de 2011.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB/CPDOC). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Verbetes temáticos e bibliográficos. 3ª Edição. Coordenação Geral de Christiane Jalles de Paula e Fernando Lattman-Weltman. 2010. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 19 de maio de 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil sócio-econômico sobre os municípios brasileiros. Disponível em <www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 19 de maio de 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Perfil sócio-econômico dos municípios do Ceará em 2010. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/perfil-basico-municipal-2010>. Acesso em: 19 de maio de 2011.

RÁDIO CULTURA DO INHAMUNS. Disponível em: <<http://culturaam960.com.br/>>. Acesso em: 05 de março de 2011.

RÁDIO DIFUSORA DO INHAMUNS. Disponível em: <<http://www.difusorataua.com.br>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2011.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ (TRE-CE). Informações sobre eleições no Ceará. Disponível em: <<http://www.tre-ce.jus.br/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

TWITTER. Twitter deputado federal Domingos Filho. Disponível em: <http://twitter.com/#!/Domingos_Neto>. Acesso em 05 de fevereiro de 2011.

TWITTER. Twitter do governador Cid Gomes. Disponível em: <<http://twitter.com/#!/cidfgomes>>. Acesso em 22 de janeiro de 2011.